

COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS



*Editora Universidade de Brasília*

Ernesto Senna

# Deodoro: Subsídios para a História



Ernesto Augusto de Sena Pereira (1858-1913) nasceu no Rio de Janeiro.

Jornalista de grande popularidade tanto na Monarquia como na República. Foi redator do Jornal do Comércio, do Rio e colaborador do Correio Paulistano.

Entre seus livros destacam-se: *Esboço biográfico de Manuel Peri*, *O Paraná em Estrada de Ferro*, *O telégrafo no Brasil* e *Rascunhos e Perfis*.

---

## DEODORO: SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA





FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho  
Amadeu Cury  
Aristides Azevedo Pacheco Leão  
Isaac Kerstenetzky  
José Carlos de Almeida Azevedo  
José Carlos Vieira de Figueiredo  
José Ephem Mindlin  
José Vieira de Vasconcellos

*Reitor:* José Carlos de Almeida Azevedo  
*Vice-Reitor:* Luiz Octávio Moraes de Sousa Carmo

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco  
Arnaldo Machado Camargo Filho  
Cândido Mendes de Almeida  
Carlos Castello Branco  
Geraldo Severo de Souza Ávila  
Heitor Aquino Ferreira  
Hélio Jaguaribe  
Josaphat Marinho  
José Francisco Paes Landim  
José Honório Rodrigues  
Luiz Viana Filho  
Miguel Reale  
Octaciano Nogueira  
Tércio Sampaio Ferraz Júnior  
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento  
Vicente de Paulo Barretto

*Presidente:* Carlos Henrique Cardim

## **Equipe Técnica**

*Editoração:* Lúcio Dias Leite Reiner  
Manuel A. Carlos M. L. da Cruz  
Maria Riza Baptista Dutra  
Maria Rosa Magalhães

*Revisão:* Antonio Carlos Ayres Maranhão  
José Reis  
Monica Fernandes Guimarães  
Patrícia Maria Silva de Assis

*Supervisão Gráfica:* Elmano Rodrigues Pinheiro

Ernesto Senna

---

**Deodoro: Subsídios para a História**

Coleção Temas Brasileiros  
Volume 18



*Editora Universidade de Brasília*

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou parte dele  
não pode ser reproduzido por qualquer meio  
sem autorização escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1981 Editora Universidade de Brasília

Capa:

Arnaldo Camargo Machado Filho

O desenho reproduzido é de Debret

Senna, Ernesto  
F676s Deodoro: subsídios para a história – notas de um repórter.  
Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1981.  
226 p. (Coleção Temas Brasileiros, 18)

929 F676s

981.071

t  
série



# Sumário

---

1. Subsídios para a História . . . . .	1
2. Cartas e documentos . . . . .	169





General Manoel Deodoro da Fonseca – 1889



# Subsídios para a História



---

O Sr. Dr. Joaquim José de Carvalho, dedicado e ardoroso propagandista da República, assim se exprimiu em um dos seus trabalhos:

*A história é expositiva e não interpretativa; fiel e não condescendente ou apaixonada; e as palavras, os escritos de personagens protagonistas devem passar a ela inalteradas, para que o futuro possa tirar a justa medida de seus caracteres.*

Servirão estas palavras para justificar as notas e conceitos que aqui vamos publicar, obtidas pela magnanimidade aquiescente de um parente próximo do marechal do Exército Manoel Deodoro da Fonseca e colhidos no vasto repertório do arquivo do ilustre militar, fundador da República dos Estados Unidos do Brasil.

Do que pudemos rapidamente recolher desse precioso arquivo e de muitas outras informações documentadas que à generosidade de bons amigos conseguimos reunir, nestas colunas publicaremos com a mais sincera lealdade profissional, com a franqueza rude, legítima e verdadeira de uma consciência honesta e patriótica, no louvável intuito de fornecer subsídios a quem de futuro se encarregar de escrever a história dos pródomos do novo regime democrático que há vinte e dois anos está implantado na nossa cara Pátria.

Deodoro, que durante longos anos de vida militar prestara os mais assinalados serviços na guerra e na paz em prol do brio e da honra nacionais, consagrava incondicional amor à sua classe, de que era um estrênuo e decidido defensor.

Não sonhara por certo de representar um dia o papel tão importante que os acontecimentos lhe impuseram e que o colocaram no mais elevado posto de sua Pátria.

Não o impulsionavam a ambição e a vaidade, mas o patriotismo, o seu acendrado amor pela carreira que abraçara e a sua nunca desmentida dedicação pelos seus companheiros de armas.

Não era um político militante; nunca se embrenhara pelos difíceis liames do partidarismo apaixonado e interesseiro, nunca seu nome se achou envolvido em assuntos que não fossem da profissão que escolhera e que tanto soube honrar e enobrecer.

O *Jornal do Comércio*, de 23 de agosto de 1902, dando notícia do falecimento do ilustre militar, externou os seguintes conceitos:

“Como chefe do Governo Provisório e primeiro Presidente da República do Brasil, é ainda cedo para se pronunciar o juízo definitivo sobre o marechal Deodoro.

Pode-se desde já, porém, registrar as feições gerais que exprimiui a sua administração nestas conjunturas tão difíceis.

Deodoro procurou acertar, e era de certo animado dos intentos os mais patrióticos.

Os grandes defeitos de sua gerência na causa pública provieram todos da completa falta de educação política e do seu excessivo orgulho e vaidade. Foram estes defeitos que o fizeram confiar cegamente, não só em amigos da família que o trairam, como também num homem público, igualmente ignorante como ele e que, a seu turno, se fez manequim de quanto há e tem havido de torpe na chamada “política” do nosso país.

De outro lado, o marechal Deodoro era dotado, como dissemos, das melhores intenções. Seus primeiros conselheiros foram os homens que a vitória da sedição militar, auxiliada pelo elemento republicano, lhe impunham.

O marechal confiava cegamente neles. Pode dizer-se que cada ministro do Governo Provisório era um ditador na sua pasta. Mas, ingratos, bem ingratos foram eles no tratamento que afinal deram ao pobre homem que lhes fizera todas as vontades e que com tanta lealdade os sustentara.

Nem admira que, repellido por aqueles em quem tanto confiara, e que agora o procuraram colocar em má posição. Deodoro corresse a descansar em outro elemento diverso, composto de antigos amigos pessoais, nos quais enxergava dedicação e sinceridade. Foi, porém, ainda mais infeliz nesta escolha; o seu principal amigo o perdeu, impondo-lhe o papel inconsciente de traidor à República, de que aliás Deodoro se considerava a própria encarnação.

Desde, porém, que viu que se havia enganado, o marechal deu nobre exemplo de patriótica abnegação, resignando o poder a 23 de novembro último.

Desde então vivia retirado, sem que, todavia, perdoasse aqueles que, por uma aberração orgulhosa de seu espírito, considerava como tendo-o privado de um direito seu. Ultimamente, dizia-se que lhe repugnava a classe militar, da qual se queixava amargamente.

E assim findou-se ele malgrado em suas esperanças, tendo tragado até à lia o cálice do desamparo de seus amigos e protegidos, — já não falando dos longos e cruéis padecimentos físicos que suportou com tanta bravura e resignação.

Outro homem educado na liça política, teria evitado os escolhos em que sossobrou a sua presidência. As suas próprias qualidades como militar, como soldado foram porém, os pontos vulneráveis por onde o atacou a adversidade.

Diante do seu túmulo, ainda não fechado, deploramos, curvados, o passamento de um brasileiro ilustre que amou a sua pátria e que, para defender a sua honra, nunca recuou diante de nenhum perigo”.

Não comentaremos os documentos que conseguimos ler e deles tirar cópias, deixamos que o faça o leitor, aceitando as conclusões que tais documentos oferecerem



que hão de ser de inteira justiça aos sentimentos patrióticos do velho soldado cuja memória imperecível deve ser gratíssima a todos os brasileiros.

Devo antes registrar que em suas correspondências íntimas costumava a assinar-se, ora simplesmente *Manoel*, ora *Deodoro*.

A um seu sobrinho que hoje ocupa elevado posto em um dos corpos do Exército, e que se achava então na Escola Militar do Rio Grande do Sul e se pronunciara publicamente em uma manifestação republicana, dirigiu o general Deodoro uma carta em setembro de 1888, da qual extraimos o seguinte trecho:

“Não te metas em questões republicanas, por quanto — República no Brasil é desgraça completa — é a mesma coisa: os brasileiros nunca se prepararam para isso, porque sempre lhes faltara educação e respeito para isso. Nem todos são homens da têmpera do grande Júlio de Castilhos, a quem darás lembranças e apresentarás meus respeitos.

“Lê os discursos do Lafayette e de João Alfredo em uma publicação a pedido na *Gazeta de Notícias* de 14 e 15 deste mês donde se concluiu que:

Gaspar = Lafayette = Honorato Caldas.”

Quando se tratou da substituição da bandeira nacional para a nova bandeira da República o marechal Deodoro deu o seguinte despacho em uma proposta que lhe foi apresentada para esse fim em 17 de novembro, dois dias depois da proclamação do novo regime, documento este que faz parte da nossa coleção de autógrafos:

“A bandeira nacional, já tão conhecida e reconhecidamente bela continua, substituindo-se a coroa sobre o escudo pelo Cruzeiro do Sul.”

Entre muitos outros papéis encontramos também o seguinte projeto da Constituição da República, por ele anotado, quando em reunião discutia com os seus ministros um por um, dos artigos.

Está o projeto lançado em um livro, contendo em cada página um artigo a letra de máquina.

Com um traço feito a lapis vermelho sublinhava o marechal as palavras contidas nos artigos, e na parte posterior da página lançava as suas muitas observações e comentários.

As palavras que aqui figuram em grifo são as mesmas por eles sublinhadas.

Na primeira página deste livro lê-se:

### PROJETO DA CONSTITUIÇÃO

Às 8 horas menos 20 minutos da noite de 11 de julho de 1890 começou-se a discussão do projeto.

Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo.

Rui Barbosa, Fazenda.

Benjamin, Instrução.

Wandenkolk, Marinha.

Florian Peixoto, Guerra.

Quintino Bocaiuva, Relações Exteriores.

Cesário Alvim, Interior.

Francisco Glicério, Agricultura.

M. Campos Sales, Justiça.

Alfredo Ernesto Jacques Ourique, Secretário Militar.

João Severiano da Fonseca Hermes, Secretário Geral.

Na página seguinte começam os artigos e os comentários que se seguem:

Art. 5º

O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares dos Estados salvo:

1º – Para repelir invasão estrangeira ou de outro Estado.

2º – Para garantir a forma *republicana*.

O marechal Deodoro acrescentou: – adiante da palavra republicana: “federal”.

3º – Para restabelecer a ordem e tranqüilidade no Estado á *requisição do seu respectivo governo* – acrescentou: “e dos poderes locais”.

4º – Para garantir a execução e cumprimento das *sentenças federais* – acrescentou: “O governo federal deve ter autoridade em tais questões”.

Art. 6º

É da competência exclusiva da União decretar:

§ 1º impostos de importação de procedência estrangeira;

§ 2º os de entradas e saídas de navios, sendo livre o comércio de cabotagem e de mercadorias nacionais ou estrangeiras que já tenham pago o imposto de importação;

§ 3º os do selo do papel;

§ 4º as taxas postais – acrescentou: “e os telégrafos” e mais o seguinte:

§ 5º a criação e manutenção das Alfândegas.

“E a taxa dos telegramas?”

Art. 11.

Igualmente à União como aos Estados *cabe o direito de legislar sobre estradas de ferro e navegação interior*; acrescentou: “Inadmissível”.

Art. 22.

Durante o mandato os deputados e senadores não serão presos nem processados criminalmente *sem prévia* licença da Câmara a que pertencer, salvo o caso de flagrante delito em que, feito o processo até a pronúncia exclusiva, a autoridade processante remeterá os autos à Câmara respectiva para que esta *resolva se a acusação procede ou não*.

O Marechal colocou neste artigo a seguinte nota: “O homem sério, verdadeiro e de caráter nobre, não admite o disposto neste artigo”.

Art. 23.

Os membros do Congresso prestarão afirmação de bem cumprir os seus deveres. Vencerão durante as sessões um subsídio pecuniário que cada uma das Câmaras *marcará* no fim da sessão da legislatura anterior, além de uma indenização para despesas de vinda e volta.

“Magister dixit”?, acrescentou em nota o velho militar.

Art. 25.

A Câmara dos Deputados é constituída de representantes dos povos dos Estados e do Distrito Federal, na proporção de um por 70.000 habitantes, ou fração que exceda de 30.000:

Parágrafo único.

Essa base de representação não pode ser diminuída, e qualquer que seja o aumento da população deverá ser estabelecida a proporção de maneira que não exceda de 250 o número de Deputados.

O marechal acrescentou em nota:

“Inclusive as mulheres, menores e outros, ou eleitores em vez de habitantes!”

“A bem da União o número de Deputados deve ser o mesmo em todos os Estados.”

“250 Deputados é muita coisa!”

Art. 29.

O mandato de senador durará *nove anos*, renovando-se o Senado pelo terço trienalmente na mesma época em que se fizer a eleição para a Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. No 1º ano da 1ª legislatura o Senado *sorteará* o 1º e 2º terços de seus membros que deverão ser substituídos, mas de forma que somente seja desfalcada de um voto por triênio, a representação de cada Estado e do Distrito Federal.

O generalíssimo anotou: “Nove anos é muito. No caso de ser aceito, a substituição não deverá ser feita por sorte e sim pelos que tiverem maior soma de votos para senador, sendo o 1º terço aquele mais votado e o seu imediato em votos fará o 2º terço”.

“Não poderá ser reeleito na mesma legislatura.”

Art. 33.

*Mobilizar e dispor das forças dos Estados*, nos casos estabelecidos nesta Constituição.

Declarar em estado de sítio um ou mais pontos do território nacional em caso de ataque por forças estrangeiras ou de comoção interna, e aprovar ou suspender, o que for declarado pelo Poder Executivo...

Aí acrescentou mais: “ou os seus agentes responsáveis”.

Organizar, no prazo máximo de cinco anos, a codificação das leis civis, comerciais e criminais que devem regular as respectivas relações de direito, em todo o território nacional, bem como a codificação das leis de processos, *sendo lícito aos Estados alterar as disposições* de tais leis em ordem a *adaptá-las convenientemente às suas condições peculiares*.

Excedido este prazo sem estar feito o trabalho, a codificação, *fica livre aos Estados organizar por si a codificação das suas leis*.

Comutar e perdoar penas impostas ou crime de responsabilidade de *funcionários federais*.

Deodoro adicionou as notas que se seguem:

“§ 1º – De acordo com o comandante das forças em operações.”

“§ 10 – Mobilizar e dispor as forças, deve ser atribuição do Poder Executivo.”

“§ 12 – Somente no caso de serem os tratados de paz firmados por todas as nações.”

“Considerando que o maior perigo da transição do antigo para o novo regime, estabelecido em 15 de novembro do ano passado, é a desagregação do território nacional;

“Considerando que a melhor garantia da união das antigas províncias, convertidas em Estados é depois da identidade da lingua e da religião, a identidade do direito, que tende naturalmente a estabelecer a homogeneidade dos costumes;

“Considerando que essa identidade não é possível sem a jurisprudência, nem esta sem a identidade dos códigos civil, comercial, criminal e dos respectivos processos.

“Considerando que ainda consagrada a identidade desses códigos não é possível fundar uma jurisprudência uniforme, entre juizes e tribunais investidos por autoridades diversas, e nomeadas ou constituídas por motivos diferentes e em condições várias;

“Considerando que o Supremo Tribunal de Justiça, tal como se acha organizado, é muitas vezes uma roda inútil, manca e cara no mecanismo de nossa magistratura;

“Considerando, finalmente, que o maior defeito do ensino jurídico das faculdades oficiais é a preocupação da teoria com preterição da prática, ao passo que o dos nossos tribunais é a preocupação da praxe com preterição da doutrina; compreende-se que o maior serviço que o Governo Provisório pode prestar ao novo regime e ao país é a consagração de disposições que garantam a comunhão social:

1º — A unidade dos códigos civil e comercial e os dos respectivos processos;

2º — A organização de uma magistratura federal, relativa e uniformemente investida;

3º — A conversão do Superior Tribunal de Justiça em Tribunal de Cassação.

4º — O exercício do magistério das cadeiras de prática por magistrados provetos, em comissão temporária que não prejudique a sua antiguidade nem os seus acessos;

5º — A organização do Ministério Público, de modo que os procuradores da fazenda e soberanias nacionais possam ser tirados do foro e do magistério.

Estas disposições não impedem que algumas matérias do direito civil, como a locação de serviços e outras penais como os crimes policiais, sejam reguladas pela legislatura dos Estados respectivos”.

Art. 43.

Na mesma ocasião em que se eleger o Presidente e Vice-Presidente da República, que além da atribuição do art. 31 deverá substituí-lo em todos os casos de impedimento ou falta. Deodoro anotou: “A eleição do Presidente deve ser feita separada da do Vice-Presidente, isto é, em dia diferente”.

Art. 48.

O Presidente e o Vice-Presidente, escolhidos pelo povo por eleição indireta, formando os Estados circunscrições eleitorais, tendo cada qual um número de eleitores igual ao decuplo de sua representação no Congresso. “Deve ser o número de eleitores igual em cada Estado”, acrescentou ainda o ilustre militar.

Art. 49.

Os eleitores reunir-se-ão em cada Estado *em um só ponto* designado pelo respectivo Governo, e a eleição se efetuará em todo o território da República no mesmo dia e hora, contanto que não seja domingo, 40 dias depois da eleição popular para os eleitores especiais. Acrescentou Deodoro: “Além de ser difícil seria impossível a reunião em um só ponto; ficam os eleitores presentes mais facilmente sujeitos à coação”.

(a) *O Presidente não conservará qualquer contingente de forças federais nos Estados, desde que contra isso representem os respectivos Governos.*

(b) *Removerá, mediante representação dos mesmos poderes, os comandantes de tais forças.*

“Inadmissível”, anotou ainda.

Art. 62.

A acusação do Presidente será decretada pelo Congresso Nacional, competindo ainda o processo e julgamento no Senado, que poderá destitui-lo das funções presidenciais quando se tratar dos seguintes crimes:

1º – traição;

2º – peita ou suborno;

3º – dissipação dos bens públicos;

4º – *intervenção indébita nas eleições de qualquer cargo federal ou dos Estados.*

“Sujeitar o Presidente a uma maioria faciosa e a paixões partidárias!” anotou o bravo soldado.

Art. 64.

O Supremo Tribunal Federal se compõe de 15 membros, nomeados pelo Senado da União *dentre os 30 juizes federais* mais antigos e *jurisconsultos de provada ilustração*.

Deodoro acrescentou esta nota: “Nomeados pelo Governo, segundo a antiguidade e somente entre juizes federais.”

“O juiz professa a Justiça, e o que professa o advogado?”

Art. 65.

Os juizes federais regulares ou coletivos *serão eleitos* pelo Supremo Tribunal; os cidadãos que *tiverem mais de quatro anos ininterruptos no exercício da advocacia ou da magistratura*.

“Horror! Os juizes coletivos serão nomeados conforme a nota do art. 64 e os regulares também nomeados pelo Governo, que escolherá um, entre os dez mais antigos, de maneira que as diferenças entre os escolhidos e os apresentados na relação seja sempre de nove”.

É ainda de Deodoro esta nota:

Art. 66.

Parágrafo único – Ao Senado compete o julgamento dos membros do Supremo Tribunal e a estes o dos juizes federais *inferiores*.

Deodoro acrescentou a seguinte interrogativa:

“Quais são os juizes inferiores? Serão os de categoria inferior ao Supremo Tribunal?”

Art. 67.

O Supremo Tribunal de Justiça e mais tribunais federais elegerão os seus presidentes, *organizarão as respectivas secretarias*, competindo aos presidentes a *nomeação e demissão dos empregados* e o provimento dos oficiais de justiça.

Parágrafo único – O Supremo Tribunal *elegerá dentre de seus membros* o Procurador Geral da República cuja atribuições serão definidas por lei.

“Anula o parágrafo 14 do art. 33, o parágrafo 2º do 54?” “Convém mantê-los para evitar abusos.”

“O Procurador Geral deve ser da inteira confiança do Chefe do Estado e por isso de sua exclusiva nomeação”, pondera em nota Deodoro.

Art. 68.

Ao Supremo Tribunal de Justiça compete:

Processar e julgar:

O comandante em chefe das forças federais nos crimes de *responsabilidade*.

“Responsabilidade civil ou crime comum?” pergunta o velho soldado.

Art. 72.

O Estado se constituirá livremente, elegerá o seu governador, confiará o Poder Legislativo a uma ou *duas* Câmaras, etc.

Terá a organização judiciária que *entender, criará a sua força armada*.

Confiará ao Poder Legislativo ou Executivo o direito de *perdoar e comutar* as penas nos crimes comuns.

Nota do marechal: “Basta uma Câmara”. “Organização Judiciária”, vide nota do art. 33.

“Que força armada?”

“Naturalmente a da polícia.”

“Perdoar e comutar, vide nota do art. 54.”

Art. 85.

Não poderão ser alistados eleitores para cargo federal e do Estado:

1º – Os mendigos

2º – Os analfabetos.

3º – As praças de “pret” do Exército e Armada, e as de qualquer instituição militar criada e sustentada pelos Estados.

4º – Os religiosos de ordem monástica, etc.

Deodoro acrescentou a nota:

“Parágrafo 2º – Salvo os alunos das Escolas Superiores que tiverem 21 anos de idade.”

Art. 89.

Todos são iguais perante a lei e a República não admite prerrogativa alguma de nascimento, nem de sangue, *desconhece qualquer foro de distinção, de nobreza, honras, condecorações ou títulos*.

“Desconhecer foros de distinção, máxime na classe militar, é absurdo”, anota ainda o velho soldado.

“Art. 95. – Ficam abolidas as penas de galés e a de prisão perpétua.”

“Inadmissível!”, anota ainda.

Em um artigo em que declarara “que são os funcionários públicos estritamente responsáveis pelos abusos e omissões em que incorrerem no exercício de seu cargo, assim como pela indulgência ou negligência”, Deodoro lançou esta nota:

“É preciso lei severa para que não se afaste dos limites do respeito, da moralidade e da decência.”

No fim da página do último artigo, lê-se:

“As 8 horas e 45 minutos da noite de 18 de julho de 1890, terminou a discussão do projeto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.”

Na última página do livro lê-se:

“Chefe de Estado, Deodoro.  
 Ministro da Agricultura, Glicério.  
 Ministro do Interior, Cesário Alvim.  
 Ministro da Justiça, Campos Sales.  
 Relações Exteriores (não tem assinatura).  
 Ministro da Guerra, Floriano Peixoto.  
 Ministro da Marinha, Wandenkolk.  
 Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant.  
 Ministro da Fazenda, Rui Barbosa.

Nós Secretário Militar do Generalíssimo e Geral do Conselho de Ministros encerramos o presente termo e assinamos. — Capital Federal, 18 de julho de 1890, às 9 horas e 15 minutos da noite. — *João Severiano da Fonseca Hermes.* — *Alfredo Ernesto Jacques Ourique.*”

Em 19 de setembro de 1889 foi o general Deodoro entrevistado por um jornalista, em Santos, quando por ali passava em viagem para esta Capital.

Dessa curiosa entrevista poder-se-á bem avaliar o caráter franco do general.

Falou-se em política.

“As eleições me surpreenderam”, disse o ardoroso soldado. “Eu sempre contei que o Governo fizesse dois terços da Câmara e que os conservadores e republicanos fizessem o terço”.

— Que fim levaram os republicanos?

— Nas províncias do sul, pelo menos, o Partido Republicano foi o único que se apresentou em campo, disputando galhardamente a vitória às forças do Governo. É exato. Os conservadores mostraram-se medrosos, fracos e traidores.”

V. Exa. é conservador?

— Era conservador porque só os conservadores protegeram o Exército. Não a mim, porque só tive um protetor — Solano Lopez; devo a ele, que provou a guerra do Paraguai, a minha carreira. Era conservador, mas votei sempre nos homens que estimava. Votei em Osório, em Porto Alegre e Beaurepaire Rohan. Há três republicanos em que votaria de bom grado, três moços distintos da província do Rio Grande do Sul: Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos. Não tenho aspirações. Com dois outros anos de vida terei chegado ao mais alto posto do Exército e cantarei no Império como galo na torre.

— E se fosse chamado para a pasta da Guerra?

— Aceitaria, com uma condição: é que nenhum dos colegas de Gabinete interviria nos negócios da minha pasta. Levaria a despacho os meus decretos, se os quisessem examinar, eu deixaria a pasta e traria o miolo.

Em outros capítulos trataremos de fatos relativos à fundação da República e

com documentadas informações demonstraremos a ação decisiva e enérgica que teve o marechal Deodoro para o estabelecimento do novo regime.

Se grande foi sempre a propaganda republicana e principalmente nos últimos anos de Monarquia, chefiada pelo venerando e abnegado patriota Quintino Bocaiuva, e se escudado por valorosos companheiros a idéia democrática já avassalava a consciência de uma grande parte dos brasileiros, contudo, sem o braço vigoroso do velho soldado, esse ideal, que era sonho constante de um pugilo de dedicados patriotas ainda seria hoje uma aspiração...

Antes de reunir o ministério para despacho, tinha o marechal o costume de tomar suas notas para inquirir sobre elas e seus secretários de Estado.

Na coleção de autógrafos do Dr. Sá Viana, existem as seguintes em uma pequena folha de papel:

“Ao Rui Barbosa Já não tem explicação a demora do pagamento ao Dr. Ladisláu.

Ao Campo Sales A nomeação do Procurador da Soberania Nacional (Desembargador Vilaboim).

Cesário Alvim - Consta vagar-se o cargo de diretor do externato do Colégio Nacional (Pedro II) no caso afirmativo tenho pessoa idônea para isso e — conveniente.

A Intendência municipal ainda não recebeu os papéis sobre o saneamento.”

Em fins de 1890, quando no exercício da nossa profissão aguardava a saída do ministério que se reunia em despacho no palácio de Itamaraty, sob a presidência do Chefe do Governo Provisório, o Sr. Dr. Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, deu-nos a seguinte notícia, escrita em um pequeno quarto de papel, que ainda hoje conservamos:

“Por decreto de ontem foi exonerado, a seu pedido, do cargo de 1º vice-chefe do Governo, o Dr. Rui Barbosa, sendo em substituição nomeado para o mesmo cargo o marechal Floriano Peixoto.”

Não sabemos ao certo quais os motivos que levaram o marechal Deodoro a dirigir a seguinte carta ao destinatário:

“Ilmo. Amigo Sr. Dr. Rui Barbosa — 6 de maio de 90.

Praticamente, para mim, é-me impossível o alto cargo de que fui investido — o de chefe do Governo Provisório — porquanto nem tenho a paciência de Jó, nem desejo os martírios de Jesus Cristo: se por sermos filhos do pecado, temos de pagar neste mundo os erros de origem, contudo nos ficou a faculdade de evitar sofrimentos e assim não tenho eu a louca pretensão de querer me aproximar de Jó nem de Jesus Cristo, me julgo sem forças para continuar em tal cargo. A V. Exa., portanto, que é o 1º vice-chefe do Governo, entre os poderes que me foram conferidos e retiro-me para o meu quartel, onde me achará quando, em matéria de profissão se precisar do velho soldado.

Com estima e consideração, sou de V. Exa. amigo agradecido. — *Deodoro.*”

Nas *Tradições e Reminiscências* acadêmicas do ilustre político e escritor Sr.



Dr. Almeida Nogueira, há a narração do seguinte episódio, relativo à eleição do primeiro Presidente da República pela Constituinte:

“Quando, em fevereiro de 1891, foi levantada, na Assembléa Constituinte, a candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República, em competência com a do marechal Deodoro da Fonseca, e a vários chefes republicanos, afigurou-se inoportuna essa apresentação. Campos Sales e Bernardino de Campos esforçaram-se ardentemente por obter de Prudente que não consentisse na opposição do seu nome ao do chefe do Governo Provisório e glorioso fundador da República. Houve um momento em que Prudente pareceu impressionar-se pelas graves considerações que expuseram os seus dois amigos sobre o ponto de ceder do propósito em que se achava.

Moraes Barros, presente a essa conferência, que se realizou no Hotel Lisboa, em Santa Teresa, intervinha freqüentemente na conversa, para se opor à retirada da candidatura do irmão; e quando se lhe opunham os perigos que poderiam resultar daquele pleito, que se revelavam iminentes, ele replicava, como preso a uma razão peremptória:

— Que querem? Não posso pensar nem manifestar-me de modo diverso. É a voz do sangue...

Na véspera do dia designado para a eleição presidencial, achando-se vários representantes do Estado de São Paulo na sala da presidência do Congresso Constituinte, no Paço de S. Cristóvão, aí compareceu o coronel Carlos Soares e comunicou as mais graves notícias sobre eventualidades que se preparavam para o caso de derrota da candidatura Deodoro.

— Eis aí, exclamou Prudente de Moraes, eis aí a situação em que VV. me collocaram!...

Contestou-lhe, então, Campos Sales, lembrando-lhe a conferência havida em Santa Teresa, os ingentes esforços que fizeram ele e Bernardino de Campos, para que Prudente não autorizasse a apresentação do seu nome; lembraram também as palavras de Moraes Barros.

Voltando-se, então para o irmão, Prudente o acoimou por falta de juízo. Moraes Barros doeu-se da exprobação e, com os olhos marejados de lágrimas, limitou-se a dizer:

— A minha intenção era boa e inspirada pela muita amizade que vos tenho.”



Laoran no os Direitos em 22 de Janeiro de 1891

Capital Federal, de de 189  
Tomaram posse a 23.

Interior e interinamente da Instrução pública  
Comunicações e Telegraphos: Sr. João Bombarda Helo  
Carvalheiro

Agricoltura e interinamente da Justiça: Barros  
de Lucena

Fazenda e interinamente da Relações Exteriores  
Conselheiro Brás de Alencar Araújo

Guerra: General de Divisão Augusto de  
Colan Falcão da Costa

Marinha: Contra Almirante Fortunato For-  
tes Vidal

Senna

Rio de Janeiro, 30 de Agosto de 84  
 P. J. Guinimbo

Aqui está o seu reverente amigo Deodoro,  
 com o maior affecto, agradecendo-lhe já  
 o serviço: digno-se, pois, com o amigo La-  
 cerda, dar-lhe as ordens que quiser.

Obediente ami. et. m<sup>to</sup> grato  
 Deodoro

Despacho do general Dextero em uma  
proposta para a nova bandeira da  
república - 17-11-89 - J. C. Curiquez

« A bandeira Nacional, já  
tão conhecida, e reconhecida em  
toda, continuação, substituída  
e a coroa sobre o escudo  
pelo cruzado. » 77

Ernesto Senna

A 6 de fevereiro de 1891, justamente quando se tratava dessa candidatura, o coronel Pedro Paulino da Fonseca, irmão do marechal, dirigiu-lhe a seguinte carta:

“Deodoro. Aproxima-se a eleição do chefe e vice-chefe do Estado. Estamos em dúvida sobre a escolha deste último. Preciso que digas com franqueza o que tens resolvido a respeito. Responda-me. — Teu mano *Pedro*.”

O marechal no dia seguinte, respondeu também por carta:

“Não tenho, nem devo ter candidato a coisa alguma no Congresso: eleja ele à sua livre vontade, o presidente e vice-presidente da República — O teu *Manoel*”.

Esta decisiva resposta determinou a eleição do general Floriano Peixoto para vice-presidente da República.

Podemos afiançar que o almirante Eduardo Wandenkolk, em reunião no Club Naval, apresentou uma proposta para que o mesmo clube se pronunciasse em-pról da candidatura do general Deodoro para o cargo de Presidente da República, e que esta proposta causando estranheza não chegou a ser votada.

Na nossa coleção de autógrafos possuímos o seguinte, todo do próprio punho de Deodoro.

Está lançado em uma folha de papel de carta, tendo à esquerda as armas da República impressas a cores. No alto da folha tem impresso — *Capital Federal, . . . . de . . . . de 189. . . .* e escrito à mão a seguinte nota com tinta vermelha.

“Lavraram-se os decretos em 22 de janeiro de 1891 — Tomaram posse a 23.”

“Interior e interinamente da Instrução Pública, Correios e Telégrafos: Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti.

Agricultura e interinamente da Justiça: Barão de Lucena.

Fazenda e interinamente das Relações Exteriores.

Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

Guerra: General de Divisão Antonio Nicolau Falcão da Frota.

Marinha: Contra-almirante Fortunato Foster Vidal. — *Deodoro*.”

Na noite do dia em que foi promulgada a Constituição, o Dr. Lopes Trovão em companhia de seu irmão Antonio, subia a rua do Ouvidor, por volta das 9 horas quando, ao atravessar a rua Gonçalves Dias, encontrou um grupo de amigos e colegas da Constituinte.

O então deputado, hoje senador Sr. Antonio Azeredo, destacando-se do grupo, acenou para o Dr. Trovão com um papel, dizendo-lhe: *Olha mais uma asneira da gente que tu sustentas*.

— Não pode ser grande porque o papel em que a levas é muito pequeno... Mas afinal que papel é esse? perguntou o Dr. Trovão.

— *Uma prova do Diário Oficial com um decreto do Governo Provisório sancio-*

*nando a Constituição!*... responde o Sr. Azeredo, *tu o lerás amanhã no Diário de Notícias.*

— Não regula, porque a tua folha é órgão de oposição sistemática; e não surpreenderá teu público legente que ela enriqueça com mais uma das muitas chalaças que já inventou contra o Governo. Em todo caso, reservo-me para amanhã ler a asneira no *Diário Oficial.*

No dia seguinte o decreto não apareceu no *Diário Oficial.* É que o Dr. Lopes Trovão, apenas se despediu do Sr. Azeredo, partiu para casa, ao lado do palácio de Itamaraty em que habitava o glorioso proclamador da República em companhia de seu sobrinho atual chefe de Estado.

Todos já estavam acomodados, mas o Dr. Lopes Trovão, com o auxílio de seu irmão, tanto bateu à porta de entrada, e, no 2<sup>o</sup> andar da casa, surgiu um vulto, que desceu imediatamente para atender ao seu apelo. Não sabemos se foi o marechal Hermes ou seu irmão o atual *leader* da Câmara dos Deputados. O que é certo é que um ou outro, por conta própria, foi pessoalmente à Tipografia Nacional e mandou retirar do *Diário Oficial* o decreto de sanção da Constituição de 24 de fevereiro...

Tomou foros de verdade em certa época a mesquinha intriga de que o general Deodoro era desafeto de Júlio de Castilhos, e que entre eles não existiu senão o mero conhecimento de relações oficiais.

No arquivo do velho soldado encontramos, entretanto as seguintes cartas:

“Porto Alegre, 6 de outubro de 1886.

Imo. e Exmo. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

Saúdo mui respeitosamente a V. Exa. Permita-me V. Exa. a liberdade de escrever-lhe estas linhas a fim de desempenhar uma incumbência honrosa. Acabo de receber um telegrama do conselheiro Saldanha Marinho, incumbindo-me de transmitir a V. Exa. em nome dele, as mais sinceras felicitações pela atitude nobre e correta que V. Exa. assumiu na questão militar que presentemente se debate. Associando-me a essa espontânea manifestação de apreço da parte daquele ilustre compatriota, peço, a V. Exa. para considerar como a expressão sincera do meu respeito e da minha admiração o que na *Federação* tenho tido o prazer de escrever acerca da honrosíssima atitude de V. Exa. na defesa da honra da corporação que conta em V. Exa. uma das mais legítimas glórias. Às ordens de V. Exa. quem é. De V. Exa. Mt<sup>o</sup> At. Admr. e humilde compatriota — *Julio de Castilhos.*”

“Porto Alegre, 22 de outubro de 1886.

Exmo. Sr. Marechal Deodoro da Fonseca. Saúdo respeitosamente a V. Exa.

Recebi sinceramente penhorado a excelente obra que V. Exa. teve a suma bondade de oferecer-me, devido à ilustração e ao labor do ilustre Dr. João Severiano da Fonseca. Esse oferecimento constitui para mim uma distinção especial que me concede V. Exa. a quem sou particularmente grato. Terei ocasião de significar pessoalmente os meus agradecimentos.

A nobre declaração que V. Exa. me enviou para ser publicada na *Federa-*

ção terá publicidade hoje mesmo. Permita V. Exa. que a *Federação* se contente com a honra da preferência, pelo que peço licença para devolver a quantia que acompanhou o original da declaração.

Pede e espera sempre as ordens de V. Exa. quem é muito atento e humilde servo. — *Julio de Castilhos.*”

Entre grande número de cartas que por morte do marechal Deodoro foram enviadas a seus parentes mais próximos, nas quais lamentavam a morte do grande brasileiro, conseguimos com algum esforço obter cópia do trecho de uma carta escrita pelo próprio punho do patriarca da República senador Quintino Bocaiuva, em 29 de outubro de 1894, afirmação conscienciosa que o ilustre prócere da República, com independência e inteireza de justiça, que lhe é peculiar, faz a memória imperecível do bravo fundador da República Brasileira.

.....

... Marechal Deodoro, cuja memória guardo com veneração e cujo vulto histórico cresce todos os anos, à medida que os acontecimentos políticos projetam mais intensa luz sobre o seu caráter leal, franco e resolutivo. Não respondi nem responderei (peço-lhe para isso licença), individualmente aos quesitos da sua primeira carta. Dar-lhe-ei a razão. Desde que um certo grupo de moços, sectários do Positivismo, julgaram útil aos seus intuítos fazer do cadáver de Benjamin Constant bandeira de guerra, especulando com a sua memória em desfavor de todos quantos, antes e além desse ilustre companheiro, trabalharam pelo advento da República, impus-me a mim próprio o mais absoluto silêncio, deixando de tomar parte nessas estéreis polémicas, inspiradas pelo rancor do proselitismo e pela fantasia de espíritos trêfegos e intolerantes. A História, porém, há de vindicar a memória dos que já morreram, como seu ilustre parente, e a honra daqueles que ainda vivem, e que foram com ele os colaboradores da grande obra — que outros têm aproveitado e estão aproveitando, reservando-se, porém, o privilégio de pagarem com a ingratidão o próprio benefício social que proclamaram.

.....

Não nos parece fora de propósito recordar aqui palavras de Napoleão I: “Em quase todas as comoções populares há duas espécies de homens: uns são os que as promovem; outros, os que as proveitam”.

Vamos, neste e outros capítulos, narrar, com a segurança de informações que colhemos de personagens que tomaram parte proeminente na fundação da República, os fatos que precederam à revolução de 15 de novembro, chefiada pelo brioso militar.

Apressara-lhe a morte, menos a enfermidade que a injustiça e a ingratidão daqueles a quem dispensou, com pródiga generosidade, sentimentos afetuosos, abundâncias de coração, demonstrando sempre o nunca desmentido amor pela classe de que era incontestavelmente o mais forte, o mais vigoroso e o mais extremo defensor.

Vivem ainda hoje, e -- por que não dizê-lo, — procurando o bafejo da família do ilustre morto, muitos daqueles em cujas silenciosas consciências clamam o arrependimento e o perdão, pelas injustiças e ingratidões que por intuítos políticos ou interesseiros amarguraram os últimos dias do velho lutador.

Mas nem as injustiças, nem as ingratidões, nem a própria morte, poderão apagar das páginas da história os seus inolvidáveis serviços à Pátria e o lugar de *primus inter pares* nos fastos vitoriosos da fundação do regime republicano...

A 6 de outubro de 1889 chegara a esta Capital, vindo do Rio Grande do Sul, o capitão Adolfo da Fontoura Mena Barreto e a 12 do referido mês fez a sua primeira visita ao general Deodoro.

No correr da conversação o capitão Mena Barreto, falou longamente sobre a política daquela província, mostrando a conveniência da intervenção do general afim de depor o então presidente Gaspar Martins, fazendo-lhe ver que o prestígio oficial de Deodoro, apesar dos esforços do Governo Imperial para aniquilá-lo, conservava-se de pé; e que uma parte do Exército morreria com ele na defesa da Pátria ultrajada.

Da conversação referida que foi longa, ficou patente a disposição de ânimo do general Deodoro, pelo que o capitão Mena Barreto, resolveu conferenciar com seus amigos, começando pelo tenente Sebastião Bandeira.

Animado pelo que ouvira do seu amigo, assentaram os dois em visitar de novo o general o que foi feito na noite de 16 do mesmo mês e aprofundadamente conversaram com o velho soldado sobre o assunto acima indicado.

O general estava recolhido e deitado no leito parecendo na ocasião bastante enfermo. Experimentava as dores resultantes de dois cáusticos; não obstante, ainda que com esforço, fez uma exposição minuciosa dos seus sofrimentos desde o começo, sendo mister por duas vezes, o auxílio dos dois oficiais presentes para mover-se no leito.

Terminada a narração daqueles oficiais, após um ligeiro silêncio, o general perguntou ao tenente Bandeira se haviam sido reincluídas no 1.º regimento as praças que o tinham acompanhado a expedição de Mato Grosso fazendo parte do seu piquete; e então replicou a incoerência do governo mandando que essas praças ficariam fazendo parte do 7.º de cavalaria contra o que ele general se manifestara, respondendo ao ministro que as traria para o corpo de onde as havia retirado.

O tenente Bandeira mostrando-se indignado contra a má vontade do governo, com relação ao Exército, declarou ao general que não havia mais dúvida sobre o plano do Governo: aumentava a polícia da Corte, e a da Província do Rio, criava guarda cívica, arregimentava a Guarda Nacional, armava todas estas forças à Comblain, e dava-lhes instrução que não se pode dar ao Exército.

Nessa mesma ocasião fazia retirar da Corte, com precipitação, grande parte da tropa de linha, sendo de presumir que brevemente seria a guarnição do Exército dispensada do serviço, a pretexto de precisar de descanso, substituindo-a nesse serviço a Guarda Nacional; que logo depois reconhecia, por conseguinte, a desnecessidade dos 13.500 homens, o Governo reduziria o Exército à metade, porque mesmo aliviaria a despesa que inutilmente acarretava os cofres públicos no tempo de paz.

Nesta ocasião o general, tomado de viva indignação ergueu-se no leito, como que esquecido da sua enfermidade e fazendo grande esforço exclamou no meio de uma explosão de cólera: “Não! Não permitirei nisto! Voltará o 31!”



Campo da Aclamação



Residência do General Deodoro

“Irei ao parlamento responsabilizar o Governo pela falta de patriotismo que se revela em semelhantes atos! Assestarei a artilharia, levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me!”

“Não! Não!”

“Neste caso” redarguiu o capitão Mena Barreto: “V. Exa. vencedor, será o ditador da República!”

Receiosos de que o estado do general se agravasse pela excitação que fora preso o combalido patriótico soldado, os dois oficiais, depois de carinhosamente acalmá-lo retiraram-se na convicção de que o bom êxito da aspiração republicana, dependia tão somente do restabelecimento da saúde do general Deodoro.

Combinaram, pois, Mena Barreto e Sebastião Bandeira, desde então, sobre os meios de agir afim de fazer sentir ao Governo que o general Deodoro ainda era o general predileto do Exército Nacional.

No dia seguinte ambos estes oficiais convidaram as oficialidades do 1.º e 9.º regimentos de cavalaria para, incorporadas, visitarem o general e manifestar o prazer que sentiam com o pronto restabelecimento de sua saúde.

Efetivamente, e com êxito, acharam-se, ao anoitecer do dia 17 os capitães, tenentes e alferes dos referidos regimentos reunidos no Campo da Aclamação e efetuaram a visita projetada.

Na residência do general Deodoro achavam-se várias pessoas e entre estas o coronel Cândido José da Costa e o oficial de gabinete do ministro da Guerra de então, o tenente-coronel Costa Guimarães.

Este oficial declarou ser grave o estado do enfermo, que por este motivo estava incomunicável para visitas.

Pouco depois apareceu a esposa do general, que, dirigindo-se ao capitão Mena Barreto, não se mostrava muito satisfeita com a visita da oficialidade, mas agradecendo-a, confirmou a declaração do tenente-coronel Costa Guimarães.

Depois desta visita, uma comissão composta do capitão Mena Barreto, tenentes Bandeira e Gentil Eloy de Figueiredo, dirigiu-se à imprensa a fim de comunicar aquela demonstração de apreço dispensada ao velho general.

Nesse mesmo dia os dois primeiros oficiais acima referidos dirigiram-se a companheiros do 2.º regimento de artilharia de campanha, entre eles, ao capitão José Agostinho Marques Porto, e a outros da escola Superior de Guerra, demonstrando a necessidade de secundar aquela manifestação, que foi levada a efeito com grande satisfação dos visitantes.

Desde esse momento ficou o capitão ajudante, Manoel Joaquim Godolphim, encarregado de mandar todas as manhãs, uma ordenança saber da saúde do general em nome das referidas corporações.

O capitão Mena Barreto, tenente Bandeira e alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso, então convalescente de grande enfermidade, formaram uma tríplice aliança, e dispondo já de alguns elementos, que facilitaram a congregação de outros, prevalecendo do desgosto que lavrava no Exército, compreenderam a conveniência de aproveitar-se a ocasião para levar-se a efeito a proclamação da República.



O então Tenente Sebastião Bandeira, General reformado  
Capitão Mena Barreto, Marechal reformado  
O então Alferes Joaquim Inácio, Coronel do Exército

Encorajados pelos seus elevados intuitos, começaram a promover no 1.º e 9.º regimentos de cavalaria e em outros corpos da guarnição enérgica propaganda, no sentido de incutir no ânimo da soldadesca as vantagens que adviriam para o Exército, da mudança de forma de governo monárquico para o regime francamente republicano.

Nessa propaganda tomaram parte mais ativa os Srs. capitães Mena Barreto, tenente Sebastião Bandeira, alferes Joaquim Inácio, capitães Godolfim, José Pedro de Oliveira Galvão, sargento ajudante Agrícola Bethlem, 1.º sargento Arnaldo Pinheiro, o 2.º Raymundo Gonçalves de Abreu, todos do 1.º regimento e o 1.º sargento do 9.º, João Batista Xavier.

Na imprensa secundavam a propaganda em enérgicos artigos os Srs. Drs. Rui Barbosa, Sampaio Ferraz, Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Lopes Trovão e outros, pelas colunas do *Diário de Notícias*, *País* e *Correio do Povo*.

Por ocasião da visita feita à Escola Militar da praia Vermelha pelos oficiais do couraçado chileno "Almirante Cockrane", o Dr. Benjamin Constant, em uma saudação à República Francesa, salientou, em presença do então ministro da Guerra, conselheiro Cândido de Oliveira, os seus sentimentos de espírito de classe, fazendo notar que o Exército era acusado injustamente de indisciplina pelo Governo, que demonstrava querer um Exército de janizaros. Nesse discurso ainda Benjamin Constant solenemente previniu ao Governo que não se julgasse forte, pois a parte sã do Exército saberia cumprir com altivez e desassombro o seu dever.

Essa atitude patriótica de Benjamin Constant despertou na mocidade militar da Escola Superior de Guerra a idéia de uma demonstração de apreço àquele cidadão, que servisse de afirmação do reconhecimento do Exército pela defesa dos seus legítimos direitos.

No dia 26 de outubro à 1 hora da tarde, a mocidade da referida escola dirigiu-se à da praia Vermelha, onde realizou a manifestação.

Em nome do 2.º regimento falou o 1.º tenente Saturnino Nicoláu Cardoso; em nome do 1.º e 9.º falou o capitão Mena Barreto e pela Escola Superior de Guerra o alferes aluno Augusto Tasso Fragoso, afirmando toda a gratidão do Exército pela defesa do brio e da dignidade da classe militar e assegurando que eles e todos os seus companheiros e, certamente, todo o Exército estariam sempre a seu lado, com quem e por quem sacrificariam a vida se preciso fosse.

Respondendo, o Dr. Benjamin Constant, depois de várias considerações sobre o Exército, declarou que para a salvação da pátria e reivindicação dos direitos da classe, estaria sempre com ela e com ela morreria na praça pública.

Esta demonstração mais inflamou os corações dos manifestantes despertando-lhes o ardente desejo da revolução armada.

Ao Governo não podiam ser agradáveis semelhantes demonstrações, mas faltando-lhe a coragem e a energia para uma repressão, encarregou o brigadeiro graduado Antonio José do Amaral de censurar aquela oficialidade, como se vê pela seguinte inlógica e irrefletida ordem do dia:

“Quartel General do Comando da 2ª brigada do Exército, em 28 de outubro de 1889. — Ordem do dia nº 18.

Ontem, ao chegar à brigada, tive o desprazer de saber que no dia 26 do corrente, oficiais dos três regimentos que fazem parte da brigada sob meu comando, se dirigiram, incorporados a alunos da Escola Superior de Guerra, e ali fizeram uma manifestação ao tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que dias antes havia pronunciado um discurso na Escola Militar da Corte, em presença do Sr. conselheiro ministro da Guerra interino, por ocasião da visita que à mesma fizeram os oficiais do “Almirante Cockrane”. Sabendo mais, que o fato a que me refiro fora narrado pelo *Diário de Notícias*, de anteontem, e *País* de ontem imediatamente pedi aos comandantes dos regimentos que me informassem sobre fato tão irregular como esse, sem licença de seus superiores e sem permissão do comandante e da Escola Superior de Guerra, invadirem oficiais este estabelecimento, onde se educa militarmente a nossa mocidade que se destina à nobre profissão das armas e ali fazerem uma manifestação.

Recebendo hoje as comunicações dos Srs. comandantes, vejo infelizmente que se verifica em parte o que as mencionadas folhas referiram.

Estou bem certo que não foi por espírito de indisciplina que os oficiais dos três regimentos acima mencionados tiveram o procedimento que ora censuro, mas sim por irreflexão, influência e entusiasmo de momento, contudo, recomendo aos Srs. comandantes que façam sentir aos seus oficiais e praças que os regulamentos militares proibem tais manifestações, sem prévia licença de seus superiores e que o respeito não só às leis e regulamentos militares, como às autoridades constituídas, é o principal elemento da disciplina, que faz com que os exércitos sejam fortes e por todos respeitados.

Confio e espero que semelhantes fatos não se hão de reproduzir. A minha confiança é filha do conhecimento que tenho da digna oficialidade dos corpos da brigada sob meu comando; a esperança vem da minha consciência, que me diz que estando sempre pronto a pugnar pelos interesses dos oficiais e praças sob meu comando, as minhas ordens serão sempre respeitadas. — *Dr. Antonio José do Amaral*, brigadeiro comandante.”

O capitão Mena Barreto e alferes Joaquim Inácio tiveram cópia desta ordem do dia e fizeram-na publicar.

Dias depois da publicação desta ordem do dia, foi o general Amaral galardoado com a nomeação de quartel-mestre general, cargo este que sempre fora exercido por um oficial general de patente mais elevada.

Ao passo que o Governo assim procedia, para com o brigadeiro Amaral, dispensava da direção da Escola Superior o tenente-general Miranda Reis, por não ter censurado os alunos que tomaram parte na manifestação ao Dr. Benjamin Constant.

Logo depois de realizar-se aquela demonstração ao ilustre lente da Escola, o Governo tratou de saber oficialmente dos nomes dos manifestantes.

O brigadeiro Antônio José do Amaral, comandante da 2ª brigada, logo depois da manifestação feita ao tenente coronel Benjamin Constant, em ofício reservado ao ajudante general do Exército dizia em um dos períodos do ofício:

“Os oficiais do 1º regimento de cavalaria sempre ordeiros e disciplinados, em contato, porém, com os do 9º, especialmente o capitão Mena Barreto e o alferes adido Joaquim Inácio, sempre revolucionários e exaltados, vão participando da mesma exaltação. Assim convém a retirada imediata desses dois oficiais.”

Para boa orientação aqui registramos as informações que sobre o assunto prestaram os comandantes dos três regimentos e aos quais o comandante da Segunda Brigada fez referência na ordem do dia acima referida.

“Quartel do comando interino do 9º regimento de cavalaria, em S. Cristóvão, 28 de outubro de 1889.

Ilmo. Exmo. Sr. — Cumprindo a ordem de V. Exa. passo a expor o que ocorreu na Escola Superior de Guerra no dia 26 do corrente, relativamente a uma manifestação feita a um dos seus lentes:

A 1 hora da tarde desse dia, constando no quartel achar-se na aludida escola o ilustrado Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, os oficiais do regimento, espontaneamente e sem prévia combinação, dirigiram-se à citada escola, no louvável intuito de manifestar àquele digno lente o seu reconhecimento pelos honrosos e justos conceitos que o mesmo senhor externou sobre o Exército, quando, há dias, teve de falar na Escola Militar da Corte perante a distinta e brilhante oficialidade do couraçado chileno “Almirante Cockrane” achando presente o Exmo. Sr. conselheiro ministro da Guerra interino, Cândido de Oliveira.

Essa manifestação realizou-se do modo o mais regular, correto e digno, o que aliás era de esperar do critério da circunspecção que caracterizam os oficiais que me orgulho de comandar. Deus guarde a V. Exa. Ilmo. e Exa. Sr. conselheiro brigadeiro Dr. Antônio José do Amaral, comandante da 2ª Brigada. — *Antônio Carlos Fernando Leão*, capitão comandante.”

”Nº 882. — Quartel do Comando do 2º regimento de artilharia de Campanha, em S. Cristóvão, 28 de outubro de 1889. — Ilmo. e Exmo. Sr. — Em relação a um artigo do noticiário do jornal *O País*, de hoje, narrando que oficiais deste regimento, reunidos aos do 1º e 9º de cavalaria, a alguns de infantaria, e incorporados aos alunos da Escola Superior de Guerra fizeram uma manifestação ao ilustre Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant, lente da referida Escola, cabe-me informar que efetivamente alguns oficiais deste regimento, antigos discípulos do Ilmo. Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin foram sábado último cumprimentá-lo pelo discurso que fizera na Escola Militar da Corte, por ocasião da visita da oficialidade chilena àquele estabelecimento.

Supondo que no modo por que é narrado o que ocorreu, há exageração da

folha acima. Deus guarde V. Exa. — Ilmo. Exmo. Sr. conselheiro brigadeiro Dr. José do Amaral, comandante da 2ª brigada. — *Carlos Lobo Botelho*, major comandante interino.

“Nº 756. — Quartel do Comando do 1º regimento de cavalaria, em S. Cristóvão, 28 de outubro de 1880. — Ilmo. Exmo. Sr. — Com a tranquilidade de espírito que caracteriza as ações nobres e justas, passo em satisfação o convite de V. Exa. a prestar as informações relativas ao fato de terem oficiais deste regimento ido à Escola Superior de Guerra cumprimentar o Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant B. de Magalhães.

Segundo V. Exa. o sabe, este ilustre preceptor da mocidade acadêmica, desde o tempo em que cursou a Escola em que hoje é lente, sempre gozou da estima daqueles que nessa época se encarregavam de iluminar-lhe o espírito, de todos os seus colegas e daqueles que tinham ocasião de tratar consigo, pela sua amenidade de trato, severidade de caráter e manifestação do futuro daquele cérebro, que hoje orgulha todos os brasileiros.

Depois de formado naquela Escola, seu nome tem sido acatado não só pelos seus companheiros de armas, como também pelos poderes públicos e até por S. M. o Imperador que lhe dispensa grande consideração, aliás bastante justa, porquanto tem ele consagrado parte de sua vida à educação moral e intelectual de grande número de oficiais do Exército, que são hoje o ornamento da classe.

Julgo-me bastante autorizado pela conversação que tive com alguns oficiais que tomaram parte em tal manifestação, a declarar, que o seu único fim foi de, em caráter puramente particular, cumprimentarem aquele vulto proeminente do nosso Exército, sendo o motor desse movimento de oficiais, tanto deste regimento como de outros corpos, a gratidão que por todos os respeitos lhe devem, talvez exaltada pela imponência de sua abalizada palavra, numa saudação aos oficiais chilenos, na festa em homenagem aos mesmos realizada na Escola Militar da Corte.

Cumpre-me, entretanto, corrigir a notícia que deu caráter de incorporação dos oficiais, que foram à aludida manifestação, pois que foram eles reunir-se na Escola Superior de Guerra, aguardando o termo da preleção que na aula, tão dignamente regida, fazia aquele ilustre mestre.

É o que posso informar a V. Exa., não sendo mais minucioso por ter sido feita tal manifestação em ocasião em que *não me achava no quartel*, pois que a convite de V. Exa. tinha ido assistir à missa na igreja do Carmo e depois ao cumprimento à *Família Imperial* — Deus Guarde a V. Exa. — Ilmo. Sr. conselheiro brigadeiro Antônio José do Amaral, comandante da 2ª brigada. — *Frederico Solon Sampaio Ribeiro*, Major comandante interino.”

A maior parte, porém, da oficialidade, da 2ª brigada, não compareceu à missa mandada celebrar pela Família Imperial, por alma do Rei D. Luiz I, de Portugal, embora se desse caráter de serviço a esse convite.

As informações a que nos referimos no artigo anterior foram, em originais, enviadas à Repartição do Ajudante General no mesmo dia 28, depois da censura feita aos oficiais em ordem do dia.

No dia imediato ao discurso de Benjamin Constant, na Escola Militar, ao entrar no “Café de Londres” onde se reuniam os republicanos mais exaltados e por isso chamado pelo público – *A Montanha*, o Dr. Almeida Pernambuco perguntou ao Dr. Lopes Trovão: “Leste o discurso do Benjamin?” – “Li e é preciso agir”, respondeu o interrogado, e dirigiram-se ambos ao Dr. Aristides Lobo, cujo escritório era numa espécie de sótão do mesmo prédio, na rua do Rosário, em que o venerando Saldanha Marinho atendia à sua numerosa clientela.

Exposto o assunto, o Dr. Aristides Lobo, visivelmente irritado, depois de sopesar os “prós” e os “contras”, disse que nas forças armadas do país só havia um soldado com envergadura capaz de empreender com êxito a proclamação da República, e esse era Deodoro da Fonseca, decidindo, porém, que para chegar ao glorioso soldado era preciso que o Dr. Lopes Trovão fosse ao chefe do partido que era Quintino Bocaiuva, enquanto que ele iria procurar o Dr. Benjamin Constant, afim de promover uma conferência em que os dois se entendessem.

Assim se fez, começando nessa ocasião a interferência dos civis na conspiração que redundou no 15 de novembro.

Eis os oficiais do 2º regimento de artilharia, do 1º e 9º de cavalaria que tomaram parte na referida manifestação a que assistiram todos os alunos da Escola Superior de Guerra, em número mais ou menos de sessenta:

*2º regimento* – capitães: Francisco Xavier Batista, João Elias de Paiva, João Carlos Marques Henriques e José Agostinho Marques Porto; primeiros-tenentes: Saturnino Nicoláu Cardoso, Thomas Cavalcanti de Albuquerque, Américo de Andrade Almada, Jorge dos Santos Rosa, Clodoaldo da Fonseca, João d’Ávila Franca, José da Silva Braga; segundos-tenentes: Ivo do Prado Monte Pires da Fonseca, Joaquim Baltazar de Abreu Sodré, Adolfo Augusto de Oliveira Galvão, Antônio Pereira de Albuquerque Sousa, Francisco Mendes da Rocha, Nestor Vilar Barato Coutinho; alferes alunos: Henrique Nogueira Borges e José Eduardo de Abranches Moura.

*1º regimento* – capitães: Floriano Florambel da Conceição, Manoel Joaquim Godolphim, José Pedro de Oliveira Galvão; tenentes: Sebastião Bandeira, Jerônimo Augusto Rodrigues de Moraes, Gentil Eloy de Figueiredo; alferes: Alexandre Z. de Assunção, Gasparino Castro Carneiro Leão, Eduardo José Barbosa Júnior; alferes alunos: Afonso Carlos Barroin, Artur Napoleão de Oliveira Madureira, Manoel Joaquim Machado e Pedro Alexandrino de Sousa e Silva.

*9º regimento* – capitães: Antônio Carlos Fernandes Leão, Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto; alferes: Pedro Nolasco Alves Ferreira, Joaquim Inácio Batista Cardoso e Abel Nogueira.

No estado de excitação em que se achavam os ânimos, compreende-se facilmente que esta pseudo energia teve efeitos contrários ao pensamento do Governo, como de fato sucedeu.



Por outro lado o Governo agravara ainda mais a já sua melindrosa situação procurando amedrontar o Exército com a arregimentação da Guarda Nacional, sob a direção do barão do Rio Apa, criação da Guarda Cívica, sob o comando do capitão de cavalaria Thomas Alves, aumento do Corpo de Polícia da Corte, sob o comando do coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, aumento ainda do da Província do Rio de Janeiro, sob o comando do tenente reformado Honório Lima, comissionado no posto de coronel, todas estas forças armadas a Comblain e recebendo instrução apressadamente, sendo já conhecida a pretensão do Governo de substituir no Exército o armamento referido pelo antigo e condenado sistema Minié.

Na classe armada de terra era convicção que o plano do Governo era dissolver o Exército para garantir o 3<sup>o</sup> reinado.

Lealmente devemos declarar que conquanto não fosse geral na 2<sup>a</sup> brigada o espírito revolucionário entre a sua oficialidade, a maioria julgava oportuno o momento de trabalhar com perseverança para o triunfo da solução que almejavam.

Apesar da confiança que a 2<sup>a</sup> brigada e as Escolas Superiores de Guerra e da Praia Vermelha, inspiravam ao general Deodoro e a Benjamin Constant, foi resolvido pelo capitão Mena Barreto, tenente Sebastião Bandeira e alferes Joaquim Inácio procurar ouvir novamente o general Deodoro que se conservava ainda enfermo.

Convidado por aqueles oficiais, o alferes aluno Tasso Fragoso, foram todos, a pretexto de visita, na noite de 30 de outubro à residência do general achando-se ali presentes o tenente Clodoaldo da Fonseca e Honório Coelho, tendo então ainda uma vez ocasião de ouvirem de Deodoro, clara e positivamente, a sua resolução sobre a necessidade da mudança de forma de governo, ao que o capitão Mena Barreto respondeu “Enuncie V. Exa. a manobra que ela será executada”.

No correr ainda da conversação tratou-se do embarque do 22<sup>o</sup> batalhão de infantaria desejo este manifestado pelo general que dissera ser o único que convinha fazer retirar da guarnição desta Capital.

Ao despedir-se, os visitantes, o capitão Mena Barreto perguntou se podiam congrassar mais elementos para levar a termo o empreendimento, ao que o general respondeu de modo decisivo: “Podem”.

Estavam, pois, os fatos assim delineados, quando se reuniu aos iniciadores do movimento revolucionário o major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, que daí em diante secundou com dedicação os trabalhos dos seus companheiros, tendo tido também conferências com o general Deodoro e o Dr. Benjamin Constant.

No dia seguinte, 31 de outubro, o major Solon e capitão Mena Barreto conferenciaram com o Dr. Aristides Lobo, no escritório da rua do Rosário, ficando assentado que a revolução se faria, comprometendo-se o Dr. Aristides Lobo a continuar na publicação de artigos incendiários durante os trabalhos revolucionários.

A 2 de novembro, o capitão Mena Barreto, os tenentes Saturnino Cardoso e Sebastião Bandeira e o alferes Joaquim Inácio encarregaram-se de prosseguir na propagação pela 1<sup>a</sup> brigada.

Nesse interim chega do Rio Grande do Sul o capitão Trajano de Meneses Cardo-

so, que ali servia na Escola de Tiro como instrutor e dela fora retirado por iniciativa do Presidente da Província, afim de castigá-lo por se ter manifestado francamente republicano.

O capitão Cardoso obteve transferência para o 9<sup>o</sup> de cavalaria, reforçando assim o avultado número de batalhadores.

No dia 3, de acordo com os oficiais acima indicados e a convite destes, reuniram-se na residência do major Solon Ribeiro os capitães de infantaria Carlos Olímpio Ferraz e Manoel Joaquim Pereira, cujas opiniões já eram conhecidas, e o 1<sup>o</sup> tenente Timóteo de Faria Corrêa, e ali trataram da forma pela qual deveria realizar-se o movimento nos corpos de infantaria afirmando aqueles capitães que podiam com toda segurança contar com o 7<sup>o</sup> batalhão.

No dia imediato, o capitão Mena Barreto conferenciou no 1<sup>o</sup> batalhão com os capitães Osório de Paiva, Bento Tomás Gonçalves, D. Joaquim Baltazar da Silveira e o alferes secretário Napoleão Felipe Aché, tendo anteriormente já conferenciado com os capitães Minervino Tomé Rodrigues e Filomeno José da Cunha.

Os referidos oficiais prometeram o seu apoio à 2<sup>a</sup> brigada, com exceção do capitão Osório de Paiva, que não se mostrou contrário ao movimento, mas vacilou, declarando ser amigo do Governo.

Antes, já tinham também conferenciado os iniciadores do movimento com o capitão Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, que afirmou não estar satisfeito com o general Deodoro, mas que, entretanto, se ele se apresentasse novamente para defender os brios do Exército e pretender salvar a Pátria, podiam contar com os seus serviços.

No dia 4 o major Marciano de Magalhães em conferência com o capitão Mena Barreto, afirmou este que a 2<sup>a</sup> brigada estava pronta para entrar em ação, mas que o 2<sup>o</sup> regimento apenas tinha 200 tiros de canhão, ficando então aquele major de empregar os meios para que viesse de Campinho a munição necessária.

No dia 5 o Dr. Aristides Lobo, em carta dirigida ao capitão Mena Barreto pediu-lhe uma conferência, que se realizou no dia seguinte no escritório daquele advogado e à que assistiu o Dr. Almeida Pernambuco.

Nesta conferência, o Dr. Aristides Lobo prometeu 400 homens armados, que viriam de S. Paulo no dia apazado, pedindo ao mesmo tempo providências no sentido de, pelo 10<sup>o</sup> regimento da guarnição naquela cidade, ser prestado aos seus correligionários paulistas dali todo o auxílio possível.

No desempenho dessa missão, o capitão Mena Barreto imediatamente dirigiu uma carta ao alferes daquele regimento Gaspar Adolfo Mena Barreto Ferreira, carta cujo conteúdo era o seguinte:

“Grandes acontecimentos vão ter lugar nestes poucos dias; apresente-se ao Dr. Campos Sales e forneça-lhe os esclarecimentos sobre os recursos com que poderemos contar nesse regimento. Critério e muito cuidado.”

Nesse mesmo dia o major Solon teve longa conferência com o general Deodoro, dela nada transpirando.

Já no dia 3 ficara resolvida a reunião do Clube Militar para 9, e constantes foram os esforços empregados pelos iniciadores do movimento revolucionário para que a ela comparecesse o maior número possível de associados.

Era notável naquela ocasião o abandono em que estava o Clube, desde que nele se realizara uma reunião para receber a visita dos ministros da Guerra, visconde de Maracajú, e o da Marinha, almirante barão do Ladário, logo após a ascensão do partido liberal ao poder e ainda mais pelo desgosto que causou a moção apresentada pelo general Cunha Matos que, aprovada, colocaria o Clube em posição de um núcleo de louvainheiros, como diziam.

A moção foi mal sucedida pela intervenção do Dr. Benjamin Constant, como também a segunda apresentada pelo mesmo general Cunha Matos.

Desde então, como já dissemos, arrefeceram os ânimos dos sócios do Clube, tornando-se assim espinhosa a tarefa daqueles que desejavam ter grande concorrência na reunião marcada para o dia 9.

Teria o Clube Militar, em novembro de 1889, cerca de 120 sócios, sendo insignificante o número de oficiais superiores entre os seus associados.

Tratando-se, pois, da realização de uma assembléia geral para o dia 9 daquele mês, foram propostos e aceitos na sessão de 5 os seguintes sócios:

Coronéis: Cândido José da Costa, Joaquim Jerônimo Barrão e João Evangelista Neves da Fonseca; tenentes-coronéis: Ernesto Jacques Ourique, João Nepomuceno de Medeiros Mallet; majores: Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, Antônio Virgílio de Carvalho e Luís Mendes de Moraes; capitães: Henrique Guatimosin Ferreira, Antônio Tertuliano da Silva Melo, Lídio Porpurário dos Santos, Vespasiano Augusto de Albuquerque Silva, Manoel Joaquim Godolphim, Antônio Carlos Ferreira Leão, Floriano Florambel, José Pedro de Oliveira Galvão; tenentes: Jerônimo Augusto Ribeiro de Moraes, Gentil Eloy de Figueiredo, Feliciano Mendes de Moraes, Alcides Bruce, Sebastião Bandeira, Henrique Maria de Oliveira Bezerra, Augusto Chimeno Villeroy, Lauro Nina Sodré, Saturnino Nicolau Cardoso, Américo de Andrade Almada; 2<sup>os</sup> tenentes: Eugênio Bittencourt, Tristão A. de Araripe Sobrinho, Adolfo Augusto de Oliveira Galvão, Joaquim Máximo Madureira de Sá; alferes: João Ludgero dos Santos, José Vieira da Silva, Gasparino de Castro Carneiro Leão, Alexandre de Assunção, Álvaro de Portugal, Pedro de Artgnam, Joaquim Inácio Batista Cardoso, Daniel Acioly, João Paulo de O. Carvalho, Pedro Nolasco, Abel Nogueira; médicos: Drs. Luís Carlos Duque Estrada (Exército), Henrique de Araujo Lima (Marinha).

Às 11 horas da noite do dia 6 o capitão Mena Barreto, alferes Joaquim Inácio, tenentes Saturnino Cardoso e Sebastião Bandeira, e o aluno da Escola de Guerra Anibal Eloy Cardoso, conferenciaram com o Dr. Benjamin Constant, em sua residência, achando-se presente o major Marciano de Magalhães e um dos filhos do Dr. Benjamin, tratando-se então do que convinha fazer-se no sentido de apressar o movimento tomando-se medidas de agir-se secretamente e com cuidado para não sacrificar o bom êxito do empreendimento político.

Ficou ainda assentado que à reunião do Clube Militar presidiu a maior discreção não deixando antever ao governo as intenções do Exército; e aconselhando-se mesmo como demonstração de disciplina, o embarque do 22<sup>o</sup> batalhão de infantaria, precipitadamente mandado partir para o Amazonas.

Foi ainda nesta ocasião que o tenente Bandeira declarou ao Dr. Benjamin Constant que o general Almeida Barreto, por intermédio do capitão Galvão, se propunha a

aliar-se aos revolucionários e pedia que essa sua resolução fosse comunicada aos chefes do movimento, declaração esta que muito sensibilizou o Dr. Benjamin Constant, que, em presença do capitão Galvão, congratulou-se com o seus companheiros pela aquisição do experimentado veterano da guerra do Paraguai.

Houve um momento em que o Dr. Benjamin Constant se mostrou preocupado, perguntando depois de uma breve pausa aos companheiros o que se havia fazer do “nosso Imperador”.

Os presentes conservaram-se silenciosos, quando foram interrompidos pelo alferes Joaquim Inácio: “Exila-se”, disse este.

“Mas se resistir”, replica Benjamin Constant.

“Fuzila-se”, respondeu aquele oficial.

O Dr. Benjamin Constant, não podendo ocultar o mau efeito que lhe havia causado tal opinião, disse entre um leve sorriso:

“Oh! o Sr. é sanguinário! Ao contrário devemos rodeá-lo de todas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício muito digno”.

No dia 7, de novo reuniram-se na residência do Dr. Benjamin Constant, os Srs. Quintino Bocaiuva, major Solon Ribeiro e capitão Mena Barreto ficando assentado congregarem-se os chefes republicanos com o general Deodoro para resolver-se sobre a organização do Governo Provisório.

A formal declaração do capitão Mena Barreto de que a revolução era segura o Sr. Quintino Bucaiuva declarou que “se o Exército assim não procedesse teríamos 3.º, 4.º e 5.º reinados”.

No dia 9 realizou-se a Assembléa Geral convocada pelo Clube Militar.

O Sr. Dr. Benjamin Constant, depois de expor sucintamente o motivo da convocação tomou o compromisso solene de, dentro do prazo máximo de *oito dias*, apresentar a seus companheiros uma solução honrosa para o país e para a classe militar.

Tomando, em seguida, a palavra o Sr. tenente-coronel de Engenheiros Alfredo Ernesto Jacques Ourique, propôs que, à vista do que acabava de dizer o Dr. Benjamin Constant, se encerrasse a discussão.

Intervindo ainda o 1.º tenente Augusto Villeroy, voltou à tribuna o Dr. Benjamin Constant e com mais calor afirmou mais uma vez estar pronto a morrer pelo Exército na defesa da Pátria e dos bríos da classe.

A ata desta memorável Assembléa Geral é a seguinte:

“Sessão da Assembléa Geral, em 9 de novembro de 1889. — Presidência do Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant.

Achando-se presentes 116 sócios, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

Sendo lida a ata da sessão antecedente é aprovada sem debate.

Passando à ordem do dia o Sr. presidente declara à Casa os motivos que levaram a Diretoria, reunida a 5 do corrente, a convocar esta reunião de Assembléa Geral.

Fazendo uma exposição dos atos do Governo Ouro Preto, o Sr. presidente disse que não precisava descer a detalhes para acentuar aos sócios deste Clube os maus intuitos do Governo para com aqueles a quem é confiada a mais nobre das

missões — garantir a honra, a liberdade e a integridade da Pátria; que já estava no domínio de todos o estado de coisas tão lastimável a que a política de homens sem critério pretendia nos reduzir; que nem um só membro deste Clube o podia ignorar, mas que nunca pensava que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade; que a isso se comprometia sob a sua palavra de honra, e que desde já poderiam ficar cientes de que, se fosse mal sucedido, resignaria todos os empregos públicos que lhe foram confiados quebrando, até a sua espada.

Terminava o seu discurso, quando pede a palavra o Sr. alferes aluno José Bevilaqua e diz que ao venerando mestre Dr. Benjamin Constant deveria ser dada pleníssima confiança para proceder como entendesse afim de que em breve nos fosse dado respirar o ar de uma Pátria livre, no que foi coberto de imensos aplausos.

Em seguida lembra que o Clube Militar, achando-se reunido pela primeira vez após o falecimento do bravo capitão Luís Maria de Melo Oliveira, não pode deixar de lançar em ata um voto de pesar pelo passamento de tão ilustre associado.

Neste sentido envia à mesa uma proposta que foi unanimemente aceita.

Tendo o Sr. presidente declarado que resignaria todos os empregos públicos que os homens da monarquia lhe haviam confiado, caso não lhe fosse dado colocar a classe militar na posição que lhe compete, pede a palavra o Sr. tenente Ximeno Villeroy, e diz que o mestre Dr. Benjamin Constant não deveria proferir aquelas palavras, nem sequer pensar em tal coisa; parecia não conhecer a política de homens como Ouro Preto, antipáticos, mal intencionados e em cujo coração só germina o mal.

Que se a Ouro Preto fosse dado, mesmo em sonho, saber que o mestre havia pretendido firmar semelhante fato, isto somente seria suficiente para fazê-lo vítima de uma cilada.

Terminado o seu discurso, pediu ao Sr. presidente que retirasse o seu modo de pensar, declarando que em defesa da grande causa nacional o acompanharia cegamente em qualquer que fosse o terreno, no que foi calorosamente aplaudido, e secundado pelo Sr. Dr. Anfrísio Filho.

Em vista da maneira por que foram recebidas as palavras do Sr. tenente Villeroy, o Sr. presidente acede ao seu pedido.

Manifestam alguns sócios o desejo de falar sobre o assunto, quando pede a palavra o Sr. tenente-coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique, e diz que ninguém melhor que o Sr. Dr. Benjamin Constant para guiar-nos no caminho da honra, resolvendo de uma vez para sempre, de um modo o mais digno para a nossa classe, todas as questões da política desorientada de que éramos vítimas, e que não admitindo que um só membro do Clube se pronuncie sobre tal assunto depois das palavras do Sr. Dr. Benjamin Constant, que fosse suspensa a sessão, o que foi unanimemente coberto de calorosos aplausos.

O Sr. presidente, chamando a si tão alta quão patriótica responsabilidade, declara que se não lhe fosse dado convencer aos homens do governo que eles

marchavam em um caminho errado, que estava cavando a ruína da nossa Pátria, e que eram os únicos responsáveis pelo abismo que nos está destinado, que se a alma que lhe é peculiar, se os meios legais e suasórios não forem suficientes para mudar a direção de uma política caduca, política de homens completamente ignorantes, e sem patriotismo algum, estaria pronto para desprezar o que havia de mais sagrado — o amor da família — para ir morrer conosco nas praças públicas, combatendo em prol da Pátria que era vítima de verdadeiros abutres, para o que só pedia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua quanto difícil missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer.

Após estas palavras, o Sr. presidente foi coberto de uma salva de palmas e enormes aplausos. — *Tomás Cavalcanti*, 1º secretário. — *Pedro Ferreira Neto*, 2º secretário.

Escrevendo estas notas temos procurado colher em fontes seguras a verdade dos fatos que se relacionam com a revolução de novembro.

Assim com relação às palavras que atribuímos aos alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso, hoje coronel comandante do 1º regimento de cavalaria, em resposta às perguntas feitas pelo Dr. Benjamin Constant, com referência ao Imperador D. Pedro II, temos a confirmação em uma carta que recebemos daquele coronel e da qual destacamos os seguintes trechos:

“No incidente em casa do Benjamin a minha resposta tinha toda razão de ser, pois, estando resolvido fazer-se a República, não poderíamos estacar diante de qualquer obstáculo.

E foi para o significar precisa e claramente que eu pronunciei aquelas palavras.

Aliás pessoalmente gostava do Imperador, de quem não tinha motivo de queixa e cerquei-o de toda a consideração na noite do seu embarque para o estrangeiro.

Como deveis estar lembrado fui eu que por ordem do Governo Provisório o acompanhei com o Mallet, do Paço ao cais Pharoux, indo após o embarque dar dele conhecimento ao mesmo Governo reunido no Quartel General.

Na ocasião do embarque D. Pedro (o filho do duque de Saxe) muito agitado, voltando-se para mim, disse: “Meu criado fica em terra, garantam-lhe a vida” ao que repliquei: “Os revolucionários de 15 de novembro não são assassinos.”

Logo depois de terminada a assembléia geral do Clube Militar prosseguiu o tenente Sebastião Bandeira e seus companheiros na propagação pelos corpos do Exército para o bom êxito do arrojado e temeroso empreendimento da mudança do regime monárquico.

Na Escola Superior de Guerra os alferes João Batista da Mota, Anibal Cardoso, José Bevilacqua e outros trabalhavam dedicadamente em prol da República.

No mesmo dia à noite o tenente Sebastião Bandeira procurava o alferes quartel-mestre do 1º regimento de cavalaria Alexandre Zacarias de Assunção, e com ele se entendeu acerca da quantidade de munição existente na arrecadação.

Ciente de que era ela muito diminuta, combinaram ocultá-la de maneira a não ser lembrada pelos adeptos do Governo, comprometendo-se o alferes Assunção a respon-

der negativamente quando perguntado sobre o assunto, pois que assim evitaria investigações.

Este oficial juntamente com o sargento quartel-mestre Francisco Pereira da Costa Filho começaram a prestar inestimáveis serviços à causa, facilitando para a revolução armamento, arreamento e outros objetos necessários para segurança das forças que tinham de agir no arrojado lance.

Na paquete *Maranhão* partiu com destino ao Amazonas no dia 10 de novembro o 22º batalhão de infantaria cuja oficialidade era a seguinte:

Comandante coronel Carlos Magno; fiscal, major Sousa Meneses; ajudante capitão, Carlos Fróes.

Comandantes: da 1ª companhia, capitão Manoel Tomé Cordeiro; da 2ª, capitão Veríssimo Máximo; da 3ª, capitão Pedro de Alcântara Fonseca; da 4ª, capitão Augusto Tibério Burlamaqui. Subalternos: tenente Antônio Benedito de Araujo, tenente Gomes Carneiro, alferes Agrícola Guanabara, alferes Antônio Ferreira Dias, alferes Ludgero Luz, alferes José Antonio Dourado, tenente adido Pedro Carolino, tenente médico Dr. Batista da Mota.

Às 7 horas da manhã do dia 16 chegou a Pernambuco, sabendo-se entre a oficialidade da proclamação da República.

O comandante telegrafou imediatamente ao Governo Provisório pedindo ordens. Não tendo obtido resposta o comandante das armas, coronel Aguiar Lima fez prosseguir na sua viagem.

Chegando à Paraíba no dia 17 recebeu o comandante Carlos Magno telegrama do marechal Deodoro determinando que o batalhão regressasse a Pernambuco e ali desembarcasse aguardando ordens.

O comandante do paquete opunha-se a regressar, alegando não o poder fazer por falta de determinação do diretor da Companhia, mas à vista da inistência do coronel Carlos Magno acedeu, lavrando seu protesto.

Na tarde do mesmo dia 17 regressou o paquete para o Recife, e desembarcado aquartelou o 22º com o 14º de infantaria, no dia 18.

Devido a alguns fatos de certa gravidade que a indisciplina e a política tentavam levar a efeito e que encontravam resistência enérgica por parte da oficialidade, foi demorada como garantia de ordem, a estadia do batalhão naquela capital.

Assumindo o Governo do Estado de Pernambuco, o general José Simeão, em setembro, a 2 de janeiro de 1890 fez o batalhão regressar para esta Capital, onde chegou a 8 e aquartelou na Escola Militar.

Bem informados podemos assegurar que o 22º batalhão de infantaria foi mandado partir para o Amazonas pelo seguinte caso:

O então Vice-Presidente daquela província Barão de Juruá, solicitou do barão do Ladário, ordens no sentido de ser enviado para ali um dos batalhões desta Capital, dos mais disciplinados.

Em conferência ministerial foi resolvido o pedido, e indicado pelo ajudante-general Floriano Peixoto aquele batalhão.

No dia 11, o major Solon e tenente Bandeira, na residência daquele convencionaram em convidar os chefes republicanos Rui Barbosa e Aristides Lobo para uma conferência com o general Deodoro e Benjamin Constant.

Às 2 horas da tarde daquele dia o Dr. Benjamin Constant determinou ao tenente Sebastião Bandeira que comparecesse à residência do general, onde resolveriam acerca da conferência.

Despedindo-se de Benjamin Constant o tenente Bandeira dirigiu-se para o Arsenal de Guerra, onde sondou quais os preparativos do Governo e os recursos de que poderiam utilizar os revolucionários, informando-se habilmente.

Passando pela rua do Ouvidor aí encontrou-se com os alferes José da Silva Pessoa e Guilherme Augusto da Silva, aos quais deu a conhecer o movimento que se preparava, obtendo desde logo adesão franca desses oficiais.

À hora combinada, reuniram-se na residência do general Deodoro, o Dr. Benjamin Constant e tenente Bandeira, resolvendo-se então que a conferência com os chefes republicanos seria ao entrar da noite, e na própria casa do general.

Foi nessa ocasião que o Dr. Benjamin comunicou ao general a proposta do brigadeiro Almeida Barreto, esforçando-se para que fossem esquecidos quaisquer ressentimentos, que o velho militar tivesse, oriundos da questão militar, pois, assim também eram os desejos do brigadeiro Barreto.

Deodoro, cujo coração o ódio nunca havia contaminado, não se mostrando contrariado, aceitou a proposta que lhe fez o Dr. Benjamin Constant, dele enviar um cartão com um sinal convencionado ao brigadeiro Almeida Barreto, como demonstração de inteira confiança, como seu leal aliado.

Tratavam ainda de outros assuntos, todos relativos à revolução, quando o tenente Sebastião Bandeira lembrou ao general a conveniência de mandar chamar os comandantes de corpos da 1ª brigada, que ainda não se haviam ligado à conjuração, e bem assim o próprio ministro da Guerra, visconde de Maracaju, e aconselhá-lo a retirar-se do Governo, para evitar que como militar sofresse as imprevisas consequências que poderiam advir na luta entre companheiros de classe.

Com a retirada do visconde de Maracaju, era, pois, de presumir que esse ato seria bastante para influir na aliança dos corpos de infantaria, porque o barão do Rio Apa, comandante da 1ª brigada, e irmão do ministro da Guerra, sentindo-se um tanto isolado, recuaria do seu propósito de defender o Governo, resolução esta que traria apoio de toda a brigada em prol dos revolucionários.

O general acedendo à lembrança, acrescentou que chamaria também o ajudante-general, Floriano Peixoto, mostrando-se o Dr. Benjamin Constant muito satisfeito pela idéia de Deodoro, e declarando contar com a mais enérgica coadjuvação do ajudante-general, de quem fazia o melhor conceito.

Depois desta conferência, por determinação do Dr. Benjamin, o tenente Sebastião Bandeira foi encarregado de entender-se com os Srs. Quintino Bocaiuva, e Dr. Aristides Lobo, enquanto o mesmo Dr. Benjamin trataria de conferenciar com o chefe de divisão Eduardo Wandenkolk, capitão de fragata Frederico Guilherme Lorena e Dr. Rui Barbosa.





Casa à rua de S. Cristovão onde se reuniam os  
oficiais dos 1º e 9º Regimentos para  
deliberarem sobre a revolução

O tenente Bandeira, depois de ter conferenciado com o Dr. Aristides Lobo, no café de Londres, encarregou o Dr. Lopes Trovão de transmitir o convite para a reunião na residência do general Deodoro, ao Sr. Quintino Bocaiuva, pois, na ocasião não era encontrado.

O tenente Bandeira pôs o Dr. Lopes Trovão detidamente ao corrente do curso que levava o movimento na força armada, sobretudo nas fileiras do Exército e pediu-lhe que, para a vitória da causa, empenhasse todo o seu talento, energia e prestígio.

Compreende-se a transbordante emoção do tribuno, que, desde os bancos acadêmicos, vinha fazendo a propaganda através de todas as perseguições na vida pública e de todas as misérias na vida privada.

Abraçando o tenente Bandeira, disse-lhe que “com esse feito o Exército ao título de *libertador*, conquistado na campanha abolicionista, pelo modo porque se houvera, juntaria a fama de *humanitário*, evitando o sacrifício de vidas nos azares de uma revolução popular que poderia trazer-nos a República mas que também poderia retardar o seu advento por tempo impossível de calcular”.

No referido dia 11 a noite, realizou-se na residência do general Deodoro a reunião dos chefes republicanos, Srs. Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Wandenkolk, Frederico Lorena e Benjamin Constant, ficando assentado o auxílio do povo e da Armada para o triunfo do empreendimento.

Antes daquela reunião o capitão Mena Barreto dirigiu-se ao escritório do Dr. Aristides Lobo e apresentou-lhe o alferes Gasparino de Castro Carneiro Leão, que tendo de partir para S. Paulo, ali coadjuvava os oficiais do 10º regimento tenente Gustavo Ramalho Borba e os alferes Gaspar Mena Barreto e André de Pádua Fleury, que na capital paulistana unidos ao Dr. Campos Sales trabalhavam arduamente em prol da revolução.

Ativa continuou a propaganda nos 1º e 9º regimentos de cavalaria, 2º de artilharia e Escola Superior de Guerra, enquanto os iniciadores do movimento por outro lado procuravam reunir novos elementos, empregando além de uma febril atividade, os mais dedicados esforços para levar por diante tão árdua quanto perigosa tarefa.

Os tenentes Jorge dos Santos Rosa e Saturnino Cardoso, auxiliados por praças, serralheiros, por inferiores e outros soldados, fabricavam as esconças à noite, com inaudível arrojo, a munição que deveria servir à artilharia, chegando a reduzir até projéteis de maior para menor calibre.

No interesse de se tornar mais garantido o compromisso tomado por todos os que se achavam envolvidos na conspiração por parte da 2ª brigada, a convite do capitão Mena Barreto, tenente Sebastião Bandeira e alferes Joaquim Inácio na noite de 11 reuniram-se no 2º andar da casa da rua S. Cristóvão nº 131, hoje 427, os oficiais do 1º e 9º regimentos de cavalaria, firmando o pacto que abaixo publicamos, cujo original foi no dia 12 entregue a mandado do major Solon ao Dr. Benjamin Constant.

Ao *cidadão* tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães:

Reunidos aqui os oficiais nesta assinados, passando em revista os acontecimentos que desdobram um plano cujas conseqüências e termo são já fáceis de prever, divisam

através do espinhamento do Exército, na falta de atenção aos seus sacrifícios e dedicações, no ludíbrio desrespeitoso a brasileiros de serviços reais. — a ruína da Pátria brasileira.

E para não o realizarem aqueles que um só sacrifício não contam em seu benefício, vendo-se obrigados a optar entre o aniquilamento completo da Nação brasileira e do Exército, e a destituição daqueles que só de males têm enchido o nosso País, optam ao que foi deliberado pela segunda, aderindo sem reservas ao eminente cidadão a quem agora se dirigem selando este compromisso com o seu sangue, se necessário se fizer deramá-lo nas praças públicas.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1889.

O capitão *José Pedro de Oliveira Galvão*, 1º regimento.

O capitão *Manoel Joaquim Godolphim*, 1º regimento.

Tenente *Jerônimo Augusto Rodrigues de Moraes*, 1º regimento.

Alferes *Alexandre Zacarias de Assunção*, 1º regimento.

Alferes *José da Silva Pessoa*, 1º regimento.

Capitão *Traiano de Meneses Cardoso*, 9º regimento.

Alferes *Joaquim Inácio Batista Cardoso*, 9º regimento.

Alferes *Gasparino da Costa Carneiro Leão*, 10º regimento.

Alferes *Minervino de Vasconcelos*, 1º regimento.

Alferes *João Ludgero dos Santos Conny*, 1º regimento.

Alferes *Eduardo José Barbosa Junior*, 1º regimento.

Alferes *Pedro D'Artanham da Silva Monclar*, 1º regimento.

Alferes *Cândido Dulcídio Pereira*, 1º regimento.

Alferes *Pedro Alexandrino de Sousa e Silva*, 9º regimento.

Alferes aluno *Manoel Joaquim Machado*, 5º regimento.

Alferes aluno *Fileto Pires Ferreira*.

Alferes *Abel Nogueira*, 9º regimento.

Alferes aluno *Afonso Carlos Barroim*, 1º regimento.

Tenente *Sebastião Bandeira*, 1º regimento.

Cadete *Raimundo Gonçalves de Abreu Filho*, representante dos cadetes e inferiores do 1º regimento.

*João Batista Xavier*, representando os cadetes inferiores do 9º regimento.

Capitão *Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto*, 9º regimento.

Tenente *Henrique Maria de Oliveira Bezerra*, 1º regimento.

Capitão *Floriano Florambel da Conceição*, 1º regimento.

Alferes *G. Augusto da Silva*.

Alferes aluno *Artur Napoleão de Oliveira Madureira*, 1º regimento.

Alferes *Pedro Nolasco Alves Ferreira*, 9º regimento.

Alferes *Daniel Acioli de Azevedo e Sá*, 9º regimento.

Tenente *Gentil Eloi de Figueiredo*, 1º regimento.

Alferes *José Vieira da Silva*, 1º regimento.

Tenente *Henrique de Amorim Bezerra*, 1º regimento.

Alferes *José Bazílio de Amorim Bezerra*, 1º regimento.

Desse importante documento tiveram conhecimento os chefes republicanos,

Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Lopes Trovão, Sampaio Ferraz, Julio Diniz e outros.

Igual pacto consta que firmaram os alunos da Escola Superior de Guerra e os oficiais do 2º regimento de artilharia.

A essa reunião compareceram, comissionados por seus companheiros, o 2º cadete 2º sargento Raimundo Gonçalves de Abreu do 1º regimento de cavalaria e João Batista Xavier, 2º cadete 1º sargento do 9º.

Estiveram também presentes os alferes alunos Anibal Cardoso, Tasso Fragoso, J. Bevilaqua, Fileto Pires Ferreira, João Batista da Mota, Ovídio Abrantes e outros.

O Dr. Benjamin Constant era tido em grande conceito pelo general Deodoro, que o ouvia sempre com a mais profunda atenção a sua tenaz propaganda, os seus conselhos atuavam profundamente no ânimo do velho soldado.

Nas repetidas conferências realizadas entre ambos; o Dr. Benjamin com a erudição e talento que lhe eram peculiar, punha diante dos sentimentos de classe do general os atos do Governo, fazendo convencer-se da perseguição que se exercia contra o Exército, ofendendo-o no seu brio de defensor da Pátria, garantia da sua honra e da sua integridade.

Por outro lado, da sua cadeira de lente ensinava aos seus discípulos as doutrinas democráticas, em hábil e inteligente propaganda que o tornou estimado e até venerado pela mocidade mais inteligente e mais preparada do nosso Exército.

Tendo-se propalado a notícia de que o Governo expedira ordens para que embarcasse, desarmado, para S. Borja, no Rio Grande do Sul, o 2º regimento de artilharia, e chegando o caso ao conhecimento do tenente Bandeira, dirigiu-se este ao quartel daquele regimento onde, entendendo-se com o capitão Marques Porto, oficial de Estado, acerca da alarmante notícia, assegurou ao referido oficial que podia o regimento contar com o apoio dos 1º e 9º regimentos de cavalaria, no sentido de opor formal recusa ao cumprimento de tão irritante ordem.

Pouco depois, chegou o capitão Mena Barreto, que, secundando as afirmações do tenente Bandeira, encontrou já a oficialidade reunida, declarando ainda mais em presença desta, de cadetes e inferiores, que os regimentos de cavalaria não consentiriam na ordem expedida pelo Governo.

O major Lobo Botelho, respondendo as declarações daquele oficial, assegurou que enquanto no quartel tivesse uma granada ele e a oficialidade não embarcariam, como fora ordenado.

Não fora prudente esta ordem violenta e imprópria na ocasião, porque mais acirrou os ânimos dos conspiradores, dando em resultado obterem outros adeptos para a causa em que se empenhavam.

Faltou ao Governo a necessária calma e providência, e quem sabe se a verdadeira compreensão da situação melindrosíssima em que se havia colocado, exercendo violências, angariando cada vez mais antipatias entre as corporações militares de terra.

Não se poderá supor que fosse estranho aos membros do Governo o movimento que se operava, apesar do cuidado e do sigilo que os conspiradores empregavam no intuito natural de evitar o fracasso da revolução que tentavam.

Melhor informados devemos deixar aqui consignado que para reatuação de relações de amizade entre o brigadeiro Almeida Barreto e o general Deodoro muito correu o alferes José da Silva Pessoa, então ajudante de ordens daquele veterano da campanha do Paraguai, que lhe dedicava apreço e estima quase filial.

No dia 12 reassumi a pasta da Guerra o visconde de Maracajú, que se achava enfermo há cerca de dois meses, tendo nesse dia comparecido à conferência ministerial realizada na Secretaria do Império.

Nessa conferência, o ministro da Agricultura chamou a atenção do da Guerra, e dos seus colegas do Governo, acerca de insistentes boatos que corriam de sublevação militar e para a conveniência de desmentir por meio da imprensa providências tomadas de embarque de batalhões para fora desta Capital e medidas repressivas contra oficiais do Exército.

Alguns dos ministros tinham recebido cartas anônimas, denúncias de *complôs*, mas ainda assim acharam desnecessários desmentidos ou declarações sobre o assunto.

À noite o visconde de Maracaju em conferência com seu irmão o barão do Rio Apa, combinou entregar o comando geral da brigada de infantaria ao brigadeiro Almeida Barreto.

Na manhã daquele dia o general Inocêncio Veloso Pederneiras, bravo e brioso militar, veterano da guerra do Paraguai, procurou o tenente Sebastião Bandeira a quem ofereceu o seu concurso para o bom êxito da revolução que lhe era muito simpática porque faria abortar os planos do Conde d'Eu relativos ao estabelecimento do 3.º reinado.

Naquele dia o capitão Mena Barreto e tenente Sebastião Bandeira conferenciaram com o capitão-tenente Nelson de Vasconcelos de Almeida, lente da Escola Naval, solicitando o seu auxílio e apoio, comprometendo-se este de empregar os mais decididos e leais esforços no sentido de, pela sua classe, serem fornecidos elementos aos seus companheiros do Exército.

Nos dias 12 e 13, o alferes Joaquim Inácio distribuiu pelos quartéis do 2.º regimento de artilharia, 1.º e 9.º de cavalaria, 1.º e 10.º batalhões de infantaria, grande número de exemplares do *Correio do Povo*, que no primeiro daqueles dias publicara um longo artigo em que tratava especialmente das péssimas condições em que a monarquia colocara o Exército.

Foram também distribuídos exemplares do *Dia*, que tratara também do mesmo assunto.

Esses exemplares de jornais, foram disputados pela soldadesca, que os lia em grupos nos alojamentos e refeitórios, comentando animadamente as revelações que eram feitas.

Nesse serviço foi o alferes Joaquim Inácio coadjuvado pelo 2.º cadete-sargento Raimundo de Abreu, 1.º sargento Arnaldo e outros inferiores do 1.º e 9.º regimentos de cavalaria, bem como pelo particular 2.º sargento do 2.º regimento de artilharia Francisco Pinto Fernandes Júnior.

Notada era a atividade do tenente Saturnino Cardoso, agitando o movimento no seu regimento, Escola de Tiro e 1.º batalhão de engenheiros e angariando outros elementos para reforçar o número dos revolucionários.

Ao anoitecer do dia 13, o tenente Sebastião Bandeira dirigindo-se pela Imperial Quinta da Boa Vista, em caminho para a residência do Dr. Nelson encontrou-se com o capitão Marques Porto, do 2.º regimento de artilharia e juntos foram conferenciar com o capitão Galvão, o qual declarou que em tempo, por intermédio do 1.º sargento Manoel Antônio de Barros, em serviço no quartel de polícia de Estácio de Sá, os conspiradores seriam informados de qualquer movimento por parte das praças daquela corporação.

Às 4 horas da tarde, o capitão Hermes Rodrigues da Fonseca, também conspirador, dirigiu-se ao quartel do 1.º regimento de cavalaria convidando o tenente-coronel comandante João Batista da Silva Teles a comparecer na residência do general Deodoro, que tinha a máxima urgência de falar-lhe.

O tenente-coronel Teles voltando ao quartel declarou ter conferenciado com o general.

Motivou aquele convite, segundo informações que obtivemos, o seguinte: Dois dias antes da revolução, isto a 13, o tenente Sebastião Bandeira encontrando-se com o capitão Hermes da Fonseca pediu-lhe que comunicasse ao general Deodoro a atitude daquele comandante, opondo-se inteiramente à conspiração, pois que na ausência dos oficiais intentara inutilizar os trabalhos feitos já ameaçando castigar com rigor os inferiores comprometidos no movimento, já lhes prometendo promoções nas vagas abertas pelos oficiais conspiradores, que seriam infalivelmente inutilizados.

É sabido que o tenente-coronel Silva Teles depois da conferência com o general Deodoro fora visto entrar na residência do ajudante-general do Exército com quem teve segunda conferência.

Em abono da verdade devemos aqui consignar, por termos ouvido de vários conspiradores que o tenente-coronel Silva Teles desde que bem avaliara a situação e se convencera de que a revolução seria inevitável, jamais regateara serviços à República e antes fora dedicado em extremo às suas instituições.

A sua atitude é justificada. Ele não era político, limitava-se ao cumprimento dos deveres militares como oficial disciplinado que o era desde a campanha do Paraguai.

No dia 14 reuniram-se na casa do capitão Espírito Santo, o tenente-coronel Benjamin Constant, major Solon Ribeiro, brigadeiro Almeida Barreto e outros, sendo declarado pelo Dr. Benjamin Constant que o movimento seria dado no dia 18, ao que se opôs formalmente o major Solon.

Quando este e o capitão Espírito Santo assentaram realizar uma conferência com o tenente-coronel Silva Teles, não o leveram a efeito por ter sido o major Solon chamado pelo ajudante-general do Exército Floriano Peixoto.

O ajudante-general ordenava que o 9.º regimento de cavalaria e o 2.º de artilharia fossem aquartelar na Escola Militar, na praia Vermelha no dia 15.

Tendo de partir no dia seguinte para S. Paulo o alferes do 10.º regimento Daniel Acioly de Azevedo e Silva, na tarde daquele dia 14 o capitão Mena Barreto conferenciou com aquele oficial no largo de S. Francisco de Paula, dando-lhe instruções como devia proceder no sentido de agitar os ânimos naquele regimento, trabalho este já iniciado com resultado pelo tenente Gustavo Borba de acordo com o Sr. Dr. Campos Sales.

Notável era a atividade empregada pelos conspiradores, que pareciam possuir o dom da ubiqüidade, não descansando um momento, percorrendo os quartéis, confabulando com os oficiais, inferiores e soldadesca, e realizando conferências secretas para delineação dos planos que teriam de por em execução para a completa vitória do temerário cometimento.

Ainda às 6 horas da tarde, mais ou menos, do dia 14, o capitão Mena Barreto e tenente Sebastião Bandeira conferenciaram com o general Inocêncio Pederneiras, na residência deste, solicitando que chamasse seu filho Aquiles Pederneiras, capitão do 1.º batalhão de artilharia, para auxiliar o movimento, e prevenisse ao tenente-coronel Meeiros Mallet que convinha apressar os trabalhos.

O visconde de Maracaju por vezes, em conferência com o ajudante general Floriano Peixoto, interrogou-o sobre esses boatos, recebendo deste afirmações de que completa tranqüilidade e ordem reinavam nas forças da guarnição desta Capital. No dia 14, porém, a nova e insistente interrogação do visconde, o general Floriano declarou: “Estamos sobre um vulcão”.

O ministro da Guerra estranhou essa declaração tardia e, depois de dar várias ordens dirigiu-se para a residência de seu irmão o barão do Rio Apa, na rua da Lapa onde iria passar a noite.

Às 2 horas da madrugada, tendo sabido pelo seu ajudante de ordens tenente Jucutinga que algo se passava nos quartéis de São Cristóvão, dirigiu-se a pé para a brigada Policial, onde deu ordens, providenciou para que o general Pego viesse para o campo de Sant’Anna com 11 bocas de fogo e seguiu ainda a pé para o Arsenal de Marinha onde já se achavam reunidos os Srs. visconde de Ouro Preto, barão do Ladário, Cândido de Oliveira e Lourenço de Albuquerque.

Daí saiu e foi para a Secretaria da Guerra, pois que se tratando de movimento de força do Exército ele devia achar-se nesse lugar.

Às 3 horas da tarde ainda de 14, o major Solon, que estava em sua residência, calmamente dirigindo-se a sua esposa, uma digna e respeitabilíssima senhora, disse-lhe: — Quero jantar apenas um bife...

Depois dessa frugal alimentação vestiu uma calça e paletó cor de havana com minúsculos pontos brancos, colocou à cabeça um chapéu de feltro preto, assentou sobre o nariz óculos azuis e deixou a residência, dizendo que ia conferenciar com o general Deodoro.

Tal não fez, porém. Dirigiu-se para a cidade desembarcando de um bonde no largo de S. Francisco de Paula. Aí notou a presença de vários grupos de desconhecidos populares e, dirigindo-se a um deles, disse que andava a procura dos Srs. Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Lopes Trovão e outros para avisá-los de que o Governo havia mandado prendê-los, como já ordenara a prisão do general Deodoro, Dr. Benjamin Constant e outros.

Este boato premeditado, como é natural, tomou vulto e dentro em pouco repercutiu em todos os pontos da cidade, espalhando-se como verdadeiro no interior dos quartéis.

O fim almejado tinha sido conseguido, pois o truque aplicado dera como resultado o levante das forças da guarnição.

Já aqui temos declarado que, sendo o nosso intuito fornecer seguros subsídios para a história da fundação da República no Brasil, aceitamos gostosamente qualquer contestação ou informação que elucide com clareza fatos, que enriqueça a inteira verdade daquele acontecimento.

O ilustre Dr. Afonso Celso Junior, na sua interessante e aplaudida seção “*Cotas aos casos*” do *Jornal Brasil*, publicou o seguinte:

“Nos artigos que, sobre a epígrafe — “Deodoro” — e o subtítulo — “Para a História” — está publicando no *Jornal do Comércio* o Sr. coronel Ernesto Sena, mui injustas e injustificáveis apreciações e têm saído sobre a derradeira fase do Governo Imperial.

Reproduzem-se aí contra o Ministério Ouro Preto velhas acusações determinadas pelas paixões da época e que, mais de uma vez rebatidíssimas, não hão de ser acolhidas por historiador animado de isenção.

Os próprios artigos deparam confutação a certos juízos neles exarados.

Em um deles, por exemplo, acoima-se o gabinete de frouxo e baldo de energia para reprimir manifestações sediciosas, entre as quais o discurso de Benjamin Constant, na Escola Militar.

Em outro artigo diz-se:

“Faltou ao Governo a necessária calma e providência e quem sabe se a verdadeira compreensão da situação melindrosíssima em que se havia colocado, “exercendo violências” angariando cada vez mais antipatias entre as corporações militares de terra.

É clara a contradição.”

Se o Ministério se mostrava sem vigor em face de inadmissíveis manifestações militares, como é que, simultaneamente, praticava atos violentos para com os mesmos militares?! Ninguém será capaz de enumerar as tais violências.

E se na realidade elas existiram, cabe a principal responsabilidade a conspícuos militares, um dos quais ora erigido em patriarca da República.

Com efeito, ao organizar o seu gabinete chamou o visconde de Ouro Preto para as pastas militares a dois ilustres generais um de terra, outro de mar, — o visconde de Maracajú e o barão do Ladário.

De há muito não se observava essa circunstância, que depois sem interrupção, se tem dado, sob a República.

A militares confiou o Presidente do Conselho a presidência de mais de uma importante província.

Está averiguado que, entre os seus projetos de reforma, figurava o de melhorar as condições das classes armadas.

Durante pouco mais de cinco meses de administração cumulou de distinções o visconde de Ouro Preto ao general Floriano Peixoto, que lhe inspirava plena confiança.

Promoveu-o de brigadeiro a marechal de campo; agraciou-o com a dignidade da Ordem da Rosa, o que o tornou Grande do Império; nomeou-o ajudante-



general do Exército; convidou-o para substituir na pasta da guerra o visconde de Maracaju, caso este se retirasse em virtude de incômodos de saúde.

Há uma carta do marechal Floriano datada das vésperas da revolução e dirigida ao barão de Casalvasco, chefe político de Mato Grosso, na qual o futuro chamado Consolidador da República se declara gratíssimo ao Ministério Ouro Preto e feliz em lhe estar prestando a sua cooperação.

Na verdade, exercendo a mais alta comissão militar desse governo, correligionário dele, solidário em tudo com ele, o marechal Floriano houvera sido co-autor das violências se, porventura violências se tivessem perpetrado.

Cumprê não esquecer que vários heróis de 15 de novembro publicamente se gabaram de inventores ou propaladores de falsas notícias afim de excitar os ânimos e conseguir os seus fins revolucionários.”

Quanto à reprodução a que alude o nosso distinto mestre, de velhas acusações contra o Ministério Ouro Preto, elas não foram por nós inventadas. Estão consignadas nas declarações feitas ao general Deodoro, já por oficiais do Exército, já pelo próprio Dr. Benjamin Constant nas diversas conferências que teve com aquele velho soldado.

O próprio general Deodoro manifestou-se por vezes contra o Governo de então e o seu ato de revolta foi por certo oriundo da convicção que nutria de que a sua classe era perseguida e injustamente vilipendiada pelos Poderes Públicos da época.

O emérito escritor, cujo caráter, talento e ilustração acatamos, há de fazer-nos a justiça de não nos julgar apaixonados ou movidos por outro sentimento menos digno. Não se torna necessário afirmar publicamente a nossa admiração respeitosa pelo Presidente do Conselho de Ministros, seu venerando progeritor, cuja altivez e hombridade nos acontecimentos de 15 de novembro, tanto exaltaram os seus sentimentos morais e causaram admiração dos próprios adversários.

Somos apenas narradores, exercendo uma profissão alviçareira, com o único objetivo de conseguir que melhores conhecedores de assunto de tão alta monta sobre ele se externem e facilitem aos futuros historiadores valiosos subsídios.

Sabe S. Exa. que o então ministro da Guerra, Sr. visconde de Maracajú, por vezes lembrou aos seus colegas do Ministério, não só o aumento de soldo dos militares, como a concessão de distinções honoríficas e que as conferidas ao general Floriano Peixoto tiveram o insistente patrocínio do seu oficial de gabinete Coronel Costa Guimarães.

Já havia conseguido o visconde de Maracaju, alguns títulos e condecorações para alguns generais, e pensões para diversas viúvas de militares e, pelo seu oficial de gabinete Costa Guimarães, mandara organizar uma outra relação de oficiais-generais, superiores, capitães e subalternos, para serem contemplados com distinções honoríficas, pois havia até coronéis que não tinham o oficialato da Rosa.

As propostas eram sempre adiadas e a repetição quase imediata da sua enfermidade, obrigou-o a deixar de insistir no assunto.

Quando, mal convescido ainda, tornou à sua pasta, três dias antes de se proclamar a República, sua atenção foi naturalmente despertada para assuntos que interessa-

vam, principalmente, a ordem pública; mas estava disposto, passada aquela crise, a retirar-se do gabinete se não fossem recompensados, como desejava, os militares constantes da aludida relação.

E o visconde entendia que era isso somente ato de justiça como prêmio a uma corporação cheia de grandes serviços ao país, ato também de alcance político, porque rodearia o trono de maiores simpatias das classes armadas.

Quanto a propaladores de falsas notícias, nas nossas notas anteriores há confirmações.

Continuemos a narração de fatos.

Os oficiais do 2º regimento de artilharia, que faziam parte da 2ª brigada, já haviam tomado solene compromisso no movimento, como se verifica pelo seguinte documento:

“Os oficiais abaixo assinados declaram ao ilustre chefe Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tenente-coronel, do Estado-Maior de 1ª classe, que o acompanharão em suas deliberações até o terreno da resistência armada.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1889. — capitão José A. Marques Porto. — capitão João Maria de Paiva. — capitão Francisco Xavier Batista. — capitão João Carlos Marques Henriques. — 1º tenente Américo de Andrade Almada. — 1º tenente Jorge dos Santos Rosas. — 1º tenente Saturnino Nicoláu Cardoso. — 2º tenente Joaquim Baltazar de Abreu Sodré. — 2º tenente Francisco Mendes da Rocha. — 2º tenente Adolfo Augusto de Oliveira Galvão. — 2º tenente Ivo do Prado Montes Pires da França. — 2º tenente Joaquim Máximo Moreira de Sá. — Alferes aluno José Eduardo de Abranches Moura. — 2º tenente Manoel José dos Santos Barbosa. — 1º tenente José da Silva Braga. — 1º tenente João de Ávila França — Tomás Cavalcanti de Albuquerque. — 2º tenente Nestor Vilar Barreto Coutinho. — 1º tenente Clodoaldo da Fonseca. — 2º tenente Augusto Cincinato de Araújo”.

No importante trabalho do ilustre Sr. R. Teixeira Mendes, intitulado *Benjamin Constant*, esboço de uma apreciação sintética da vida do saudoso militar, encontrarão os leitores grande número de documentos de alta valia que assinalam com verdade e justiça os dedicados serviços prestados para fundação do regime republicano pelo patriótico militar e eminente cientista.

No já referido dia 14 de novembro, o 2º tenente Augusto Cincinato de Araújo, procurando às 7:30 da noite o capitão Mena Barreto, na rua do Ouvidor, comunicou-lhe que o Ministério estava reunido e que soubera de fonte segura que fora resolvida a prisão imediata do general Deodoro.

Este, por enfermo, estava passando dias na residência de seu irmão o Dr. João Severiano, no Andaraí.

O capitão Mena Barreto, visivelmente irritado, exclamou: “Pois bem, vou já com o 9º regimento buscar o general”, e partiu para o quartel do regimento.

O boato dentro em pouco propagou-se com alarme pelos quartéis, produzindo grande agitação entre as oficialidades e a soldadesca.

Estava de oficial de Estado no 9.º regimento o alferes Nolasco, quando o alferes Joaquim Inácio e tenente Manoel Joaquim Machado, auxiliados por aquele oficial, fizeram formar imediatamente o 1.º e 9.º regimentos, mandando ainda chamar oficiais ausentes e declarando às praças o motivo da inesperada formatura.

Com a maior presteza formou também o 2.º regimento de artilharia com os animais atrelados e os canhões engatados.

Seria pouco mais das 8 horas da noite quando penetrou no quartel à paisana, o capitão Mena Barreto que cheio de entusiasmo e de viva indignação bradava: “Quero uma espada e uma blusa para mostrar como se morre por um general”!

Fardando-se, armou-se, e dirigiu-se acompanhado do tenente Manoel Joaquim Machado, alferes Joaquim Inácio, cadete Xavier e o quartel-mestre do 1.º regimento, a todos os esquadrões deste e 9.º regimento concitando-se à revolução em prol da República, erguendo vivas ao general Deodoro e ao futuro regime.

Estes vivas despertaram os ânimos da soldadesca, que correspondia com delirante entusiasmo, declarando que estava pronta a sacrificar a vida ao lado daqueles que se empenhavam ardorosamente pela defesa do Exército.

O tenente Sebastião Bandeira, às 8 horas da noite, chegando ao quartel, fez trocar as clavinas do 2.º e 3.º esquadrões do 1.º regimento pelas lanças com que ficariam armadas as praças e pouco depois distribuiu munições pelos outros esquadrões de clavi-neiros.

Seriam 10 horas da noite mais ou menos, quando chegou ao quartel do 1.º regimento o respectivo comandante tenente-coronel Silva Teles, declarando que estava informado pelo capitão Espírito Santo de tudo que se passava e dirigindo-se em seguida para os esquadrões aconselhou prudência e calma.

Todos os esquadrões estavam já armados e preparados para a luta.

Era para notar o entusiasmo da soldadesca pelo movimento que ia operar o que bem demonstra a maneira hábil com que foi feita a propaganda pelos inferiores da corporação, auxiliados ainda pelos 1.ºs sargentos João Cristino Ferreira de Carvalho, Alfredo de Melo Guimarães, Antônio Júlio de Andrade, Paulo Antônio da Rocha, 2.º cadete 2.º sargento Horácio Soares de Oliveira e o sargento quartel-mestre Costa Filho e outros.

Cerca das 11 horas da noite o capitão Mena Barreto, avistou dois vultos próximos do portão externo da rua do Imperador e procurando reconhecê-los, deparou com os tenentes-coronéis Silva Teles e Costa Guimarães, que ali confabulavam.

O tenente-coronel Costa Guimarães acercando-se do capitão Mena Barreto perguntou-lhe “o que queria o Exército do Governo, e se não compreendia que os republicanos procuravam especular com as corporações militares”.

O capitão Mena Barreto respondeu: “que no dia seguinte saberiam o que queria” e retirou-se bruscamente, deixando aqueles oficiais ainda conferenciando.

Pouco mais tarde apareceu no quartel o tenente de infantaria Jerônimo Teixeira França, afirmando ter havido ordem de prisão contra *ele*, general Deodoro e Benjamin Constant.

Disse ainda que de ordem do general Deodoro, a 2.ª brigada devia marchar imediatamente para a cidade, indo postar-se dentro do quartel do 1.º batalhão de infantaria

ria até de madrugada; que um esquadrão do 1.º regimento deveria ir buscar o general na residência do Dr. João Severiano, no Andaraí.

Na mesma ocasião chegou ao quartel o major Solon Ribeiro, declarando que tinha estado com o general Deodoro, Dr. Benjamin Constant, almirante Wandenkolk e capitão de fragata Frederico Lorena, tendo o mesmo general ordenado que a 2.ª brigada estivesse pronta a primeira voz.

Pouco depois o major Solon teve uma conferência reservada com o tenente-coronel Silva Teles.

Os oficiais do 1.º e 9.º regimentos, a convite do capitão Mena Barreto, reuniram-se no pátio interno do quartel e resolveram definitivamente que os regimentos não mais se desarmariam e que pela manhã marchariam para a cidade, e por proposta de Bandeira ficou também assentado, debaixo de solene juramento que seria fuzilado imediatamente o oficial que por palavra ou ato se mostrasse contrário à resolução tomada.

Constou que igual procedimento tiveram os oficiais do 2.º regimento de artilharia e os alunos da Escola Superior de Guerra.

Depois de meia-noite chegou ao quartel o major Serzedelo Corrêa, afirmando que toda a infantaria era contrária à 2.ª brigada e que seria mais conveniente adiar o movimento.

Esta insinuação provocou geral protesto.

À 1 hora da madrugada ou pouco mais do dia 15 de novembro achando-se do lado exterior do quartel do 1.º regimento o alferes Joaquim Inácio acercaram-se dele o 2.º tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca, irmão do general Deodoro, uma sua filha e o capitão Hermes Rodrigues da Fonseca que encarregou o mesmo alferes de dizer ao major Solon, por parte do general, que o movimento revolucionário deveria romper ao amanhecer do dia, pois só naquela ocasião poderiam desembarcar as forças da Marinha.

Conservavam-se em armas os três regimentos, ouvindo-se de quando em quando brados de: “Viva a República!”

Remontemos ainda aos pródromos do memorável cometimento.

No começo do mês de outubro de 1889, já lavrava o desgosto entre o pessoal de pré-t das corporações militares, pelo fato de oficiais e praças da Guarda Nacional se servirem de seus cavalos e armamentos por ordem do Governo, afim de se exercitarem, instrução que era então ministrada, em determinados dias da semana, pelo major Marinho da Silva, instrutor da Escola Militar, e por vários outros oficiais do Exército, nos corpos de cavalaria e infantaria da milícia.

Corria como certo nos quartéis que a Guarda Nacional substituiria o Exército para garantir a passagem do 3.º reinado e que conjuntamente com a *guarda negra*, em um momento dado, atacaria os referidos quartéis.

Foi depois do aquartelamento do 9.º regimento de cavalaria, no próprio edifício do 1.º regimento, que os desgostos e a má vontade contra o Governo mais se acentuaram.

Como é sabido o 9.º regimento fora mandado regressar de Minas Gerais pelos

conflitos que ali se deram entre a polícia e praças do regimento e pela forma por que se manifestou a oficialidade sobre o caso.

Poucos dias depois do aquartelamento do 9º regimento, as famílias das praças, abrigadas incomodamente debaixo de alpendres, então ali existentes, vendo passar o capitão Mena Barreto, como que impelidas por um só sentimento, acercaram-se dele e pediram-lhe não consentisse que seus maridos fossem recolhidos presos às fortalezas, como era corrente.

O capitão Mena Barreto condoído do desespero daquelas solicitantes, procurando acalmá-las, prometeu trabalhar no sentido de evitar que se tornasse uma realidade o boato que corria a respeito do destino das praças.

Este caso e outros, eram acremente comentados entre os inferiores e praças de ambos os regimentos, que se mantinham superexcitados.

Foi precisamente nos primeiros dias do mês de novembro, que apareceram rumores de conspiração contra o Governo, espalhando-se em seguida pelos quartéis, dizendo-se à surdina, serem chefes desse movimento o major Solon Ribeiro, capitão Mena Barreto, tenente Sebastião Bandeira, alferes Joaquim Inácio e outros.

Os comentários sobre o assunto eram feitos entre pequeno número de inferiores, pois que estes se mostravam discretos para a maioria dos seus companheiros de armas, por não inspirar-lhes inteira confiança.

Era o cadete-sargento Raimundo de Abreu Filho, quem melhor se achava orientado sobre os assuntos da rebelião, pois que tendo sido companheiro na Escola Militar de grande número desses oficiais, fora chamado para o seu grêmio.

Na noite de 10 de novembro, por convite do cadete Abreu, reuniram-se pela primeira vez alguns inferiores para trocar idéias sobre a já falada conspiração.

Poucos foram os convidados, pois apenas compareceram à reunião cinco inferiores e o convidante.

Esses inferiores foram os primeiros sargentos do 1º esquadrão, Antônio Deocleciano Calheiros; do 3º, Arnaldo Pinheiro de Sousa e o 4º, João Cristino Ferreira de Carvalho; sargento ajudante Agrícola Bethlem e o quartel-mestre Costa Filho.

O cadete Raimundo de Abreu expôs então o que ocorria no seio da oficialidade, fazendo sentir os intuitos da revolução e os elementos com que se contava.

Depois de formal compromisso em auxiliar o movimento, resolveram nomear o cadete Abreu para representá-los, sendo imediatamente assinado um documento que ficou em poder daquele cadete.

Deixou de comparecer à reunião o sargento do 2º esquadrão Paulo Antônio da Rocha, por ser empregado fora do regimento.

O dia 11 passou sem a menor novidade, sabendo-se, porém, que o cadete Abreu à noite, representou aqueles inferiores na reunião realizada por diversos oficiais do Exército, em uma casa da rua de S. Cristóvão.

Foi depois dessa reunião que os inferiores referidos tiveram conhecimento das deliberações tomadas, por intermédio do seu ativo e incansável representante ardoroso propagandista da República.

Por mais de uma vez, nos dias 12 e 13, os inferiores foram chamados à residência do comandante, tenente-coronel Silva Teles, que os interrogava longamente, procuran-

do saber se algum oficial falava em conspiração, terminando sempre por acentuar que ele estava senhor de todo os atos da oficialidade, sabia que se tramava contra a monarquia, mas que ele confiava na lealdade de seus inferiores, os quais ficassem certos de que no dia em que se tentasse qualquer movimento de rebelião seriam os substitutos dos oficiais e que contava, pois, com os seus dedicados comandados.

Os inferiores negavam ter qualquer conhecimento de fatos subversivos alegando sempre que sendo praças de pré-t não estavam em contato íntimo com a oficialidade e por isso tudo ignoravam.

Na noite de 14, pouco depois das 8 horas, achando-se alguns inferiores fora do portão principal do quartel, aproximaram-se, à paisana, o tenente Jerônimo Augusto Rodrigues de Moraes, comandante interino do 4.º esquadrão do 1.º regimento de cavalaria, o alferes Joaquim Inácio e alferes aluno Manoel Joaquim Machado.

O alferes Joaquim Inácio, chamando o sargento João Cristino disse-lhe: “A coisa deve estourar hoje; peço que vá chamar o cadete Abreu, pois precisamos falar urgentemente com ele”.

O cadete Abreu achava-se na sala da Escola Regimental, da qual era diretor, em palestra com vários colegas.

Como nem todos ali reunidos fossem da confiança do sargento João Cristino, este lançou um recado em um pedaço de papel e achegando-se sorratamente ao cadete Abreu fez-lhe entrega do recado que lhe havia dado o alferes Joaquim Inácio.

O cadete Abreu não se fez esperar vindo imediatamente ao encontro do alferes Joaquim Inácio e de seus dois companheiros acima referidos.

Com eles combinou o levante do 1.º regimento, que foi o primeiro a dar o brado de revolta.

Para levar a efeito com seguros resultados o levante, o cadete Abreu dirigiu-se aos esquadrões desse regimento concitando-os à rebelião e afirmando que o Governo havia mandado efetivamente prender o general Deodoro, o tenente-coronel Benjamin Constant, Solon, Mena Barreto, Bandeira e outros, e que a Guarda Nacional, conjuntamente com a *guarda negra*, vinha em caminho para atacar o quartel.

Este alarme vibrado com grande ardor pelo cadete Abreu rapidamente abalou profundamente o ânimo da soldadesca que célere se dirigiu para os respectivos esquadrões, tomada de espanto e de indignação.

E aos vivas ao general Deodoro, Benjamin Constant, ao Exército e à Marinha, e aos brados de formar esquadrões sob a imediata direção dos seus respectivos sargenteantes, foram aquelas praças obedecendo, até que chegaram os oficiais e assumiram os seus lugares.

O mesmo quase simultaneamente sucedeu no 9.º regimento de cavalaria.

Em seguida foram dadas providências para a distribuição de munição, assistindo a ela os oficiais Jerônimo Moraes, Manoel Joaquim Machado, Joaquim Inácio e outros.

O que mais concorreu para a facilidade com que se executou esse plano foi a ausência do comandante tenente-coronel Silva Teles e a bonomia do oficial de estado-maior do 1.º regimento, alferes do 6.º da mesma arma, então adido ao mesmo regimento, José Vieira da Silva.



Quartel dos 1º e 9º Regimentos de Cavalaria



Quartel do 2º Regimento de artilharia a cavalo



Escola Superior de Guerra, cujos alunos tomaram parte ativa no movimento de 15 de Novembro



Foi o 1.º tenente Jerônimo de Moraes, comandante do 4.º esquadrão do 1.º regimento que providenciou, para serem chamados os oficiais ao quartel, fornecendo para isso dinheiro ao sargenteante para que as praças incumbidas desse serviço o fizessem à paisana.

Os primeiros oficiais que chegaram ao quartel foram o capitão Mena Barreto, tenentes Sebastião Bandeira e Bezerra, alferes alunos Barroim, Madureira e Eduardo José Barbosa Junior, além dos acima já referidos.

Pouco depois chegaram o major Solon, capitão Godolphim, Florambel e ainda outros.

Esses oficiais, à proporção que chegavam, iam-se reunindo na casa da ordem do 1.º regimento, sendo que o capitão Mena Barreto, logo após se ter fardado, percorreu todos os esquadrões do 9.º e em seguida os do 1.º regimento, concitando-os a unidos defenderem os interesses do Exército, conspurcados pelo Governo monárquico terminando sempre por erguer vivas ao general Deodoro, ao Exército e à Armada.

Seriam pouco mais de 11 horas da noite quando apareceu à paisana, no quartel, o tenente-coronel Silva Teles.

A oficialidade avisada da sua presença acercou-se dele, acompanhando-o na visita pelo mesmo feita aos diversos esquadrões.

O tenente-coronel Silva Teles, visivelmente contrariado, ao enfrentar as praças que se achavam formadas e armadas, em voz alta perguntou:

“Quem determinou semelhante formatura? Não sou eu o comandante deste regimento?”

Em seguida declarou que nada havia contra o Exército e terminou aconselhando que se desarmassem e debandassem.

Só um esquadrão procurou cumprir essa ordem e esse foi o segundo, do qual era sargenteante o 2.º sargento Américo Cabral.

O cadete Raimundo de Abreu, porém, que estava presente, convidou as praças a permanecerem formadas, conseguindo por sua vez que o sargento Américo mudasse de resolução no mesmo momento.

Por volta da meia-noite o sargento Américo Cabral conseguiu fazer debandar o seu esquadrão, o que deu lugar a ser preso pelo capitão Mena Barreto, e maior violência teria sofrido esse sargento, se não fosse ainda a intervenção do cadete Abreu, que, responsabilizando-se pela sua conduta futura, o fez retirar-se do esquadrão do qual tomou conta até a ocasião da formatura do regimento, na madrugada de 15.

Depois, da visita feita pelo comandante Silva Teles aos esquadrões do 1.º regimento de seu comando, o cadete 1.º sargento Antônio Calheiros, sargenteante do 1.º esquadrão desapareceu do quartel, sendo substituído pelo 2.º sargento Ventura, seu imediato no esquadrão.

Pouco além das duas horas da madrugada de 15 de novembro as praças tiveram licença para descansar nas suas barras, tendo junto a si as competentes carabinas.

Às 4:30 horas da manhã mais ou menos, novamente formaram o 1.º e 9.º regimentos, sendo este a pé e armado a clavina, ambos completamente municidados, formatura, que se realizou sem toques de clarim.

Novamente o nosso ilustre patrício Sr. conde de Afonso Celso se dignou nas suas apreciadas *Cota aos Casos* fazer algumas observações em defesa, aliás muito justificável, do Ministério presidido pelo seu venerando pai, que cada dia mais se impõe ao carinho, à consideração de todos os brasileiros, pela sua honorabilidade, pela firmeza de suas convicções e pelo superior interesse que sempre demonstrou pelo engrandecimento da Pátria.

Mais tarde, teremos ocasião de publicar também, como nos cumpre, algumas refutações feitas pelo Sr. Visconde de Ouro Preto às acusações levantadas contra o seu Governo.

Poremos assim face a face a acusação e a defesa, frisando bem os intuitos de respeito e imparcialidade que nos animam.

Depois da resolução tomada pelo Dr. Benjamin Constant na reunião do Clube Militar, isto é, no dia 13 de novembro, achando-se reunidos os oficiais do 2.<sup>o</sup> regimento de artilharia, no respectivo quartel, deliberaram por proposta do capitão Marques Porto Junior nomear uma comissão composta do 1.<sup>o</sup> tenente José da Silva Braga, 2.<sup>o</sup> tenente Ivo do Prado Monte Pires da Franca e do alferes aluno Henrique Nogueira Borges, já falecido, para conferenciar com o Dr. Benjamin Constant sobre a solidariedade por escrito, dos oficiais da 1.<sup>a</sup> brigada visto que o tempo urgia para a realização do movimento, pois a atitude da 2.<sup>a</sup> brigada e das Escolas Superior e Militar, já se achava perfeitamente definida em documentos escritos em poder do mesmo Dr. Benjamin.

A comissão conferenciou com este ilustre chefe republicano às 8 horas da noite, na parte interna do jardim do Campo da Aclamação, ficando assentado que ela se entendesse na noite de 14 no Clube Militar com o major Marciano de Magalhães. Nessa conferência o Dr. Benjamin afirmou que estava empregando todos os esforços para precipitar o movimento, que seria chefiado pelo general Deodoro embora o seu estado de saúde fosse precário.

Na noite de 14, pois, a comissão entendeu-se com o major Marciano de Magalhães e ficou assentada a parte que a este caberia no arrojado cometimento.

Quando estava reunida a comissão apareceram no Clube vários oficiais e entre eles o tenente do estado-maior Alcides Bruce e o 2.<sup>o</sup> tenente Lauro Müller que declararam haver ordem de prisão contra o general Deodoro e Dr. Benjamin Constant e que a 2.<sup>a</sup> brigada já estava em começo de revolta.

Imediatamente o major Marciano declarou aos membros da comissão que regressassem aos seus postos no quartel do 2.<sup>o</sup> regimento de artilharia, e quando estes ali chegaram já encontraram a 2.<sup>o</sup> brigada em formatura e municuada, como já referimos.

Na noite de 14 o major Lobo Botelho designou os cadetes Armando Jorge e Francisco Pinto para patrulharem as imediações da Quinta da Boa Vista, sendo por estes preso um indivíduo que depois se soube ser agente secreto da polícia.

O alferes aluno Nogueira Borges, que comandava a guarda do palácio daquela Quinta abandonou o posto com as respectivas praças, vindo reunir-se ao 2.<sup>o</sup> regimento de artilharia, tendo recebido o convite para assim proceder do tenente Silveira e cadete Armando Jorge.

No 2.º regimento de artilharia, como já referimos, desde o dia 9 que se trabalhava ativamente, secretamente na redução de lanternetas de calibre 8 para 7 1/2, trabalho este coadjuvado por alguns oficiais, cadetes, inferiores e pelo serralheiro de nome Amaro.

Quando pela madrugada já estava toda a força preparada para marchar, o tenente coronel Costa Guimarães dirigiu-se para o telefone e nele transmitia qualquer notícia quando notando a presença do tenente Fleury de Barros, disse-lhe um tanto irritado:

— Que quer o senhor aqui?

O tenente Fleury retrucou: “Quebrar este telefone” e seguidamente pôs em execução a sua ameaça.

Às 5:30 horas da manhã apresentou-se no quartel o tenente-coronel Benjamin Constant, de carro, acompanhado pelo 2.º tenente Lauro Müller e um clarim.

Ao descer do carro exclamou cheio de entusiasmo: “Estou entre os meus amigos! Chegou o momento de ver quem sabe morrer pela Pátria!”

Dirigiu-se para o saguão próximo à secretaria do 1.º regimento de cavalaria onde ao vestir a farda com todas as suas insígnias militares disse: “Ainda há dignidade na classe militar”.

A chegada do Dr. Benjamin Constant ao quartel foi logo conhecida, exaltando o entusiasmo e o ardor dos corpos já ali revolucionados, anseios para marcharem para a cidade.

Em seguida o Dr. Benjamin Constant dirigiu uma mensagem ao Clube Naval dizendo que esperava todo o patriótico concurso da Armada Nacional para proteger o desembarque dos fuzileiros navais e outra ao general Floriano declarando que as forças reunidas apelando para o seu patriotismo pediam que assumisse o comando geral, visto ser talvez impossível encarregar-se dessa missão o general Deodoro que passara muito mal a noite.

Da primeira mensagem foi encarregado o alferes aluno Tasso Fragoso, e da última o alferes de cavalaria Eduardo Barbosa Junior.

O major Lobo Botelho depois da força do seu regimento estar formada declarou acreditar que não se tratava de um movimento subversivo contra o Império e mandou desfraldar a bandeira nacional, concitando os seus comandados a erguerem um viva ao Imperador, idéia que foi logo repelida pelo capitão Marques Porto, tenente Saturnino Cardoso e outros.

Diante desta formal recusa, o major Lobo Botelho entregou a bandeira ao brigada José Ribeiro, que por sua vez a passou ao sargento Bustamante.

Quando o regimento dobrou a rua do Imperador para a de Figueira de Melo, o sargento atirou a bandeira pela janela, para dentro da casa de um Sr. Barroso, que ali residia.

O tenente-coronel Benjamin Constant, logo após, montou a cavalo, juntamente com o tenente-coronel Silva Teles. Nesta ocasião as forças puseram-se em movimento, marchando em direção à cidade, na seguinte ordem:

O 1.º regimento de cavalaria, composto de clavineiros e lanceiros, comandado pelo major Solon, e de que faziam parte os seguintes oficiais: capitães Floriano Florambel da Conceição, Manoel Joaquim Godolphim, José Pedro de Oliveira Galvão; tenentes:

Sebastião Bandeira, Jerônimo Augusto Rodrigues de Moraes, Gentil Eloi de Figueiredo, Henrique de Amorim Bezerra e Antonio Borges de Ataíde Junior; alferes Alexandre Zacarias de Assunção, José Rodrigues de Amorim Bezerra, Gasparino de Castro Carneiro Leão, João Ludgero dos Santos Aguirre, Aguiar Cony, Eduardo José Barbosa Junior; alferes alunos: Afonso Carlos Barroim, Artur Napoleão de Oliveira Madureira e Manoel Joaquim Machado.

Seguiu-se ao primeiro o tenente-coronel Benjamin Constant, tendo a seu lado o 2º tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca, acompanhado de uma guarda de honra composta de oficiais e cadetes-alunos da Escola de Guerra, sob o comando do capitão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque Silva, tendo como subalternos os tenentes Ildelfonso Pires de Moraes Castro, João Luís Pereira de Castro, achando-se os mesmos alunos armados de revólver, clavina e espada. Estes alunos eram em número de 60, mais ou menos.

Após esta guarda, marchava o 2º regimento de artilharia de campanha, com 16 bocas de fogo, comandado pelo major Lobo Botelho, fazendo parte dele os seguintes oficiais: capitães Francisco Xavier Batista, João Maria de Paiva, João Carlos Marques Henriques e José Agostinho Marques Porto; primeiros-tenentes Clodoaldo da Fonseca, Saturnino Nicoláu Cardoso, Tomás Cavalcanti de Albuquerque, José da Silva Braga, João de Ávila Franca, Américo de Andrade Almada, Timóteo de Farias Corrêa Filho; segundos-tenentes Adolfo Augusto de Oliveira Galvão, Manoel José dos Santos Barbosa, Joaquim Máximo Madureira de Sá, Pedro Paulo de Castro Cerqueira, Ivo do Prado Monte Pires da Franca e alferes aluno Henrique Nogueira Borges, e bem assim o paisano Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho, que se apresentara na véspera, oferecendo os seus serviços em favor da revolução.

Formava a cauda da coluna o 9º regimento, a pé, e armado de espada, clavina, e revólver, protegendo a artilharia, sendo comandado pelo capitão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, e tendo os seguintes oficiais: alferes Pedro Nolasco Alves Ferreira, Joaquim Inácio Batista Cardoso, Abel Nogueira, Pedro de Artagnan da Silva Monclaro; alferes alunos Pedro Alexandrino de Sousa e Silva, e Félix Fleury de Souza Amorim.

Na retaguarda das forças acompanhavam uma carroça com munições, e em cima dos armões da artilharia eram conduzidos os cunhetes de infantaria para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar.

Os regimentos de cavalaria marcharam sem bandeira, sendo que os seus músicos formaram como simples praças armados de clavina.

Quando as forças enfrentaram com a rua do Boulevard, o capitão Godolphim, segundo as ordens recebidas, deixou a forma, seguido de seis clavineiros e a meia rédea partiu em direção ao Campo da Aclamação, afim de reconhecer a posição das forças que o governo ali concentrara.

Aí por vezes passou pela frente do Quartel General do Exército, procedendo a cuidadoso reconhecimento.

Pela manhã, cedo, o 2º tenente Lauro Müller e o aluno da Escola Superior de Guerra Antônio Brasil tinham ido ao Campo da Aclamação, à residência do general

Deodoro, a fim de avisá-lo de que as forças revolucionárias já haviam saído do quartel, não encontrando o general.

Este já havia partido de carro para o quartel do 1.º regimento de cavalaria, no propósito de assumir o comando geral das forças.

Ali chegando soube que elas já estavam em marcha para a cidade, pelo que se fez conduzir para o Campo da Aclamação.

Ao regressarem o tenente Lauro Müller e o aluno Brasil para se unirem às forças, encontraram pouco além da rua Visconde de Sapucaí, na rua Senador Euzébio, o general Deodoro em uma caleça com as cortinas arriadas, trazendo na boléia um saco contendo um arreamento completo.

Alí àqueles oficiais declararam ao general Deodoro em nome do tenente-coronel Benjamin Constant, que contasse com o apoio do ajudante-general Floriano Peixoto.

Quando o general passava nas proximidades do Gazômetro, do lado da rua Senador Euzébio, foi reconhecido pelas forças, sendo imediatamente destacado um piquete de clavineiros sob o comando do tenente Antônio Borges de Ataíde Junior, que o acompanhou, e, ao flanquear o general a coluna em marcha, esta lhe levantou entusiásticos vivas.

Contra este ato manifestou-se o tenente-coronel Silva Teles, ordenando que se calassem, dizendo que não o admitia; e assim procedendo percorreu, por vezes, a coluna da frente à retaguarda, a galope. Apesar, porém da energia da ordem, ela foi, por vezes, desobedecida.

Logo que chegou ao Campo de Sant'Anna, na esquina da rua Visconde de Itaúna, o general Deodoro desceu do carro e montou à cavalo, servindo-se do animal que era montado pelo alferes do 1.º regimento Eduardo Barbosa.

Era visível e admirável o esforço que fazia o velho militar para reanimar as forças e a energia, abatidas pelo enfraquecimento da enfermidade que na ocasião ainda não o abandonara.

Imediatamente ordenou ao tenente-coronel Silva Teles, que se adiantasse e comunicasse ao ajudante-general Floriano Peixoto, que com a 2.ª brigada ali estava pronto para realizar a conferência que lhe solicitara.

Estavam já as forças no campo quando foi notado que o major Lobo Botelho, que comandava o 2.º regimento de artilharia, o colocara em condições menos estratégica, pelo que deixou o comando assumindo o capitão Francisco Xavier Batista, que incontinentemente dispôs a artilharia em linha de batalha, no pequeno campo fronteiro ao Quartel General, pronta para entrar em ação.

Tomando as forças revolucionárias a posição determinada pelo comandante em chefe, o general Deodoro e o tenente-coronel Benjamin Constant colocaram-se em frente ao portão do Jardim.

Pelo aluno militar Antônio Brasil, que servia de um dos ajudantes de ordem do comandante em chefe das forças revolucionárias, o general Deodoro mandou ordens ao brigadeiro Almeida Barreto para que, com a sua força, tomasse a esquerda daquelas.

A força sob o comando do brigadeiro Barreto, formando uma brigada, achava-se em linha entre o edifício do Quartel General e a Estação da Estrada de Ferro, e compunha-se de imperiais marinheiros e parte do Corpo Militar de Polícia.

Quando a brigada revolucionária passou por junto daquela, foi notada a troca, nessa ocasião, de sinais de inteligência, entre oficiais e subalternos, sinais estes que pareciam significar pedidos de adesões, harmonia de vistas entre eles, ou quando menos, entre os que se manifestavam espontaneamente.

Demorando-se o brigadeiro Almeida Barreto a obedecer à ordem do general Deodoro, este mandou-lhe um recado um tanto enérgico e sugestivo...

Pouco depois a brigada, comandada por aquele oficial superior, tomava a posição ordenada.

Ao chegar o 1º regimento ao campo da Aclamação, foi o cadete Raimundo de Abreu Filho, com um piquete de 20 praças sob seu comando, mandado postar-se próximo à rua da Alfândega, afim de vigiar a aproximação de qualquer força suspeita e impedir o seu trânsito por aquele lado.

Aí permanecia atento e vigilante, quando apareceu, montado, Quintino Bocaiuva.

Este, sofrendo o cavalo, estacou a poucos passos dessa força e alongou a vista em direção ao Quartel General, como que procurando divisar alguém ao longe. O cadete Abreu, isso presenciando, passou imediatamente o comando dessa força ao seu substituto imediato e dirigiu-se ao encontro do eminente jornalista republicano, o qual, após troca de amistosos cumprimentos, perguntou onde se achava o general Deodoro.

O cadete Raimundo de Abreu, ignorando o ponto preciso em que estava então o general, visto se ocupar ele ainda aquela hora da disposição das forças revolucionárias sob seu comando, ofereceu-se para guiá-lo até a sua presença.

Cumprindo esse ato de deferência para com o maior dos republicanos, voltava o cadete Abreu ao seu posto, quando foi chamado pelo tenente Sebastião Bandeira, que, lamentando a ausência da Escola Militar naquele memorável e indescritível momento, lhe ordenou, em nome do general Deodoro da Fonseca, que partisse imediatamente a intimar o coronel Ourique Jacques — que, com o 10º batalhão de infantaria, de seu comando, se achava postado no largo da Lapa, por determinação do governo, para interceptar a passagem da referida Escola — que viesse reunir-se às forças revolucionárias.

O cadete Abreu, sem perda de tempo, partiu, como lhe fora ordenado, a cumprir essa arriscada e delicada incumbência.

Mal se aproximava desse batalhão, que estava formado em linha, junto ao Passeio Público, quando foi chamado insistentemente pelo coronel comandante, o qual lhe perguntou “a serviço de quem andava e o que sabia de novo.”

O cadete Abreu, que, à vista do imperativo chamado, por instantes se julgou perdido, esperando mesmo receber naquele momento a voz de prisão, por pertencer à brigada revolucionária, diante dessas perguntas, feitas em tom de quem estava ansioso por notícias dos acontecimentos, em um impulso de patriótica audácia, respondeu àquele coronel, que, por ordem do general Deodoro, se dirigia ao encontro da Escola Militar, afim de que essa Escola se viesse reunir às forças triunfantes, pois a República já havia sido proclamada!

Diante dessa pronta e formal resposta, o referido coronel, sem mais se preocupar com a pessoa do cadete Abreu, voltou-se para o corneteiro e gritou-lhe: “corneta, toca oficiais”, encaminhando-se em seguida para o centro do batalhão.

Dos oficiais e paisanos  
que mais se esforçaram para a  
realização do movimento revolucionário,  
conseguimos obter os seguintes retratos







tenente-coronel  
Benjamin Constant  
general



brigadeiro  
Almeida Barreto  
marechal reformado



capitão  
Marques Porto  
general de divisão



tenente  
Jaime Benévolo  
tenente-coronel



capitão  
Vespasiano de Albuquerque  
general, ministro da guerra



capitão  
Xavier Batista  
general de brigada reformado



major  
Marciano de Magalhães  
general de divisão



capitão  
Godolfim  
marechal reformado



major Solon  
general de brigada



tenente  
Batista da Mota  
tenente reformado



capitão  
Floriano Florambel  
coronel reformado



capitão  
Hermes da Fonseca  
marechal do exército  
Presidente da República



alferes-aluno  
Anibal Cardoso  
capitão



tenente  
Clodoaldo da Fonseca  
coronel do exército



alferes-aluno  
Tasso Fragoso  
tenente-coronel do exército



tenente  
Lauro Muller  
coronel



alféres-aluno  
Manoel Joaquim Machado  
tenente-coronel



1º tenente  
José Bevilaqua  
coronel



tenente  
Tomas Cavalcante  
coronel do exército



tenente  
Brasil  
tenente-coronel



capitão  
Marques Henriques  
general reformado



alferes-aluno  
Alberto Cardoso de Aguiar  
tenente-coronel de engenheiros



cadete  
Raymundo de Abreu  
major do exército



tenente  
Pedro Paulino da Fonseca  
coronel honorário



capitão do 9º de cavalaria  
Trajano de Menezes Cardoso  
major



coronel  
Cândido Costa  
general de brigada



alferes-aluno  
Felix Fleury de Sousa Amorim  
tenente-coronel de engenheiros



alferes  
Gasparino Leão  
coronel do exército



2º tenente  
Joaquim Baltazar de Abreu Sodré  
tenente-coronel do exército



2º tenente  
Albuquerque de Sousa  
coronel do exército



alferes do 9º de cavalaria  
Pedro Nolasco Alves Ferreira  
tenente, na revolução de 1893



tenente  
Saturnino Cardoso  
coronel do exército



alferes  
Barbosa Júnior  
tenente-coronel do exército



tenente  
Fileto Pires Ferreira  
tenente-coronel do exército



tenente  
Siva Braga  
general de divisão reformado



1º tenente  
A. Ximeno de Villero  
general reformado





capitão de fragata  
Frederico Lorena  
capitão de mar e guerra



1.º tenente  
João da Silva Retumba  
capitão-tenente



capitão-tenente  
Nepomuceno Batista  
almirante reformado



tenente de marinha  
Garcez Paula  
capitão de fragata



Antonio Campos  
intendente municipal

O cadete Raimundo de Abreu, que se havia apeado para atender ao coronel Ourique, novamente montou a cavalo e, a todo galope, seguiu então ao encontro da Escola Militar.

No próprio lugar onde se acha hoje o relógio da Glória, encontrou o cadete o piquete avançado da Escola Militar, sob o comando do alferes Marcos Curius Mariano de Campos, tendo sido recebido com entusiásticos vivas ao general Deodoro, Benjamin Constant, ao Exército e ao 1.º regimento.

O alferes Marcos Curius, depois de inteirado do ocorrido, em companhia do cadete Abreu, foi entender-se com o major Marciano de Magalhães, que, com a Escola sob seu comando, se achava próximo ao velho mercado da Glória.

O major Marciano, ciente de tudo, resolveu por-se em marcha, o que fez sem mais dificuldades, chegando ao Campo da Aclamação, quase juntamente com o 10.º batalhão de infantaria.

A Escola veio da praia Vermelha de bonde até o velho mercado.

Disposta a artilharia, como já dissemos, em ordem de batalha, em frente ao Quartel General, onde se achava reunido o Ministério, no flanco direito apareceu Quintino Bocaiuva, que foi recebido com grande entusiasmo por vários oficiais, entre eles os 1.ºs tenentes Timoteo de Faria Corrêa e José da Silva Braga.

Nessa ocasião o denodado republicano, erguendo o indefectível chapéu mole, do que sempre fez uso, levantou um *Viva a República!* que foi não só correspondido pela oficialidade, como por vários dedicados paisanos propagandistas que estacionavam junto do edifício da Câmara Municipal.

Ao vibrar desses vivas o general Deodoro, um tanto contrariado, agitou o braço direito em um gesto de intimação ao silêncio.

Adiante publicamos o *fac-simile* de uma planta da posição das forças revolucionárias e as do governo no Campo de Sant'Anna e pátio interior do Quartel General, no dia 15 de novembro.

Esta planta, que nos foi gentilmente oferecida pelo tenente de cavalaria Armando Jorge, testemunha dos acontecimentos, foi por ele traçada, no mesmo dia 15, nas costas de uma folhinha de parede do ano de 1889, da casa C. Bazin & C., estabelecida a esse tempo, na rua dos Ourives nº 115.

Os alunos da Escola Superior de Guerra que fizeram parte da 2ª brigada do Exército no memorável dia foram:

1.ºs tenentes João Luís Pires de Castro, Adolfo Peña Filho, Antônio José Vieira Leal, José Calazans e Silva, José Rafael Alves de Azambuja, Augusto M. Sisson, José Bevilacqua, Otávio Augusto Gonçalves da Silva, Pedro Ferreira Neto, Tristão Alencar Araripe Sobrinho, Tristão Alves Barreto Leite, Aníbal Azambuja Vila Nova, Alexandre Henrique Vieira Leal; os alferes alunos: Agostinho Raimundo Gomes de Castro, Aníbal Eloi Cardoso, Antônio Pereira Prestes, Cândido Mariano da Silva, Félix Fleury de Sousa Amorim, João José de Campos Curado, Joaquim Marques da Cunha, José Pantoja Rodrigues, Alberto Cardoso de Aguiar, Antônio Mariano Alves de Moraes, Augusto Tasso Fragoso, Cassiano Pacheco de Assis Filho, Fileto Pires Ferreira, João de Albuquerque Serejo, João Batista da Mota, Olavo Manoel Ceran, Ovídio Abrantes, Abeylard Crisóstomo de Queiroz, Afonso Fernandes Monteiro, Alfredo Oscar Fleury de Barros, Alfre-

do Ribeiro da Costa, Antônio Augusto de Moraes, Antônio Carlos Silva Brasil, Bonifácio Gomes da Costa, Custódio Gomes de Sena Braga, Francisco Mendes de Moraes, Hastimfilo de Moura, Inocêncio de Barros Vasconcelos, João Batista Neiva de Figueiredo, José Américo de Matos, José Cândido da Silva Muricy, José Maria de Mesquita, José de Oliveira Gameiro, Júlio Cesar Barbosa Ruas, Lafayette Barbosa Rodrigues Pereira, Manoel Xavier de Oliveira, Pedro Henrique Cordeiro Júnior, Preludiano Ferreira da Rocha, Quintiliano de Sousa Melo e Raimundo Artur de Vasconcelos.

A esses alunos agregaram-se o capitão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, tenentes Ildefonso Pires de Moraes Castro, Antônio Vasconcelos de Meneses, 2<sup>os</sup> tenentes Eugênio Bittencourt, Antônio Pereira de Albuquerque Sousa e alferes aluno Egidio Talloni.

Em abono da verdade, devemos referir que muitos dos oficiais, alguns mesmo pertencentes à 2<sup>a</sup> brigada, assistiram ao desenrolar dos fatos no Campo de Sant'Anna, à paisana, confundidos com o elemento civil.

Aquele ato não os privou dos proventos concedidos a muitos de seus companheiros de classe, que tomaram parte ativa no advento da República, e digamos ainda com franqueza: a justiça e a equidade nem sempre serviram de norma para promoções de “serviços relevantes”...

Continuemos na narração dos fatos ocorridos no dia 15 de novembro.

Ao aproximar-se à testa da coluna da extremidade do Quartel General, foi reconhecido em um “coupé” o barão de Ladário ministro da Marinha que vinha do arsenal a reunir-se com os seus colegas de ministério, que se achavam naquele quartel.

O general Deodoro ordenou que o prendessem, incumbindo dessa missão o 2<sup>o</sup> tenente Adolfo Peña.

Este, acompanhado de algumas praças do próprio piquete do general, inclusive os cadetes Agrícola Bethlém e Cenobelino Pereira, fez parar o veículo, intimando o barão de Ladário a entregar-se à prisão.

O barão de Ladário, descendo rapidamente do carro, resistiu à intimação, disparando um tiro de revólver contra o tenente Peña.

Nessa ocasião avançou o general Deodoro, atirando ainda o barão outro tiro contra o chefe da revolução militar. Ambas as balas erraram o alvo, recebendo então o corajoso ministro em resposta à agressão diversos ferimentos a contusões por bala, espada e coice d'arma.

Toda a coluna das forças meteu-se então em linha em todo o prolongamento do jardim fronteiro ao Quartel General, ficando dois esquadrões do 1<sup>o</sup> regimento formando martelo por falta de terreno.

Na composição desta linha entrou a ala esquerda do corpo policial da província do Rio de Janeiro.

O major Lobo Botelho, declarando-se inesperadamente incomodado de saúde, retirou-se do campo de ação.

Pouco depois da chegada das forças, apresentou-se o alferes Eduardo de Oliveira Lima, que tomou posição junto ao 9<sup>o</sup> regimento de cavalaria.

Permanecia fechado o portão do edifício do Quartel General em cujo pátio estava a maior força do Governo, composta de parte dos batalhões 1<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup> de infantaria, a



A. B. - Posição em que ficaram o general Deodoro e o tenente-coronel Benjamin Constant, quando as forças tomaram posição no Campo.

- 1 - Imperiais Marinheiros.
- 2 - Fuzileiros Navais.
- 3 - Polícia da Corte, infantaria, comandada pelo major Valadão.
- 4 - Polícia da Corte, cavalaria, comandada pelo major Cícero Galvão.
- 5 - Guardas.
- 6 - Guardas do 1º batalhão e infantaria.
- 7 - 7º batalhão de infantaria.
- 8 - Metralhadoras guarnecidas por imperiais marinheiros, sob o comando do tenente João da Silva Retumba.
- 9 - Corpo de Marinheiros.
- 10 - Companhias de polícia, sob o comando do coronel Andrade Pinto.
- 11 - Força de bombeiros.
- 12 - Força do 1º batalhão de infantaria.

- 13 - 50 praças do 1º batalhão.
- 14 - Piquete do general Deodoro.
- 15 - Guarda do 10º batalhão de infantaria.
- 16 - 1º regimento de clavineiros.
- 17 - Guardas de clavineiros do 1º regimento.
- 18 - General Deodoro, seu estado-maior e piquete, antes de entrar no Quartel.
- 19 - 16 canhões Krupp, de 7,5 do 2º regimento.
- 20 - 9º regimento de cavalaria.
- 21 - Companhia de polícia da Província do Rio.
- 22 - Guarda do 7º batalhão de infantaria.
- 23 - Escola Superior de Guerra.
- 24 - Guardas de lanceiros do 1º regimento.
- 25 - Guardas de infantaria nos quatro portões do jardim.

ala esquerda do corpo militar de Polícia, o Corpo de Bombeiros e uma metralhadora, guarnecida por força da armada.

Por várias vezes foi objeto de curiosidade a abertura do postigo, do portão principal do quartel, onde por ele se comunicavam em ligeiras trocas de palavras, oficiais dos corpos que estavam na parte interna do edifício e companheiros da 2ª brigada revolucionária.

Pouco depois das 9 horas da manhã, o general Deodoro, impacientado pela atitude irresoluta do Governo, aproximou-se do portão do quartel, acompanhado do seu estado-maior e piquete.

Por iniciativa do capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão, do 1º batalhão de infantaria, foi o portão aberto.

O general Deodoro, em um movimento de ardoroso entusiasmo e não menos arrojada temeridade, penetrou no quartel, passando entre forças do Governo, ali reunidas, sendo recebido com música e aclamações.

Na força do Exército ali estacionada para garantia do Governo era comunicativo o entusiasmo, e nas das outras corporações se percebia uma certa tibieza e indecisão, quase uma interrogativa surpresa.

Tendo cumprido cabal e satisfatoriamente, como ficou dito no artigo anterior, a ordem que lhe fora transmitida, voltou o cadete Raimundo de Abreu ao Campo da Aclamação, que então apresentava aspecto inteiramente novo, pois o general Deodoro já se achava no interior do Quartel General e numerosos grupos de populares postados em diversos pontos, onde se viam senhoras e crianças, comentavam animadamente o desenrolar dos acontecimentos. Cercado por um desses grupos, falava o intermerato e ardoroso republicano Dr. Sampaio Ferraz, que era interrompido por insistentes aplausos e calorosos vivas à República.

O tenente Sebastião Bandeira, não obstante convencido do cabal desempenho da delicada comissão, em boa hora confiada ao cadete Raimundo de Abreu, ansioso pela presença da Escola Militar, que a essa hora — 9 da manhã — ainda não havia aparecido, ordenou novamente àquele cadete que partisse a toda pressa ao seu encontro, a reitear-lhe as ordens transmitidas.

O cadete Abreu, acompanhado então pelo seu colega Francisco C. Cavalcante Pontes, dirigiu-se ao largo da Glória, onde mais uma vez confabulou com o major Marciano de Magalhães, já então pronto para marchar com toda a coluna sob seu comando, composta da briosa mocidade da Escola Militar, como já dissemos, e de praças do batalhão de engenheiros.

De pessoa competente, recebemos as seguintes informações:

“Depois de terem as forças da 2ª brigada tomado posição em frente ao Quartel General, o general Deodoro mandou pelo tenente Brasil, ordens ao brigadeiro Almeida Barreto, para que colocasse sua força à esquerda da força revolucionária.

Tendo decorrido cerca de quinze minutos sem que aquela ordem fosse executada, de novo o general Deodoro mandou por aquele oficial nova determinação.

Ainda desta vez não foi ela cumprida, pelo que o general irritou-se, exclamando:

“Menino vá dizer ao Barreto que faça o que já por duas vezes lhe ordenei, ou então que meta sua espada... na bainha, pois não preciso dele”.

Esse recado não chegou ao seu destino porque o tenente-coronel Benjamin Constant não deixou partir o aluno da Escola de Guerra, Antônio Brasil, declarando: “vou eu mesmo falar ao Barreto, não nos precipitemos”.

Fez outras considerações e partiu a confabular com o brigadeiro Barreto, tendo afinal conseguindo o que se tinha em vista.

Melhor informados devemos declarar que o barão de Ladário não atirara com revólver contra o tenente Peña e general Deodoro, e sim com uma pistola de dois canos.

Referindo-se uma ocasião a este fato contou o barão de Ladário que dias antes de 15 de novembro ele havia lido a narração de um caso ocorrido entre o general francês Trousseau e um oficial subalterno.

Aquele general em um momento de irritabilidade ofendera a um oficial do Exército asperamente, usando de frase descortês.

O oficial ferido nos seus brios, tirou o revólver e apontou contra o general. A arma falhou o tiro.

O general Trousseau, calmamente encarando o oficial, diz-lhe: Recolha-se preso... por usar de armas imprestáveis.

A mim sucedeu o mesmo: a arma não era imprestável, o atirador é que não tinha grande exercício...

Temos ainda a seguinte nota:

O general Deodoro, saindo da sua residência na manhã de 15 de novembro, dirigiu-se de carro pela Vila Guarani, caminho mais curto para o 1.<sup>o</sup> regimento, retrocedendo ao saber que a brigada já havia partido para a cidade pela rua de S. Cristóvão.

Acompanhava-o no carro seu parente, o alferes-aluno Augusto Cincinato de Araújo, que passara a noite em sua casa, fazendo-lhe companhia.

Afirmava este oficial que recebera e dera entrada nos aposentos particulares do general Deodoro na madrugada de 15 ao capitão Hermes da Fonseca, Pedro Paulino da Fonseca, general Mena Barreto, tenente-coronel Bittencourt Costa e tenente Adolfo Peña, que conferenciaram com o velho soldado.

Depois de receber as aclamações das forças que se achavam no interior do quartel, o general Deodoro dirigiu-se para o salão da Secretaria da Guerra, onde se achava reunido o Ministério.

Para boa orientação dos leitores aqui publicamos este interessantíssimo trecho do valioso trabalho *A ditadura Militar no Brasil*, do venerando Sr. visconde de Ouro Preto (1890).

“... Deu-se-me então parte de que se organizava uma coluna, nomeando-se para comandá-la o Sr. general Barreto, a fim de atacar os sublevados de flanco, junto à Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II. O Sr. general Barreto não estava ainda à sua frente; passeava e conversava na extensa varanda enquanto as tropas que devia comandar saíam pela porta do Quartel General, que deita para as imediações da estação.

Acercando-me de uma das janelas da frente (do Quartel General do Exército onde estava reunido o Ministério) para ver a posição que tomava essa força, avistei poucos momentos depois, a dobrar a esquina da rua Senador Eusébio, creio eu (é a segunda perpendicular ao Campo, passando a Estação), um piquete de cavalaria armado de lanças e carabinas, tendo à frente um oficial.

Adiantou-se aquela escolta até à frente do Quartel General; o oficial, que soube depois ser o capitão Godolphim, começou a percorrer o terreno, evidentemente explorando-o. Eram as avançadas dos sublevados.

Chamei sobre elas a atenção dos Srs. ministro da Guerra e ajudante general mandando que as fizessem cercar e capturar, por ser até vergonhoso que ousassem vir tão perto impunemente.

Instando por vezes para que fosse aprisionado aquele troço assegurou-me o Sr. ministro da Guerra que o general Barreto ia montar a cavalo, e começaria por se apoderar dos exploradores.

A minha despedida ao Sr. general foi por esta forma:

— Estou certo que cumprirá o seu dever.

— Seguramente, respondeu com singular expressão — hei de cumprir o meu dever.

S. Exa. montou a cavalo e saiu na retaguarda das forças. Como procedeu, narra-o o *Jornal do Comércio* de 16, nos seguintes termos:

*No Campo da Aclamação a força policial apresentou-se ao ex-ministro da Guerra, que lhe disse recebesse as ordens do Sr. general Barreto<sup>1</sup>, o qual pouco depois pô-lo sob as ordens do Sr. marechal Deodoro.*

Assim, o general Barreto estava de acordo com os conjurados e prometera-lhes o seu apoio, ocupando mesmo a posição de maior perigo, quando, na madrugada de 15 de novembro, se apresentou no Quartel General entre os defensores do Governo, deste recebeu o comando da melhor força de que dispunha, 1.096 homens *prontos a combater* e ao mesmo Governo assegurou que *cumpriria o seu dever*. O general partiu ao encontro do chefe rebelde, estendeu-lhe a mão leal e não a espada fratricida, pondo-se à sua disposição com toda a coluna.

Este foi o procedimento do general Barreto e S. Exa. disso se glorifica em discursos solenes!

Os exploradores não foram cercados, nem atacados. Conservaram-se diante do quartel general, a poucos passos, retirando-se o oficial, que naturalmente se foi juntar ao grosso das forças, as quais, momentos depois, apareciam no campo, tendo à frente o marechal Deodoro, e vinham assestar sua artilharia contra o edifício do Quartel General.

Por vezes ordenei positivamente que fosse acometida aquela gente; o Sr. ministro da Guerra — valha a verdade — repetia essa ordem em voz alta, mas não lhe davam execução.

As tropas do Governo permaneciam no pátio, com a arma em descanso; não se moviam. Começava a desconfiar daquela inação.

Da coluna sublevada destacou-se um oficial. Aproximando-se, disse em voz alta que trazia uma mensagem do marechal Deodoro para o marechal Floriano Peixoto.

— Entre só, e a pé, foi a resposta do ajudante general.

Era o tenente-coronel Silva Teles, comandante do 1.º regimento de cavalaria e interinamente da 2.ª brigada.

Penetrando no Quartel-General, declarou da parte do marechal Deodoro que este desejava uma conferência com o Sr. Floriano Peixoto.

O Sr. ajudante-general, em presença do tenente-coronel Silva Teles (o qual no meio de sua oficialidade me recordou depois o episódio), transmitiu-me o recado, ao que respondi:

— Conferência! Pois o marechal Deodoro não tendo recebido do Governo nenhum comando militar, aqui se apresenta à frente de força armada, em atitude hostil, e pretende conferenciar com o ajudante-general do Exército?...

Em tais circunstâncias não há conferência possível. Mande V. Exa. intimá-lo a que se retire, e empregue a força para fazer cumprir essa ordem. Esta é a decisão única do Governo.

Houve um momento em que julguei ia começar o desagravo da lei, ferindo-se o combate. Vi o Sr. ajudante-general montar a cavalo, seguido do seu estado-maior e ouvi tiros na frente do quartel.

Esses tiros, porém, haviam sido desfechados sobre o meu bravo e leal colega, o Sr. barão de Ladário que, acudindo também ao apelo do Sr. visconde de Maracaju vinha juntar-se aos seus companheiros. Ao appear-se, intimado a render-se, resistiu, procedendo como era de esperar de um oficial general da Marinha Brasileira.

Diante de tanta inércia e lentidão, quando o inimigo se achava a poucos passos, perguntei a mais de um militar se era assim que as coisas se passavam nos campos de batalha.

Dando pela quinta ou sexta vez a ordem de ataque à coluna sublevada, ordem, torno a dizê-lo, — que o Sr. ministro da Guerra repetia em voz alta ao Sr. Floriano Peixoto, um jovem oficial, — creio que tenente — que ali se achava, exclamou, dirigindo-se a mim: — Sr. ministro, pese bem a responsabilidade que assume; é tremenda: vai haver uma carnificina horrível e inútil.

Sem redarguir-lhe, voltei-me para o Sr. ministro da Guerra e disse-lhe:

— Este oficial faltou ao dever militar: cumpra V. Exa. o seu.

Em voz baixa advertiu-me ao ouvido o meu colega, Sr. Marechal visconde de Maracaju:

— Não sabe V. Exa. quem é?... É filho do visconde de Pelotas.

Esta revelação, confirmando suspeitas que já me assaltavam, clareou-me a situação. Então tudo compreendi.

Não mais me surpreendeu, nem que, ordenando pela última vez fosse desalojada e expelida a força que seguramente havia já uma hora afrontava o Quartel-General, me prevenisse o Sr. ministro da Guerra que não poderíamos esperar vitória, — nem tão pouco que oferecessem ao Ministério a retirada pelos fundos do edifício, o que terminantemente todos recusamos.



Não podíamos esperar vitória, assegurou-se-me, porque em poucos instantes a artilharia reduziria a ruínas o quartel.

— Mas essa artilharia pode ser tomada a baioneta, objetei; na pequena distância em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, há tempo para cair sobre a guarnição.

— É impossível! As peças estão assestadas de modo que qualquer sortida será varrida a metralha!

— Por que deixaram então que tomassem tais posições? Ignoravam isso? Mas não creio na impossibilidade senão diante do fato. No Paraguai os nossos soldados apoderaram-se de artilharia em piores condições.

— Sim, observou o Sr. Floriano Peixoto, — mas lá *tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros.*

Se eu pudesse ainda manter ilusões, elas se teriam dissipado ante essa frase.

Resolvi reunir o Ministério para deliberar. Nesta última conferência, depois de ter o Sr. ministro da Guerra novamente declarado não haver possibilidade de evitar a derrota, após grande derramamento de sangue, porque, além de tudo, se receava defeção de considerável parte da tropa encurralada no pátio do quartel, todos os meus colegas opinaram pela capitulação do gabinete.

Exigi fossem consultados os generais Floriano Peixoto, barão do Rio Apa e Barreto, que se mandou chamar para a sala em que estavam os ministros.

.....  
Comparecendo o Sr. marechal Floriano Peixoto e o Sr. brigadeiro barão do Rio Apa, novamente se reuniram os ministros. Esperamos pelo Sr. general Barreto, que não apareceu pela razão já conhecida dos leitores, graças às revelações do *Jornal do Comércio*. Entendemos prescindir de seu voto, atenta a urgência de uma solução. Ventilou-se de novo a possibilidade de resistência; os três generais contestaram-na insistindo nos motivos acima expendidos.

Por esta ocasião o Sr. general Peixoto declarou que o marechal Deodoro exigia a retirada do Ministério.

Ouvido o voto unânime dos profissionais, não possuindo naquela emergência outros elementos de ação, diante da opinião já manifestada pelos meus colegas, eu, fazendo sentir que repetidas vezes, instantemente e debalde, ordenara que os sublevados fossem batidos em caminho, e, ainda depois de se haverem postado diante do Quartel-General, que os desalojassem daquela posição à viva força, no que fora desobedecido, declarei que me resignava às circunstâncias e passaria por telegrama a S. M. o Imperador pedido de exoneração do Ministério.

Ato contínuo redigi o telegrama nos seguintes termos, incorretamente publicado em várias folhas, e encarreguei o diretor geral da secretaria da guerra, barão de Itaipú, de o ir pessoalmente transmitir pela Estação Central dos Telégrafos:

*“Senhor, o Ministério, sitiado no Quartel-General da Guerra à exceção do Sr. ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima, tendo por mais de uma vez ordenado debalde, por órgão do presidente do Conselho e do ministro da Guerra, que se repelisse pela força a intimação armada do marechal*

*Deodoro, para pedir sua exoneração, e diante das declarações feitas pelos generais visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa de que, por não contarem com a tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, deponho nas augustas mãos de Vossa Majestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do quartel."*

Não era ainda conhecida a resolução do Ministério, quando soaram estrepitosas aclamações no interior do Quartel-General. Soube que aberto o portão — ignorando-se por ordem de quem — o marechal Deodoro nele entrara a cavalo e recebia aquelas ovações, ao percorrer as linhas dos diversos corpos. Aos vivas sucederam-se toques festivos e uma salva de artilharia.

Não havia que duvidar: — a força armada solenizava o seu triunfo contra os poderes legalmente constituídos, que devia apoiar e defender.

Decorrido algum tempo, seguido de numerosíssimo cortejo, apresentou-se o marechal Deodoro na sala em que estava reunido o ministério. Encaminhou-se para mim, depois de haver dirigido ao Sr. visconde de Maracajú esta saudação:

— *"Adeus, primo Rufino"*.

No meio do mais profundo silêncio, cientificou-me de que se pusera à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas por ele recebidas do Governo, às quais enumerou, como depois direi. Só o Exército, afirmou, sabia sacrificar-se pela pátria e, no entanto, maltrataram-no os homens políticos, que até então haviam dirigido o país. Apesar de enfermo, não se pudera excusar a dirigir seus camaradas por não ser homem que recuasse diante de coisa alguma, temendo só a Deus.

Aludiu aos seus serviços no campo de batalha, rememorando que pela pátria estivera durante três dias e três noites combatendo no meio de um lodaçal, sacrifício que eu não podia avaliar. Declarou que o ministério estava deposto e que se organizaria outro de acordo com as indicações que iria levar ao Imperador. Disse que todos os ministros podiam retirar-se para suas casas, exceto eu — *homem teimosíssimo, mas não tanto como ele* — (assim se exprimiu) e o Sr. ministro da Justiça, que ficaríamos presos até sermos deportados para a Europa. *Quanto ao Imperador, concluiu, tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos.*

Tendo ouvido com toda a calma e sem um gesto sequer, respondi:

— Não é só no campo de batalha que se serve a pátria e por ela se fazem sacrifícios. Estar aqui ouvindo o general, neste momento, não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal. Fico ciente do que resolve a meu respeito. E o vencedor pode fazer o que lhe aprouver. Submete-me à força.

Salva uma ou outra expressão que não pude conservar de memória foi esta a minha resposta ao marechal Deodoro. Tal foi a minha atitude. Conservarei sempre a maior serenidade e firmeza.

Apelo para as numerosíssimas testemunhas que assistiram à cena, militares e paisanos, quase todos indiferentes ou adversários. Entre muitos enumerei o meu venerando amigo Sr. marquês de Paranaguá, o Sr. Dr. Pizarro, o Sr. barão de Itaipú, o Sr. repórter da *Gazeta de Notícias*, os Srs. generais Amaral, barão de Miranda Reis, visconde de Sousa Fontes e o major Serzedelo. Apelo também para o Sr. tenente-coronel Benja-

min Constant, cabeça do movimento e atual ministro da Guerra do Governo Provisório que se achava ao lado do marechal e acrescentando sempre que ele se referia ao Exército: — *e também a Armada*.

Se o Sr. Benjamin Constant, que não despregou os olhos de mim um só momento, se qualquer outro homem de honra, desses que mencionei de momento, ou cujo nome, não me ocorreu, e presente se achasse, afirmar que foi diverso o meu procedimento, confessar-me-ei indigno da estima dos meus concidadãos”.

Ainda em presença dos Srs. visconde de Ouro Preto e de outros membros do ministério e do marquês de Paranaguá o general Deodoro declarou ao Presidente do Conselho de Ministros que as forças não se dispersariam sem que ele, general, se entendesse com o Imperador.

O capitão Mena Barreto no ardor de um entusiasmo delirante avançou à cavalo até a Secretaria da Guerra, concitando os seus camaradas e paisanos que se achavam nas janelas daquela repartição a que levantassem *vivas à República*, secundando os patriotas que no campo ininterruptamente erguiam aqueles vivas.

Inesperadamente ou enfraquecido pelo cansaço ou abalado pela grande comoção de contentamento de que se apossara, o capitão Mena Barreto, foi acomedito de uma síncope e conduzido pelo seu leal companheiro capitão Bandeira para a Escola Normal, onde recebeu prontos socorros médicos.

Ainda no meio de grandes aclamações deixou o general Deodoro o edifício do Quartel General retomando o seu lugar na vanguarda das forças triunfantes.

Os republicanos da propaganda, unidos às forças do Exército, repetiam estrepitosos brados de *Viva a República*, e dentro em pouco viram-se secundados pela grande massa de povo que já se havia reunido pelos flancos das forças armadas.

O general Deodoro, cuja bondade de coração e de patriotismo não pode ser posta em dúvida, apesar do compromisso tomado para a fundação do novo regime, parecia mostrar-se um tanto dúbio, ou por tibieza, ou movido por algum sentimento de íntima gratidão ao velho monarca brasileiro.

Irrequietos estavam os grandes batalhadores do estabelecimento da República. Constantes e entusiásticos eram cada vez mais os vivas erguidos à República e o general parecia vacilar, causando com isso certa estranheza na tropa e naqueles que dedicados e convictos ali se reuniram dispostos a sacrificar a própria vida em defesa do ideal republicano.

É fato que o major Solon a ele se dirigira declarando *que a sua espada não se embainharia enquanto não fosse proclamada a República*, e para confirmá-lo aqui publicamos a seguinte carta pertencente à veneranda e respeitável viúva do heróico militar, D. Tulia Solon.

“Petrópolis, julho, 31 de 1902 — Prezada e respeitável senhora — Antes de tudo peço a V. Exa. que me desculpe pela involuntária demora em responder a sua carta.

Tenho lidó *tantas histórias* sobre o movimento revolucionário de 15 de novembro de 1889 e sobre a proclamação da República, que, afinal receioso de baralhar as minhas reminiscências, deliberei reconcentrar-me na minha memória, esquivando-me a fornecer o meu testemunho, quando o caso o reclamasse.

Somente a veneração que consagro à memória do seu ilustre esposo e a alta consideração e respeitosa estima que consagro a V. Exa. sua virtuosa e nobre viúva, podem obrigar-me a abrir uma exceção à regra que adotei.

Com relação aos fatos a que alude em sua carta e ao papel proeminente que coube ao meu falecido amigo e devotado correligionário o general Solon, na revolução, tudo o que posso dizer nada mais será do que a repetição do que já disse em carta íntima dirigida há tempos a um eminente cidadão e ilustre correligionário.

Entre todos quantos tomaram parte na revolução de 15 de novembro, nenhum foi mais abnegado do que o general Solon, nenhum exerceu mais decisiva influência na proclamação da República do que ele.

O episódio da interpelação feita ao marechal Deodoro, de ilustre e saudosa memória, é verdadeiro. O que não é exato é que o marechal Floriano houvesse descido do Quartel General para se incorporar às forças que desfilavam pela cidade com direção ao Arsenal de Marinha.

O que o então major Solon disse, no exaltamento do seu entusiasmo, ao marechal Deodoro, quando este voltou a colocar-se à frente das tropas, depois de haver intimado a demissão do Ministério Imperial, foi que não embainhava a sua espada antes de proclamada a República.

Como eu estava a seu lado e me recordo do incidente não duvido descobrir-me a mim próprio, confessando que fui o instigador desse movimento, por circunstâncias que alguns conhecem, mas que eu peço licença de guardar em reserva.

Devo, porém, declarar que essa instigação da minha parte não procedeu de desconfiança que pudesse marear a lealdade do bravo e ínclito soldado, cujo nobre e patriótico espírito, a cuja gloriosa espada e ânimo resolutivo, devemos, nós os republicanos, o êxito da revolução e a proclamação da República.

Quanto à recusa do Ministério da Guerra, pelo major Solon quem a recebeu fui eu próprio.

Na sala do meu escritório, à rua do Carmo, havíamos-nos reunido à noite, na antevéspera do dia 15, eu, o major Solon e o Dr. Benjamin Constant.

Este ilustre e legendário companheiro, tão nobre e desprendido quanto ingênuo e sincero, transmitia-me nesse momento as suas últimas impressões e confabulávamos os três sobre o movimento projetado e sobre a conveniência de fixar o dia do pronunciamento, por nos parecer a mim e ao major Solon, que a demora nos poderia ser fatal.

Neste ponto discordava de nós, o nosso ilustre amigo Dr. Benjamin Constant, alegando que nada podia resolver nessa noite, porque na noite seguinte ao dia 14 devia conferenciar com alguns amigos no Clube Naval, e que só depois disso é que poderia fixar o dia do movimento revolucionário.

Eu tinha na minha opinião que estava abortada a revolução, se ela não explodisse na manhã do dia 15 de novembro.

Com a impetuosidade própria do seu caráter e o entusiasmo de um fanático, o major Solon tomando uma folha de papel, propôs que aí exarássemos a nossa firme resolução de proclamar a República no dia 15, *jurando* que essa resolução era inabalável e que nos exporíamos a todos os riscos que nos sobreviessem.

A isso opus-me eu ponderando que os três homens que ali estavam eram sinceros e leais e que nenhum de nós precisava oferecer ou pedir garantias que assegurassem a nossa fidelidade à causa da revolução e da República.

Retirando-se o Dr. Benjamin Constant, continuamos eu e o major Solon a confeccionar combinando encontrar-nos no dia seguinte à noite no largo de S. Francisco de Paula.

Nessa noite efetivamente estava o Dr. Benjamin Constant no Clube Naval, quando subitamente se espalhou o boato de que não somente ele, como outros eminentes companheiros estavam presos ou para serem presos, por ordem do Governo.

A notícia era falsa.

Como eu sabia onde aquela hora devia achar-se o Dr. Benjamin Constant, lá mandei por notícias suas e, pelo mesmo portador mandou-me dizer que o movimento estava adiado para o dia 17.

Fui imediatamente procurar o major Solon, e expus-lhe os meus receios, ficando afinal deliberado entre nós que apesar do recado do Dr. Benjamin Constant e da prostração em que se achava, por enfermo, o marechal Deodoro, o movimento se efetuaria no dia seguinte, ficando o major Solon, incumbido de determiná-lo.

Ao meu ilustre amigo Dr. Benjamin Constant, de gloriosa e saudosa memória, mandei então dizer que era tarde, que a revolução teria lugar no dia seguinte, fosse qual fosse o resultado.

Efetivamente, para a revolução, tratou-se de organizar o Governo Provisório.

Deste assunto já nos havíamos ocupado eu e o meu ilustre amigo general Glicério (que felizmente está vivo), e o meu malgrado amigo Dr. Aristides Lobo, de saudosa memória.

Quanto a essa organização recebi eu *carta branca*, da qual usei. Tanto o marechal Deodoro, como o Dr. Benjamin Constant, desconheciam quase completamente o pessoal político republicano.

Estando o marechal enfermo e de cama foi o Dr. Benjamin Constant quem me autorizou a compor o Governo com os amigos que eu escolhesse. Ponderei-lhe então que ele e o marechal Deodoro eram já membros do Governo e que eu indicaria os outros amigos que deviam acompanhá-los.

Devo dizer que tanto eu como outros procuraram escusar-se. O marechal Deodoro entendia que o Dr. Benjamin Constant devia ser o Chefe do Governo; o Dr. Benjamin Constant entendia que este posto cabia ao marechal Deodoro.

Tendo eu, finalmente, apresentado os nomes dos companheiros que deviam compor o Governo perguntou-me o Dr. Benjamin Constant: “E o senhor” ao que eu respondi: “Eu já estou no Governo desde que considero assegurada a República; o meu posto é no *O País*”.

Nesse caso, retorquiu-me o Dr. Benjamin Constant: “Eu também ficarei fora.”

Em seguida, depois de algumas considerações recíprocas deliberamos ambos fazer parte do Governo Provisório. Com o major Solon havia eu conversado indicando-lhe os nomes dos republicanos que ia propor; disse-lhe eu nessa ocasião que não poden-

do o marechal Deodoro por sua enfermidade exercer o Ministério da Guerra, ficava sendo chefe do governo *sem pasta* e que então bem podia ele major Solon ficar com o Ministério da Guerra.

Foi então que dirigindo-se a mim familiarmente e sorrindo, disse-me:

“Meu caro, não sabemos ainda o que dará tudo isto: o meu lugar é na fileira para sustentar a República se ela for ameaçada.”

Eis o que posso dizer em resposta à carta que se dignou dirigir-me, invocando o meu testemunho para afirmações que V. Exa. diz haverem sido contestadas.

Não o estranho nem V. Exa. o deve estranhar.

Estamos ainda muito próximos do grande evento, de envolto com as paixões e os sentimentos despertados pelo atrito dos acontecimentos posteriores.

Nem sobre os fatos nem sobre os homens pode a verdade e a justiça resplandecer.

De um lado a preguiça de consultar os testemunhos históricos embora registrados em letras de forma; de outro os pequeninos ressentimentos ou a torva inveja influem para conservar a obscuridade, para deturpar os caracteres, contando cada um a história como lhe apraz.

Resigne-se, como eu minha respeitável senhora, deixe que o tempo exerça a sua natural influência e quando a história verdadeira tenha de pronunciar-se sobre o advento da República no Brasil, o nome do vosso ilustre esposo, do meu bravo e leal companheiro, na gloriosa jornada, há de fulgurar como o de um soldado valoroso e leal, como de um republicano sincero, como o de um patriota devotado.

De V. Exa. Resp. Amig. At. — *Quintino Bocaiuva*.

Em resposta a uma carta que ultimamente dirigimos ao Sr. General Sebastião Bandeira, recebemos a seguinte:

“Meu ilustre amigo coronel Ernesto Sena — No empenho de satisfazer o apelo que me fazeis em carta datada de 26 do vigente, relativamente à atitude manifestada pelo general Deodoro sobre os intuitos da revolução de 15 de novembro de 1889, a saber: se ele levava no bolso o ministério republicano e quais os nomes dos indicados; se houve vacilações da parte do general e, finalmente se conheço fatos a esse respeito e quais eles — tenho a dizer-vos que já esgotei o assunto nas publicações constantes do *Jornal do Comércio* do ano de 1898 e que pelo mesmo *Jornal* foram tiradas em folheto que circula sob o título — “A Revolução de 15 de Novembro — Contestação a Suetônio” — assim como em dois artigos no extinto *Comércio do Brasil* de 18 de maio e 20 de junho de 1904 e sob a epígrafe — “A verdade histórica” — nos quais respondi ao Conselheiro Cândido de Oliveira, contestando as suas afirmativas referentes ao objetivo da revolução. Chamo, pois, a vossa atenção para os fatos a que aludo nessas publicações e que me parecem suficientes para esclarecimento do ponto em questão. Podendo, porém, acontecer que esses fatos não satisfaçam inteiramente aos mais exigentes prescrutadores da verdade, devo lembrar-vos que ainda existem entidades insuspeitas entre as que tomaram parte na reunião memorável que precedeu a revolução, realizada na noite de 11 de novembro, em casa do general Deodoro e sobre a sua presidência, quatro dias antes da revolução, a quem deveis recorrer de preferência pela maior autoridade no caso.

Compreendendo a delicadeza da missão que vos impusestes, chamo ainda a vossa atenção para o juízo insuspeito que acerca do meu primeiro trabalho externou o brilhante publicista Urbano Duarte em correspondência desta Capital, de 13 de outubro de 1898, publicada no *Diário Popular*, de S. Paulo, de 17 do mesmo mês: “Surgiu a refutar o que disse *Suetônio* o tenente-coronel Sebastião Bandeira, apresentando em dois longos artigos incertos no *Jornal*, mais uma edição de 15 de Novembro e esta completamente expurgada de erros, omissões e enganos. Quer parecer-me que a narrativa do Sr. Sebastião Bandeira é a mais fidedigna que tem aparecido, não só pelo tom de verdade e sinceridade que dela se desprende, como ainda por haver aquele oficial tomado *magna parte* na revolução, de cujas variadas peripécias foi testemunha presencial. Restabelece fatos, emenda datas, apura responsabilidades, retoca episódios, desfaz equívocos, dá o seu a seu dono. Os artigos estão bem escritos, com eloquência e calor, o que sempre sucede a quem fala do que sabe e domina o assunto.”

Como vedes, descrevi os acontecimentos com isenção de ânimo e só visando a verdade, em proveito da História.

É o que pode adiantar sobre o objeto de vossa carta etc., etc”.

Aqui principiamos a transcrever as publicações a que se refere o ilustre general Sebastião Bandeira:

“*Quintino Bocaiuva* — Subordinado a esta epígrafe publicou *Suetônio*, no *Jornal do Comércio* de 2 do próximo passado, um longo estudo biográfico sobre esse eminente jornalista e chefe político, ao qual estudo me julgo obrigado a opor algumas observações.

Não me proponho — bem se compreende, pois que nenhum interesse a isso me arrasta — diminuir de forma alguma o mérito ou o valor da intervenção do ilustre chefe e publicista nos acontecimentos que durante a sua longa carreira de jornalista tiveram a colaboração de sua pena e a animação de seu esforço pessoal.

Há, porém, alguns pontos do mencionado trabalho a que, por testemunho próprio dos fatos, julgo-me na obrigação de fazer indispensáveis retificações.

Referem-se estas à revolução de 15 de Novembro.

Se, acontecimentos recentes e quando ainda vive a geração que os presenciou, já começam a ser deturpados, mais sê-lo-ão no futuro, em mal da História.

É, pois, por amor desta que venho à imprensa.

Peço, portanto, ao *Jornal do Comércio* que, nas mesmas colunas em que foi dado à luz o brilhante e longo artigo de *Suetônio*, me conceda um modesto espaço para que sejam contados os fatos como eles se passaram.

Fá-lo-ei sem retórica, sem estilo, como quem não tem hábito de escrever para o público: procurarei somente contar a verdade com a franqueza e lealdade de soldado despretenhioso.

Começemos.

Diz *Suetônio*:

“Não tenho a intenção de descrever o modo por que se realizou a revolução de 15 de Novembro e tornar saliente o papel que cada um representou, *mas somente mostrar a influência decisiva que Quintino exerceu.*”

*Suetônio* está errado na demonstração a que se propõe.

Examinemos os fatos prescindindo dos preliminares.

A conspiração que determinou a revolução de 15 de Novembro de 1889 teve começo, incontestavelmente, na noite de 16 de outubro anterior, em casa do general Deodoro, presentes o então capitão de cavalaria Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto e quem estas linhas assina.

Deve-se sua iniciativa àquele oficial.<sup>2</sup>

Ao general Deodoro, desde aquela ocasião, não pode restar dúvida sobre os intuitos políticos do movimento, tão claros e positivos foram os termos em que se lhe falou, mostrando-se a necessidade de uma transformação radical nas instituições para salvação da Pátria; e que a S. Exa. estava reservada essa tarefa gloriosa, cujo triunfo o colocaria à frente da Nação como *Ditador da República*.

Podemos afirmar que o general não foi indiferente ao que acima fica exposto; e isto mais tarde ainda verificamos.

Ao anoitecer do dia seguinte a oficialidade dos regimentos 1.<sup>o</sup> e 9.<sup>o</sup> de cavalaria, desde alferes até capitão inclusive, a convite nosso, fez-lhe, incorporada, uma visita a título de achar-se ele enfermo, manifestando-lhe a satisfação que experimentaria pelo seu restabelecimento. Achavam-se presentes o então coronel Cândido José da Costa e o tenente-coronel Costa Guimarães, oficial de gabinete do Ministério da Guerra.

Tais foram os pródromos do empreendimento de que adveio o 15 de Novembro. Redobrou-se de atividade.

Não dissimulo o efeito que deveria ter produzido no ânimo público a propaganda republicana pela imprensa e comícios populares, que já vinha de longe, muito principalmente a que nos últimos tempos promovera com dedicação e infatigável esforço de Silva Jardim, o intemerato moço de saudosíssima memória; como também não desconheço o valioso contingente com que foram reforçadas as fileiras republicanas, em consequência da lei de 13 de maio.

Mas daí à realização do ideal, havia de permeio, quem sabe? talvez meio século ou mesmo um século!

O próprio chefe biografado o sentia e, com a franqueza que se lhe reconhece, o disse, como veremos adiante.

Infelizmente, não obstante todo esse concurso, não é lícito afirmar que o movimento que se começou a operar e os seus resultados fossem devidos à influência dos que faziam a propaganda.

Para prová-lo, basta considerar que nem aquele que o iniciou, nem quem se pôs à sua frente e lhe deu força, pertencia ao grêmio republicano; sendo caso digno de nota e muito para lamentar que os meus correligionários históricos, com exceção talvez de uma dúzia no máximo, dos aqui residentes e em S. Paulo, houvessem sido também surpreendidos com a proclamação da República!

Não há negar — Aristides Lobo exprimiu a verdade quando afirmou que *o povo assistiu bestializado* o magno acontecimento.

Daí todos os males que afligem a República desde o seu começo: essa é a realidade.

Não fossem as provocações e constantes ofensas aos melindres do Exército por



parte dos que governavam e não teríamos o 15 de Novembro. A República viria a seu tempo, de vez, para a felicidade da Nação, viria expurgada dos vícios de origem que tanto hão prejudicado o novo regime e nos levado à situação que deploramos.

Precisamos e queremos ser verdadeiros: a realização do nosso ideal, tal como o conseguimos, não correspondeu à expectativa dos bons patriotas; todos o sentem e lamentam, a começar pelo saudoso Saldanha Marinho. “Não é esta a República que sonhei”, disse ele da tribuna do Senado.

Assim me exprimindo, não se suponha que procuro eximir-me à responsabilidade que me cabe.

Não o faria, mesmo na pior hipótese, nem renegaria as minhas crenças políticas, quaisquer que fossem as circunstâncias.

Se fatos outros fossem ainda precisos para mais esclarecer o ponto em questão e desfazer a afirmativa de *Suetônio*, bastaria assinalar a circunstância de serem os próprios chefes republicanos, até então estranhos ao movimento iniciado, que aderiram a ele, quando para admitir a hipótese favorável a *Suetônio*, os fatos se teriam dado de modo inverso — quero dizer: a adesão seria da força armada aos republicanos.

A aliança, ou antes, o acordo do ilustre chefe Bocaiuva com Benjamin Constant e seus auxiliares como vamos ver, só se realizou a 7 de novembro, quando S. Exa. compareceu à casa daquele (Instituto dos Cegos), presentes: Benjamin, o então major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro e o capitão Mena Barreto.

Nessa íntima e memorável reunião, em que ficou assentado congregar os chefes republicanos em torno do general Deodoro, afim de haver completa solidariedade. Mena Barreto, dirigindo-se a Bocaiuva disse-lhe que “a revolução ia fazer-se” ao que respondeu ele (atenda *Suetônio*): “se o Exército não o fizer, iremos ao 3.º, 4.º e 5.º reinados”.

Dispensa comentários esta declaração espontânea e tão lhana quanto sincera do ilustre chefe, que era aliás a expressão do que estava na consciência de todos; ela por si só vale mais do que tudo quanto se lhe pretendesse acrescentar.

Quatro dias passados tive ocasião de ouvir, do Dr. Lopes Trovão, conceito semelhante.

Foi a 11 de novembro, pouco depois das 3:30 horas da tarde, à rua do Ouvidor, quando, em virtude de incumbência que tive em seguida a uma conferência com Deodoro e Benjamin, presente o então capitão Hermes da Fonseca, parti em busca dos chefes republicanos, para prevení-los de que deviam comparecer à casa do general antes da noite.

Depois de infrutíferas diligências em procura de Bocaiuva no *O País* e no *Hotel Paris*, à rua da Uruguaiana, encontrando Trovão em frente ao *Diário de Notícias*, pedi-lhe me informasse onde acharia, os aludidos chefes (Bocaiuva e Aristides), pois tinha necessidade de lhes falar com a maior urgência.

Refiro todas estas particularidades para avivar a memória daqueles a quem aludo, e que me quizerem contestar.

Trovão, depois de indicar-me os lugares em que eu já havia procurado Bocaiuva, guiou-me ao *Café de Londres*, onde estava Aristides Lobo. Falando a este em particu-

lar, transmiti-lhe o convite, pedindo ao mesmo tempo o seu concurso para que não faltasse o seu digno colega.

Retirando-me, tornei ao *O País* e ao *Hotel Paris*, ainda acompanhado por Trovão e, como dantes, nenhuma notícia de Bocaiuva.

Compreendendo que a gravidade da situação aconselhava não perder tempo, resolvi utilizar-me do auxílio de Trovão — que tão boa vontade mostrava para a descoberta do chefe, e dei-lhe ciência do que ocorria. Esta revelação produziu imensa satisfação no ilustre tribuno que, em explosão de admirativo entusiasmo e contentamento exclamou:

*Ah! meu amigo, é dos senhores, só dos senhores que depende a salvação da nossa querida Pátria!*

*Salvem-na e mais uma vez o Exército se recomendará.”*

E despedi-me de Trovão, tendo-me ele prometido que empregaria todo o seu esforço para bom êxito do nosso *desideratum* e reuniria a massa popular na ocasião propícia.

Não era sem pesar intenso, que os revolucionários mais empenhados na conspiração testemunhavam o pouco interesse manifestado pelo *O País* em relação ao assunto que tanto lhes preocupava o espírito.

Com efeito, era para entristecer que nos faltasse o concurso do jornal que já tinha por chefe da redação o ilustre publicista, chefe também do partido republicano, ao passo que podíamos contar com a mais decidida coadjuvação do *Diário de Notícias e Correio do Povo*, ambos trabalhando com a maior atividade: o primeiro sob a hábil direção do Rui Barbosa, que, embora partidário acérrimo da Federação, e por isso incompatibilizado com o Gabinete Ouro Preto, e decidido defensor das liberdades públicas, não tinha ainda entrado para as fileiras republicanas. O segundo dirigido inteligentemente por Sampaio Ferraz, republicano sincero e abnegado, teve ocasião de tornar patente dedicação ardente à causa da revolução.

Lamentávamos, pois, a atitude do *O País*, faltando-nos com sua valiosa cooperação na emergência mais crítica da revolução. E o nosso pesar agravou-se enormemente quando o vimos, nessa ocasião, trajado de luto, preocupar-se com os funerais de D. Luís, o Rei de Portugal!

Recordando este fato, não desconheço o caráter da empresa a que servia *O País* dessa época; mas o seu redator chefe mantinha-se no posto de chefe do partido republicano; e nesta Capital existiam outros jornais, onde os seus serviços teriam sido de efeito mais eficaz à causa do seu partido.

Tenha paciência *Suetônio*.

Ninguém mais do que quem escreve estas linhas desejaria ver o eminente escritor e correligionário *dignamente* elevado ao pináculo da glória como chefe do seu partido. Oxalá que a fiel narração dos fatos, em sua inflexibilidade histórica, possa corresponder ao intento que dita este escrito.

O acordo de Bocaiuva com o general Deodoro, chefe do movimento armado, só teve lugar à tarde de 11 de novembro, isto é, quatro dias apenas antes da proclamação da República.

Foi na tarde desse dia que Bocaiuva, por convite que lhe foi transmitido por meu intermédio, como acima disse, assim como ao seu colega Aristides Lobo, teve de tratar com o general Deodoro.

A idéia desse convite, sugerida de momento em uma conferência, que pouco antes tivemos, Benjamin e eu, com o mesmo general, presente o capitão Hermes, como já ficou dito, não agradou àquele (general); e — devo dizê-lo — *não foi sem dificuldade* que conseguimos convencê-lo da necessidade de uma combinação com os referidos chefes.

Aos que conheceram o *espírito militar* daquele altivo e bravo soldado, fácil será interpretar o seu pensamento, recusando-se, como se recusou a princípio, aceder à reunião, que por fim houve em sua casa, por tratar-se de pessoas que não vestiam farda, muito embora se recomendassem por seu patriotismo e honrosos antecedentes.

O general preferiria realizar a revolução unicamente com o elemento militar de que dispunha, e que em sua opinião, naquela época, era tudo. Graças, porém, à sua natural docilidade, conseguimos concencê-lo da vantagem da intervenção dos chefes republicanos prestigiosos, para dar feição mais ampla ao movimento com o concurso, pelo menos aparente, do elemento civil, afim de não parecer que se tratava simplesmente de uma revolta de quartéis.

Efetuada, pois, a conferência com os chefes, nenhuma dúvida mais poderia haver sobre as disposições do general.

Prossegue *Suetônio*:

“Não foi sem grande dificuldade que Quintino conseguiu, senão fazer cessar essa suscetibilidade da alma do grande cidadão (referindo-se ao Benjamin Constant), ao menos amortecê-la durante os preparativos para a luta”. E acrescenta:

“O mesmo se deu com Deodoro, que de modo nenhum queria sacrificar o velho (como ele chamava o Imperador) às loucuras e asneiras de seus Ministros (textuais). Não era justo semelhante ato e não o faria.”

Consinta *Suetônio* que eu lhe diga que não há razão para se atribuir à influência de Bocaiuva o fato de haver o general Deodoro se decidido a sacrificar o Imperador, como já ficou demonstrado.

A aliança do ilustre chefe foi tardia. A esse tempo já estava resolvida a grande dificuldade a que se refere *Suetônio* — o sacrifício do Imperador.

É certo, entretanto, que foi com grande pesar, a que precederam hesitações, como era bem de esperar, que Deodoro e Benjamin decidiram-se a isso. Ambos se recomendavam pela bondade de coração e tinham em elevada consideração o Imperante, de quem eram mesmo amigos, pelos seus dotes pessoais e conhecidas virtudes; mas, dominados por sentimento superior, tiveram que optar pela causa da Pátria, já então entregue à sua guarda e responsabilidade pelos que, levados da confiança que ele lhes inspirava, tudo haviam enviado sem olharem riscos e comprometimentos, para a realização do grande acontecimento — objetivo e esperança de todos.

Continua *Suetônio*:

“Correm diversas versões sobre o dia marcado para o movimento; os que não estiveram presentes no Campo de Sant’Anna no dia 15 dizem que o movimento tinha sido adiado, e, por isso, lá não compareceram.

Outros, que o dia combinado era o da abertura do Parlamento.

Não pude tirar isso a limpo; mas o que me parece é: que houve cautela em não confiar a todos o segredo, com receio de traição.

Que o dia era o 15, parece indiscutível, pois do contrário não se explica como os chefes do movimento estavam a postos.

São erradas todas estas versões, como errada é também a opinião de *Suetônio*, julgando que tivesse havido proposital segredo por cautela, e lhe parecer indiscutível que fosse o dia 15.

Explicarei o fato *inexplicável* para *Suetônio*.

A sublevação da força revolucionada, pondo-se em franca hostilidade ao Governo desde as 7 horas da noite de 14 de novembro, fizera-se com surpresa de quase todos os chefes militares, inclusive o general Deodoro e o Dr. Benjamin Constant, tanto que foram poucos os oficiais arregimentados que puderam chegar a posto no primeiro momento.

Vejamos o que ocorreu, com todas as suas particularidades essenciais.

O grito de alarma fora levado aos quartéis àquela hora pelos alferes Joaquim I. Batista Cardoso e Manoel Joaquim Machado, a mandado de Solon, que os encontrando à rua do Imperador, proximidade dos corpos da 2ª brigada, afirmou-lhes que *a Polícia e a guarda negra iriam atacar os quartéis*, e não havia tempo a perder; voltassem ao quartel a providenciar para que os regimentos 1.º e 9.º de cavalaria estivessem prontos à primeira voz e fizessem avisar com urgência os oficiais.

Eram 7 horas da noite, quando isto se passava.

Os citados oficiais reuniram o pessoal dos indicados corpos, prevenindo-o do que ocorria e fizeram chamar os companheiros, em cujo trabalho foram eficazmente auxiliados pelo oficial em serviço de estado-maior, alferes do 9.º regimento Pedro Nolasco Alves Ferreira, de saudosa memória.<sup>3</sup>

Às 7:30 horas da noite, mais ou menos, o 2.º tenente Augusto Cincinato de Araújo<sup>4</sup> contou a Mena Barreto, na rua do Ouvidor, que *o Ministério reunido tinha decretado a prisão do general Deodoro*.

Com esta notícia Mena Barreto, correndo aos quartéis, pôs em viva agitação o espírito da tropa, como bem fácil é de supor.

O 2.º regimento de artilharia de campanha e a Escola Superior de Guerra, vizinhos daqueles corpos e com eles envolvidos na conspiração, seguiram o movimento da frente.

A oficialidade compareceu incontinente com exceção de poucos.

São muitas as peripécias, aliás de interesse para a História, que se deram nessa noite até amanhecer, mas que por não aproveitarem ao caso em questão, e não alongarme, deixarei para ocasião oportuna.

Passou, pois, a 2ª brigada em armas durante toda a noite de 14 e ao amanhecer, logo depois da chegada de Benjamin Constant, deu-se ordem para os toques de formatura e se dividiu a tropa.

Isto feito e os oficiais a seus postos, pôs-se a força em marcha para o Campo de Aclamação, onde chegando estendeu em linha no prolongamento do passeio, frente para

o edifício do Quartel General, e formando martelo sobre a rua de S. Lourenço o esquadrão, que era comandado pelo saudoso capitão José Pedro de Oliveira Galvão.<sup>5</sup>

Julgando assim suficientemente desfeita a dúvida em que labora *Suetônio*, passarei adiante.

Acrescenta *Suetônio*:

“A verdade é que poucos lá estiveram nesse dia (referindo-se ao Campo da Aclamação e ao dia 15), salvo os que hoje confessam ter estado e que, a crer em todos, seria toda a cidade.”

Se *Suetônio*, como parece, refere-se a paisanos, devo dizer-lhe que dois únicos acompanharam a 2.<sup>a</sup> brigada, incorporados a ela Pedro Paulino da Fonseca, irmão do general Deodoro, e Antônio Campos, que era, se bem me lembro, empregado da Contadoria da Guerra.

Compareceram outros no Campo, entre os quais tive o prazer de ver os chefes Bocaiuva e Aristides Lobo, bem como Sampaio Ferraz. Este e Aristides falavam ao povo, pouco depois da tropa tomar posição:

Aristides, postado à retaguarda, do esquadrão do capitão Galvão, e Sampaio em frente à Escola Normal, terminando este seu discurso com um viva à República, discurso que proferira a pedido de Bocaiuva, segundo me informou mais tarde o próprio Sampaio.

Bocaiuva a princípio esteve em frente à Câmara Municipal, logo montando um pequeno cavalo tordilho, aproximou-se da tropa.

Manda a verdade que se diga terem sido pequenos os agrupamentos de povo em torno dos oradores, provavelmente devido à surpresa, que parecia ser o sentimento dominante, o que explica a *bestialização*.

Longo vai este artigo. Deixo para o seguinte um dos pontos mais importantes de que se ocupou *Suetônio*.

“Preciso antes de chegar ao ponto de que prometi ocupar-me no anterior artigo, tomar em consideração outros, embora menos importantes, mas que aproveitam como elemento histórico para o esclarecimento dos fatos e destruição dos erros.

Prossigamos, pois.

“Era um punhado de rapazes da Escola Superior de Guerra e a 1.<sup>a</sup> brigada levantada por Solon, a quem muito se deve. —” (*Suetônio*).

*Suetônio* erroneamente insiste em considerar revolucionada a 1.<sup>o</sup> brigada, quando a 2.<sup>a</sup> é que o era.

Importa que isto fique fora de dúvida.

Como já deixei demonstrado, não foi Solon pessoalmente quem levantou a brigada e sim os dois alferes a princípio e Mena Barreto em seguida, cabendo a este acentuar mais positivamente a sublevação, dando-lhe a força e entusiasmo próprios do seu gênio revolucionário e aproveitando-se para isso da maior influência que exercia no ânimo de seus companheiros e comandados.

Solon, tendo partido para a cidade quando começou o levante pelo alarma, só voltou ao quartel às 11 horas da noite de 14, declarando em círculo dos companheiros

ter estado com o general Deodoro e outros chefes da Armada, e que levava ordem da-quele para que a brigada se consevasse em armas; em seguida conversou reservadamente, com o tenente-coronel Teles. Não obstante, é fora de dúvida que muito se deve a Solon, em proveito da revolução.<sup>6</sup>

A 2ª brigada composta dos regimentos 1º e 9º de cavalaria e do 2º de artilharia, incluindo a Escola Superior de Guerra, que formou 59 alunos contando com seis oficiais que se lhe agregaram, constituiu toda a força que marchou para o Campo da Aclamação na manhã de 15 de novembro, tendo um efetivo que não alcançaria a 500 homens, sem contar a Escola Militar da Praia Vermelha, que ao mando do então major Marciano A. Botelho de Magalhães, compareceu também no Campo, tendo conseguido remover o obstáculo que se lhe opunha no largo da Lapa e tomou parte na formatura na ocasião em que a artilharia revolucionária com 21 tiros dava o sinal de vitória.

Quanto ao fato da artilharia ter ido só com munição de festim para o Campo como afirma *Suetônio*, presumo que o seu informante tenha sido vítima de um engano, porque esse serviço esteve, durante a conspiração, a cargo de oficiais cuidadosos, que nos informaram que havia projéteis em número superior a cem.

Não houve nesse ponto o menor descuido; tudo quanto se podia prever estava previsto, inclusive exercício e manejo da clavina *Winchester*.

É verdade, e isto constituiu grande perigo, que o 9º regimento, recentemente chegado de Minas Gerais, não conhecia essa arma e ignorava o seu manejo.

Esta circunstância, sem dúvida, teria concorrido poderosamente para o aniquilamento da força revolucionária, se a sorte da revolução dependesse de combate, como era de esperar em tão arrojada aventura. Mas, permitiu a Providência que o general Deodoro, à última hora, se houvesse colocado à frente da força, apesar do estado grave de sua saúde!...

A esta circunstância, principalmente, e à surpresa do golpe arrojado devemos o triunfo da revolução.

“Chegou enfim o dia a tanto almejado e esperado com ansiedade. Quintino apresentou-se na frente, não tendo por armas senão a sua fé e tenacidade.

Correu ao seu posto calmo, sorridente, como se fosse assistir ao ato mais comum da vida.

Nenhuma contração no seu rosto denunciava receio, nem preocupação. Ao vê-lo parecia um soldado endurecido e afeito aos combates. Deodoro, já familiarizado com as balas e perigos da guerra, não estavam mais tranqüilo que ele.”  
— (*Suetônio*.)

É simplesmente, admirável, como *Suetônio*, que não esteve no teatro dos acontecimentos, conforme ele mesmo deixa ver, àquela hora essas matinal para o homem de letras que, quando à mesa do trabalho, no silêncio da noite, vai muita vez além do terceiro cantar do galo e naturalmente ainda estaria a fruir o tépido afago dos lençóis, como *Suetônio*, digo, pôde observar a figura do chefe, calmo, sorridente, ereto, tendo por lança a fé e por escudo a tenacidade sem deixar a perceber nenhuma das pérfidas

contrações que denunciavam receio ou preocupação, semelhante o soldado endurecido, a ponto de pôr o próprio Deodoro de queixo à banda!

Admirável, simplesmente, maxime como obra de arte!

Mas, no quadro, falta alguma coisa de essencial: o *rocinate*.

Não é bom efeito que, achando-se o general Deodoro montado, com o aspecto de comando, como soldado familiarizado com as balas, aquele que o emparelha, e mesmo excede, esteja a pé.

O tordinho, se ainda vive, deve sentir-se magoado por ver-se excluído do lugar que lhe cabe.

Injustiça da História!

A atitude de Bocaiuva, expondo-se aos perigos que a situação oferecia, com dignidade e relativa calma, correspondeu perfeitamente à expectativa de quantos apreciam os acontecimentos com justa imparcialidade: nem era de esperar outro procedimento do ilustre chefe republicano, quando víamos à testa da força sublevada um general da estatura moral de Deodoro da Fonseca, tão grande pelo prestígio que gozava como respeitada pela bravura e audácia que o caracterizavam.

“Ele (Deodoro) anunciou ao Ministério deposto que ia se entender com o Imperador, para dar-lhe substituto, e, *como afirmam pessoas acima de toda exceção, dera vivas ao imperante quando saía da Secretaria da Guerra triunfante.*

Era um mau sintoma que punha em perigo o advento da República.” (*Suetônio.*)

Permita *Suetônio* que eu duvide de mais esta asseveração. Quando não houvesse fatos que a destruíssem, bastaria simplesmente o raciocínio, como veremos.

Na verdade, como admitir uma tal conduta por parte do general vitorioso, manifestando-se contrário ao que já havia combinado e assentando com seus amigos e auxiliares desde o começo da conspiração?

Tenha paciência *Suetônio*, seus informantes na melhor das hipóteses, foram mal informados.

Embora sejam *pessoas acima de toda a exceção*, tenha como certo que se forem invocadas pelos que as ouviram, não serão capazes de *afirmar* em público o que em particular *afirmam a Suetônio*.

Admite-se, entretanto, que as circunstâncias excepcionais, em que se viu o general em tão difíceis emergências, anuviassem por momento o seu espírito levando-o a uma linguagem diversa do pensamento que se havia imposto, e daí falar em substituição de Ministério.

Com efeito, os que conheceram o general Deodoro (é caso de apelar para o próprio Sr. Bocaiuva) não lhe farão a injustiça de o supor tão pouco atilado a ponto de por ato espontâneo, criar para si mesmo e para seus amigos uma situação tão arriscada e comprometedora para o futuro do Exército, qual seria a que resultasse da mudança apenas do Ministério por semelhante modo.

Não, o general não poderia ter-se limitado a isso; refletia *Suetônio* na impropriedade de um tal conceito. É preferível a hipótese já admitida, sobre a qual aliás devo me alargar um pouco mais para melhor esclarecer o fato em questão.

Já sabemos que era bastante grave o estado de saúde do general, pela lesão cardíaca que o afligia desde que regressou de Mato Grosso e, visivelmente o denunciava o abatimento extremo do seu físico; o perigo a que se expunha jogando a própria vida e a de seus companheiros em tão temerária empresa; as diferentes peripécias inesperadamente acumuladas à última hora, dando à situação um caráter perigosíssimo, que se agravava pela demora do desfecho; o enorme peso de responsabilidade que sentia atuar sobre si, em tão difícil conjectura, todas estas circunstâncias, torturando-lhe o espírito, poderiam ter perturbado a calma do mais forte em momentos menos críticos.

A *Suetônio* não será estranho o fato do general ter sido acometido de um ataque de sufocação quando, aproximando-se do Presidente do Conselho, lhe dera voz de prisão. A exaltação de ânimo que o dominava tirou-lhe naturalmente a calma e, em tal estado, não seria para surpreender uma impropriedade de expressão.

Vejamos, em todo caso, o que ocorreu:

Depois da deposição do governo e quando o general, a cavalo já de volta, à frente da tropa, deteminou que a artilharia salvasse quem escreve estas linhas não podendo sair da forma por ser o comandante do esquadrão de lanceiros que entrava na composição das forças revoltadas, falou para o major Solon, que estava próximo ao general, ao Dr. Benjamin e outros, inclusive Bocaiuva, se não me falha a memória, lembrando-lhe não estar ainda realizando o objetivo da revolução — a proclamação da República, pois parecia ser a ocasião e o lugar os mais apropriados ao ato, o qual foi incontinente transmitido ao Benjamin. Este, pouco depois de dirigir-se ao general acercou-se de mim e disse “*descanse, a nossa causa triunfou*”.

Outro fato:

Por essa mesma ocasião, o general ouvindo um oficial da 2ª brigada dar vivas à República, em forma, sem que a iniciativa partisse de autoridade superior, dirigiu-se a ele observando que *deixasse ao povo essa manifestação*, que não lhe ficava bem estando em forma. O general tinha em lembrança a combinação de fazer intervir o elemento popular, para não parecer que aquilo era simplesmente uma sedição saída dos quartéis.

Infelizmente, porém, já vimos que a *bestialização* fez falhar essa idéia, e isto, mostra que os chefes republicanos nem sequer prepararam a encenação para o momento psicológico. Daí o Governo constituído pelo Exército e Armada, em *nome* da Nação.

Outro fato:

Refiro-me ao general F. Rafael de Melo Rego, quando ainda coronel em atividade, que visitando o general Deodoro nos últimos dias do mês de outubro de 1889, ou princípios de novembro (já tinha começado a conspiração), achando-se presentes o coronel Andrade Vasconcelos e o major Solon, e mais um terceiro cujo nome não me ocorre, que conversavam com certo calor sobre os últimos atos praticados pelo Governo com relação ao Exército, ouvira do mesmo general estas palavras, que lhe pareceram muito estranhas, pois que de nada sabia do que se tratava.

“*Sou monarquista, mas se me convencer de que a Monarquia é incompatível com os interesses da Pátria, optarei pela Pátria.*”



Ora, combinada esta declaração com os fatos que tenho exposto, conclui-se que o general, apresentando-se em campo, já não hesitava; tinha feito a opção. E como iria então dar vivas à Monarquia naquela ocasião?

Por outro lado, não se pode admitir que o general acesse em entrar em acordo com os chefes republicanos, sem que já tivesse *optado pela Pátria*.

A reunião de 11 de novembro, convocada por ele e a que assistiu o próprio Bo-caiuva, além de outros, não deixa a menor dúvida acerca dos intuitos da revolução chefiada por Deodoro e das disposições deste a despeito de quaisquer obstáculos.

Ainda um fato:

Na reunião que teve lugar a 6 de novembro, a hora adiantada da noite, em casa de Benjamin Constant, a que assistiram seu irmão major Marciano de Magalhães, seu filho, Mena Barreto, Saturnino Cardoso, seu irmão Aníbal Cardoso, Joaquim Inácio Batista Cardoso e eu, a propósito da *mudança de forma de Governo* ocorreu a Benjamin Constant perguntar: “*O que devemos fazer do nosso Imperador?*” (textuais). Seguiu-se curto silêncio, que infelizmente interrompido por uma resposta que produziu o pior efeito em todos e provocou uma repulsa enérgica de Benjamin – a insensatez que ela revelava.

O fato de haverem os corpos da 2ª brigada saído dos quartéis deixando a bandeira da Monarquia, propositalmente, quando marcharam para o Campo da Aclamação; as conferências que se deram entre Mena Barreto e Aristides Lobo a respeito da revolução, na rua do Rosário nº 57, a 31 de outubro, 6 e 11 de novembro, sendo que a estas duas últimas esteve presente o Dr. Almeida Pernambuco; a correspondência estabelecida para S. Paulo, de Mena Barreto e Aristides, no interesse de estender o movimento até lá, para o que se encarregou o então alferes Gasparino de C. Carneiro Leão, que para lá seguiu a reunir-se ao 10º regimento, devendo entender-se com os companheiros naquela corporação, alferes Gustavo Ramalho Borba, André de Pádua Fleury e Gaspar Mena Barreto Ferreira, que já estavam cientes do movimento, sendo que este último já havia pois incumbido de comunicá-lo ao Sr. Dr. Campos Sales, tudo isto mostra o trabalho que havia e qual o seu intento.

Finalmente, na manhã de 12 de novembro, o general Inocêncio Veloso Pederneiras procurou-me como seu amigo e apreciador desde a guerra de Paraguai, e preveniu-me com a franqueza e sinceridade que lhe eram conhecidas, que a revolução podia contar com seu apoio e concurso para triunfo da causa que lhe era simpática, por tratar de fazer abortar o plano do Conde d’Eu sobre o terceiro reinado.

Diante desses fatos que tão acentuadamente demonstram que o objetivo da revolução era a deposição da Monarquia, como, pois admitir que o chefe do movimento, à última hora, quando já destruídos todos os obstáculos, e como bem diz *Suetônio – O general, senhor da situação e das forças de mar e terra* – como admitir que esse mesmo chefe, espontaneamente, levantasse uma barreira ao bom êxito de sua própria obra e quando, em verdade, não havia um único precedente que pudesse levar os revolucionários a suspeitarem da lealdade e sisudez do seu chefe e amigo?

Não, *Suetônio* está errado, como errados têm andado muitos outros em relação ao mesmo assunto, que, por desconhecem os fatos e a marcha que eles tiveram, aventuram-se a narrações que não passam de fantasias.

A prevalecer a pretensão de *Suetônio*, seria, em verdade, tão glorioso, brilhante e patriótico o papel desempenhado pelo ilustre chefe Bocaiuva, quão triste e deprimente seria o do general Deodoro e do mesmo modo o dos seus amigos, aceitando de bom grado aquilo que absolutamente não queriam, nem podiam querer.

Façamos justiça à memória do militar a quem tanto devemos pela transformação que se operou nas instituições a 15 de novembro; ele, que pela altivez do seu caráter e pela sua incontestada lealdade jamais deu lugar a — dúvidas de tal ordem.

“Que foi ele (Quintino) que impulsionou o movimento evolucionista, que o apressou, que o objetivou, tirando das regiões especulativas e teóricas para concretizá-lo em *um partido que dia a dia foi-se tornando forte e invencível.*” (*Suetônio.*)

Tal a conclusão entre diversas questões, a que chegou *Suetônio*.

Fazendo justiça aos sentimentos generosos do ilustre publicista e chefe do partido republicano, acredito não quererá ele para si os louros conquistados por outros, que igualmente batalharam na gloriosa tarefa de impulsionar e apressar o movimento evolucionista em demanda da liberdade. Sim, ele não poderia esquecer, além de outros, os colegas de ministério, Saldanha Marinho e, sobretudo, o malogrado Silva Jardim, de saudosíssima memória, vitimado pela ingratidão dos que mais lhe deviam, quando no exílio buscava tranquilizar os sofrimentos morais, que o torturavam; ele nos confiou ao ausentar-se da Pátria estremecida.

Em relação ao feliz êxito obtido pelo digno chefe no engrandecimento do seu partido até torná-lo *forte e invencível*, ainda discordo de *Suetônio*.

Quiséramos que a fantasia se tornasse em realidade para felicidade da Nação; mas, bem a meu pesar, a verdade é que devemos em grande parte as duras vicissitudes que experimenta a nossa vida republicana à míngua do elemento histórico que nos forneceu a propaganda.

O plebiscito que tanto preocupava Benjamin, segundo afirma *Suetônio*, por igual motivo também não passaria de uma fantasia, todos os sentiam; a realidade foi o chamado *regulamento Alvim*, que serviu a eleição de 15 de setembro para organização da Constituinte.

Os históricos, pela insignificância do seu número, eram todos conhecidos e apontados do Rio Grande ao Amazonas; e, se a eleição de 31 de agosto — a última da Monarquia — não serve de argumento à nossa opinião, também não serve a de 15 de setembro, pelo motivo acima referido.

É certo que a lei de 13 de maio de 1888 devia ter fornecido um grande contingente ao partido republicano naquela época; mas pergunto: poderíamos confiar em um elemento que tão justamente se impunha à nossa suspeição e tão tristemente se recomendava à causa da liberdade?

Impossível! A falta de confiança se patenteou pela eleição de 15 de setembro.

“Vimos no artigo anterior quem foi que fez a *propaganda* (se é que se pode chamar propaganda), quem trabalhou e mandou emissários para firmar em S. Paulo, onde

a idéia republicana ia fazendo largo caminho, elementos correspondentes aos de que aqui dispúnhamos; quem, enfim, deu impulso ao movimento, cujo resultado foi o que se sabe.

Que os chefes republicanos, admitidos quase à última hora — pode-se dizer — na conspiração, não trouxeram contingente eficaz e valioso, além de suas pessoas, aliás muito respeitáveis e recomendáveis, é também o que vimos e ficou patente.

E nem se diga que contra esta asseveração protestam os aplausos entusiásticos de efeito comunicativo com que a população acolheu o triunfo da revolução, ao desfilar a tropa, com o general Deodoro à frente, pelas ruas da cidade; não. Esse acolhimento tem a sua explicação natural.

É sabido que as velhas instituições já não tinham o amor do povo e haviam perdido um grande elemento que lhe restava e em que ainda podiam amparar-se: o apoio da classe agrícola, que começou a faltar-lhes desde o 13 de maio e foi sempre acentuando-se.

Mas essa falta, resultado de um ódio concentrado sem forma prática, nenhuma ação exerceu no movimento. De modo que todos os elementos que existiam e que aproveitados, ordenados e dirigidos seriam uma grande força, estavam dispersos e desorganizados, e nem havia idéia de coordená-los, e aproveitá-los; faltava um chefe, talvez. E é por isso que Bocaiuva disse que “*se o Exército não a fizer iremos ao 3.º, 4.º e 5.º reinados*”.

Pelo lado militar, também é preciso confessar que se não houvesse um chefe para se pôr à frente do movimento, como o general Deodoro, único para o qual voltavam os olhos os seus camaradas, cheios de esperança, nada se teria conseguido, e nem mesmo se teria trabalhado com o esforço e a fé, que cresceram pela confiança que todos nele depositavam.

O mesmo Benjamin, a quem aliás tanto se deve, ele próprio confessou, quando, ao aproximar-se o momento crítico, lhe pareceu impossível poder o general colocar-se à frente da tropa, pelo muito que se agravaram os seus incômodos durante a noite de 14, que não se sentia com o necessário prestígio para substituí-lo no comando da força arregimentada.

Conclui-se, portanto, que se o elemento civil por si só nada podia e apelava para o Exército, como se depreende das declarações de Bocaiuva e Trovão, e se o Exército, nada teria podido fazer na ocasião sem o chefe que o guiou, ao general Deodoro e só a ele cabe a *influência decisiva* na proclamação da República; o que aliás não diminui o mérito dos que tiveram o pensamento, de que ele foi o braço executor.

Mas é que esse braço foi tudo.

Assim me exprimindo, não se infira que pretendo para minha classe, preponderância sobre as demais; não, mil vezes não. Isto seria o maior dos infortúnios que poderiam pesar sobre a Pátria.

Ainda perdura na memória de todos a triste experiência do que foi o Governo Militar a que a fatalidade nos entregou, desgraçadamente. Jamais agasalhei uma pretensão que tem tanto de absurda quanto de impatriótica.

Compreendendo a verdadeira missão da força armada, aliás tão nobre e elevada, quanto gloriosa, não dissimulo a satisfação que me vai na alma, por não me haver deixado fascinar em tempo algum pelas grandezas estranhas à minha profissão.

E se assim penso em relação à minha classe, é bem de ver que não posso aplaudir um absurdo semelhante em relação às demais. Nem preferências, nem exclusivismo.

Expostos, como ficam, os fatos em sua nudez e dissipadas as ilusões e aparências enganosas, reconhecerá *Suetônio* que nas apreciações a que se aventurou, quero crer que de boa fé, desvirtuou a verdade da História no tocante à revolução de 15 de novembro, conferindo louros a quem não os conquistou.

Não é, porém, *Suetônio* somente quem tem caído nesse erro, não sei se ciente ou inscientemente, com relação a outras sumidades a que se tem procurado atribuir do mesmo modo, *influência* mais ou menos decisiva.

E para ser sincero e não afastar-me jamais da verdade, visto que se trata de escrever a História, não duvidaria especializar o ajudante-general do Ministério Ouro Preto.

A esse general também não tem faltado louvores, de todo o ponto injustificáveis. E nem pareça que por achar-se ele morto é que me animo a assim expressar-me, faltando ao preceito cristão que manda respeitar os mortos; não.

Em primeiro lugar, semelhante preceito, com relação aos homens que representaram papel saliente na política de seu país, importaria na mudez da história e portanto a sua negação. Depois, quando ainda vivo o marechal Floriano e na pujança do seu poder, eu o disse, em artigo por mim firmado na *Gazeta de Notícias*, em 3 de setembro de 1893, sob a epígrafe *A Verdade Histórica*.

Seja-me permitido aqui recordar por que recorri então à imprensa. Fui levado a isso por um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados pelo Sr. Francisco Glicério, negando que o “último ajudante-general da monarquia houvesse iludido o Sr. visconde de Ouro Preto; afirmando que aquela autoridade havia aderido à revolução antes de 15 de novembro; que não traira ao primeiro ministro, mas obedecera a uma combinação prévia, e terminando com estas palavras: “Consertou com seus colegas, com Deodoro da Fonseca, com Benjamin Constant e com outros oficiais distintos do Exército a respeito do modo de se conduzir a revolução, e todos sabiam do concurso que prestara: não foi traição, foi o império das circunstâncias”.

Com a franqueza do soldado, mas polidamente, contestei estes assertos do honrado representante paulistano, o qual não obstante ter feito parte do Governo Provisório, ignorava completamente os fatos que assim adulterava, em boa fé talvez, levada, sem dúvida pela preocupação de abroquelar contra o juízo severo da História, o alto personagem a quem defendia e apoiava.

Mostrei que o ajudante-general de 15 de novembro, estudado no seu verdadeiro papel, isto é, no papel que representou, não ocuparia na História o lugar que o nobre *leader* da maioria lhe quis dar, mas o que lhe destinavam os fatos incontestáveis e os próprios atos do mesmo general praticados todos em proveito do Sr. de Ouro Preto, a quem só regateou o seu apoio e dedicação quando o *império das circunstâncias* o fez mudar de direção.

Prosseguindo na ordem de considerações acima, das quais resultava que o ilustre deputado paulista, cedendo, não só ao sentimento partidário, como às conveniências

da ocasião, adulterou flagrantemente a verdade que brotava da fiel narração dos acontecimentos, acrescente: “Quem ousará duvidar da célebre carta dirigida ao presidente do Conselho do último Ministério da monarquia, em data de 13 de novembro, isto é, no mesmo dia da conferência que o Sr. ajudante-general teve com o marechal Deodoro, carta em que S. Exa. expressa-se assim:

*“Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro – A esta hora deve V. Exa. ter conhecimento de que tramam algo por aí além; não dê importância; tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alertas.*

*Agradeço ainda uma vez os favores que se tem dignado dispensar-me. O meu afilhado, etc., etc. Sou de V. Exa. menor criado, amigo e obrigado. – Floriano Peixoto.”*

“Quem ousará afirmar a adesão do Sr. ajudante-general, à causa da revolução, diante das inúmeras medidas de repressão, desde 13 de novembro, e dentre as quais citarei, com convicção de acertar, as seguintes: repetidas ordens ao comandante interino da 2ª brigada para conter e desarmar os revoltosos, cuja atitude S. Exa. condenava particular e publicamente; o empenho que S. Exa. fez para conseguir o auxílio dos batalhões 24º de infantaria e 1º de artilharia da fortaleza de Santa Cruz, especialmente este último, por não dispor, dizia S. Exa. de força desta arma; o interesse que S. Exa. manifestou ao Sr. de Ouro Preto em que exhibisse a seu lado qualquer contingente de Marinha, afim de desiludir os revoltosos, que diziam contar com ela; a colocação do 10º batalhão de infantaria no largo da Lapa para impedir a passagem da Escola Militar no desfile próximo, e muitas outras providências tomadas com urgência por S. Exa. sempre no sentido de suplantar a revolução; quem ousará contestar estes fatos e afirmar, em face deles, a sinceridade do apoio do Sr. ajudante-general?! Quem nesta Capital, ignora o quanto foi esquerda, durante os primeiros tempos, após o triunfo de Deodoro, a posição de S. Exa. perante a guarnição e principalmente perante aqueles que mais se haviam comprometido na revolução de novembro?

Se, como diz o Sr. deputado Glicério, tivesse sua S. Exa. prestado o seu *concurso decisivo, de acordo com o plano previamente concertado com seus colegas*, infalivelmente S. Exa. teria entrado desde logo na organização do Governo Provisório, como aconteceu com o Sr. Rui Barbosa, que, como S. Exa., vinha, porém sinceramente, dos arraiais do partido liberal no regime passado e nesse caso sentiríamos todos, em vez do natural constrangimento que experimentávamos em consequência da sua dúbia atitude, a necessidade imprescindível da sua figura no Governo, como uma força que se impunha.

Mas não; só mais tarde tratou-se da admissão de S. Exa. no Governo, em substituição de Benjamin Constant, isto quando as circunstâncias já haviam aconselhado mais moderação e prudência, e mesmo esquecimento, no modo de apreciar a revolução que nos havia dado a República, feita, segundo a palavra oficial, *pelo Exército e Armada em nome da Nação*.

“A esse tempo já alguém cogitava também da reversão ao quadro ativo do Sr. ge-

neral barão do Rio Apa, o qual havia sido ditatorialmente reformado logo após o 15 de novembro. Note-se que esse general, como comandante da 1ª brigada, naquele dia, sob as imediatas ordens do Sr. ajudante-general, foi solidário com este até ao fim.

Outros fatos poderemos relembrar, mas por enquanto não julgamos de necessidade fazê-lo.”

A muitos pareceria estranha a audaciosa atitude do signatário deste artigo, afrontando as iras de tão poderosa autoridade.

Explica-se:

Eu acabava de sofrer com minha família as amarguras de um exílio inóspito, preso e reformado ditatorialmente por um crime que não poderia ter cometido a 10 de abril; via e sentia o abatimento moral que profundamente acabrunhava a alma nacional submetida à tirania que tudo fazia para perpetuar-se no poder; e, passando em revista retrospectiva acontecimentos recentes até à vitória de Deodoro a 15 de novembro, compreendia que todos os nossos males provinham da criminoso tolerância com que se houve o Governo Provisório admitindo e confundindo com os revolucionários triunfantes, aquele mesmo que, havia pouco, tanto se tinha esforçado contra a revolução.

Tais considerações produziram, naturalmente, a maior indignação em meu espírito e, senhor dos fatos, não hesitei em lhes dar publicidade sem preocupar-me com os perigos a que me expunha.

E fí-lo convicto de que prestava assinalado serviço ao meu país, esclarecendo-o em relação a um assunto de elevado interesse.

Não suponham, porém, os que me lerem que a exaltação de ânimo me levasse a exagerar, nem de leve alterar os acontecimentos em prejuízo do marechal; ao contrário, fui muito incompleto, cedendo a certas considerações do momento, que me dispensei de revelar.

Vê *Suetônio*, que, segundo a opinião do *leader* da maioria daquela época e poderoso chefe, o *concurso* prestado pelo ajudante-general foi também *decisivo* para a vitória da revolução.

Neste andar chegaríamos logo à inversão completa dos papéis representados pelos dois generais, que, em verdade, estiveram em terrenos opostos: o revolucionário, que afrontando todos os perigos que oferecia a resistência preparada, disputava heroicamente a vitória de sua causa, e o que se submetera à última hora ao *império das circunstâncias*.

Como, porém, nem sempre se possam acomodar as coisas à medida de nossos desejos, com prejuízo da verdade, prosseguirei na tarefa a que me impus a 3 de setembro de 1893, para melhor esclarecer o papel inquestionavelmente *distinto* que desempenhou o marechal Floriano Peixoto.

O Sr. de Ouro Preto, no livro que publicou, *O Advento da República*, deixou, por ignorar, sem dúvida, de mencionar a mais interessante ocorrência relativa ao ajudante-general, que muita luz fornece aos acontecimentos que fizeram o objeto do livro.

O Sr. visconde transcreveu a célebre carta, que acima fica como ato espontâneo que era, mas não pôde explicar a causa que a determinou, e era, nem há contestar, a conferência que acabava de ter aquele general como o seu colega Deodoro, a convite deste transmitido pelo capitão Hermes Rodrigues da Fonseca; convindo notar que essa

conferência teve por fim obter Deodoro a adesão do seu colega ao movimento, conforme ficara assentado em reunião do dia 11, presentes Benjamin, Hermes e o escritor destas linhas, havendo o ajudante-general se manifestado contrariado por tal convite.

A dita carta, portanto, não podia deixar de ser uma denúncia, perfeitamente caracterizada e bem significativa a respeito dos intuítos do seu signatário, em face dos precedentes referidos pelo Sr. visconde, e das medidas de repressão imediatamente postas em prática pelo ajudante-general.

Entre outras dessas medidas, não eram poucas as de que fôra encarregada a polícia, de combinação com o ajudante-general, inclusive a organização da brigada mista, à última hora confiada ao comando do bravo general Almeida Barreto<sup>7</sup>, e constituída de forças da Polícia, da Armada e dos Bombeiros, com um efetivo de 1.096 homens e sob as imediatas ordens de oficiais da maior confiança do Governo; a guarda cívica que também era comandada por oficial do Exército de inteira confiança, o qual à última hora mandara ao Arsenal de Guerra, de ordem do ajudante-general, em busca de munições de guerra para reforçar a resistência que se organizava apressadamente contra a revolução.

Os preparativos que ali se fizeram, indo-se até armarem os menores, do que pode dar testemunho o então ajudante daquele estabelecimento, hoje general Pires Ferreira; a tentativa para transportar o batalhão de artilharia da fortaleza de Santa Cruz para o mesmo arsenal; as ordens transmitidas por intermédio do capitão ajudante do 1º regimento, Manoel J. Godolphim, ao respectivo comandante para sufocar a *insubordinação* (revolução), ordens dadas por aquela autoridade no Quartel General, em presença de dois generais, na noite de 14, e repetidas no círculo dos oficiais do 1º e 9º regimentos de cavalaria pelo mencionado capitão; a conferência reservada que logo depois tivera a mesma autoridade com o aludido comandante no pátio do Quartel-General; a conduta manifestada à última hora pelo ajudante-general ao general Almeida Barreto, quando este já empossado do comando da brigada que lhe fôra confiada ao amanhecer de 15, como passo a relatar.

Barreto fôra chamado a toda pressa pelo ajudante-general às 4 horas da madrugada de 15 e logo prevenido de que deveria comparecer pronto para serviço. Ao apresentar-se aquela autoridade recebeu ordem para que fosse ter com o ministro da Guerra, de quem receberia as instruções necessárias, *pois S. Exa. o havia nomeado para comandar uma brigada* que devia opôr a mais formal resistência às forças sublevadas que naquele momento se dirigiam ao Campo da Aclamação, comandadas pelo general Deodoro.

Barreto empossado do comando e quando a 2ª brigada já havia tomado posição à frente do Quartel-General, foi novamente chamado pelo ajudante-general, que se achava no quartel do 10º batalhão e perguntou-lhe “qual a razão por que não tinha oposto resistência à força sublevada”. Barreto respondeu que a força sob seu comando não se prestaria a fazer fogo contra os seus companheiros e antes estava em harmonia de vistas com eles. Retorquiu o ajudante-general: “Aprovo o seu procedimento e, quando o *nomeei*(?) para comandar essa brigada, estava convicto de que não faria derramar o sangue do soldado brasileiro”.

Convém notar que o general Barreto, que ignorava esta atitude do ajudante-general, ratifica tudo quanto ali fica, acrescentando que testemunhara o interessante diálogo do oficial Felipe Câmara, que era ajudante de ordens daquela autoridade e, finalmente, que este fato descrito como se acha e dado a público, quando ainda vivia o marechal Floriano Peixoto, muito contrariou a este.

Para mais patente se tornar o intuito com que tomavam todas as providências acima assinaladas, convém ainda recordar um convite dirigido na noite de 14 ao general Deodoro pelo ajudante-general para uma *conferência* da qual resultaria, naturalmente, a capitulação da tropa, se Deodoro não tivesse habilmente evitado o premeditado golpe, como vamos ver.

Ao chegar Deodoro ao Campo na manhã de 15 à testa da 2ª brigada, trocando o carro em que ia pelo cavalo que montava o secretário do 1.º regimento, mandou pelo tenente-coronel João Batista Silva Teles comunicar ao ajudante-general achar-se ali com a 2ª brigada, pronto para a conferência pedida.

É escusado dizer que o ajudante-general ficou mudo.

Relatando exatamente os fatos que aí ficam, esclarecendo o papel desempenhado pelo ajudante-general marechal Floriano Peixoto, relativamente à revolução de 15 de novembro, presumo não ter deixado mais dúvida de que todo o preparo e providências postas em ação pela mesma autoridade demonstram evidentemente o propósito de não só neutralizar a marcha da revolução, como opor-lhe efetiva resistência, se as circunstâncias o permitissem.

Possa a História da minha Pátria utilizar-se com o maior proveito dos elementos que aí deixo registrados para julgamento do personagem eminente a quem estiveram confiados os destinos do Brasil desde 23 de novembro de 1891 até 16 de novembro de 1894 — é tudo quanto almejo.

Terminando o tosco e desalinhado estudo a que me propus no intuito de restabelecer a verdade da História, não posso deixar de agradecer a *Suetônio* a oportunidade que me proporcionou de prestar à memória do general Deodoro a homenagem que lhe é devida, como o imortal e glorioso fundador da República Brasileira.

Eu que o vi, que o admirei e o acompanhei no momento angustioso em que, abrasado no amor da Pátria, cuja imagem era o seu guia, ele não media os perigos e os sacrifícios a que se atirou arrojado, eu não poderia admitir a sangue frio que lhe quisessem roubar, para dar a outros, uma glória que é dele, e só dele.

Se hoje, de tantos que se lhe acercaram e bajularam, quando no apogeu da grandeza ele podia distribuir favores, nenhum talvez se lembre sequer de, no aniversário do seu falecimento, render-lhe o piedoso culto de esfolhar sobre o seu túmulo uma simples saudade, eu sinto-me feliz e orgulhoso de, pelo mais importante órgão de publicidade do Brasil, protestar contra a injustiça que se tem cometido em prejuízo da memória do grande brasileiro que, como nenhum outro, fez jús à gratidão nacional”.

.....

Do nosso mestre e amigo Francisco Cunha recebemos a seguinte e interessantíssima carta:



“Meu caro Ernesto Sena – Li a carta do Sr. general Sebastião Bandeira, publicada no *Jornal do Comércio*, de 17 do corrente sob a epígrafe supra citada.

Nega-se aí que o general Floriano Peixoto, como ajudante-general, fosse favorável à revolução de 15 de novembro que nos deu a República, e afirma-se que, ao contrário disso, dificultou o mais que pode o movimento, declinando a sua atitude somente ante o império das circunstâncias.

Cumpro um dever de lealdade, com o propósito também de contribuir para os subsídios da História, declarando que pouco tempo antes de partir desta cidade para assumir a missão diplomática que o Governo da República confiou-me junto ao Governo da Itália, fui procurado pelo Dr. Miguel Vieira Ferreira, republicano histórico e um dos que maiores serviços prestaram na época mais ativa da propaganda pela imprensa e pelo magistério, para entregar-me uma lista dos membros da associação secreta de que fazia parte, visto achar-se ele desde muito tempo retirado da política e consagrado aos misteres do sacerdócio que exercia no caráter de pastor de uma igreja protestante.

Nessa lista estava, entre vários outros, o nome do tenente-coronel Floriano Peixoto sob o pseudônimo de *Guatimozin*.

Sabem os republicanos ativos daquele tempo que a nossa organização secreta tinha atingido um largo desenvolvimento em quase todo o Brasil e que muitos oficiais do Exército a ela se achavam filiados, incorrendo em sérios perigos para as suas pessoas e para a sua carreira.

Posso de memória citar alguns nomes. Organizei em Porto Alegre, de colaboração com o bravo e ilustrado major de artilharia Santiago Dantas, professor da Escola Militar e vencedor, por oferecimento dos seus serviços, dos ferozes Mukers, seita fanática das colonias alemãs do Rio Grande do Sul, que fazia prosélitos pelo terror e pelo assassinato, uma filial na qual, entre outros militares, cujos nomes não recordo, depois de tantos anos, figuravam os do tenente Artur Oscar, o general que debelou os sanguinários fanáticos da Bahia, e o tenente Antão, de quem não conheço o ulterior destino.

O pseudônimo do major Dantas era – *Japhet* e o meu – *Robert Blum*.

A lista a que me refiro entreguei pessoalmente ao general Floriano, a esse tempo ministro da Guerra, na ocasião em que dele me despedi ao seguir para meu posto.”

Relativamente à publicação dos artigos que aqui transcrevemos do Sr. general Sebastião Bandeira, fez este ilustre militar o seguinte apêndice:

“Para maior clareza de certos pontos que podem parecer obscuros, julgo conveniente ajuntar aqui dados que colhi posteriormente aos artigos que foram publicados no *Jornal do Comércio*.

Ao que eu disse à página 9 acrescentarei que a reunião de 11 de novembro, em casa de Deodoro, compareceram os Srs. Bocaiuva, A. Lobo, Francisco Glicério, B. Constant, Rui Barbosa e o major Solon.



**Comissão Executiva do Partido  
Republicano em 1889**





Esteves Júnior



Dr. Ubaldino do Amaral



Quintino Bocaiuva



Rodolfo Abreu



Dr. Barata Ribeiro

Posso afirmar que houve completa harmonia de vistas para a deposição da monarquia entre os convivas e o general, o que ainda se evidencia pelo fato de haver o próprio Sr. Bocaiuva, no dia seguinte (12) procurado o Sr. Rui Barbosa à rua do Carmo nº 40, comunicando-lhe a sua designação para ministro da Fazenda.

A propósito desse convite, o Sr. Rui Barbosa disse da tribuna do Senado, na sessão de 13 de janeiro de 1892, e reproduziu no seu livro intitulado *Finanças e Política*, à pág. 297:

“Quando às vésperas da revolução o Sr. Q. Bocaiuva me comunicou a sentença, que me designava como posto, *no governo projetado* (o grifo é meu), a pasta da Fazenda — em presença dessa combinação temerosa, usei de todas as objeções que a minha consciência me inspirava para afastar de mim o cálice acerbo; e, se me submeti, foi por não parecer que desertava aos meus amigos e às minhas idéias, em uma situação na qual *a lista dos ministros escolhidos seria um rol de condenados à morte se a monarquia triunfasse. (Apoiados.)* O grifo é meu.

Nós asselávamos o nosso assentimento com o risco da vida, exposta ao perigo iminente da revolução... que para outros foi apenas o esplendor de um dia de sol. (*Sensação.*)

Quanto ao suposto viva dado pelo general Deodoro ao imperante de que tratei à página 19, devo acrescentar o que ouvi do Sr. capitão Gentil Eloi de Figueiredo.

Afirmou-me ele ser destituída de fundamento a versão que correu, de haver o general Deodoro, no dia 15 de novembro, dado vivas ao imperante ou à monarquia, que ao penetrar o general no pátio do Quartel-General, acompanhou sempre e, consigo, o então tenente do 1.º regimento de cavalaria Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim; que é certo ter havido vivas, e entusiásticos, logo que apareceu o general, mas foram dados a este e partidos da tropa, por iniciativa do então capitão Carlos Olímpio Ferraz, que nessa aclamação tomou parte toda a força aí postada pelo Governo.

Para melhor orientar a opinião acerca desse assunto, acrescentarei ainda o que ouvi do Sr. Baldomero Carqueja y Fuentes, repórter do *Jornal do Comércio*, que se achava no dia 15 de novembro na Secretaria da Guerra.

Assegurou-me ele que presenciou o general Deodoro dizer ao Sr. de Ouro Preto, que tinha no bolso a lista dos ministros que levaria a Sua Majestade para substituir o ministério e que, por essa ocasião, o Dr. Benjamin, julgando de mau efeito aquelas palavras do general, interrompeu-o declarando que Sua Majestade, como todos, será garantido e acatado.

Efetivamente, para quem, como o Sr. Baldomero, ignorava o que se tinha passado e ficara assentado na reunião de 11 entre o general e os chefes referidos, pareceria que Deodoro, assim se exprimindo, não deixava dúvida a respeito dos intuitos da revolução, isto é, que se tratava unicamente de uma mudança ministerial.

Conhecidos, porém, os precedentes, não se pode admitir que fosse esse o pensamento do chefe da revolução, tanto mais quanto a organização ministerial combinada, como vimos, não era de certo para servir com a monarquia.

À ignorância, pois, do verdadeiro sentido das palavras de Deodoro, se deve atribuir, provavelmente, a errônea versão dos aludidos vivas, quando na realidade o aclamado era o próprio general.

Finalmente, ainda com relação ao procedimento do general Floriano Peixoto, de que me ocupei de páginas 29 e 36, não seria demais acrescentar que o mencionado Sr. capitão Gentil Figueiredo afirmou-me que o general Ourique Jacques, então comandante do 10<sup>o</sup> batalhão de infantaria, mandado postar no largo da Lapa, lhe declarou, em conversa na farmácia Pereira Guimarães, que pelo ajudante general lhe fôra dada diretamente ordem de empregar meios extremos para impedir a passagem da Escola Militar naquele largo.”

Proclamada a República no meio do mais ardoroso entusiasmo pelas forças armadas e pela então já numerosa concorrência de civis e notadamente por vários dedicados propagandistas presentes no movimento, foi dada uma salva de 21 tiros.

Nesse ínterim chegou ao Campo da Aclamação a gloriosa Escola Militar, sob o comando do major Marciano de Magalhães, a incorporar-se às forças revolucionárias. A partir desse momento o entusiasmo recrudescceu.

O general Deodoro meteu em coluna toda a força para a direita e partiu conduzindo-a em direção ao Arsenal de Marinha. Aí chegando, o chefe de divisão barão de Santa Marta que se achava no portão do Arsenal, ao ver aproximar-se a força, em altas vozes dirigindo-se ao general Deodoro disse: “Marechal! o que pretende com essa força?”

Deodoro erguendo também a voz respondeu: “Venho trazer os seus marinheiros que acabam de coadjuvar-me na salvação da Pátria”.

Lopes Trovão, que, devido ao atraso do *bonde*, não chegara a tempo de juntar-se às tropas no campo da Aclamação, foi esperá-las na rua do Ouvidor, à porta do *Diário de Notícias*, onde com Aristides Lobo, Silvio Romero e outros escreviam a *coluna Republicana*. Cercava-o grande massa popular.

Ao chegarem aí, as forças pararam: e, pelos presentes aclamado para falar, Lopes Trovão respondeu: — *o momento não é da palavra, é para ação*, concluindo por dar *vivas* à República, a Deodoro, a Quintino e a Benjamin, que foram correspondidos entusiasticamente; colocando-se ao lado de Aristides Lobo, Almeida Pernambuco e outros republicanos da velha guarda que marchavam na frente das forças. A gente que o cercava imitou-lhe o exemplo.

Assim aumentado pela massa popular o préstito desceu a rua do Ouvidor, recebendo na passagem vivas e palmas das pessoas que se apinhavam às janelas e nos passeios.

Da sacada da *Cidade do Rio* orou José do Patrocínio, tendo ao lado André Rebouças, o qual foi caindo em prostração à medida que o orador avançava no seu rápido discurso e quase desfaleceu quando ele terminou por um *viva* à República e outro a Deodoro. Silva Jardim disse algumas palavras do terraço da *Gazeta de Notícias*, concluindo por um *viva* a Lopes Trovão e outro à República, a que Lopes Trovão respondeu com um *viva* à República e outro a Silva Jardim.

O ponto de destino era o Arsenal de Marinha. O incidente Ladário confirmava a suspeita de que daí surgisse uma reação qualquer, não obstante entre os oficiais de mar contassem os republicanos não poucos correligionários e com muitos destes alguns indiferentes à política estivessem comprometidos no movimento. Quando o préstito pa-

rou diante do grande portão daquele estabelecimento à rua 1.º de Março, ele se abriu escancaradamente e sobre o seu limiar apareceu a figura agigantada e viril de Wandenkolk – *sempre na frente*, disse a Lopes Trovão o valente lobo do mar no tom de bom humor que lhe era habitual. – *É c meu destino*, respondeu o conhecido tribuno entrando acompanhado dos populares entre aclamações à República e a Deodoro.

Imediatamente o chefe militar da revolução, sempre a cavalo, transpôs os umbrais do grande portão com poucos militares e apeou-se à sombra de uma árvore. Como a massa popular continuasse a afluir sempre aclamando-o e a República, ele mandou por Wandenkolk pedir a Lopes Trovão que conduzisse os populares para fora do Arsenal porque, como mais tarde foi a este explicado por aquele, no caso de conflito ele não queria que os civis fossem vitimados.

A convite de Lopes Trovão todos os populares saíram e alguns deles lhe pediram de beber pela vitória da República. Lopes Trovão os mandou servir na venda mais próxima, onde também entrou, à rua 1.º de Março, esquina da rua Conselheiro Saraiva. A nota da despesa subiu a quarenta e tantos mil réis e ele não tinha mais de onze mil réis e alguns níqueis. Deu-os todos a um dos empregados que serviram aos populares; e, quando para garantir o resto da despesa lhe entregava o seu relógio e corrente, entrevistou o dono do estabelecimento que o tomando corpo a corpo num abraço muito estreito e prolongado, disse-lhe com tom comovido – *Perdoe-me o atrevimento da ação; mas o resto fica por minha conta, desde que a fortuna não me deu outro meio para participar da sua justa alegria pelo dia de hoje.*

Vitoriosa, a República, organizado o Governo Provisório, sendo chefe o general Deodoro da Fonseca, foi feita a seguinte proclamação:

“Concidadãos.

O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo.

Como resultado imediato desta revolução nacional de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem pública a liberdade e os direitos do cidadão.

Para comporem este governo enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo os cidadãos abaixo assinados.

Concidadãos.

Ó governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da fraternidade e da ordem.

No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido para a defesa da integridade da Pátria e da ordem pública, o governo provisório por todos os meios ao seu alcance promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo Povo, pelo Exército e pela Armada Nacional.



**Os mais abnegados  
propagandistas republicanos em 1889**





Dr. Lopes Trovão



Dr. Aristides Lobo



Saldanha Marinho



Dr. Silva Jardim



Dr. Sampaio Ferraz



Dr. Almeida Pernambuco



Dr. Vicente de Sousa



José do Patrocínio



Dr. Ferro Cardoso



Dr. Coelho Lisboa



Dr. Ciro de Azevedo



João Clapp



Dr. Timóteo da Costa



Dr. Xavier da Silveira Junior



Dr. Pardal Mallet



padre  
Dr. José Maria da Trindade



Dr. Campos da Paz



Dr. Julio Diniz



Plácido de Abreu



Dr. Alberto Torres



tenente  
Joaquim Pedro da Costa



Dr. Alfredo Madureira

Concidadãos.

As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

Fica, porém, abolida desde já a vitaliciedade do Senado e bem assim o Conselho de Estado.

Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos.

O governo provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas.

Marechal *Manoel Deodoro da Fonseca*, chefe do governo provisório.

*Aristides da Silveira Lobo*, ministro do Interior.

Tenente-coronel *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*, ministro da Guerra.

Chefe da esquadra *Eduardo Wandenkolk*, ministro da Marinha.

*Quintino Bocaiuva*, ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.”

Foi também publicado o seguinte:

#### DECRETO Nº 1 – DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889

O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira – A República Federativa.

Art. 2º As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Art. 3º Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretarão oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos.

Art. 4º Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil, e bem assim à eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisório da República, e os nossos Estados pelos governos que hajam proclamado, ou na falta destes, por governadores delegados do Governo Provisório.

Art. 5º Os governos dos Estados federados adotarão com urgência, todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros.



O Governo Provisório da República



Benjamin Constant, Ministro da Guerra e Instrução Pública  
Rui Barbosa, Ministro da Fazenda — Quintino Bocaiuva, Ministro das Relações Exteriores  
Aristides Lobo, Ministro do Interior — Francisco Glicério, Ministro da Agricultura  
Contra-Almirante Wandenkolk, Ministro da Marinha  
Campos Sales, Ministro da Justiça

Art. 6.<sup>o</sup> Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e a tranqüilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7.<sup>o</sup> Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhecerá nenhum outro governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular.

Art. 8.<sup>o</sup> A força pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada Nacional, de que existem guarnições ou contingentes nas diversas províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Governo Provisório da República, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica, destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados.

Art. 9.<sup>o</sup> Ficam igualmente subordinadas ao Governo Provisório da República todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao Governo Central da nação brasileira.

Art. 10. O território do município neutro fica provisoriamente sob a administração do Governo Provisório da República e a cidade do Rio de Janeiro constituída, também provisoriamente, sede do poder federal.

Art. 11. Ficam encarregados da execução deste, na parte que a cada um pertença, os secretários de Estado das diversas repartições dos ministérios do atual Governo Provisório. — *Manoel Deodoro da Fonseca*, chefe do Governo Provisório. — *A. Lobo* — *Rui Barbosa*. — *Q. Bocaiuva*. — *Benjamin Constant*. — *Wandenkolk*. ”

Ainda com relação às afirmações que apareceram de que a soldadesca revolucionária desconhecia os intentos do movimento foi publicado na imprensa em 4 de dezembro de 1889 o seguinte sob o título *A Bandeira da Revolução*:

“Desejaríamos saber em que baseou-se o cidadão Lourenço de Albuquerque para, em uma carta dirigida ao Dr. Almeida Nogueira e hoje inserta na *Gazeta de Notícias*, afirmar “que os soldados que acompanharam os chefes do movimento revolucionário ignoravam que o fim deste era a deposição do Imperador; e que talvez a ignorasse também o próprio marechal Deodoro”. Tão leviana asserção deixa evidente, ainda uma vez, quão pouco conheciam o Exército não só o gabinete decaído, como todos os que o precederam. O caráter, o patriotismo e a dignidade do ínclito marechal são bastante conhecidos de todo o país, e assim desnecessário se torna venhamos restabelecer a verdade do fato em relação a tão eminente brasileiro. Nosso intuito, vindo à imprensa, é registrar o seguinte: — As praças dos corpos que compõem a 2.<sup>a</sup> brigada do Exército, desde as mais graduadas até o simples soldado, sabiam perfeitamente o objetivo da revolução, para a qual já estavam preparadas um mês antes do glorioso acontecimento do dia 15.

Nunca lhes ocultamos o verdadeiro fim do movimento, pois procedimento contrário seria indigno dos oficiais dos aludidos corpos.

Três fatos muito importantes corroboram a nossa asserção e são estes:

Na noite de 4 de novembro, em uma conferência que teve lugar na casa do general Deodoro, entre estes oficiais o capitão Mena Barreto, tenente Bandeira, alferes aluno Fragoso, presente o 1.º tenente Clodoaldo da Fonseca e o particular Coelho, amigo particular do general, este deliberou optar pela mudança da forma do Governo, declarando que o país só assim se salvaria; e ao despedir os companheiros de trabalho, o general, respondendo a Mena Barreto, disse: — *pode congratular as forças.*

Na noite de 14 quando os regimentos prontos se achavam para a defesa ou para o ataque, de momento em momento irrompiam dos alojamentos das praças vivas à República, ao valoroso marechal e à união do Exército.

O outro fato foi, com certeza, observado pelo próprio cidadão Lourenço de Albuquerque e pelos seus ex-companheiros de gabinete: o 1.º e 9.º regimentos de cavalaria e o 2.º de artilharia de campanha marchando para o campo da Aclamação deixaram nos respectivos quartéis os estandartes, porque neles estava estampado o emblema da Monarquia.

Falamos em nome da 2.ª brigada, a que pertencemos; mas não erramos assegurando que de igual modo poderão se pronunciar os nossos distintos companheiros da 1.ª brigada.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil, em 4 de dezembro de 1889. — capitão *Adolfo Mena Barreto.* — tenente *Sebastião Bandeira* — alferes *Joaquim Inácio Batista Cardoso* — tenente-coronel *João Batista da Silva Teles.* — capitão *Francisco Xavier Batista.* — capitão *João Maria de Paiva* — 2.º tenente *Joaquim Baltazar de Abreu Sodré.* — 2.º tenente *Adolfo Augusto de Oliveira Galvão.* — 2.º tenente *Nestor Vilar Barreto Coutinho.* — capitão *José A. Marques Porto* — 2.º tenente *Pedro Paulo Cerqueira.* — major *Antônio Virgílio de Carvalho.* — tenente *Henrique de Amorim Bezerra.* — alferes *José Brasília de Amorim Bezerra.* — capitão *Trajano de Menezes Cardoso.* — alferes *Eduardo José Barbosa Junior.* — alferes *João Ludgero dos Santos.* — alferes *A. de Aguiar Conny.* — alferes *Pedro Nolasco Alves Ferreira.* — major *Floriano Florambel da Conceição.* — major *Manoel Joaquim Godolfim.* — tenente *Henrique de Oliveira Bezerra.* — alferes *Guilherme A. da Silva* — alferes *Artur Napoleão de O. Madureira.* — alferes *Manoel Joaquim Machado.* — alferes *Alexandre Z. de Assunção.* — alferes *José da Silva Pessoa.* — alferes *Gasparino de Castro C. Leão.*”

Do Sr. general Sebastião Bandeira recebemos a seguinte carta:

“Meu caro coronel Ernesto Sena — Li a carta do Sr. Francisco Cunha, publicada no *Jornal do Comércio* de 21 do vigente, e para tomá-la na merecida consideração passo a reproduzi-la aqui:

“Do nosso mestre e amigo Francisco Cunha recebemos a seguinte e interessantíssima carta:

“Meu caro Ernesto Sena — Li a carta do Sr. general Sebastião Bandeira, publicada no *Jornal do Comércio* de 17 do corrente sob a epígrafe supra citada.

Nega-se ali que o general Floriano Peixoto, como ajudante-general, fosse favorável à revolução de 15 de novembro que nos deu a República, e afirma-se que, ao contrário disso, dificultou o mais que pode o movimento, declinando a sua atitude somente ante o império das circunstâncias.

Cumpro um dever de lealdade, com o propósito também de contribuir para os subsídios da História, declarando que pouco tempo antes de partir desta cidade para assumir a missão diplomática que o governo da República confiou-me junto ao governo da Itália, fui procurado pelo Dr. Miguel Vieira Ferreira, republicano histórico e um dos que maiores serviços prestaram na época mais ativa da propaganda pela imprensa e pelo magistério, para entregar-me uma lista dos membros da associação secreta de que fazia parte, visto achar-se ele desde muito tempo retirado da política e consagrado aos misters do sacerdócio que exercia no caráter de pastor de uma igreja protestante.

Nesta lista estava, entre vários outros, o nome do tenente-coronel Floriano Peixoto sob o pseudônimo de *Guatimozin*.

Sabem os republicanos ativos daquele tempo que a nossa organização secreta tinha atingido um largo desenvolvimento em quase todo o Brasil e que muitos oficiais do Exército a ela se achavam filiados, incorrendo em sérios perigos para suas pessoas e para a sua carreira.

Posso de memória citar alguns nomes. Organizei em Porto Alegre, de colaboração com o bravo e ilustrado major de artilharia Santiago Dantas, professor da Escola Militar e vencedor, por oferecimentos dos seus serviços, dos ferozes Mukers, seita fanática da colônia alemã do Rio Grande do Sul, que fazia prosélitos pelo terror e pelo assassinato, uma filial na qual, entre outros militares, cujos nomes não recordo depois de tantos anos, figuravam os do tenente Artur Oscar, o general que debelou os sanguinários fanáticos da Bahia, e o tenente Antão, de quem não conheço o ulterior destino.

O pseudônimo do major Dantas era — *Japhet* e o meu — *Roberto Blum*.

A lista a que me refiro entreguei pessoalmente ao general Floriano, a esse tempo ministro da Guerra, na ocasião em que dele me despedi ao seguir para meu posto”.

De fato, neguei que o general Floriano Peixoto, como ajudante-general do Exército, fosse favorável à revolução de 15 de novembro, que nos deu a República, e afirmei que, ao contrário disso, ele dificultou o quanto pôde o movimento, submetendo-se, finalmente, *ao império das circunstâncias*.

As minhas categóricas afirmativas, porém, foram baseadas em fatos positivos, que não é lícito contestar sem prejuízo da verdade histórica; convindo notar que o próprio Sr. Francisco Cunha, estranhando os atos que atribuiu ao dito general contra o movimento, limitou-se a noticiar a existência de uma lista de membros de uma associação secreta que o mesmo Sr. Cunha recebeu do Sr. Dr. Miguel Vieira Ferreira e na qual figurava com o pseudônimo de *Guatimozin* o então tenente-coronel Floriano Peixoto.

Confesso que a notícia não foi novidade para mim, porque já a tinha ouvido do próprio Sr. Francisco Cunha, antes da sua partida para a Itália, em palestra que tivemos junto ao Quartel-General.

O meu ilustre patrício, porém, há de convir que a atitude do último ajudante-general da Monarquia, perfeitamente caracterizada pelos seus inúmeros atos de repressão, praticados contra os revolucionários da 2.<sup>a</sup> brigada e da Escola Militar da Praia Verme-

lha, no momento justamente em que eles mais careciam do seu valiosíssimo concurso, não pode nem deve sofrer modificação alguma por efeito dos compromissos assumidos muitos anos antes por *Guatimozin*.

Se a proclamação da República dependesse de atos platônicos, como esse, é certo que ela continuaria ainda por muito tempo a existir somente na imaginação dos sonhadores.

A triste verdade é bem o que disse Bocaiuva, a 7 de novembro de 1889, ao capitão Mena Barreto, na reunião que se efetuou em casa de Benjamin Constant, presente também o major Solon: “Se o Exército não fizer a República, iremos ao 3º, 4º e 5º reinados”. Poucos dias depois vimos confirmada essa manifestação sincera do ilustre chefe, por esta outra, igualmente sincera, do saudoso Aristides Lobo, em carta para um jornal de S. Paulo. “O povo assistiu bestializado à proclamação da República”.

Diante de fatos que tão eloquentemente esclarecem a conduta do general Floriano Peixoto na difícil emergência em que se achou, facilmente compreende-se a causa que a determinou: era grande a responsabilidade que lhe acarretava o cargo de confiança que exercia, não sendo menor o receio de fracasso na perigosa aventura revolucionária.

Os fatos que se sucederam na vida de Floriano durante o seu governo robustecem o que digo, definindo a sua personalidade.

Vitoriosa a revolução, alguns companheiros dos que melhor conheciam o trabalho da conspiração sentiram desde logo necessidade de combater os especuladores que começavam a adulterar os fatos em proveito próprio; e de comum acordo, reuniram-se em minha residência, à rua General Bruce, com o propósito de colecionar apontamentos que serviriam ao futuro historiador. Encarregaram-se desse trabalho os capitães Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto e Trajano de Meneses Cardoso, quem escreve estas linhas e os alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso e Manoel Joaquim Machado, servindo como escreventes alguns inferiores dos regimentos 1º e 9º, de cavalaria. Presidiram os trabalhos o maior escrúpulo e imparcialidade, sem nos preocupar-nos com o agrado ou desgosto que eles pudessem causar.

Tais apontamentos, subscritos por muitos oficiais da 2ª brigada, ficaram em meu poder e mais tarde me habilitaram a escrever no *Jornal do Comércio*, em 1898, três artigos sob a epígrafe — *Quintino Bocaiuva*, reunidos em folheto que circulou com o título de *Quinze de Novembro, Contestação a Suetônio*.

Na desciação desses fatos, é bem de ver que não poderia nos escapar o papel representado pelas figuras de maior destaque.

Ainda quanto ao ajudante-general referirei mais um fato que, pela sua extraordinária importância, não deixa a menor dúvida sobre a sua ação repressora exercida contra a revolução no momento crítico. Ei-lo: Entre as cartas que Floriano dirigiu ao presidente do Conselho e ao ministro da Guerra daquela época, relativas aos acontecimentos que já começavam a desassossegurar o Governo, há uma em que ele procura tranquilizá-lo, dizendo que qualquer coisa que havia cessaria com algumas transferências.

Em seguida foi-me revelado, reservadamente, pelo então tenente do Estado Maior de 2ª classe Martiniano José Alves Ferreira, empregado do Quartel General, que o ajudante-general havia proposto a transferência para Mato Grosso dos dois principais

agitadores da 2ª brigada, sendo um o capitão Mena Barreto. Feita a República, verificou-se a exatidão desse ato do ajudante-general.

A denúncia de Martiniano me foi dada precisamente no dia 11 de novembro e em consequência teve lugar nesse mesmo dia a reunião dos chefes republicanos — Bociuiva, Glicério, Aristides Lobo, B. Constant, Solon e Rui Barbosa, na casa do general Deodoro, afim de apressar o desfecho do movimento em ação; sendo ainda na noite desse dia que os conspiradores da 2ª brigada firmaram o pacto de sangue na residência de Aníbal Cardoso, Bevilaqua e Saturnino Cardoso, á rua de S. Cristóvão.

Vê-se, portanto, que são inteiramente opostos os papéis representados pelos dois generais Deodoro e Floriano; aquele afrontava com desassombro todos os perigos que oferecia a resistência organizada; este chefiava a resistência, só se submetendo à última hora *ao império das circunstâncias*.

Deixo de tomar em consideração os últimos tópicos da carta do ilustre Sr. Francisco Cunha, relativos à existência de associações secretas no domínio da Monarquia, por não aproveitarem ao assunto a que me propus.

Termino, reiterando a minha gratidão ao *Jornal do Comércio*, pela publicação de mais estas mal alinhavadas linhas em proveito da verdade histórica”.

O Sr. general reformado Jacques Ouriques afirma que a 12 de novembro, dias antes do movimento, dirigiu-se à residência do general Deodoro e lhe disse francamente:

— Constando-me que está resolvida a mudança de forma do Governo e achando-me, como V. Exa. sabe, à frente de um grupo de oficiais, na maior parte monarquistas, desejo, para evitar uma divisão de opiniões no momento decisivo, conhecer sua maneira de pensar a respeito.

O general respondeu:

— Jacques, eu também fui sempre monarquista, ainda que muito desgostoso e descontente nestes últimos tempos. Agora é forçoso nos convenceremos de que com a Monarquia não há solução para a Pátria nem para o Exército. Já temos prova de que, de tudo o que fizemos, eles seguirão a mesma senda e tratarão de aniquilar o Exército.

Nessa ocasião o general alterou o semblante e acrescentou:

— E demais a República virá com sangue, se não formos ao seu encontro sem derramá-lo.

Anfrísio Fialho, em um trabalho que publicou sobre a revolução democrática, disse que no dia 12 de novembro o general Deodoro obedecendo ao plano concebido de associar-se o Partido Republicano ao movimento, mandou chamar, por intermédio de seu irmão Pedro Paulino, o Dr. Enes de Sousa, ardoroso propagantista republicano, afim de com ele conferenciar acerca da situação. O Dr. Enes prometeu empregar em face do movimento armado toda a influência que exercia sobre os operários da Casa da Moeda, da qual fora diretor.

É fato sabido que o general Deodoro só conferenciou com o coronel Silva Teles às 5 horas da tarde do dia 13, estando presente o então capitão Hermes Rodrigues da Fonseca, que fora encarregado de convidar aquele coronel por parte do chefe revolucionário.

O general Floriano Peixoto, naquele mesmo dia, esteve, das 10 para as 11 horas da manhã, em conferência com o general Deodoro, estando presente o seu ajudante de ordens capitão Percílio da Fonseca.

Deodoro expôs ao general Floriano o profundo descontentamento que reinava nas forças armadas do Exército, pelos atos de perseguição e de ofensas e violências praticados pelos Poderes Públicos contra a classe militar e confiou à sua lealdade a posição em que se achava o Exército naquele momento e o que estava resolvido.

O general Floriano declarou que, no seu modo de ver, os atos do Governo não autorizavam na ocasião semelhante extremo, e que talvez fosse preferível fazer uma última tentativa junto do Gabinete Ministerial.

Deodoro, porém, categoricamente declarou ao seu companheiro de armas que o movimento revolucionário era irrevogável e que ele já se achava à frente dos seus companheiros.

É necessário consignar que o general Floriano Peixoto desde fins de outubro não frequentava a casa do general Deodoro tão frequentemente; ao contrário, tornou-se tão retraído e, para se conseguir que comparecesse à residência do general, foi preciso que o então capitão Hermes da Fonseca, que morava próximo à sua residência em S. Cristóvão, o esperasse no dia 12, no portão do jardim, e fizesse o convite. Já antes o general Floriano recebera convites pelo capitão Percílio da Fonseca, mas esquivava-se, alegando sempre falta de tempo.

Foi o general Deodoro que indicou os capitães de Fragata Frederico Lorena, João Nepomuceno Batista, e capitão-tenente Garcez Palha ao Almirante Wandenkolk e ao Dr. Benjamin Constant, afim destes tomarem parte no movimento.

São de um livro de apontamento do coronel Clodoaldo da Fonseca as interessantes notas que aqui transcrevemos e que servem para afirmar com segurança que cabe com inteira justiça ao general Deodoro o título de verdadeiro fundador da República Brasileira.

“Ao cair da noite de 14, às 6 horas, quando a esposa do general Deodoro e sua sobrinha já se preparavam para regressar ao Andaraí, viram parar um tálburi na porta da casa e dele apearam-se Benjamin Constant, que trazia chapéu mole e uma manta enrolada ao pescoço, peças estas que não tinha o hábito de trazer.

Benjamin entrou, dirigiu-se às duas senhoras, que até então se achavam sós e, encaminhando-se como de costume para o gabinete de Deodoro, sentou-se na cadeira da secretária deste. Como já estivesse um tanto escuro esse compartimento da casa, uma das senhoras ia acender um dos bicos de gás, quando Benjamin pediu que não fizesse tal e que trouxesse antes uma vela acesa, o que foi feito, colocando ele mesmo o castiçal sobre a secretária.

Depois de uma pequena pausa, Benjamin, dirigindo-se à esposa do general, perguntou: “A que horas deve estar o general de volta?” respondendo esta: “Ele pretende passar a noite em casa do João.” Ao que Benjamin retrucou: “Mas é preciso que a senhora o mande chamar”.

Nessa ocasião entrou o capitão Percílio da Fonseca, logo após o capitão Espírito Santo e em seguida muitas outras pessoas.

Alheia a tudo, se bem que o suspeitava, a esposa do general insistia para que lhe dissessem o que havia, e que se lhe afigurava tão extraordinário. Foi então que Percílio se resolveu de tudo dar-lhe conhecimento. Em seguida, e de comum acordo, tomaram as providências exigidas. Foi Percílio que, tomando um carro de praça, foi ao encontro de Deodoro, encontrando-o já em preparativos para deitar-se.

Ao receber o chamado que lhe fora feito em nome dos seus camaradas, Deodoro, sem proferir a mais simples palavra, de novo vestiu-se e, em companhia apenas desse seu sobrinho, partiu em demanda de sua residência, onde chegou pouco depois das 10 horas”.

– “Capitão Clodoaldo da Fonseca,

Lendo com toda a atenção a carta que me dirigiu de Porto Alegre, datada de 5 de junho último, em que me reconhece como um dos principais fatores da revolução que estabeleceu a República, respondendo como solicita:

Ao primeiro tópico: Sim. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, quando conspirava e procurava adeptos, ligava sempre o seu próprio nome ao do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, como sendo este o chefe do movimento.

Ao segundo: Sim, porquanto em a noite de 14 para o amanhecer do dia 15, indo eu a chamado de Benjamin à casa do marechal Deodoro, no Campo da Aclamação nº 99, hoje 105, me declarou este que estava certo da responsabilidade que ia assumir, mas o fazia para salvar os direitos do Exército, ameaçado de ser dissolvido, para o que precisava e contava com o meu concurso.

Aos dois últimos tópicos (de ter Deodoro dado vivas a Dom Pedro II), ocorre-me dizer-lhe que nada sei a respeito e nem de tal ouvi falar.

Assim satisfeita a vossa exigência, tenho cumprido um dever de sincero tributo para a História, esclarecendo a verdade do que deseja saber, podendo fazer desta o uso que lhe aprouver. – Do velho camarada e amigo marechal *José de Almeida Barreto*. – Capital Federal, 8 de julho de 1894”.

– Tratando do mando de forças militares de S. Cristóvão para o Campo da Aclamação, há ainda a seguinte nota:

Ora, o Sr. T. Mendes, que é tido em conta de um homem puro, não devia, tão pouco, não ter aceitado como *suficiente* essa narrativa feita (sem documentos comprobatórios) por José Bevilacqua. Primeiro, porque essa narrativa, feita dois anos após a proclamação da República, está em contradição com o que ele escrevera meses após o 15 de Novembro de 1889; segundo, porque o Sr. T. Mendes não podia ignorar que essa narrativa, reproduzida pelo capitão José Bevilacqua, em seu discurso na sessão de 10 de julho, foi unicamente com o fito de fazer oposição sistemática a Deodoro, isso após o falecimento de Benjamin Constant; terceiro, finalmente porque não podia também ignorar que esse moço já nessa época era tido e reconhecido como um despeitado e, portanto, suspeito pelo que dizia, acusado de ouvir outros que especulavam com a sua ingenuidade, um leviano, enfim, por isso que não podia perder ocasião, quer na tribuna, quer na imprensa, de referir-se elogiando, não só o seu sogro como as pessoas de sua família.





Diretoria  
Capitão Carlos Gusmão, Sr. Sá Vale, Dr. Sampaio Ferraz,  
Pupo de Moraes e Balbino de Mendonça

O que é certo é que apenas o então capitão Ximenes Villeroy e tenente Pantoja Rodrigues, os Srs. Agilberto Xavier e Benjamin Constant Filho acudiram ao apelo do Sr. T. Mendes.

O capitão Villeroy em seu artigo no *O País* de 18 de setembro, disse: “É certíssimo que o marechal Deodoro teve hesitação ainda a 13 de novembro depois mesmo de já estarmos todos convencidos de que não havia inimigos a combater, e tanto isso é verdade que, tendo alguém levantado um viva à República, o marechal Deodoro retrucou vivamente: “cala a boca menino”.

Ora, o capitão Villeroy não confirmou o que dissera o Sr. T. Mendes, isto é, ter Deodoro dado nessa ocasião um viva ao Sr. D. Pedro II.

A resposta que teve foi a seguinte:

Já me referi em meu primeiro artigo ao fato a que alude o articulista do viva dado à República pelo 1º tenente Saturnino Cardoso, antes de proclamada a República, mostrando o quanto os detratores de Deodoro têm procurado servir-se desse incidente para macular a sua memória.

O Sr. Agilberto Xavier (pelo Clube Benjamin Constant) em seu artigo de 21 do mesmo mês e publicado na mesma folha disse:

“Quanto ao fato de ter o marechal Deodoro dado “vivas” a D. Pedro II, a 15 de novembro, é fato ainda bem recente na memória de muitos companheiros dessa memorável jornada. Dentre muitos nomes que poderíamos apresentar, se nos quizessemos dar ao ingrato trabalho de indagar, podemos indicar de momento os dos Srs. Serejo, Saturnino Cardoso, Ivo do Prado e Tasso Fragoso.

Seria inútil dizer igualmente que diversos, entre os quais o Sr. capitão Villeroy, ouviram o marechal Deodoro proibir aos alunos da Escola Militar darem vivas à República”.

A resposta que teve este senhor foi esta:

Mas, pergunto eu, se são muitos os companheiros que ouviram Deodoro dar vivas a D. Pedro II, como explica o Sr. Agilberto, secretário do Clube Benjamin Constant, só citar os nomes de quatro moços, todos eles positivistas, portanto adversários de Deodoro, como disso deram provas, quer na tribuna, quer na imprensa, quer nos clubes, todos eles *discípulos* de Benjamin?!

Para não se darem ao *ingrato trabalho de indagar*?

Seria melhor que dissessem: pela dificuldade que há em obrigar um homem de honra e brio a levantar um falso testemunho.

O capitão Pantoja Rodrigues, em seu artigo publicado na *A Federação*, de Porto Alegre, de 11 de outubro, também como o capitão Villeroy não teve a coragem de, com seu próprio punho, confirmar essa perfídia, essa calúnia sem nome. Nenhuma referência fez ao fato, pelo que deixou de ter resposta.

Finalmente Benjamin Constant Filho, em seu extenso artigo no *O País*, de 19 de setembro, disse: “Sabido é que ele (Deodoro) deu ainda um viva ao Imperador, diante do Quartel-General, viva esse que foi ouvido por alunos da Escola Militar e Escola Superior de Guerra, personalizados pelos capitães Villeroy, Ivo do Prado, Saturnino Cardoso e Albuquerque Serejo”.

E acrescentou mais “viva este que foi *abafado por meu pai*, com um viva à República.”

A resposta que teve Benjamin foi a seguinte:

Pois será possível que somente esses quatro discípulos de Benjamin Constant tivessem ouvido esse (ou esses) viva dado por Deodoro *diante do Quartel General*?!

É de notar que os quatro nomes citados (acima com exceção do Sr. Villeroy, que não o confirma) pelo Sr. Benjamin Filho sejam os mesmos já mencionados pelo Sr. Agilberto Xavier.

Mas, por que razão os Srs. positivistas não têm apresentado até hoje um só nome dos principais chefes civis e militares, dos repórteres das diferentes folhas presentes na ocasião, dos oficiais dos diferentes corpos de mar e terra que tomaram parte no movimento revolucionário, presentes na ocasião?

Teria sido para não se darem ao *ingrato trabalho de indagar* que também assim procedeu o Sr. Benjamin Filho? não, mas pela dificuldade, como já disse, com que costumam a lutar para encontrar homens de honra e brio que se prestem a um falso testemunho.

Quanto ao viva levantado pelo senhor seu pai, e que só foi ouvido pelo Sr. Teixeira Mendes, que diz não se ter arredado *uma só linha da verdade*, não trato de semelhante caso. Escapou decerto ao Sr. Benjamin Filho dizer que esse viva dado pelo senhor seu pai fora ouvido somente pelos alunos das escolas militares e superior de guerra. Farsistas!

Apesar dos insistentes apelos feitos aos brios e honra desses detratores de Deodoro (que assim procediam depois deste e Benjamin já falecidos) para que citassem um, mas um único testemunho insuspeito; essa polêmica terminou com a resposta cabal e esmagadora dada a Benjamin Filho, com a qual ficou provado que fora este e seus dois cunhados Bevilaqua e Serejo os autores dessa infâmia.

Quem se der ao trabalho de rever todos os jornais do Rio, publicados logo após a revolução de 15 de novembro, bem como todo e qualquer impresso avulso, de certo que não encontrará mencionado esse incidente a que ferinamente alude o Sr. T. Mendes, pura e perversa fantasia engendrada por estes três parentes de Benjamin Constant.”

— “A brigada revoltada a poucos passos das tropas do Governo mantinha-se na mais perfeita ordem de batalha. Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva e Pedro Paulino, todos os três a cavalo, e no flanco direito, e os demais firmes e em seus postos aguardavam a primeira voz. Apenas Deodoro percorria a frente dessas forças, ora tomando prontas e decisivas providências, ora dando indistintamente ordens a uns e a outros.

Eis que se aproxima o momento o mais solene. Deodoro exige que abram o portão principal do Quartel-General, no que foi afinal obedecido e... *ele só*, resolutamente mete o seu cavalo a galope e transpõe o baluarte do Governo!! Nesse momento, como que se ouvia o palpitar dos milhares de corações daqueles que bem sabiam o perigo a que Deodoro se expusera; mas... eis que a um aceno seu toda essa tropa, como que suggestionada, o acompanha e sai a confraternizar com os seus camaradas!! Desde então, e aplicando a frase de um dos discípulos de Benjamin, *quando não havia mais inimigos a combater*, alguns oficiais subalternos e alunos da Escola Superior de Guerra, abandonando a formatura prorromperam em vivas a uns e a outros e um deles à República.



Sampaio Ferraz, Alfredo Madureira, Chagas Lobato, Teixeira de Sousa, Julio Diniz,  
 Ubaldino do Amaral, Anibal Falcão, Padre João Manoel e Xavier da Silveira

Deodoro, que bem pesava a responsabilidade que podia lhe advir de um ato precipitado e desordenado, e cõscio da grande necessidade que havia em manter em boa ordem e disciplina toda a força nessa ocasião, exige ordem e formatura, o que só consegue depois de alguns esforços e energia.

Deodoro volta de novo ao quartel, intima e demite o Ministério, prende e ameaça de deportação alguns deles e volta acompanhado de Benjamin, Quintino e Pedro Paulino e apresenta-se de novo à frente de todas as forças de mar e terra. Repetem-se as mesmas manifestações dos alunos e grande parte da força reunida em verdadeira confraternização com os civis.

Deodoro ainda procura manter os seus comandados em boa ordem e formatura, mais que necessárias nessa ocasião, e, como afirmaram os Srs. T. Mendes e Benjamin Filho, ele dizia e repetia *ser cedo ainda* para essas manifestações, mas afinal *não venceu*, mas fatigado e exausto, como só podem dar testemunho os espíritos retos, desabrindo-se, mandou que a artilharia salvasse com 21 tiros ao renascimento da Pátria”.

Do Sr. coronel José Bevilaqua recebemos a seguinte carta:

“Ilustrado patricio Ernesto Sena — Acompanhando as publicações que estas fazendo sob o título, muitas vezes tenho sentido ímpetos de escrever algumas *notas à margem*, no sentido de corrigir certos conceitos menos justos ou contrários ao rigor da verdade.

Sem deixar de reconhecer a utilidade de semelhantes publicações, que às vezes apresentam algum detalhe inédito de vantagem, mas considerando que o verdadeiro historiador calmo e desapaixonado, relendo e analisando friamente tudo o que tem sido escrito depois de 15 de novembro de 1889, já encontra suficientes elementos para ajuizar e com critério seguro distribuir os papéis que cabem aos nomes ilustres ou modestos dos obreiros desse grande feito no momento decisivo, e bem assim dos que prepararam seu advento, julguei preferível manter o recolhimento em que há anos me encontro, devotado aos meus encargos profissionais e domésticos.

Cada um vai contando a *história* ao sabor de sua fantasia, da sua simplicidade e modéstia ou da sua vaidade e presunção, atribuindo-se uma preponderância incompatível com a realidade dos fatos e do meio em que sua ação poderia medrar.

Auxiliares devotados destemidos, agitadores tenazes e valiosos, companheiros denodados, cuja ação foi inestimável pela convergência de esforços, prestaram real concurso à revolução, mas que por si sós poderiam sublevar um esquadrão, talvez um regimento, porém nunca arrastar a massa do Exército, as escolas sobre tudo.

São de fato beneméritos da República, mas preocupados demasiadamente com sua parte pessoal no movimento, levam a alongar-se em pequenos detalhes de relógio na mão, e fazem sua narrativa, parecendo aos estranhos que os papéis foram invertidos, passando eles a chefes, a diretores e os outros (Benjamin, Deodoro, Quintino, Silva Jardim etc.) meros satélites.

Tais veleidades, por mais convictas que sejam, externadas de boa fé, o creio, pelos mosqueteiros autobiógrafos, sofrerão incontestavelmente a rasura implacável do historiador.

Não quero respigar, nem me propondo a reduzir os vôos por vezes arrojados de quem quer seja.

Agora, porém, deparei no *Jornal do Comércio* de hoje (28 de julho), no nº XVIII, com a transcrição de um trecho de um livro de apontamentos do coronel Clodoaldo da Fonseca, em que meu nome aparece tratado de maneira insólita.

Já ouvira referir que este meu camarada escrevera tempos, em jornal do Rio Grande, sobre semelhante assunto, mas até agora não tinha tido ainda ocasião de ler.

A paixão é incontestavelmente má conselheira.

Presumo que esta catilinária data da mesma época em que figura também a resposta do falecido marechal Almeida Barreto a uma carta do então capitão Clodoaldo (8 de junho de 1894).

Mal acabara a revolta de 6 de setembro. Estavam em plena eferescência as paixões políticas que a determinaram e ainda sangravam as feridas dos acontecimentos que as precederam.

Só assim posso explicar que um camarada, amigo e companheiro devotado na gloriosa jornada, que juntos pelejamos, e ajudamos a preparar, na nossa esfera de ação, conhecendo-me bastante para saber e ser o primeiro a testemunhar que nunca fui capaz de cometer infâmias, viesse atribuir-me uma semelhante conduta e estendê-la por igual a parentes e amigos queridos que podem estar em erro, mas de absoluta boa fé.

Não acredito que atualmente, serenadas as paixões, cicatrizadas as feridas pela ação benfazeja do tempo, este meu camarada fosse capaz de reproduzir sua queixa nos mesmos termos.

Ele me acusa de apaixonado, na época a que se refere, e, espírito que sempre considerei reto e hereditariamente probo, sabe perfeitamente que razões e bastante poderosas tive para então perder a calma

Foi também o que lhe sucedeu quando assim escreveu.

Hoje, estou certo, procuraria explicar de outra maneira.

Fará, sem dúvida, a justiça de não atribuir ao Sr. Teixeira Mendes o menor interesse em adulterar a verdade, nem o julgará capaz de semelhante conduta, conscientemente, tal a superioridade de seu caráter e a sua elevação moral não contestadas pelos próprios adversários dignos.

No dia 15 de novembro, no campo de Sant'Anna, eu era o guia direito do 1.º pelotão da companhia formado pelos alunos (quase todos oficiais) da Escola Superior de Guerra, comandada pelo então capitão Vespasiano de Albuquerque, e a posição que nos coube, em frente ao Quartel-General, me colocou no extremo do lado da Escola Normal.

Dali eu não poderia distinguir, ou melhor, ouvir uma voz isolada partindo do portão central.

E por isso nunca disse *ter ouvido* o viva ao imperador, atribuído ao marechal Deodoro.

Ouvi, sim, referir mais tarde, que o dera, sendo respondido com vivas à República, que ele também imediatamente saudou com vivas, erguendo o boné.

Se isto não é verdade, não fui eu quem inventou.

Ouvi referir, repito, tempos passados e até como tendo sido publicado nos primeiros dias da República, e, na época citada, também transmiti a versão, eis a verdade.

Nunca vi motivo para considerar um crime, se de fato tal viva foi levantado.

E não vejo que assumo foros de indignidade a *hesitação* de que porventura ele era a expressão.

Dada a afeição pessoal do marechal Deodoro a D. Pedro II e no estado de espírito e físico em que se achava, não era absurdo que a tivesse tido, quando é certo que mais tarde ainda houve a célebre carta ao conselheiro Saraiva, cujo paradeiro é conhecido.

A hesitação perfeitamente explicável do marechal Deodoro pelo seu apego pessoal ao imperador, ficou bem demonstrada no episódio que narrei detalhadamente em carta publicada em meados de junho ou julho de 1890 na *Gazeta de Notícias*, quando o Dr. Benjamin o persuadiu de que a única solução para a crise militar e nacional era a República.

Pois bem, na reunião dos chefes civis então combinada com o Dr. Benjamin e realizada a seu convite na mesma noite ou na do dia seguinte, o marechal manteve-se por longo tempo meditativo e calado, hesitante naturalmente, até que após longo intervalo, (depois de ter o marechal recusado o convite para o chá) o Dr. Benjamin interpelou-o chamando sua atenção para o fim que ali reunia aqueles cavalheiros por ele convidados de acordo com o marechal.

Foi então que Deodoro expandiu-se e assumiu com os ditos chefes civis o compromisso de proclamar a República.<sup>8</sup>

Infelizmente, alguns destes estão mortos mas outros estão vivos e poderão ainda uma vez confirmar esta verdade.

No entanto, não tenho obstinação para repelir a possibilidade de não ser verdadeira a versão de tal *viva*.

Lembro mesmo um fato que assisti e em que tomei parte e que pode talvez ser a origem de semelhante versão: Quando estávamos para partir de S. Cristóvão na madrugada de 15 de novembro, o Dr. Benjamin à frente da 2ª brigada e esta sob o comando militar do mais graduado o coronel Teles, ainda no quartel do 2º regimento de artilharia, o major Lobo Botelho que o comandava, fez uma falação nos concitando à prudência, etc. e *pedindo encarecidamente que o acompanhassêmos nos vivas que daria o S. M. o Imperador*, nós prorrompemos imediatamente numa repulsa formal e enérgica e intimamô-lo a que de preferência ficasse no quartel se ia com tais propósitos, porquanto nós íamos decididos para fazer a República ou morrer por ela.



Deodoro em sua residência no Palácio do Itamaraty



Este oficial teve um desmaio ao entrar no campo de Sant'Anna, caindo do cavalo foi carregado para fora e pouco tempo depois fazia parte da Casa Militar do ilustre marechal Deodoro.

Quanto ao estado de saúde de Deodoro, o Dr. Benjamin dizia e eu já tenho tido ocasião de referir, foi grande surpresa para ele, um ato de heróica energia a apresentação do bravo general ao nosso encontro no Mangue, passando do carro em que ia para um cavalo e assumindo o comando das forças, porquanto saia de sua residência no campo de Sant'Anna depois de 11 horas da noite de 14 deixando-o tão mal e atacado de forte dispinéa que recebeu não amanhecesse.”

— São ainda do Sr. coronel Bevilaqua as seguintes notas:

É também reproduzida agora uma interpelação do mesmo general, então tenente-coronel, ao marechal Deodoro, quase aos mesmos termos em que fizera outra nas vésperas (10 ou 11 de novembro) ao então major Marciano de Magalhães, no Clube Militar, à rua da Quitanda e testemunhado por alguns companheiros.

Somente a resposta a este é que foi diversa: “Então Marciano, se é verdade, como você afirma, que estão desvirtuando o movimento, eu e o grupo de camaradas que me acompanham (os do Círculo Militar) nos retiramos porque nós estamos de acordo para a destituição do gabinete e não para aventuras de mudança de forma de governo.

E saiu dizendo-se neste propósito, apesar do apelo amistoso para não privar o movimento do concurso valioso de tão distintos camaradas e para que refletisse e reconheceria que fatalmente seria uma burla qualquer outra solução, e demais não era mais tempo de voltar atrás da feição republicana dada ao movimento”.

Deodoro era dotado de um gênio alegre, folgazão e expansivo.

Às vezes era tomado de irritação, mas pouco depois, rapidamente, acalmava-se, tornando-se afável e lhano, compondo a fisionomia tão expressiva, quanto denunciadora de uma energia máscula e de uma vivacidade de águia.

Vimo-lo quase diariamente, antes da República parado à porta da Alfaiataria Rabelo, na rua do Ouvidor. Seu porte alto, ereto e altivo, atraía a atenção pública.

Quase sempre usava chapéu alto, preto, fraque curto da mesma cor, um tanto apertado na cintura, calça larga, a *balão*, deixando ver pendente do colete a corrente do relógio, tendo como berloque pequena granada de ouro. Fazia uso também de uma bengala cujo cabo representava a cabeça de um frade e era-lhe indefectível — salteiras no tacão das botinas.

Como seu irmão, Pedro Paulino, conhecia o latim e a música, tendo por esta certa predileção.

Quando sentado tinha por hábito cruzar os dedos das mãos e rodar com os pole-

Apesar de notável simplicidade e sem afetações estudadas, a sua figura infundia respeito.

Muitas são as suas anedotas conhecidas pelos seus íntimos, nas quais nem sempre predominava a compostura de linguagem, mas que exprimiam em geral engraçados conceitos.

Uma ocasião, quando chefe do Governo Provisório o barão de M.A., requereu a concessão de um engenho central, Deodoro, na conferência que teve com o pretendente, exclamou: “Tantos engenhos querem que eu conceda, que no fim de contas, não tocará uma cana para cada engenho”.

Um outro engenheiro aturdia o velho soldado solicitando a concessão de uma estrada de ferro.

Repetidamente o solicitante aparecia no palácio de Itamarati para lembrar o pedido.

Uma ocasião estava Deodoro no parque do palácio, quando apontou o engenheiro que era seu velho amigo.

Depois dos cumprimentos, Deodoro virou-se para uma das pessoas que o acompanhava, e simulando a continuação de uma conversa diz: Agora estou resolvido a não conceder mais honras de coronel do Exército e quanto a estradas de ferro só darei uma única concessão e será a que partir do Inferno e vá terminar na casa da mãe de quem me pedir.

É excusado acrescentar que o engenheiro desistiu da pretensão.

Uma outra vez uma senhora em estado de adiantada gravidez queixou-se ao marechal da falta de proteção e justiça.

Na enumeração das queixas, dizia que tinha recorrido a sicrano e a beltrano acerca de sua pretensão a uma cadeira de professora catedrática, e estes não a atenderam, respondendo que só dependia do marechal.

A pretensão não era justa, pelos documentos que exhibia, pelo que o general Deodoro depois de os ler fez sentir que não podia deferir o pedido.

A pretendente por sua vez arroga à má vontade do general, e, no meio da acusação continuava a atribuir-lhe a culpa da sua infelicidade.

O general de novo explica-lhe pacientemente a falta de direito da pretensão.

A mulherzinha impertinente, a nada atendia e renovava as queixas contra o general.

Este perde a compostura e apontando-lhe para o ventre exclamou nervosamente: “Diga, diga que também sou culpado do seu estado interessante...”

Ao general dirigiu-se um cavalheiro já avançado em anos, alegando a necessidade da obtenção de um emprego.

Para mais assegurar os seus direitos, constantemente repetia que era republicano histórico que trabalhara pela República durante mais de 30 anos, etc.

O general impacientando-se exclama: “Ora veja o senhor, eu sou de 15 de novembro e já cheguei a Presidente da República.

O caipora é o senhor; o caipora é o senhor!”

A um outro também que alegava iguais direitos para uma pretensão, o general pachorrentamente respondeu: “Pois eu sou republicano de 15 de novembro e meu irmão Hermes de 17”.

O autor destas notas possui um álbum em que escreveram homens notáveis nas ciências, artes, letras e na política.

Um belo dia pediu por intermédio de um dos secretários, ao general Deodoro para que se dignasse escrever algo.

O álbum levou muito tempo no palácio e foi-lhe devolvido sem ter o general escrito coisa alguma.

Indagando da razão da recusa, soube então que o general, lendo os pensamentos e conceitos nele contidos, achara o seguinte: “Formidável repórter, quando me dará notícia de que está feita a República na nossa cara pátria? — *J. A. de Magalhães Castro*”.

O general chamou um de seus ajudantes de ordens e entregando-lhe o álbum disse-lhe: “Comunique ao dono deste álbum que quando estiver feita a República o traga para que eu escreva”.

Para o preparo do quadro da Proclamação da República, notável trabalho a óleo do artista Henrique Bernardelli, teve o general Deodoro de ir várias vezes ao *atelier* do artista tomar *pose* a cavalo.

O *atelier* era a esse tempo na rua da Relação esquina da dos Inválidos.

Uma ocasião entrava o general montado, no pátio, de boné erguido na mão direita, quando inopinadamente salta do lado da rua para o pátio um indivíduo, assustado, caindo sobre o solo e seguido logo após de dois policiais que o perseguiam e que se dispunham a espancá-lo.

Deodoro avança, montado, para as praças, bradando não espanquem o homem, não espanquem.

Os policiais aturdidos, espantados com a inesperada presença do Chefe da Nação, perfilaram-se explicando um deles com visível temor o motivo da perseguição do indivíduo, um reles gatuno.

“Bem, prendam-no, levem-no, mas não o maltratem” determinou o velho militar.

Outra ocasião estavam no *atelier* de Rodolfo Bernardelli o ator Vasques e vários artistas dramáticos, examinando a estátua de João Caetano, mandada executar por iniciativa daquele ator brasileiro.

Ao lado da estátua viam-se, assentes em peanhas os bustos de D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina.

Imprevistamente entrou o general Deodoro acompanhado do coronel Lobo Botelho e que vinha ver o quadro de Henrique Bernardelli, que estava concluído.

Depois dos cumprimentos, o ator Vasques chamou a atenção do general para a estátua de João Caetano.

O general, depois de examiná-la parou junto do busto do Imperador e, dirigindo-se às pessoas presentes, disse com significativa demonstração de sinceridade: “era um bom homem, era um bom homem.”

Em seguida convidou os presentes a verem o quadro a óleo da Proclamação da República.

O convite era uma ordem.

Dirigiam-se todos para a sala do artista e, em muda contemplação estavam os assistentes, quando Deodoro a eles se dirigindo, exclama:

“Vejam os senhores, quem lucrou no meio de tudo aquilo foi o cavalo.”

Referia-se, por certo, às regalias que desde a Proclamação gozava, não trabalhando, fruindo sossegadamente o repasto de uma manjedoura farta.

Atribuem ao general Deodoro alguns curiosos e pitorescos despachos em petições que lhe foram dirigidas, mas apesar dos nossos esforços, não conseguimos obtê-los.



O Generalíssimo Deodoro da Fonseca no momento de proclamar a República no Brasil  
Cópia do quadro de H. Bernardelli, gravura de M. Brocos. — Feita no Rio de Janeiro

Na nossa coleção de autógrafos temos o seguinte despacho dado pelo general em uma proposta para a nova bandeira da República, em 17 de novembro de 1889.

“A bandeira nacional já tão conhecida e reconhecidamente bela, continua, substituindo-se a coroa sobre o escudo pelo cruzeiro.”

Um indivíduo para *chaleirar* o velho soldado, foi ao palácio e ofereceu o retrato do general em rica moldura, gentileza esta que muito o sensibilizou.

Dias depois apareceu-lhe o ofertante solicitando um emprego excessivamente rendoso e que até dependia de concurso.

O general explicou-lhe as condições em que poderia fazer nomeação.

O nosso homenzinho para fazer-se lembrado, diz: “É que V. Exa. não se recorda de mim, eu sou a pessoa que ofereceu o seu retrato...”

Ah! exclama o general “bem sei, bem sei, bem sei; estou na obrigação...” e, mettendo a mão no bolso, entrega-lhe a quantia de 70\$ para pagamento do retrato.

O nosso homem relutou em recebê-los mas o general insistiu obrigando-o a passar o seguinte recibo:

“Recebi do Sr. generalíssimo Deodoro da Fonseca a quantia de 70\$ de um retrato do mesmo Exmo. Senhor que lhe ofereci no dia 2 de agosto findo, sem ser por encomenda. Capital Federal, 8-11-1890. — M... B...”

Das *Notas de um repórter*, livro que demos à publicidade em 1895, transcrevemos o seguinte que bem afirma o temperamento às vezes irritado e violento do bravo servidor da Pátria, a par de nobres e alevantados sentimentos de coração.

“Com certeza é esta a primeira vez que se divulga a notícia de uma cena extraordinária decorrida nos primeiros tempos do Governo Provisório, na qual foram protagonistas Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca.

Este fato, cuja apreciação eu deixo ao espírito do leitor e que naturalmente podia ter tido as mais graves consequências, guardou-o no mais absoluto sigilo, por conveniências políticas explicáveis à descrição dos ministros de então.

Por circunstâncias excepcionais pude eu ouvir de alguém, e agora, volvidos já tantos anos, não é sem reviver uma íntima emoção, que então agitou profundamente todos os presentes, a narração que tento reproduzir os lances capitais de toda aquela cena.

Naqueles tempos quando o marechal Deodoro concentrava todos os poderes, cercado de alguns patriotas empenhados no bem público, mas também de muitos falsos amigos, que lhe exploravam a boa fé ingênua, ocupava Benjamin Constant as pastas da Guerra e da Instrução, Correios e Telégrafos.

Aos sábados celebravam-se habitualmente os despachos coletivos do ministério, e nestas conferências discutiam-se conjuntamente todas as resoluções que se pretendia tomar, as reformas que deviam ser realizadas, etc.

No dia 27 de setembro de 1890, havia no palacete de Itamarati uma dessas conferências. Cada um dos ministros havia falado por sua vez, explicando os seus atos, sujeitando ao alvitre comum as reformas que deviam ser levadas a efeito. O marechal Deodoro a todos ouvia calmo, silencioso, concentrado, mas o observador atento bem poderia notar naquela mudez, naquele silêncio, na concentração daquela fisionomia a tempestade que lhe ia na alma.

Quando terminou a conferência, subitamente, diante de um gesto imperioso seu, do mais extraordinário vigor, fez-se o mais absoluto silêncio. Erguendo-se da cadeira em que se achava, com gesto firme e decidido, disse com uma voz que a todos impressionou:

– Basta. Tenho que ajustar contas com dois ministros. Um faltou; o outro é o Sr. ministro da Instrução Pública.

Benjamin Constant, diante daquela interpelação quase insultuosa, não vacilou.

Ergueu-se e interrogou ao marechal o motivo do ajuste.

O marechal historiou o caso. Havia sido nomeado sem seu conhecimento, tesoureiro dos Correios do Rio Grande do Norte, um moço, aliás dotado de todos os predicados para o bom desempenho desse cargo. O governador do Estado, Dr. Xavier da Silveira, já havia proposto entretanto por indicação sua, para o lugar outro nome. Dias depois de feita a nomeação, pretendeu o chefe do Governo destruir aquela nomeação, pondo no lugar o empregado proposto pelo governador, ao que não havia acedido o ministro.

O marechal Deodoro fazia deste fato um severo capítulo de acusação contra Benjamin e ao terminar exclamou:

– Muito tenho sido traído.

Benjamin ouviu no mais absoluto silêncio toda a acusação e quando Deodoro ao fazer aquela exclamação final, pretendeu levantar-se, ergueu-se por sua vez e com voz calma, explicou o fato aos seus colegas, que classificava como uma tempestade em um copo d'água.

Deodoro, furo de raiva, não podendo dominar a sua indignação bradou:

– O senhor é um traidor! Traiu-me nas promoções.

– Como? retorquiu energicamente Benjamin.

– Promovendo uns *bigorritilhas*, uns *troca tintas* de botequins e esquinas.

– Mas quem são eles?

– Aníbal, Saturnino, Thomas Cavalcanti, etc.

– Meus senhores, disse Benjamin Constant, estes moços têm muitas habilitações, muitos serviços, são dignos da consideração de todo homem de bem, e eu os conheço pessoalmente e os considero bastante.

O diálogo continuou em um crescendo de exasperação até que o marechal, cada vez mais enraivecido pronunciou uma frase insultuosa.

– Não seja tolo, gritou-lhe Benjamin já fora de si. Não sou mais seu ministro, o senhor é um marechal de papelão. Eu nunca tive medo de monarcas de carne e osso quanto mais dos de papelão.

Deodoro atirou-se contra Benjamin e disse-lhe quase rosto a rosto:

– Para militares como nós, só um duelo.

– Pois que seja, replicou Benjamin. Tragam armas e decidamos tudo neste momento, que eu não o temo em nenhum terreno.

Os ministros que se haviam conservado mudos e quietos até então, dominados pela grandeza da cena, levantaram-se para intervir.

A Proclamação da República



Quadro a óleo de Henrique Bernardelli

O marechal tomado de uma síncope, foi carregado para o interior do palácio, enquanto Floriano Peixoto, o ministro que havia faltado ao despacho e com o qual “havia contas a ajustar”, e que entrara durante a cena tempestuosa, deu o braço a Benjamin e o levou para a Secretaria da Guerra, atravessando o salão em que se achava a reportagem, a qual ansiosa, procurava desvendar, em vão, na agitação dos dois personagens, o fato misterioso que se passara.

Abria-se assim a luta no seio do ministério; por esta forma violenta determinara-se a crise política, que entretanto dias depois era resolvida ou sanada, graças à generosidade e patriotismo de Benjamin, que mais uma vez se verificava, calando os seus sentimentos pessoais em benefício da ordem política e da harmonia do governo. Efetivamente sete dias depois, reuniu-se o ministério em despacho e aí comparecia o Ministro da Instrução Pública.

Algum tempo assim se passou sem que entre os dois chefes republicanos houvesse a mais leve troca de palavras, ou o mais insignificante contato. No dia 5 de novembro, porém, Benjamin fora convidado para ir ao palácio conferenciar com o Chefe do Estado.

Tratava-se de decidir a questão suscitada por uma concessão feita pelo governador do Estado do Rio, Dr. Francisco Portela, à Estrada de Ferro Sapucaí, concessão que era impugnada pelo ministro da Agricultura, Sr. Francisco Glicério. Foi nessa conferência que pela primeira vez, depois da cena de 27 de setembro, se encontraram a sós, os dois membros do Governo Provisório, em uma pequena sala do Itamarati, cujas portas se achavam cuidadosamente cerradas. O que aí se passou sabe-o alguém da intimidade de Benjamin, seu discípulo e amigo e sabem-no alguns repórteres que ouviram contar o que houve no recesso da sala. O marechal, com a nobreza e sinceridade que o caracterizavam, diante de Benjamin, confessava o seu arrependimento e pedia perdão ao seu amigo pela afronta que lhe dirigira naquele dia. Benjamin procurava evitar o constrangimento de Deodoro, alterando a direção do assunto protestando o seu completo esquecimento, e resolveu aquela situação incômoda, discorrendo sobre o futuro da política republicana, aconselhando paternalmente a Deodoro que, como presidente eleito, respeitasse a Constituição, que bem a estudasse e até decorasse.”

Estamos também informados que concorreu para a irritabilidade do marechal Deodoro a recusa de Benjamin Constant de lavrar o decreto promovendo a tenente-coronel o major Lobo Botelho.

Deodoro ordenara a Benjamin que mandasse lavrar o decreto dessa promoção. Benjamin declarara ao Chefe do Estado que esse oficial não o merecia pela sua conduta no dia 15 de novembro, passando o comando do regimento de artilharia. Deodoro insistiu.

No despacho seguinte perguntou ao ministro da Guerra se trazia o decreto da promoção, este declarou que não, acontecendo o mesmo no despacho seguinte. Daí o início da pendência com a convicção que ficara Deodoro de desatenção à sua pessoa e às suas deliberações.

— Quando o Dr. Sampaio Ferraz então chefe de Polícia, iniciou com toda a energia e geral aplauso da nossa população, a campanha contra a horda de capoeiras que trazia a cidade alarmada durante tantos anos, entre os desordeiros foi preso um filho



de conhecido titular, incorrigível e afamado valentão que se entregava desordenadamente a agressões e lutas de capoeiragem.

A velha mãe do desordeiro, senhora de alta responsabilidade, dirigiu-se chorosa ao marechal pedindo a liberdade do filho, que estava ameaçado de ir para o presídio de Fernando Noronha.

O marechal prometeu entender-se com o chefe de Polícia sobre o assunto.

Perante este, o marechal fez-lhe sentir o pedido da velha titular, mostrando-se um tanto interessado e penalizado.

O Dr. Sampaio Ferraz, explicou com minudências os atos revoltantes praticados pelo desordeiro e se o marechal achava que devia pô-lo em liberdade porque o comoveira o pedido de uma senhora de alta posição social, deveria também atender a outras mães pobres, anônimas e, sem títulos que solicitavam igual complacência.

O marechal ficou pensativo um instante e como tomado de uma resolução definitiva disse:

“Tem razão, tem razão, não posso, nem devo cometer injustiças. Continue a sua salutar campanha exterminando essa horda de malfeitores que tanto avilta a nossa terra.”

— Já narramos como fora conservado o hino nacional brasileiro, em um livro que há tempos publicamos, mas sendo o nosso intuito procurar notas sobre a individualidade do honrado militar cuja memória não cansaremos de exaltar, aqui transcrevemos o fato que não está acoimado de já muito conhecido e intempestivo.

“Festejava-se o 15 de novembro de 1890.

O Palácio de Itamarati estava repleto de senhoras, oficiais do Exército, Armada e Guarda Nacional, muitos cavalheiros, senadores, deputados, funcionários públicos, magistrados, etc.

O marechal achava-se radiante de júbilo, recebendo cumprimentos, abraços e felicitações. No saguão encontravam-se diversas bandas de música militares.

Entre as pessoas presentes notava-se o Sr. capitão-tenente José Carlos de Carvalho, que relevantes serviços prestou e ainda continua a prestar a sua pátria, quer como oficial de marinha, quer em muitas e honrosas comissões que tem desempenhado.

Nesse dia haviam aclamado o marechal Deodoro, Generalíssimo do Exército.

Quando se aventou a idéia da aclamação, o repórter Baldomero Fuentes dirigiu-se ao Sr. Dr. Serzedelo Correia, então major do Exército, disse-lhe:

“Por que não deixa um civil fazer essa aclamação? Julgo prudente” ao que respondeu o Sr. major Serzedelo: “Ora, não pense nisso, eu sou também cidadão.”

.....

Se o ex-ministro geralmente acatado e justamente considerado tivesse pensado nessa observação, com certeza não estaria arrependido desse entusiasmo de ocasião...

A reportagem da imprensa diária lembrou-se de manifestar ao marechal Deodoro o desejo que o povo tinha de que fosse conservado o hino nacional, tantas vezes ouvido nos campos de batalha e tantas vezes repetido nos atos mais caros e mais solelnes da nossa Pátria.

Combinado o pedido, assentou a reportagem a idéia com as pessoas presentes que a acolheram com entusiasmo.

Pro-Pátria



"Panneau" decorativo do pintor Joaquim Fernandes Machado

Levado ele ao marechal pelo major Serzedelo e combinado com as bandas militares um sinal convencional, no caso de aquiescência do marechal, este acolheu a idéia com vivo sentimento de alegria e declarou que conservaria o hino nacional.

As bandas de música romperam inesperadamente e a um tempo o grandioso hino de Francisco Manoel.

O povo que estava em frente ao Palácio, ouvindo o toque do inesperado hino, fugia espavorido, convencido de ter havido uma revolta no interior do Palácio.

Compreendeu-se depois o que se havia passado.

O marechal foi muito aclamado no meio de um entusiasmo indescritível e ele próprio estava bastante comovido.

Muitas lágrimas vimos correr nessa ocasião, chegando José Carlos de Carvalho, ao apertar a mão do marechal, chorar soluçante e convulsivamente.

Não me recordo de fato que tanto impressionasse os circunstantes.

— Augusto Pinto Paca, era um velho boêmio, muito conhecido nas rodas da imprensa e que não deixava de passar algumas horas diariamente sobre a banca de jogo, para manter-se. Mal obtinha a *féria* necessária a abandonava por aquele dia.

Fora ele companheiro de escola do marechal Deodoro e eram pois amigos.

Uma ocasião Paca, que há *trinta e tantos anos vivia desempregado*, lembrou-se de pedir sua aposentadoria ao saudoso militar.

Este respondeu: Não há dúvida, só se eu o aposentar no cargo de ministro de estado.

Outra ocasião Paca foi visitar o velho guerreiro no Itamarati.

Este tomando-lhe o braço disse-lhe: Vamos lá fora até a chácara ver as *cutias* pois que Paca já levo aqui...

Visitaram a chácara.

Dias depois, Pinto Paca, enviou ao marechal uma *paca* acompanhada das seguintes quadras:

Se não me chamasse Paca  
Filho da fé e da esperança,  
Este bicho escaparia  
Da mais humilde lembrança.

Sendo assim o que fazer,  
Temendo ser esquecido,  
Mando no bicho a lembrança  
Inda depois de comido.

Espero que o bom amigo  
Sempre grande e sempre nobre,  
No bichinho que ofereço  
Veja o Paca velho e pobre...

É pequeníssima a oferta  
 Mas rogo que alegre aceite,  
 Não pode dar boa luz.  
 Lamparina sem azeite.

Paca teve no outro dia generosa lembrança do venerando companheiro de escola.

– Fora nomeado para importante cargo diplomático na Europa o Dr. ... moço de elevado talento e honorabilidade, mas muito jovem e quase imberbe.

O nomeado dirigiu-se ao Palácio do Itamaraty, a fim de cumprimentar o marechal e agradecer a nomeação.

Depois de curta espera, apareceu Deodoro, a quem o Dr. ... apresentou os protestos do seu reconhecimento.

O marechal que ainda não o conhecia de vista, atentando para os seus verdes anos exclama:

“Não, não foi o senhor que eu nomeei, foi seu pai, foi seu pai” e retirou-se deixando o candidato à diplomacia perplexo e aturdido... e a nomeação ficou sem efeito.

– Em uma das audiências públicas dadas pelo marechal, apresentou-se uma senhora idosa, pedindo com insistência uma pensão.

Deodoro explicou que a senhora fizesse um requerimento, legalizasse o seu direito, que ele de boamente a concederia.

A pobre velha insistia e o marechal paciente e bondoso referia os motivos pelos quais não podia resolver de pronto a pretensão.

De repente a peticionária num arremesso de enfado exclama:

“Ah! já sei, já sei, se eu fosse moça e bonita, já teria tido a pensão...”

O marechal não podendo mais conter a paciência volta-se nervosamente dize-lhe:

“É, é. A senhora é velha e muito feia!”

Feia?! feia eu?! e virando as costas retirou-se cheia da mais viva indignação.

– Contam que em certa ocasião, abalado por qualquer aborrecimento íntimo, o marechal assim se pronunciara:

“Quando Deus não nos dá filhos, o diabo nos dá sobrinhos.”

– Também afirmam que no despacho de um requerimento, lançara no mesmo, o seguinte:

“Ao Jangote para informar.”

Referia-se ao seu sobrinho Dr. Fonseca Hermes, então seu secretário civil.

– Araripe Junior, erudito escritor, tão cedo arrebatado pela morte, em um artigo que publicou em 1900, fazendo a crítica de um nosso trabalho, conta o seguinte:

“O marechal tinha o gênio brincalhão, *maxime* quando via moças.

Às parentas, diziam, beijava na testa. Um dia fazendo esse cumprimento diante do ministro da Justiça, Afonso de Carvalho, velho magistrado, e como ele também grageador, sucedeu também divergir ele do ato de soberania paternal ou patriarcal exercido ali às barbas do Ministério.

Sr. marechal, ponderou o ministro, permita V. Exa. que eu observe que esse ósculo, que acaba de dar em sua sobrinha, não é constitucional.

“Por que?” perguntou Deodoro intrigado.

“Porque não foi na forma do art. 4.º da Constituição da República...”

“Errou, meu caro amigo; isso pertence exclusivamente ao expediente do meu gabinete particular. Referendará você os que eu der na coroa do monsenhor Brito...”

Há uma frase do mesmo marechal que me conste não vi comentada por ninguém. Entretanto posso garantir a sua exatidão, porque a lancei no meu canhenho duas horas depois de proferida.

Era a 23 de novembro de 1893. Na qualidade de secretário particular do ministro do Interior tive de lavar o decreto de renúncia do marechal.

O momento se tornava soleníssimo e Deodoro visivelmente comovido travou da pena com a mão trêmula e parou.

“Assino a carta de alforria do derradeiro escravo do Brasil” disse, e então subcreveu o ato.

Tendo o Dr. Sampaio Ferraz, ardoroso propagandista da República, sido o seu primeiro chefe de Polícia, em cujo cargo prestou os mais assinalados serviços à nossa população, pedimos-lhe algumas linhas sobre os sentimentos do general Deodoro.

O ilustrado republicano dignou-se aquiescer ao pedido, enviando-nos as linhas que se seguem. Elas costumam uma linda e emotiva narração que veio quebrar a monotonia destas notas, dando-lhe o brilho e fulgor de que tanto se ressentiam.

“Escrever qualquer coisa sobre o marechal Deodoro da Fonseca – um dos fundadores da República e o Chefe querido do Exército – quando nós agitávamos a operosa propaganda, em prol do novo regime, não seria trabalho difícil para quem jamais dele se aproximou e somente tivesse de transmitir uma impressão de conjunto sobre a figura legendária de nossa história política.

Para quem, como eu, entretanto, esteve junto do heróico soldado, nos primeiros momentos do glorioso 15 de novembro, sobre elevar-se o escopo é com embaraço que posso dar uma nota ou uma impressão sobre aquele vulto sugestivo e meigo, na primeira etapa da República.

Direi, pois muito pouco sobre o nosso primeiro encontro, que os acontecimentos prepararam para mim e para ele, e, fazendo-o descreverei nestas linhas o misto de entusiasmo e de angústia, o sentimento confuso de vitória e de dor – a indefinível alegria pelo triunfo, de perto seguido ao espinho cruciante do desânimo, ante o físico profundamente sofredor do valente general.

Na madrugada inolvidável de 15 de novembro, saindo inteiramente só da redação do meu jornal *O Correio do Povo* em um sobrado velho e de muitas janelas, na travessa do Ouvidor, eu me digiri para o campo de Sant’Anna.

A 13, de noite, Glicério, o inesquecível companheiro, me havia procurado e, a sós comigo, em longa conferência, me pusera ao corrente dos acontecimentos, insinuando-me que seria muito possível no caso de nossa vitória, precisar o novo governo, dos meus serviços na Chefia de Polícia desta Capital. Tomando o bonde e descendo no Campo, na esquina norte do Quarte-General, divisei logo as forças já estendidas em face do velho e carcomido edifício.

Em frente à Escola Normal, toda a luzida falange de moços que compunham a Escola Superior de Guerra.

Junto deles, no ângulo direito, estava o ilustre chefe republicano Quintino Bocaiuva, muito calmo e quase impassível, montado à cavalo.

Em seguida estendia-se, em uma bela linha de combate, o 2º batalhão de artilharia, com todas as suas bocas de fogo, assentadas sobre o quartel.

Depois, estavam em pé de guerra, aprestados para qualquer emergência, o 1º e 9º regimentos de cavalaria, cujas últimas alas fronteavam o flanco da estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. À frente das tropas, Deodoro — com o busto ereto e dominador — com a respiração entrecortada e difícil, perfeitamente posto na sela do animal, de espada desembainhada e coruscante, olhar sagaz e luminoso — e quem o visse ali, assim, com o semblante carregado, mas firme, sem um movimento desordenado, sem um arrepio de vacilação, sem um olhar de dúvida, podia concluir desde logo que, quando tudo tivesse de ruir, a *debacle* arrastaria primeiro o altivo comandante da tropa, em plena revolução!

Passageiros que vinham dos subúrbios, — ao transitarem, dentro dos bondes, por toda a extensão da grande praça, — agitadamente se entreolhavam e curiosamente se inquiriam sobre o inesperado acontecimento. Pouco a pouco se formou, junto da Escola Superior de Guerra, um grupo de cidadãos — talvez menor de 200 pessoas — que desconfiadamente se aproximavam!

Aristides Lobo, o mais impávido e ardoroso dos nossos propagandistas, lhes dirigiu a palavra, insinuando os intuítos e objetivo do movimento.

Ao concluir Aristides, Quintino avançou para mim no seu cavalo e, abaixando-se, me ordenou, ao ouvido, que eu falasse também. Tirando imediatamente o chapéu, eu proferi um pequeno discurso, de poucas frases, mas em todo ele pulsando os sentimentos radicais que me tinham conduzido até ali.

Vibrando, disse ao povo que naquele momento soava para a Pátria a hora das suas supremas reivindicações!

Que o sol que alumia então aqueles canhões hiantes, aquelas espadas, ainda limpas do sangue, e aquelas carabinas já prontas para a destruição e para o morticínio, não se esconderia atrás de nossas montanhas no seu ocaso sem estar solvida a questão empolgante da mudança de regime político para o Brasil, e, assim sendo, eu pedia ao povo que me acompanhasse em um brado entusiástico e uníssono: Viva a República!

Isto produziu um certo sobressalto nas fileiras! Dentro em um minuto eu recebia da parte do general, uma simples frase:

Ainda é cedo!

Não convém, por ora, as aclamações.

Os acontecimentos se precipitaram. O general Almeida Barreto saiu com a sua divisão de infantaria e se postou primeiramente em linha triangular com as forças de Deodoro, estendendo-as desde a frente da Estação da Estrada de Ferro, até a pequena rua à esquerda.

Deodoro não conveio com aquela posição do seu bravo companheiro de campanha do Paraguai e, enérgico e decidido, como costumava ser nos seus atos mais insignificantes, chamou logo um oficial a que ordenou que fosse dizer a Barreto para mudar de posição.

Este, ou por não compreender o recado ou por que achasse o terreno exíguo ao lado de Deodoro – articulou baixo algumas frases de desacordo.

Foi então que Deodoro, em frase impulsiva e vigorosa, ordenou de novo que ou viesse Almeida Barreto para o seu flanco esquerdo ou o teria, em caso de desobediência, como adversário da revolução.

Foi belo de ver-se!! Imediatamente, o general Barreto bradara as vozes de comando e em um minuto estava estendida a sua divisão inteira no flanco esquerdo do 1.º e 9.º regimentos de cavalaria. Pouco depois, ocorria a tráfica chegada do bravo almirante barão do Ladário.

Este vinha a carro do Arsenal de Marinha e acompanhado das suas ordenanças. Deodoro, de longe avistara o ministro e apenas acompanhado de um pequeno piquete do qual fazia parte o tenente Peña, avançou para o veículo e gritou, prendam o Ladário!

A essa voz – o almirante salta do carro e empunhando uma pequena pistola faz fogo repetido sobre Deodoro, que teve uma das orelhas tostada por uma bala.

Peña alça o braço esquerdo para a altura dos olhos com a mão direita empunhando um revólver.

Os soldados do piquete fazem fogo sobre o ilustre marinheiro que cai coberto de sangue, juntamente sobre o passeio diante de uma venda modestíssima que então existia no canto fronteiro norte do Quartel-General.

Pouco depois achando-se reunido o gabinete Ouro Preto – em uma das salas do edifício – Deodoro ordena a abertura do grande portão do centro e por aí penetra à cavalo para o vasto círculo interior do Quartel-General – onde em quadrilátero se estendia uma divisão do Exército.

Essa entrada de Deodoro fora um ato homérico e decisivo. Os comandantes vacilavam no primeiro momento.

Foi quando Deodoro fulgurante o olhar e com uma coragem de leão – alçou a espada relampejante e bradou:

Apresentar armas!

Toquem o hino!

Foi o segundo mais emocionante da nossa jornada!

Imediatamente, todas as forças se perfilavam e jubilosas rendiam homenagem ao glorioso e intrépido soldado – ouvindo-se ao mesmo tempo as notas sugestivas do hino nacional – tocado por todas as bandas.

Estava feita a República! O mais que se seguiu foi a passeata militar pelas ruas da cidade, vitoriando o povo ao valente cabo de guerra que em poucas horas havia transformado a situação política do último país americano ainda submetido ao regime monárquico.

À tardinha, depois de haver eu dado a um grupo de populares uma bandeira tricolor de seda, que o Centro Republicano Lopes Trovão ofertara ao Club Tiradentes e de ter essa bandeira levada à Câmara Municipal, por uma grande multidão em que se viam, Teixeira de Sousa, José do Patrocínio, Ernesto Sena, Alfredo Madureira, Júlio Diniz, Esteves Junior e muitos outros patriotas, foi a mesma ali hasteada, saudando por dias consecutivos a aurora fulgurante da República.

À noite, achava-se no Instituto dos Surdos Mudos, de que era diretor o grande e

inolvidável Benjamin Constant, o chefe intelectual da revolução e o pregoeiro firme e inabalável da República, na sua cátedra de professor ilustre e no seio da mocidade, entre outros além de Benjamin, Aristides Lobo, Quintino, Glicério, Rui Barbosa e demais pessoas.

Estava constituído o Governo Provisório.

Recebi então o convite para ser o Chefe de Polícia. Pediram-me para indicar um diretor para o *Diário Oficial*.

Eu fui buscar, a carro, o Dr. Julio Diniz, saudoso amigo e companheiro, que então morava em um sobradinho esguio, no começo da rua Sete de Setembro, do lado do Rocio, e vindo com ele começaram a ser lavrados os primeiros decretos do Governo.

Nesse momento, seriam oito horas da noite, recebi por um distinto oficial do Exército, um recado do general Deodoro para que fosse ter com ele, na sua residência, numa casa de sobrado, ao lado sul do Campo de Sant'Anna, onde hoje figura a placa comemorativa, aí mandada colocar pelos admiradores do saudoso Generalíssimo.

Dentro em poucos minutos, eu me achava ali.

Todo o velho prédio e suas imediações estavam cheios de gente. Pelos corredores, pelas salas de entrada, pela velha escadaria se entrechocavam grupos de oficiais do Exército, comentando com calor e animadamente os graves acontecimentos que estavam ocorrendo.

Fui logo introduzido em um pequeno quarto fronteiro, que se seguia ao grande salão de visitas.

Deodoro, inteiramente só, sentado em uma cadeira de lona apoiava os cotovelos sobre os joelhos, arquejava em um fortíssimo, acesso de dispnéa.

Aproximei-me conturbado e cheio de angústia!

O sofrimento físico do heróico soldado era evidente ao primeiro relancear de olhos.

Tinha os cabelos em desordem, a fisionomia embaçada e amarelecida, as narinas entreabrindo-se ao pulsar agitadíssimo do coração — os pés, acusando uma enorme inchação, quase não cabiam nas chinelas largas de tapete.

À minha respeitosa saudação, o general levantou os olhos, em chispas, para mim e estendendo a sua destra leal e valorosa enlaçou-me a mão direita e disse:

— Pois é você o Sampaio Ferraz? Eu supunha-o um homem já quase tão velho como eu, e tenho diante de mim um rapaz na flor da mocidade?

Eu retorqui, o engano do general vem talvez de eu ter exercido aqui na Corte, e por muitos anos, a Promotoria Pública. Esse posto força um pouco, amiudadas referências ao funcionário!

Mas então continuou ele, está disposto a servir na Chefia de Polícia — um cargo difícil e de bastante responsabilidade neste momento terrível?

Sente-se com forças para desempenhar a sua missão melindrosíssima na Capital, onde sempre têm servido velhos magistrados, homens todos já com os cabelos encanecidos pelas lutas e pela experiência?

Eu retorqui asseverando que cumpriria o meu dever com honra e energia, bebendo inspirações na conduta do heróico soldado que ali se achava demonstrando que à Pátria tudo se deve, até mesmo a vida.



A essa palavra, escapada sem intenção, o general levantou-se em um frêmito nervoso, agitado e disse: “Sim, tem razão — até a vida eu sempre consagrei à minha Pátria e hoje bem vê que eu a consagrei à República. Não sei se amanhecerei! Mas enfim, eu cumpri o meu dever”.

Confesso que me sensibilizou profundamente essa dolorosa expressão de Deodoro, e para não prolongar a cena que me magoava até quase às lágrimas, pedi licença para retirar-me.

.....  
 Fora este o primeiro encontro que eu tivera com o general Deodoro.

Ao estender-me ainda a sua mão, disse-me, como que um pacto de eterna amizade: -- Seja feliz!

Adeus!

Há um bálsamo para mim, nesta República há eu ainda quero ver grande e venturosa! O destino quis que eu tivesse podido corresponder à confiança de Deodoro e à dos seus gloriosos companheiros do Governo Provisório. — *Sampaio Ferraz*”.

.....  
 Do interessante livro *Psicologia do Comando em Chefe*, do erudito escritor militar tenente-coronel Liberato Bittencourt, extraímos as seguintes citações relativas ao general Deodoro:

“Hábitos Militares — Deodoro chefe do Governo, entra um dia de havano na boca em local onde não é o fumo permitido. A sentinela, de arma apresentada, observa ao magnânimo lidador que ali se não podia fumar. E o velho soldado, com o largo peito de medalhas cheio, joga fora o charuto fumegante, com as seguintes expressivas palavras:

“Tem razão, camarada. É da disciplina!”

E no seu último passeio, duramente perseguido pelo mais feroz de todos os inimigos — a política partidária — ele tem também as suas últimas palavras um tanto desconexas mais genuinamente profissionais:

“Que faz essa infantaria que não avança?! E essa artilharia por que se cala?...”

Quase que só sabia ser soldado o generoso lidador, a quem principalmente se deve o feito grandioso de 15 de novembro de 89.

Lucidez de Inteligência — Deodoro só errou uma vez, em toda a sua longa vida acidentada: quando aceitou ser chefe de um governo revolucionário. E sem inteligência lúcida não se passa na terra sem grandes erros práticos.

Os homens de destaque sempre foram homens de lúcido espírito. E Deodoro se destaca, nítido, em nosso meio.

Amor de Glória — Muita gente psicologicamente desorientada, pensa que Deodoro não ambicionava a glória. Mas vai no pensar um grande descuido que eu pretendo em tempo corrigir, à luz da psicologia e da história.

A ambição nobremente iluminada por notáveis qualidades de julgamento, é a única força capaz de fazer dum lidador um herói.

E Deodoro era um herói, como poucos houve em terra brasileira.

Levantou-se do leito de morte para proclamar a República sem derramamento de sangue.



Último retrato do Generalíssimo Deodoro da Fonseca tirado em fins de 1891, para o quadro a óleo do tamanho natural do pintor J. Fernandes Machado, quadro que se acha no Congresso do Amazonas

E por que tal proceder?

Fora ele sem amor à glória, e nós não assistiríamos à esse grande gesto da sua vida imaculada.

Grandeza d'Alma - Deodoro, antes de deixar o mundo, queixou-se amargamente de ingratidões múltiplas. Foi ainda além: enterrou-se à paisana, dispensando em vida as honras todas a que havia feito jús gloriosamente nos campos de batalha.

Mas quem capaz de negar ao magnânimo lidador a grandeza d'alma de Turenne, de Willars, do Príncipe Eugênio, de Condé, de Catinat ou de Caxias?"

No arquivo do velho militar encontramos um retrato do general Benjamin Constant com a seguinte dedicatória:

“Ao eminente chefe e amigo e glorioso General Libertador da Pátria Brasileira, Marechal Deodoro da Fonseca, em lembrança do dia 15 de novembro.”

Enfermando gravemente, minado pela moléstia, acabrunhado pelas ingratidões de uns e injustiças de outros e notadamente de companheiros de classe, o venerando fundador da República não admitia que alguém o visitasse fardado, tamanha era a mágoa que o pungia a lembrança da profissão que abraçou e que tanto soube honrar enobrecendo a Pátria.

A seu irmão, Dr. João Severiano, afirmou que nunca mais usaria farda, que na sua casa a ninguém receberia militarmente uniformizado e que depois de morto o vestissem à paisana.

Depois de uma lenta agonia, veio a falecer em sua residência, na rua Senador Vergueiro, a 23 de agosto de 1892, aos vinte minutos depois do meio-dia.

Logo depois do falecimento, o Sr. Dr. João Severiano dirigiu ao ajudante-general do Exército a seguinte carta:

“Sr. general. — Fui encarregado pela viúva do marechal Deodoro da Fonseca, falecido hoje às 12 horas e 20 minutos da tarde, de comunicar-vos que foram suas últimas vontades, terminantemente expressas, que não queria nenhuma demonstração militar oficial por ocasião do seu enterramento. O que tenho a honra de levar ao vosso conhecimento. — Exmo. Sr. general Antônio Enéas Gustavo Galvão. — *Dr. João Severiano da Fonseca.*”

Está sepultado no cemitério de S. Francisco Xavier, em um carneiro situado ao lado esquerdo da entrada da nossa necrópole, no quadro nº 5.

Na lápide, de mármore negro, lê-se em letras de bronze douradas:

*Deodoro  
Non desit; exstat et semper manebit.*

O general Manoel Deodoro da Fonseca nasceu na vila de Anadia, na então província das Alagoas, em 5 de agosto de 1827.

Era filho do tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca, nascido também naquela província em 1785.

Era este major comandante das forças da 1ª linha da referida província e achava-

se revestido dos cargos de Juiz de Direito interino cumulativamente com o de Chefe de Polícia, quando, a 29 de outubro de 1839, rebentou uma revolta por parte da população da Capital contra o presidente da mesma província, Dr. Agostinho da Silva Neves, por não ter este atendido aos reiterados pedidos da Câmara Municipal, em nome do povo, para que intervisse junto ao Governo Imperial afim de que ficasse de nenhum efeito a transferência da Tesouraria Geral para a vila de Maceió.

Manoel Mendes, que sabia como outros ser plano concebido do Governo transferir a Capital da província para aquela vila, depois de esgotada toda a sua influência junto dos Poderes Públicos da província, teve, pela força das circunstâncias, de assumir a chefia do movimento revolucionário.

Abortada a revolta em 13 de novembro, pela superioridade das forças que marcharam da Bahia, Pernambuco e da vila de Maceió, onde desde logo assumira a Presidência o vice-presidente João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, teve Manoel Mendes de retirar-se para Sergipe, onde se apresentou, a 3 de dezembro às autoridades militares.

A 11 do mesmo partiu para o Rio de Janeiro; aqui esteve preso, respondendo a conselho de guerra no qual foi absolvido e posto em liberdade a 26 de maio de 1840.

Ainda na eleição municipal a que se procedera em setembro do mesmo ano e apesar de ausente, o eleitorado da antiga vila distinguiu-o, sendo nela o mais votado.

A 27 de junho de 1846 obteve sua reforma no posto de tenente-coronel, vindo a falecer em 24 de agosto de 1859.

Sua esposa, D. Rosa Paulina da Fonseca, também alagoana, nasceu em 18 de outubro de 1802.

Desse consórcio teve os seguintes filhos, que tanto se distinguiram como militares pela sua bravura e nunca desmentidos sentimentos patrióticos.

Hermes Ernesto da Fonseca, militar, literato, poeta e músico; Severiano Martins da Fonseca e Manoel Deodoro da Fonseca, militares instruídos e valentes; Pedro Paulino da Fonseca, tenente reformado do Exército, literato e um dos melhores estatísticos; Hipólito Mendes da Fonseca, capitão do Exército, morto na batalha de 22 de setembro de 1866 em Curupaiti; Eduardo Emiliano da Fonseca, major do Exército, morto na batalha do dia 6 de dezembro de 1866 sobre a ponte de Itororó, comandando o batalhão 40º de Voluntários da Pátria; Dr. João Severiano da Fonseca, distinto médico, militar e escritor, estes nascidos em Alagoas, e Afonso Aurélio da Fonseca, nascido no Rio de Janeiro, alferes, morto no combate de Curupaiti juntamente com seu irmão Hipólito.

Teve ainda a ilustre matrona alagoana mais duas filhas que se casaram nesta Capital.

O *Brasil Histórico* de 30 de agosto de 1882, assim se referiu a respeito daquela respeitável matrona:

“Dotada de clara inteligência, robusta memória e invejável reminiscência, referia com precisão a história dos acontecimentos políticos do seu tempo.

Mudando-se para a Corte, com toda sua família, era sua residência mui frequentada por seus comprovincianos, com os quais conversava em vários assuntos a respeito dos acontecimentos das Alagoas.

Declarada a guerra com o ditador do Paraguai, seis de seus filhos marcharam para o Sul e, não obstante, consentiu que o mais moço deles de nome Afonso, fosse compartilhar da sorte dos outros seus irmãos.

Uns conquistaram postos pela bravura e perícia militar nos diversos combates, enquanto outros morriam gloriosamente, vitimados pelas balas inimigas.

Embora sua alma enlutada pela perda de seus filhos, na guerra, quando ouviu falar em ajuste de paz com o ditador Paraguai, ela cheia de abnegação e de patriotismo, dizia a seus amigos:

*“Prefiro não ver mais meus filhos! Que fiquem antes todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa no campo de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria.”*

Em setembro de 1866 recebe a dolorosa notícia da morte de seus dois filhos Hipólito e Afonso, acontecida na batalha do dia 22, em Curupaity, e cheia de resignação não deixara de adornar a frente de sua casa com bandeiras, flores e iluminação, à chegada da notícia dos gloriosos feitos d’armas do Exército brasileiro.

Em dias de dezembro de 1868 um mensageiro trás a notícia desoladora da batalha do dia 6 em Itororó, na ponte de Itororó, e nela a perda de seu filho Eduardo, falecido em combate, e de dois outros Hermes e Deodoro gravemente feridos; e esta terrível notícia, que chegou à casa da nossa ilustre compatriota, onde residiam uma filha solteira e três noras, esposas de seus filhos, que em soluços e gemidos lastimavam a morte dos irmãos e a triste sorte dos esposos, só a ilustre mãe, com desusada resignação, andava no meio delas, consolando-as e, por sua vez, em seu quarto, a chorar de joelhos, orando, tendo diante dos olhos os retratos de seus filhos, aos quais beijava, limpando depois as lágrimas para de novo volver a confortar as filhas.

Com 70 anos de idade, oito meses e 24 dias, ainda com vigor e robustez, faleceu no gozo de todas as suas faculdades, no dia 11 de julho de 1873.”

São da *Fé de Ofício* do general Deodoro as seguintes notas:

Matriculou-se no 1º ano da Escola Militar a 6 de março de 1843. Então aluno do 3º ano dessa Escola assentou praça no 4º batalhão de artilharia a pé a 25 de fevereiro de 1845 e foi reconhecido cadete de 1ª classe. Concluiu o 5º ano de estudos, curso de artilharia, em 1847.

Em dezembro de 1848 marchou para a província de Pernambuco, por ocasião da revolta havida nessa província e tomou parte no combate de 2 de fevereiro de 1849, na cidade do Recife; sendo recomendado pelo comandante da praça em consequência do valor com que se houve no combate de 14 de março.

Tomou parte no combate da Barra do Natuba, na província da Paraíba, a 30 de dezembro, tudo desse ano, sendo ainda recomendado na respectiva ordem do dia, e promovido a 1º tenente por decreto de 30 de abril de 1852.

Em abril de 1855 foi designado, como ajudante, para a criação do batalhão de engenheiros, serviço que desempenhou cumulativamente com o exercício de secretário e promovido a capitão por decreto de 2 de dezembro de 1856.

Seguiu para S. Paulo em comissão do Ministério da Guerra em dezembro de 1857 e regressou à Corte em julho de 1858. Foi nomeado comandante dos alunos da Escola

Militar, em novembro do mesmo ano. Seguiu em serviço para a província de Mato Grosso em julho de 1859 e recolheu-se à Corte em março de 1862.

Como capitão do 1º batalhão de artilharia fez a campanha do Uruguai, terminada essa campanha, a 20 de fevereiro de 1865, passou a fazer parte do Exército em operações contra o governo do Paraguai. Foi-lhe conferida a medalha de prata da campanha do Estado Oriental do Uruguai de 1864 e 1865. Pela ordem do dia do comando em chefe daquele Exército, nº 70 de 2 de agosto do mesmo ano, foi nomeado major em comissão e comandante do 2º corpo de Voluntários da Pátria (depois 24º da mesma denominação), tomou parte no combate em que o Exército, transpondo o rio Paraná, efetuara o seu desembarque em território paraguaio, e no de 17 desse mês nas imediações do forte de Itapiru.

A ordem do dia do comando em chefe, nº 152, de 25 do mesmo mês, diz: “São especialmente felicitados por S. Exa., pelo sangue frio, valor e atividade que patentearam: o Sr. major Manoel Deodoro da Fonseca, comandante do 2º corpo de voluntários, dirigindo com denodo a vanguarda composta das frações de diferentes corpos que já haviam desembarcado ao momento em que o piquete de S. Exa. se achava em luta com o inimigo no desfiladeiro do Banhado, avançando intrepidamente em apoio do mesmo piquete e obrigando o inimigo a bater em retirada, prestando relevantíssimo serviço na proteção do desembarque da nossa força.”

Tomou parte no combate de 2 de maio no Estero Bellaco e na batalha de 24, em Tuiuti.

A ordem do dia, do comando em chefe, nº 156, de 28 desse mês e referente a essa batalha, diz: — “Para não repetir os merecidos elogios que a outros Srs. oficiais e a várias praças fazem os seus respectivos chefes e constam das supra-indicadas partes, que em seguida faço publicar, não menciono alguns nomes distintos já contemplados nelas, fazendo entretanto particular menção do... e dos valentes major em comissão Manoel Deodoro da Fonseca, etc.; diz mais, segundo a parte do general chefe do estado-maior: — Tornam-se também dignos de honrosa menção os Srs. ... e major Manoel Deodoro da Fonseca comandante do 2º corpo de voluntários: — diz ainda, segundo a parte do general comandante da 1ª divisão: — “e os distintos chefes dos batalhões, 2º de voluntários, major Manoel Deodoro da Fonseca, já tão conhecido que basta dizer dele e do seu batalhão que foram o que têm sido, pois que importa isso dizer: cumpriram brilhante, distinta e nobremente o seu dever”.

Tomou parte nos combates de 16 e 18 de julho em Tuiuti. Por decreto de 17 de agosto foi condecorado com o grau de Cavaleiro da ordem do Cruzeiro pelos serviços prestados nos combates de 16 e 17 de abril, 2 e 24 de maio. A ordem do dia do comando em chefe, nº 9, de 31 de outubro e referente aos combates de julho, diz: segundo a parte do general comandante da divisão: — E folgo de declarar que mais uma vez ainda brilharam os do 2º de Voluntários... e major Manoel Deodoro da Fonseca.

Por decreto de 22 de setembro, tudo de 1866, foi promovido a major por atos de bravura constantes das ordens do dia nºs 152 e 156, do comando em chefe.

Por decreto de 13 de abril de 1867, foi condecorado com o Oficialato do Rosa pelos serviços prestados no combate do Potreiro Orelha, a 29 de outubro. A ordem do dia do comando em chefe, nº 152, de 9 de novembro e referente a esse combate, diz:

– “Os Srs. tenente-coronéis Hermes Ernesto da Fonseca, Francisco de Lima e Silva e major Deodoro da Fonseca, comandantes dos outros três, 8<sup>o</sup>, 9<sup>o</sup> e 24<sup>o</sup> contornando o flanco esquerdo, atravessando com alguns oficiais e praças seus comandados, profundos e extensos banhados, surpreenderam pela retaguarda as forças do inimigo, que combatiam encobertas pelo parapeito da fortificação e entremeiados com eles, travaram renhida luta à arma branca e conseguiram assenhoriar-se da posição, matando a maior parte dos que a defendiam, inclusive o comandante de toda a força e fazendo 50 prisioneiros, entre os quais se conta um oficial. S. Exa. o Sr. marechal marquês e comandante em chefe manda elogiar com especialidade aos seguintes Srs. oficiais:... e major Manoel Deodoro da Fonseca, pela perícia e denodo com que se houveram patenteando também mais esta vez a bem merecida reputação de que gozam.”

Tomou parte no combate de Tagy, a 2 de novembro. A ordem do dia do comando em chefe, nº 153, de 11 desse mês, tudo de 1867, diz:

“Manda S. Exa. o Sr. marquês marechal e comandante em chefe louvar com especialidade os seguintes Srs.... e major Manoel Deodoro da Fonseca pelo arrojo e bravura com que se portaram.”

Por decreto de 18 de janeiro de 1868, foi promovido a tenente-coronel por atos de bravura reconhecidos pelo general em chefe nas suas ordens do dia nºs 152 e 153.

Tomou parte no assalto e combate do Estabelecimento, a 19 de fevereiro.

A ordem do dia do comando em chefe de todas as forças brasileiras e interino dos Exércitos aliados, sob o nº 4, de 24 desse mês menciona o tenente-coronel Manoel Deodoro da Fonseca como recomendado pelo comandante da brigada.

Por decreto de 11 de abril foi nomeado Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, pelos serviços prestados nos combates de 29 de outubro, 2 de novembro e 19 de fevereiro.

Tomou parte no reconhecimento a viva força e combate a 1.<sup>o</sup> de outubro, sobre o entricheiramento de Angustura.

A ordem do dia do Barão do Triunfo, sob nº 14 de 13 desse mês e referente a esse combate diz:

“Louvo o tenente-coronel Manoel Deodoro da Fonseca pelo seu valor e atividade.”

Tomou parte no combate de Itororó a 6 de dezembro, onde recebeu três ferimentos por bala de fuzil, dois leves e um grave.

A 11 do mesmo mês, foi promovido, pelo comandante em chefe do Exército, a coronel por atos de bravura, promoção que foi aprovada por decreto de 20 de fevereiro de 1869, sendo-lhe concedida a medalha de mérito militar pelos reiterados atos de bravura.

As ordens do dia da Repartição do Ajudante General, sob nºs 687 e 688 de 15 e 20 de setembro também de 1869, publicam as partes dos comandantes da brigada e da divisão que dizem relativamente ao combate de Itororó o seguinte:

“Cumpre-me, porém, chamar a atenção de V. Exa. para a maneira distinta por que se houveram os briosos tenentes-coronéis Manoel Deodoro da Fonseca e... que com a acostumada bravura e sangue frio, belo exemplo davam a seus comandados. Cumpro um dever declarando que os batalhões da divisão que mais se distinguiram fo-

ram... e o 24.º de Voluntários comandado pelo bravo tenente-coronel Dodoro, cujo comportamento está acima de todo elogio.”

A confiança que merecia do príncipe e marechal conde d’Eu o levou aos serviços seguintes, que constam do *Diário do Exército*:

Refere este diário:

24 de maio de 1869 — ... e entretanto, logo ao alvorecer, uma coluna composta da 8.ª brigada de infantaria, um corpo de cavalaria e 10 bocas de fogo do 1.º regimento de artilharia foi ao mando do coronel Deodoro da Fonseca varrer toda a porção da linha férrea até Patino-Cuê e tomar de revés aquele ponto.

Essa força, sem encontrar resistência, cumpriu a comissão e chegou àquele ponto onde achou a posição já deixada pelo inimigo e que constava de um princípio de trincheira guarnecida de abatizes e de uma corrente de ferro presa a dois postes. Assim pois, ficou, sem efusão de sangue, livre de obstáculos, grande parte da linha férrea em que avultam muitas pontes e pontilhões, bem como foram reconhecidos os três passos do arroio Piraiú mais próximo à ponte da lagoa de Ipacará, em que ele desemboca.

Dia 25 — Enquanto a força movia-se pela estrada geral, o seu flanco esquerdo, apresentado à zona ocupada pelos paraguaios era protegido pela coluna dos coronéis Manoel Deodoro da Fonseca e Manoel Cipriano de Moraes que iam seguindo a linha férrea.

Dia 26 — Enquanto se executava o movimento até “Paraguari”, S. Alteza, à uma hora da tarde, dirigiu um reconhecimento sobre a posição de Ascurra. Uma brigada forte, pronta para entrar em ação e ao mando do coronel Deodoro da Fonseca, atravessou o arroio Piraiú da povoação, percorreu a vasta campina que além se desenrola e às duas horas empenhou fogo de atiradores com o inimigo, o qual, abandonando um acampamento abaixo, recolheu-se ao intrincheiramento que defende a boca do caminho da serra. Vinte tiros de artilharia foram-lhe disparados e, apesar de estarem assestadas bocas de fogo na trincheira, ficaram sem resposta.

Dia 29 — Ao romper do dia, uma brigada sob as ordens do coronel Deodoro da Fonseca, marchou em direção à posição de Cerro-Leon, à cuja retaguarda há uma subida para vencer-se a cordilheira. Recebeu, contudo, a coluna ordem para contramarchar, por isso que do lado da Ascurra ouvia-se canhoneio prolongado e dirigiu-se para aquele rumo, tendo S. Alteza se reunido a ela.

Julho, 3 — Às 6 horas da manhã, S. Alteza dirigiu-se ao ponto da base da cordilheira geral. Pela madrugada partira já uma brigada ao mando do coronel Deodoro da Fonseca para proceder a esse reconhecimento.

A coluna encontrou o ponto abandonado pelos paraguaios, provavelmente desde o dia de nossa chegada a Piraiú e sem oposição avançou além das casarias que lá existem. Ao encostar porém à base de um outeiro, nos primeiros lombos da serra, começou a receber tiros de granadas e até metralha envolvida em couro, disparados de uma das voltas do caminho para onde se tinha retirado o inimigo. Um soldado de infantaria foi ferido gravemente, outro levemente e um terceiro contundido.



Do nosso lado jogaram-se algumas granadas que, contudo, não podiam ter efeito eficaz pela má colocação das baterias em terreno muito inferior, e depois de algum fogo, o Príncipe deu ordem para retirar a gente do alcance da artilharia inimiga.

Dia 18 – Pela manhã, Sua Alteza, com a brigada do coronel Deodoro da Fonseca, foi reconhecer a subida do Pedrosa, à esquerda da posição do Ascurra.

Comandando a 8ª brigada de infantaria, tomou parte no assalto e combate da praça do Peribebui a 12 de agosto, e na batalha de 16 no Campo Grande.

O mesmo diário de 16 de agosto diz:

“Quando os paraguaios se iam fazer fortes nas barrancas do arroio, apareceu-lhes pelo flanco direito a brigada de Deodoro. Essa caminhará também bastante tempo, separada do campo de ação por uma tira contínua de mato, às vezes fechado, às vezes menos denso, ao princípio por estrada larga, depois por picada e simples trilho.

Quando a brigada saía no campo, uma ala do 10º batalhão que ia na frente, pondo-se em linha, carregou sobre o inimigo, apesar das duas bocas de fogo que tinha, debandou-se logo e apossou-se de suas peças.

Tal foi o primeiro feito decisivo do dia, feito que o coronel Deodoro conseguiu com muito brilhantismo e resolução.”

A ordem do dia do comando em chefe, nº 37, de 14 de novembro, referente a esse combate, diz:

“Nessa situação mandei que avançasse a 8ª brigada de infantaria a qual, ao mando do denodado coronel Manoel Deodoro da Fonseca, marchava até então na retaguarda, e que acompanhada por uma bateria de artilharia, atacasse o inimigo pelo seu flanco direito onde o terreno parecia oferecer mais facilidade para ser ele contornado.

A 8ª brigada de infantaria guiada pelo seu bizarro comandante foi reforçada pelos 1º e 2º batalhões de linha.

Devo também fazer menção especial dos meus ajudantes de ordens capitão Francisco Joaquim de Almeida Castro e tenente Julião Augusto de Serra Martins, que prestaram importantes serviços nos lugares mais arriscados do campo da batalha, aquele junto ao comando da 8ª brigada de infantaria.”

Segundo a parte do tenente-general marquês do Herval: “.... dirigidos pelo seu comandante, pelo arrojado coronel Deodoro da Fonseca. Permita-me, porém V. Alteza, que, em homenagem à justiça e ao dever, além dos muitos oficiais e praças que mais uma vez, ilustraram ontem seus nomes que vão iniciados nas partes inclusas para os quais chamo a atenção de V. Alteza eu recomendo muito especialmente os Exmos. Srs... e o Sr. coronel Manoel Deodoro da Fonseca”.

Tomou parte em outros combates, porém, nas forças da reserva e em diferentes reconhecimentos, sem maior novidade, esteve sob a ação de muitos bombardeios e no serviço de linhas avançadas, de julho de 1866 a julho de 1867, em Tuiuti, esteve pela natureza desse serviço, quase em dias alternados, sujeito ao constante e diário tiroteio.”

Diz mais o referido diário:

9 de fevereiro de 1870 – Foi mandado ficar no distrito de Curupaiti o coronel Manoel Deodoro da Fonseca, comandando uma força de 1.000 homens das três armas.

Reuniu-se ao Exército em 1º de abril e embarcou para a Corte em agosto, comandando o 1º batalhão de artilharia a pé.

Por decreto de 6 de setembro foi nomeado dignitário da ordem imperial do Cruzeiro pelos serviços prestados nos combates de dezembro de 1868 e nos das cordilheiras.

Foi-lhe conferida a medalha geral da campanha do Paraguai, passador de ouro com o nº 5.

Por decreto de 14 de outubro de 1874 foi promovido a brigadeiro.

Por decreto de 2 de outubro de 1880 foi nomeado comendador da ordem de S. Bento de Aviz.

Por decreto de 30 de agosto de 1884 foi promovido a marechal de Campo.

Foi inspetor geral das tropas das guarnições da Corte, Bahia, Pernambuco, S. Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e comandante das armas da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Quartel-Mestre General a 23 de março de 1885.

Comandante das armas do Rio Grande do Sul em 7 de outubro também de 1885, cumulativamente com a presidência da mesma província até 27 de outubro de 1887, em que obteve dispensa de ambos os cargos.

A 4 de fevereiro foi demitido do cargo de Quartel-Mestre General e a 9 de dezembro, tudo de 1888, foi nomeado comandante das forças de terra e mar, em observação na província de Mato Grosso.

Dispensado do comando em chefe dessas forças foi, contudo, deixado no exercício do comando da armas, da mesma província e para a qual foi por essa ocasião nomeado presidente um coronel do Exército.

Em ato contínuo Deodoro dissolve as forças do seu comando e pede demissão do cargo de comandante das armas, passando-o ao referido coronel.

Gravemente enfermo, mortificado pelos desgostos e injustiças, recolheu-se a esta Capital, onde chegou a 13 de setembro de 1889, recebendo, poucos dias depois, alta e significativa manifestação de apreço de avultado número de compatriotas.

A 15 de novembro de 1889 proclamou a República, tomando a chefia do Governo Provisório.

Em 15 de janeiro de 1890 foi aclamado generalíssimo de terra e mar.

Em 25 do mesmo mês de 1891 foi eleito Presidente Constitucional.

A 23 de novembro desse ano resignou o cargo para evitar a guerra civil tendo, entretanto, a seu lado, toda a força da guarnição da capital Federal e grande parte da Marinha.

Por decreto de 11 de janeiro de 1892 foi reformado a seu pedido.

Possam os historiadores mais competentes aproveitar das desprezíveis notas que aqui registramos alguma coisa de útil, são os nossos desejos e valiosa compensação do nosso esforço desinteressado, sincero e patriótico.

Sirva a sua memória imperecível de estímulo e de exemplo à classe que ele soube sempre enobrecer e a Pátria que tantos e assinalados serviços prestou.

Aqui publicamos algumas notas genealógicas da família Mendes oriunda da vila de Anadia província das Alagoas:

*Primeira prole* – D. Maria Mendes, mulher de Manoel Mendes da Fonseca Galvão, descende filho único: Tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca, casado com D. Rosa Paulina da Fonseca, que do seu consórcio tiveram:

1º – Hermes Ernesto da Fonseca, marechal do Exército, ex-presidente da província de Mato Grosso, comandante das armas nas províncias do Pará e Bahia, governador da Bahia, conselheiro de Guerra, Grão-Cruz da ordem de Aviz, dignitário das ordens da Rosa e do Cruzeiro, cavaleiro da de Cristo. Nascido a 11 de setembro de 1824, em Alagoas, e casado na província de S. Pedro do Sul a 18 de abril de 1853, com D. Rita Rodrigues da Fonseca, nascida na cidade de S. Gabriel a 24 de dezembro de 1836. Falecido em 7 de fevereiro de 1891.

2º – Severiano Martins da Fonseca, marechal de Campo, ex-diretor da Escola Militar de Porto Alegre, barão de Alagoas, Grande do Império, conselheiro de Guerra do conselho do imperador, veador da imperatriz D. Tereza Cristina, comendador das ordens de Cristo e Aviz, oficial da Rosa e do Cruzeiro, nascido em Alagoas em 8 de novembro de 1825 e casado com D. Maria Amália de Carvalho Fonseca, nascida no Rio de Janeiro. Falecido em 19 de março de 1889.

3º – Manoel Deodoro da Fonseca, marechal do Exército, generalíssimo de Terra e Mar, fundador da República e chefe do Governo Provisório e 1º Presidente Constitucional, Grão-Cruz da ordem de Aviz, Grande dignitário da Rosa, Grão-Cruz da ordem do Cruzeiro, nascido em Alagoas em 5 de agosto de 1827, casado com D. Mariana Cecília de Meireles Fonseca.

4º – Pedro Paulino da Fonseca, tenente reformado do Exército, coronel honorário do Exército, ex-governador de Alagoas, senador Federal pelo mesmo Estado, nascido em Alagoas em 6 de junho de 1829 e casado com D. Francisca Catarina da Fonseca, já falecido.

5º – Hipólito Mendes da Fonseca, capitão de infantaria do Exército, nascido a 13 de agosto de 1831 na cidade das Alagoas, casado com D. Guilhermina Dutra da Fonseca. Falecido em 22 de setembro de 1866.

6º – Eduardo Emiliano da Fonseca, major de infantaria, nascido a 24 de julho de 1833, na cidade de Alagoas. Solteiro, falecido em 6 de dezembro de 1868.

7º – João Severiano da Fonseca, doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, médico militar e literato. Chefe do Corpo de Saúde do Exército, nascido na cidade de Alagoas, a 27 de maio de 1835, casado com D. Anália Alincourt da Fonseca, já falecido.

8º – Emília Rosa da Fonseca, nascida a 26 de fevereiro de 1837, na cidade das Alagoas e casada com Balbino Furtado de Mendonça. Falecida em 23 de julho de 1887.

9º – Amélia Rosa da Fonseca, nascida na cidade das Alagoas a 20 de março de 1839, casada com o capitão Raimundo Ribeiro do Amaral. Falecida a 17 de outubro de 1889.

10º – Afonso Aurélio da Fonseca, alferes do 34º batalhão de Voluntários da Pátria, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 11 de setembro de 1845, falecido em 13 de setembro de 1886. Solteiro.

*Primeiro ramo* – Do marechal Hermes Ernesto da Fonseca, casado com D. Rita Rodrigues, descendem:

1ª família – D. Josefa Rodrigues da Fonseca (já falecida) nascida na cidade do Rio Grande do Sul, casada com o engenheiro Amarílio Olinda de Vasconcelos. Do seu consórcio houve os seguintes filhos: Hipólito Hermes de Vasconcelos, Euclides Hermes de Vasconcelos, Amarílio Hermes de Vasconcelos e Adelaide Hermes de Vasconcelos.

2ª família – Hermes Rodrigues da Fonseca, nascido em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 12 de maio de 1855. Marechal do Exército, ex-Ministro da Guerra e atual Presidente da República, casado com sua prima irmã D. Orsina da Fonseca, filha do coronel Pedro Paulino da Fonseca, esta já falecida.

3ª família – João Severiano da Fonseca Hermes, nascido também no Rio Grande do Sul em 26 de junho de 1858, tabelião público e atual deputado por aquele Estado.

4ª família – Severiano Rodrigues da Fonseca Hermes, funcionário público, nascido naquele Estado em 25 de junho de 1864 e falecido em 1891.

*Segundo ramo* – Do marechal Severiano Martins da Fonseca:

Olímpio de Carvalho Fonseca: nascido no Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1857. General de brigada do Exército.

Percílio Carvalho da Fonseca, nascido no Rio de Janeiro a 29 de setembro de 1860. General de brigada do Exército. Falecido em 1911.

*Terceiro ramo* – Do coronel Pedro Paulino da Fonseca, descendem:

Orsina da Fonseca, nascida nesta capital a 19 de dezembro de 1858, casada com o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

Clodoaldo da Fonseca, nascido nesta capital em 12 de março de 1860. Coronel do Exército, governador de Alagoas.

Ernestina da Fonseca, nascida nesta capital em 16 de abril de 1865, casada com o Dr. Alfredo Alves de Carvalho.

Jonas da Fonseca, nascido nesta capital em 8 de agosto de 1878. Falecido.

Albertina da Fonseca, nascida nesta capital a 23 de fevereiro de 1883. Solteira, professora no Instituto Nacional de Música.

Maria Amália da Fonseca Machado, casada com o capitão Benedito de Oliveira Machado.

*Quarto ramo* – O capitão Hipólito da Fonseca e sua mulher D. Guilhermina Dutra da Fonseca são representados por filhos do seu consórcio:

Julietta Dutra da Fonseca, Joaquim Dutra da Fonseca e Hipólito Dutra da Fonseca.

*Quinto ramo* – Do Dr. João Severiano, casado com D. Maria d'Alincourt, descendem:

Hermes d'Alincourt e Afonso Deodoro d'Alincourt.

*Sexto ramo* – De D. Emília da Fonseca, casada com Balbino Furtado de Mendonça, descendem:

Eugênio Fonseca de Mendonça, Julieta Fonseca de Mendonça, Úrcia Fonseca de Mendonça, Albertina Fonseca de Mendonça, Emília Fonseca de Mendonça e Eduardo Fonseca de Mendonça.

Do marechal Deodoro da Fonseca, do major Eduardo, D. Amélia da Fonseca e do alferes Afonso Aurélio da Fonseca, não há descendência.

De uma honrabilidade incontestável Deodoro jamais se valeu da sua posição quer como militar quer como chefe de Estado para cometer violências, praticar injustiças, saciar vinganças ou sequer molestar muitos dos que concorreram para as horas amargas de sua agitada, utilíssima e patriótica existência.

Modesto, sem o menor vislumbre de ostentação era na vida pública como na particular um coração bondoso, um espírito alegre, folgazão, despido de formalidades e falsas convenções.

Tendo prestado à sua Pátria relevantíssimos serviços na guerra e na paz, durante 49 anos, percorrendo todas as posições militares até o cargo de Presidente da República, legou à sua esposa como fruto de suas economias — a mesquinha quantia de nove contos de réis!

Cabe aqui transcrever o artigo que sob o título “Volta a legalidade” publicou o *Jornal do Comércio* de 24 de novembro de 1891, quando o saudoso patriota resignou o cargo de Presidente da República.

Apesar da franqueza, esse artigo acentua os sentimentos patrióticos do velho soldado, fazendo justiça à sua probidade, honra e lealdade.

Diz o artigo:

“O Presidente da República era um homem em quem o país confiava. Ele prometeu, solenemente, havia só pouco mais de oito meses, observar a Constituição do novo Estado. O Exército, sob seu comando imediato, passava por muito patriótico e incapaz de sacrificar os elevados interesses da nossa nacionalidade, do respeito que o Brasil deve a si mesmo e perante o estrangeiro, a quaisquer interesses particulares, por mais veneráveis que fossem. O povo confiava neles, e eles abusaram, rasgando a Constituição aos pedaços. Como se pode, pois, taxar o povo fluminense de não ter logo resistido a este plano preparado com cuidado pelas autoridades auxiliadas pelos inúmeros agiotas que ultimamente têm guiado os destinos desta terra?

No dia da sua eleição dissemos que o marechal sofrera uma derrota moral com os 97 votos dados ao seu antagonista.

Esta sua derrota (a nosso ver injusta, porquanto a situação era francamente dele) foi o início das medidas que se ultimaram ontem com o pálido manifesto em que anuncia a sua derrota completa. Convencido de que a República era obra inteiramente, exclusivamente, sua e do Exército, era natural que o bravo soldado se sentisse peado pelas restrições constitucionais, — ele que nunca tivera educação política.

Do outro lado, o Congresso Federal, assembléia ainda inexperiente e ingovernável, nem sempre se houve para com o Chefe do Estado com aquela diferença a seus preconceitos que devera mostrar. Nestas circunstâncias, o único meio de evitar o perigo do atrito que ia estabelecer-se entre os dois poderes constitucionais seria um principal ministro, dotado, além de talento, da necessária versatilidade para lidar com os homens do Congresso. A política é a arte dos compromissos. Mas não só havia no Congresso caracteres repelentes, de uma instrução indigesta e de uma ousadia desregrada, como, do outro lado, foi infeliz o Presidente em escolher para seu principal secretário um homem violento e atrabiliário, ateimado nas suas idéias curtas, e que provou ser incontestavelmente o mais funesto que a nossa Pátria tem tido.

Do outro lado apareceu em campo outro fator que mais distanciava ultimamente o Congresso do Presidente, ou antes do seu ministro: era o problema do Banco da República, cujos amigos tinha adquirido imensa influência no dito ministro e estavam resolvidos a repelir a reforma que a Câmara já havia aprovado por grande maioria. É a influência dessa camarilha que se deve a perseguição que sofreram alguns dos nossos concidadãos e a que se fez a este *Jornal*.

É ainda cedo para apreciarmos definitivamente a curta passagem do general Deodoro na história da República. Parece-nos, porém, que o juízo vindouro só lhe perdoará o crime de 4 de novembro tendo atenção à sua ilibada probidade e bravura, à sua lealdade ao que ele erroneamente pensava ser o seu dever, à sua dedicação ao amigo que foi o seu mau anjo, cujas asas negras se distenderam por todo este país. Ninguém duvidará jamais do patriotismo do marechal Deodoro; sente-se pena, porém, que sua idéia de patriotismo seja tão sujeita a que ele pensa dever aderir como militar.”

Logo após a sua morte foi apresentado no Parlamento o seguinte projeto:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Em honra do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, e em nome da Nação, serão feitos solenes funerais no trigésimo dia do seu passamento, em todas as capitais da República.

Art. 2.º É declarado de luto nacional o dia 23 de agosto, data do falecimento do fundador da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 3.º Será erigida no campo da República, nesta Capital, uma estátua da-quele eminente cidadão, representando-o no momento em que proclamou a República.

Art. 4.º Será levantado no cemitério de S. Francisco Xavier um monumento em que se guardarão as suas cinzas, se a isto anuir a família.

Art. 5.º Fica o Poder Executivo autorizado a despender a quantia necessária para ocorrer às despesas ordenadas na presente lei.

Sala das sessões, em 25 de agosto de 1892. — *Epitácio Pessoa*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Belarmino Mendonça*. — *Virgílio Pessoa*. — *Amorim Garcia*. — *Índio do Brasil*. — *Martinho Rodrigues*. — *Antônio Fialho*. — *F. Schmidt*. — *Lau-ro Müller*. — *José Mariano*. — *J. Retumba*. — *Oliveira Pinto*. — *Luís de Andrade*. — *Jesuino de Albuquerque*. — *Espírito Santo*. — *Couto Cartaxo*. — *Caetano de Albuquerque*. — *André Cavalcanti*. — *Fleury Curado*. — *Luís Murat*. ”

Até hoje não nos consta que tenha tido andamento esta resolução.

A iniciativa particular se deve a constituição de uma comissão que trabalha e se esforça para erguer a estátua do patriótico soldado.

Secunde-a o generoso povo brasileiro concorrendo cada um, dentro dos limites de suas posses, para saldar essa dívida que exalta os sentimentos cívicos e afirma os de justiça.

Não nos impusemos na obrigação de tratar aqui de como o marechal Deodoro se houve no alto posto de Presidente da República.

O nosso desejo foi apenas, reunindo os fatos da proclamação do novo regime, demonstrar a sua enérgica e decidida ação, os seus intuitos, como verdadeiro fundador da República e concorrer exaltando com justiça a sua inesquecível memória, para que se perpetue na praça pública a homenagem de gratidão que a pátria lhe deve.

Na sessão fúnebre que o Congresso Nacional celebrou na noite de 30 de agosto de 1892, no edifício da Câmara dos Deputados, em honra do proclamador e fundador da República, o Sr. Dr. Lopes Trovão pronunciou no meio de constantes aplausos e aclamações o seguinte discurso:

“Carcome uma das pedras tumulares que pontuam o zimbório da catedral de Strasburgo esta inscrição melancólica: — *Si me perguntares quem sou, eu te responderei*: — Sombra e Poeira!... Se a vida resume-se nisto e não errou Renan quando afirma que o cumprimento do dever é o que lhe dá um pouco de realidade, sobeja razão tendes vós, Senhores Congressistas, em celebrar nesta sessão soleníssima o passamento do grande homem cujo nome não tenho necessidade de pronunciar, porque o vejo a iluminar-vos os lábios como um clarão imortal, que houvesse rebentado do coração reconhecido da Pátria!

Não venho fazer a sua biografia. Como homem privado, deixo-o entregue à saudade inconsolável de sua família lacrimosa... Como homem público, os seus feitos meritórios acabam de ser relevados pela palavra comovida dos colegas que com alevantada eloquência me precederam na tribuna. Repetirei, entretanto, que ele entrou no templo da nossa vida nacional pelas arcárias trágicas da guerra, por entre os relâmpagos fulminantes dos fuzis e os trovões lutuosos os do canhão, enastrada a frente pelas láureas da vitória, porfiadamente disputada, de batalha em batalha, nessa campanha gloriosa em que o valor do nosso soldado excedeu o épico tamanho da bravura dos espartanos redivivos no povo paraguaio!...

A guerra é um crime!... e só justificada quando um povo se bate pela sua independência ou para desafronta da sua dignidade. Se da peleja contra o estrangeiro trouxe ensanguentada a mão segura e forte, ele a lavou nas águas lustrais da Abolição, impedindo que o Exército fosse aprisionar escravos nos desfiladeiros do Cubatão e da proclamação da República, concorrendo assim para a obra grandiosa da integração política da América!

Quem fez a República: — Deodoro ou Benjamin?!... A esta pergunta impertinente, mesquinha, bisantina, que corre de boca em boca, formulada pelos partidários irreconciliáveis destas duas grandes individualidades históricas, eu responderei: — *Nem um nem outro!*

Como Ideal, a República, no Brasil, vem de longe, muito longe: — surgiu, em Pernambuco, no ano de 1710, quando, pela primeira vez, se esboçou a aspiração à independência da Pátria; e com ela, sempre confundida, enveredou pelo caminho acidentado das revoluções, tombando por inexperta aqui e ali se levantando por efeito das forças virtuais dos seus próprios princípios e da fervorosa dedicação perseverante dos seus adeptos.

Separada da Independência aos 7 de setembro de 1822, para não impedir que esta se consumasse incruentamente, ela ficou entretanto, na consciência nacional como artigo de fé política, que era preciso cumprir, para nos emanci-

parmos, de todo, do regime colonial. Por isso, nas mais importantes revoluções, que multiplicadamente se estenderam do primeiro até quase um terço do segundo reinado, ela assegurou com a liberdade e a vida dos seus legionários que não havia perdido a confiança na vitória. E a vitória a despicou das derrotas sofridas com o 15 de novembro de 89, britado logo que foi pela agitação popular, que produziu a lei 13 de maio, o negro rochedo da escravidão em que a monarquia tinha assentes os seus alicerces mal construídos. — Era um velho Ideal, consagrado pela tradição, tão intensamente vivido e intimamente unido com a alma brasileira que, apenas se converteu no fato, teve por si toda a população pensante do país e assinaladamente a maioria absoluta, a quase totalidade dos mesmos que lhe pareciam hostís no regime imperial. Não foi obra de ninguém, porque é a obra de todos.

Modernamente, um homem ou dois homens não têm mais o poder de contrariar as leis da evolução que regulam os movimentos normais de uma sociedade civilizada. A teoria dos heróis desapareceu sob o domínio da generalização da cultura cerebral, que firmou, como consequências, o livre exame e a autonomia da vontade individual. O que há são homens superiores, capazes, num momento dado, na ocasião oportuna, no ensejo preciso, de transformarem em um ato de volição as idéias e os sentimentos amadurecidos na consciência de um povo! — Foi o que sucedeu com Deodoro e Benjamin.

Combatente que também fui na última falange constituída pelos nossos concidadãos que, de 70 para cá, prosseguiram a campanha a favor da República, sobeja-me a autoridade de testemunha presencial para asseverar que não os vi nas nossas fileiras da vanguarda. Mas o fundo de justiça que fora o meu caráter impõe-me o dever de apregoar bem alto que, se nem um nem outro ostensivamente figurou entre os propagandistas que expuseram mais do que haveres e a vida, porque arriscaram a liberdade e a honra, ambos foram maiores do que todos nós, sim, porque graças a eles inscrevemos na história de nossa Pátria a data gloriosa de 15 de novembro!

Quem era Benjamin? — Um espírito de eleição, que, no traquejo da ciência em que se especializara, aprendeu a ser calmo, refletido, prudente e, nos princípios filosóficos em que se avigorou, só podia preferir a República como instrumento mais conducente à Ditadura Científica. Quem era Deodoro? — Uma alma dotada de todas as agudesas da intuição, expansiva, ardente, da raça dos caracteres que, por mais passiva que seja a escola da obediência a que os submetam, conservam sempre um fundo de resistência que se revela e domina na manifestação dos seus atos. Ambos patriotas: — um de instinto; — o outro de razão; com a isenção necessária para sotoporem ao bem da coletividade todas as considerações pessoais de ordem sentimental. Foram estes dois homens, que assim se completavam por qualidades tão raras, que a lógica dos acontecimentos colocou no nosso caminho, no momento precisamente em que o império se extinguiu na agonia do imperador.

Donde vinham eles e o que nos traziam para que com tanta confiança lhes entregássemos a vitória das nossas idéias?



Dos muitos conflitos que perturbaram irreconciliavelmente as relações entre o poder civil e a força militar, nos quais os dois tinham deixado bem desenhada a atitude que assumiriam a seu tempo, — Benjamin com a fria decisão que lhe havia dado o cálculo matemático, — Deodoro como o arreganho de soldado que o foi por hereditariedade e único ofício e a firmeza resultante da solidariedade com que lhe retribuía os companheiros de armas a dedicação, — que era uma condição do seu temperamento afetivo e leal —, posta em defesa da sua nobre classe, anteparando-lhe os melindres com o seu gesto dominador de leão e intimidando os governos com a contração irritada do seu belo perfil de águia. Deodoro nos trazia a força no grosso do Exército; e Benjamin o brilho na mocidade cujo espírito edificara do alto da cátedra que, na Escola Militar, exalçou pelo seu muito saber e privilegiado talento.

Com estes dois elementos, profundamente já trabalhados, aliás, pela palavra impressa e falada dos nossos escritores e tribunos, a República se nos antolha feita sem efusão de sangue nem abalos, tal como planejara Quintino Bocaiuva — o chefe dos chefes, pela intervenção das classes armadas, que ele preparou longamente nos conciliábulos secretos e na imprensa, onde, ao par do merecido renome de — *príncipe dos jornalistas brasileiros*, gosava da reputação de *especialista em questões militares*, que lhe fora dada, um pouco ironicamente, pelos adversários das nossas idéias. Era preciso apenas um pretexto... e esse se nos apresentou no discurso de Benjamin na Escola Militar, por ocasião da visita dos oficiais chilenos, discurso que foi mais do que um incitamento aos seus discípulos queridos porque repercutiu na massa geral das nossas forças de terra e mar com o choque formidável de uma descarga revolucionária. O proveito que dele tiraram os chefes republicanos, nomeadamente Quintino Bocaiuva, em primeiro lugar e, em segundo, Aristides Lobo, há de, em tempo, vir a lume, para recamo maior da fama de um e outro e confusão dos que já se apressaram em celebrar pelo jornal e no livro a entrada da República no cenário da nossa política oficial, adulterando os acontecimentos e improvisando heróis, por deslembados de que — a história de uma idéia não se escreve no dia do seu triunfo.

Isto não importa negar a ação eficaz de Benjamin no vingamento pacífico da nossa causa, como organizador que foi dos elementos militares que não-la garantiram. Mas... — o pão da glória não se repete... quem o tem come-o inteiro: é humano.

Assim... apesar da sua grande influência, a verdade, implicitamente provada pelos fatos, é que, por si só, ele não podia conduzir aqueles elementos à rua para os empenhar em uma parada revolucionária com segurança no êxito. Tão extraordinário milagre só a uma alta patente era dado operar pelo prestígio incontestável que exercia sobre a massa geral da força armada: — Deodoro! Só este poderia vencer as últimas relutâncias dos poucos monarquistas que ainda existiam no Exército, afoitar os muitos republicanos que abrilhantavam as suas fileiras, mover os indiferentes, decidir os irresolutos, dar voz de marcha ao soldado com certeza de ser obedecido. Então Benjamin, que tinha o poder inerente às almas superiores de se despersonalizar nas causas que defendem pelo esquecimento de si

mesmas, a ele se dirigindo, foi encontrá-lo excruciado por atrozes sofrimentos físicos, entre oficiais<sup>9</sup> que, com os confortos que lhe prodigalizavam, falavam-lhe a linguagem republicana. As apreensões com que sobressaltava o ânimo público o próximo advento do terceiro reinado havia afeiçoado às nossas idéias o atilado e nobilíssimo espírito de Deodoro, já desgostoso da situação monárquica pelos agravos sofridos por seus dignos companheiros de armas.

Não foi difícil, portanto, a Benjamin romper os últimos liames que ao antigo regime atiam o seu velho amigo e camarada, com quem guardara sempre a mais íntima solidariedade em todas as questões militares. — Levanta-te, soldado glorioso!... a República está feita na consciência civil da Nação. Para que ela se concretize no fato jurídico sem a perturbação da ordem, basta apenas que ao seu serviço seja posta a força material. Nós somos a força material, oficialmente armada pela Nação: — foi com o nosso concurso que ela fez a nossa emancipação política no dia 7 de setembro, a nacionalização do poder público no dia 7 de abril, a nossa igualdade civil no dia 13 de maio — as datas fundamentais da nossa história. Por que não iremos ao encontro da sua vontade, auxiliando-a a fazer a República, que importará, por nossa parte, na integração política da América pela extinção dos últimos vestígios do regime colonial, que ainda sombreiam a nossa organização institucional?... Para a força armada que missão comparável a essa que os acontecimentos nos cometem de desobstruirmos o caminho à Nação que quer passar, afim de cumprir desimpedidamente o alto destino que as suas pujanças naturais lhe assinalaram na vanguarda dos povos cultos?... Com mais digno gesto não podemos repelir os convícios que nos tem sido irrogados. Mas, para que ele não seja perturbador, é preciso que mantenhamos a mais estreita união... e essa só conseguirá ser operada por ti, que és o grande, o maior de todos os nossos soldados... Eia, pois, de pé!... que assim o comandam a dignidade da nossa classe e o patriotismo do povo brasileiro!”

E Deodoro, movido por estas vozes, articuladas pela mais pura das consciências sadias, ergueu-se do leito em que agonizava e, de pé, firme, ereto, magnífico no aprumo da sua farda de soldado glorioso, tirou da espada invencível e, dobrando-a na curva do arco-íris, disse à Nação: — *Passa...* e a Nação por sob ela passou da monarquia à República serenamente, solenemente, na apoteose de uma longa procissão, iluminada pelas suas cambiantes inapagáveis.

Há, Srs. Congressistas, uma reflexão que paira com os fulgores do sol sobre a verdade dos acontecimentos, para por em relevo maior o papel primacial que Deodoro representou no drama de 15 de novembro e vem a ser que é da mais elemental piedade não perturbar os últimos momentos de um moribundo...

Quem conheceu Benjamin e sabe de que delicadezas de sentimento era escrínio o seu coração, não lhe faz a injúria de supor sequer que, para proclamar a República, lhe bastando o seu único prestígio, condenasse o amigo estremecido e leal camarada à morte iminente — que tanto valia erguê-lo do leito, onde penava as torturas da crônica moléstia que o vitimou ao fim — para ajudá-lo a montar a cavalo e, à frente da força armada, dar-lhe a responsabilidade perante a História e a Nação de mudar a forma de governo e assumir o exercício dos públicos poderes!

E preciso dizê-lo bem alto, para que todos o ouçam, francamente, porque é a verdade, com segurança, porque é de justiça, que a República não estaria feita, se não fora Deodoro da Fonseca!

Por isso... ó morto imortal, no vozerio dessa pendenga nugatória em que perdem a honra intelectual os que discutem se quem proclamou a República fosse *Tu* ou o *Outro*, não sei porque processo de audição eu escuto o ruído sacrílego dos dados com que os centuriões jogaram a túnica inconsútil do Cristo! O que sei é que nessa contenda se incubia um crime que me arrepia a alma nos calefrios do medo... porque nele vejo sacrificada a noção da justiça, que é a base do caráter individual, a própria essência da consciência coletiva. Sem ela os povos tresmalham dos caminhos da Moral e do Direito para se perderem na confusão do bem e do mal, transtornando o senso do mérito com dar a quem não devem dar e tirar a quem não devem tirar. — É nessa sinistra escola, condutiva à barbaria, que estamos educando as classes dirigidas no julgamento das coisas e das pessoas.

Vêde bem... atentai melhor: com o exemplo de que estais sendo réus, hoje negamos a justiça política, amanhã nos negarão a justiça social e a justiça jurídica... essa será depois negada ao povo. É uma escada de três degraus apenas, por onde, mais presto, descerá a nação para afundar-se na taba.

Não há dúvida que este trabalho vem de longe... preparado, sobretudo contra os que ergueram a cabeça acima da mediania comum, tanto que Sales Torres Homem, vulto político que realça a galeria dos nossos homens célebres, prefaciando a obra de um dos nossos maiores poetas, escreveu e com sobrada razão que — *nós outros brasileiros não podemos sofrer reputações; nosso orgulho é em extremo suscetível; ele desconfia dos menores sucessos; um nome pronunciado três vezes nos importuna e irrita*. Não suportamos superioridades; e, para as destruir, usamos da maledicência como rasoira preferida... Daí... o vasto soalheiro em que vivem os homens de talento e direitura na promiscuidade absurda dos nulos e desonestos, oferecendo ao estrangeiro que nos observa o espetáculo de um povo sem culminâncias mentais, desamparado... sim!... porque as nações se aferem pelo tamanho dos seus grandes homens e os grandes homens são como as montanhas: — estas defendem os vales dos rigores eversivos dos vendavais e aquelas abrigam as nações nas vicissitudes vrias da história!...

Reina um instinto egualitário que, bem conduzido, nos levará às formas mais elevadas e puras da democracia, mas assim como vai, desenfreado nos seus assomos agressivos, há de arrastar a nossa democracia à mais desbragada oclocracia. Não se respeita a ninguém: o mérito não tem valor e os serviços que o impõem perderam a cotação!

Parece que por sobre a cabeça da nação passa e repassa um grande vento de loucura... quando contemplamos empenhados nesse trabalho de demolição brasileiros e republicanos, estes deprimindo as instituições e aqueles humilhando a Pátria. Debatem-nos no mais aviltante caos, em que, com o amor à República, extinguiu-se também o pudor da nacionalidade. Há brasileiros que dizem mal do Brasil até para serem agradáveis ao estrangeiro que nos desdenha; e republicanos que forjam as armas do descrito com que o monarquismo ataca a República. No fundo de tão sombria tela degradante só há duas figuras de pé e que a dominam, ligadas ambas pelo caráter pessoal, — o ódio e a ambição. Perdemos o senso moral... essa maior conquista psíquica da civilização.

A não ser pelo crime de te haveres feito o maior de todos os teus contemporâneos... que erros cometeste tu, ó morto imortal, para legitimar o incarnçamento com que procuram apoucar a tua glória, mutilando o teu vulto, esses... que, medindo te pela bitola estreita das suas paixões partidárias e pesando-te na

balança infiel do seu entendimento perturbado, pretendem, no teu julgamento, encarnar a posteridade? - O golpe de Estado?... Mas o golpe de Estado foi apenas um pretexto! posso afirmá-lo agora, sem medo de desmentido, nem responsabilidade legal para os seus autores, que são ainda os triunfadores do dia. O movimento insurrecional que lhe opuseram estava denunciado desde as primeiras horas da Constituinte pelas violências de uma oposição que, não conseguindo apear-te do governo na eleição presidencial, brandiu todas as armas para vencer porque queria o poder pelo poder, fosse como fosse, a todo o transe, tanto que um pacto de reconciliação que lhe fora proposto, ela o rompeu, depois de o haver aceitado.

Nesta conjuntura dolorosa para a República, eu não estive contigo porque tu não estavas com a Constituição e não estive com eles porque eles não estavam com a Justiça.

Quedei-me na neutralidade — o último refúgio que restava às almas convictamente republicanas e sinceramente patrióticas. Não me arrependo de assim haver procedido porque os que te sucederam no poder fizeram da mesma falta, pela qual te puniram, uma virtude quando por eles em maior escala praticada. Tu golpeaste uma só Constituição; e eles golpearam tantas quantos são os Estados em que se divide a República, depondo governadores, dissolvendo Congressos, demitindo magistrados nomeados à perpetuidade, perpetrando outros atentados, que, do mesmo golpe, feriram também a única Constituição que tu havias ferido — a Constituição da República. E são esses!! maiores culpados do que tu! os que apunhalaram com a calúnia e a injúria a tua reputação de vivo... Pois bem! hoje que estás morto, condenamo-los a serem lógicos na sua mofina faina descaroadada, alargando mais e mais aprofundando as feridas que a tua memória leva rasgadas e em sangue, afim de que mais carinhosa e solícita a posteridade as lave, de joelhos, com as lágrimas reparadoras das mulheres piedosas da Bíblia.

Longe... muito longe mesmo das costeiras, às vezes, na vastidão solitária do oceano, encontram-se de par em par, grandes rochedos, que, parece, foram ali fixados para darem às águas o exemplo da imobilidade hierática. Em torno do seu colo cingido de um cingulo arriçado e cortante de concreções calcáreas travam-se combates por fiados, ferozes, assoladores: — é a guerra dos moluscos. Pelo que pelem eles? — Na defesa dos rochedos que os asilam e protegem? perguntarão talvez. Não!... Eles se batem para se entredevorarem e entredevoram-se por força da lei egoística da fome. Assim... as clientelas que se acercam dos grandes homens: — para viverem do seu nome ou da sua influência contendem, lutam, destroçam-se; e é por isso que, por via de regra, os abandonam quando fartos ou não satisfeitos nos seus apetites incontinentes.

Mas... essa interesseira guerra de moluscos há de cessar pelo cansaço ou pelo desaparecimento dos combatentes, como pelo amaino da ventania as marolas volvem aplainadas à superfície igual dos mares. Então... similáveis aos grandes rochedos emparelhados que se alteam na vastidão solitária do oceano, Tu e Esse, de quem te fizeram rival, lavadas da baba virulenta das clientelas malsinantes e aclarados pelos raios da mesma glória imortal, haveis de avultar, lado a lado um do outro, fraternalmente, na majestade impositiva dos vossos contornos, em toda a correção dos vossos perfis característicos para que a Gratidão Nacional vos possa medir, dando-vos a cada um o tamanho exato que cada um assumiu na proclamação da República.

Diante do cadáver do Outro a minha palavra tosca se descobriu respeitosa: diante do Teu ela vem prosternar-se recolhida para te dizer: — Graças!... graças te rende minh'alma por teres cristalizado, na política de nossa Pátria, os vagos anelos da minha adolescência, os votos definidos da minha idade adulta... Deste-nos a forma... havemos de animá-la com as doutrinas que apostolamos, porque são elas que constituem o seu espírito.

A obra é para gigantes... mas nós, os velhos republicanos, somos ainda muitos e, aurindo forças do amor à causa que, na propaganda, o sofrimento exagerou, havemos de levá-la ao cabo... não obstante — as relutâncias que nos opõem esses mesmos que te regateiam justiça, republicanos também históricos, mas que, por não terem, como nós, resignado os hábitos revolucionários, esbanjam o tempo empenhados em destruir as grandes individualidades que lhes são contrárias, para encarecerem até mesmo os nulos que, por franqueza ou cálculo, compartilhem das suas fantasias políticas ou de doutrinas pretendidas científicas, que, se fossem adotadas, viciariam intrinsecamente a essência democrática da nossa organização institucional; — a indiferença que nos oferecem os que aceitaram o novo regime, por patriotas uns, por acomodaticios outros, e que aí estão como volumosa massa inerte nas nossas contendas, sem se decidir francamente, em boa parte tolhidos pelos constrangimentos de hóspedes, que ainda se sentem no nosso convívio e, na maior parte, por estarem ainda saudosamente voltados para o regime que se foi; — as hostilidades, enfim, dos monarquistas que, volvendo do medo que os dispersou à primeira hora da proclamação das novas instituições, por haverem reconhecido que contra eles não os imitamos nos exemplos de perseguição que nos moveram desde os tempos coloniais, se congregaram nessa ronda cabeçada, serrazinante, inquisitorial com que nos sitiam, ora defeituando os nossos acertos e agravando os nossos desacertos, ora explorando os despeitos, os desgostos, as irritações dos nossos correligionários mais impacientes e excitando todos os conluios atentatórios da ordem pública, sem se importarem, na sua obcecação doentia, que de tão criminosas maquinações resulte o descrédito, senão a ruína da Pátria.

Mas com esta conduta impatriótica o que pretendem esses mofinos *laudatores temporis acti*?... Que a nação os vá ajudar a reerguer a bandeira que, na ocasião oportuna, não tiveram o pudor de defender?... É tarde!... Essa bandeira... agora é nossa, nos pertence: nós a levantamos do chão onde eles a abandonaram, na precipitação da fuga. Ela aí está... a flutuar galhardamente nos nossos edifícios públicos e nas nossas praças de guerra, trocado o emblema imperial pelas insígnias da República! Deixou de ser de uma dinastia para ser da Nação!... Não simboliza mais o passado de estacionamento, que, hoje louvaminham contra o presente, mas que ontem, quando à sombra dela viviam, nos ensinaram a desrespeitar nos artigos da sua imprensa e nos discursos com que encheram os anais do seu parlamento, não!... representa o futuro com as suas aspirações, as suas iniciativas, as suas audácias, remontando-nos nas ovantes ondulações do seu pano auri-verde aos altos destinos que as nossas grandezas naturais nos assinalam na política continental da América e no trabalho de remodelação das sociedades dentro dos moldes talhados pelos princípios modernos do Direito e os preceitos científicos da Moral.

Por isso mesmo, é a bandeira da mocidade — guarda avançada nas batalhas incruentas da civilização e do Povo, que, desfeita a cegueira em que o teve a monarquia, acabará por ler no lema que a ilustra a síntese das suas reivindicações.

Se para tanto não lhes mingua a coragem... que tentem arrebatá-la das nossas mãos e, afim de consumir tão alto feito, tragam no seu coice, como reforço imprevisto, os que, havendo aderido, ficaram, entretanto, pela saudade atidos ao império, e com estes os próprios republicanos que não têm cessado de acumular ódios sobre os seus correligionários que, por mais ponderados, não podem consentir na organização de uma República à feição e ao sabor deles... nós os enfrentaremos, seguros da vitória, porque na Mocidade e no Povo temos por nós as forças vivas da nação. E se, por uma dessas deserções que a História se envergonharia de registrar, ficarmos sós... sós a defenderemos com a resolução e entranhamento dos que prezam mais a convicção do que a vida.

Quanto a mim... de todos o mais fraco, declaro que, em honra a Deodoro e a Benjamin, também saberei defendê-la, embora como um combatente moribundo que, com a mão esquerda represando no peito a ferida por onde se lhe vai a derradeira bofada de sangue, se encosta a um velho muro musgoso, para com a direita atirar ao inimigo o último golpe mortal...

**Cartas e documentos**





---

Meu caro coronel Ernesto Sena.

Lendo todo o trabalho que publicastes no *Jornal do Comércio* desde o dia 23 de agosto de 1911 até o dia 23 de agosto último, sob o título: Deodoro – Para a História, – é-me grato significar os meus mais sinceros emboras ao ver coroado de êxito o vosso patriótico empreendimento, no louvável empenho de fornecerdes seguros dados ao futuro historiador sobre a personalidade gloriosa do malogrado fundador da nossa República.

Começais citando apreciável trecho de um trabalho do Dr. Joaquim José de Carvalho, que gostosamente reproduzo aqui.

“A História é expositiva e não interpretativa; fiel e não condescendente ou apaixonada; e as palavras, os escritos de personagens protogonistas devem passar a ela inalterados, para que o futuro possa tirar a justa medida de seus caracteres”.

Aplaudindo convosco os criteriosos conceitos externados pelo Dr. Carvalho e de cuja observância me desvaneço de jamais me haver afastado, cumpro religiosamente o dever de não deixar sem reparo os senões encontrados entre as muitas informações que recebestes.

Fa-lo-ei singelamente, sem retórica, sem estilo, mas só preocupado em restabelecer a verdade, para bem servir à História.

Antes, porém, de abordar o assunto que faz objeto do vosso empenho, permiti-reis que, cedendo a escrúpulos de consciência, eu torne públicos os motivos que determinaram o constrangimento que vos manifestei ao ser solicitado o meu concurso para esclarecimento de fatos inerentes a Deodoro.

Foram eles: *achar-se na Presidência da República um seu sobrinho e existir incompatibilidade de relações entre nós ambos.*

Tive porém de submeter-me à razão, diante da responsabilidade que eu já havia assumido em publicações anteriores referentes ao mesmo assunto, como se verifica da *Gazeta de Notícias* de 3 de setembro de 1893, do próprio *Jornal do Comércio* de 15 de outubro de 1898 e do extinto *Comércio do Brasil* de 18 de maio e 20 de junho de 1904.

Sou, pois, coerente com o meu passado colocando acima de preconceitos a minha imparcialidade e independência.

## I

Lê-se no capítulo VIII do vosso trabalho, em relação a fatos passados no quartel do 1.º regimento de cavalaria, na noite de 14 e manhã de 15 de novembro de 1889, o seguinte:

“Os primeiros oficiais que chegaram ao quartel foram o capitão Mena Barreto, tenente Sebastião Bandeira e Bezerra, alferes alunos Barroim, Madureira e Eduardo José Barbosa Junior, além dos acima já referidos”.

Mais adiante acrescenta o mesmo informante:

“Seriam pouco mais de onze horas da noite quando apareceu a paisana, no quartel, o tenente-coronel Silva Teles, etc., etc.

Ainda em referência ao dito comandante Teles, diz o informante: “em seguida declarou que nada havia contra o Exército e terminou aconselhando que se desarmassem e debandassem.

Só um esquadrão procurou cumprir essa ordem e esse foi o segundo, do qual era sargenteante o 2.º sargento Américo Cabral”.

Examinemos os casos: O incidente dado com o sargento Américo Cabral teve lugar ainda cedo; em seguida, chegando o tenente comandante do dito esquadrão, teve pronto conhecimento do fato — já remediado — por comunicação de Mena Barreto.

Vê-se, pois, que sendo o comandante do segundo esquadrão dos *primeiros oficiais que chegaram ao quartel*, não se compreende como atribuir a ordem do comandante Teles o procedimento do sargento Cabral desarmando e debandando a força, quando é o próprio informante que dá a chegada dessa autoridade horas depois do incidente aludido, isto é, *seriam pouco mais de 11 horas da noite (!)*.

Acrescenta o informante: “Por volta da meia-noite o sargento Américo Cabral conseguiu fazer debandar o seu esquadrão, o que deu lugar a ser preso pelo capitão Mena Barreto, e maior violência teria sofrido esse sargento se não fosse a intervenção do cadete Abreu que, responsabilizando-se pela sua conduta futura, o fez retirar do esquadrão, do qual tomou conta até a formatura do regimento na madrugada de 15”

Não exprime ainda a verdade a narrativa.

Com o sargento Cabral não ocorreu absolutamente nenhum outro fato merecedor de repressão na noite de 14, a não ser o que se passou na ausência do comandante do 2.º esquadrão e por ocasião da primeira formatura.

Presente como se achava o comandante desse esquadrão, não é crível lhe houvesse passado despercebida a insubordinação praticada reincidentemente por um seu comandado. — Nem Mena Barreto seria capaz de colocar em posição esquerda o seu companheiro e amigo procurando anular a sua autoridade, nem este se submeteria a uma situação indigna da sua energia e altivez, aceitando a humilhante mediação e fiança de uma praça de pret, como recurso salvador, segundo o informante.

O próprio cadete Abreu não seria capaz de julgar tão mal do comandante do 2.º esquadrão, a quem, além disso, cabia grande responsabilidade no movimento que se operava na 2.ª brigada desde o seu início.

Pura fantasia!

Ainda o mesmo informante: “Às 4:30 horas da manhã, mais ou menos novamente formaram o 1.º e 9.º regimentos, sendo este a pé e armado a clavina, ambos completamente municados, formatura que se realizou sem toques de clarins.”

A formatura dos referidos corpos teve lugar cerca das 6 horas da manhã, em seguida à chegada de Benjamin Constant e de ordem do tenente-coronel Teles pessoalmente dada ao abaixo assinado, nestes termos: *Tenente Tatão, mande fazer os toques de formatura e divida a força*. Isto em presença de Benjamin e no círculo dos oficiais.

Sem perda de tempo foi essa ordem literalmente cumprida.

Há contradições que deixam perceber o equívoco em que labora o informante. Por exemplo: diz que por volta da meia-noite o sargento Cabral conseguiu debandar o seu esquadrão, o que deu lugar à sua prisão. Assim o informante faz compreender que a força se conservava em forma.

Mais tarde, parecendo esquecer essa circunstância, diz: às 4:30 horas da manhã, mais ou menos, *novamente* (o grifo é meu) formaram o 1.º e 9.º regimentos.

Agora, porém, vê-se que essa força, até aí, esteve debandada.

Sendo assim, o sargento Cabral não teria incorrido em falta ao debandar o 2.º esquadrão.

Presumo que os defeitos da narrativa resultam da falta de apontamentos precisos recordando fatos passados, vai para 23 anos.

Prossigamos, porém, em nossa espinhosa tarefa, em proveito da História.

## II

Nos capítulos IX a XI notam-se omissões de fatos cuja importância os tornam necessários ao historiador.

A propósito posso afirmar que os comandantes interinos do 2.º regimento de artilharia, major João Carlos Lobo Botelho e do 1.º regimento de cavalaria tenente-coronel João Batista da Silva Teles nunca foram favoráveis ao movimento contra a Monarquia. Aquele, talvez receioso de ser mal sucedido tentando reação, limitava-se a não fazer causa comum com os seus comandados.

Assim é que, ao adquirir a certeza dos intuitos do movimento pela manifestação dos seus oficiais ao sair do seu quartel com o regimento na manhã de 15 de novembro, abandonou o comando, a pretexto de doença, no momento de tomar posição com os demais corpos revolucionários na Praça da Aclamação, isso quando se chamava a sua atenção para a inconveniência que acabava de cometer metendo o regimento em linha junto ao edifício do Quartel General, em posição diametralmente oposta aos demais corpos da 2.ª brigada e consequentemente dando a retaguarda ao adversário.

O condenável procedimento desse oficial produziu efeitos desastrosos: começou pela sua incompatibilidade no comando do regimento e acabou por profundos desgostos e ressentimentos entre dois membros do Governo Provisório, até aí ligados estreitamente por compromissos patrióticos que não era lícito esquecer jamais.

O comandante Silva Teles, enérgico e destemido, agiu como pode contra o movimento, já procurando anular todo o trabalho feito, com ameaças contra os oficiais e

promessas a favor dos sargentos no quartel, já tentando sufocá-lo à última hora, depois de conferenciar com o ajudante-general, já transmitindo ao general Deodoro o convite daquela autoridade para uma conferência no quartel-general a horas adiantadas da noite de 14, já sendo surpreendido por Mena Barreto em conferência reservada nessa mesma noite com o tenente-coronel Costa Guimarães, oficial do gabinete do Ministro da Guerra, já declarando aos oficiais repetidas vezes, no saguão entre a sua residência e a secretaria de regimento, que era solidário com eles, uma vez que se tratava simplesmente da mudança do Ministério e já, finalmente, deixando de voltar ao comando da 2.<sup>a</sup> brigada na manhã de 15, quando, de ordem do general Deodoro, ao aproximar-se a força do quartel-general, fora comunicar ao ajudante-general que estava ali com a 2.<sup>a</sup> brigada pronta para a conferência solicitada.

Convém notar: nessa ocasião Teles, prevendo um mau desfecho para a revolução, pela demora que se dava, declarou em círculo de oficiais de infantaria da 1.<sup>a</sup> brigada: *estamos ameaçados de uma hecatombe, e se isto se der eu sairei com vocês.*

A atitude de Teles não aderindo ao movimento revolucionário contra as instituições não era de estranhar para quem conhecia o seu caráter e precedentes. Prendia-no afeições respeitáveis e tradicionais e acabara de receber do Governo de então provas positivas da maior confiança, sendo designado para comandar o 1.<sup>o</sup> regimento no momento em que já reinava ali grande agitação.

Submetendo-se, finalmente, ao império das circunstâncias, é justo dizer, que ele foi um servidor leal da República, até ao sacrifício da vida na defesa do poder que julgava legal.

Era um soldado valente e dedicado ao cumprimento do dever.

### III

Não é exato que tivesse sido correspondido pela oficialidade das forças revolucionárias já em posição na Praça da Aclamação o viva à República que o informante diz ter sido levantado por Quintino Bocaiuva a 15 de novembro junto ao edifício da Câmara Municipal.

Cabia-me nessa ocasião o comando do esquadrão de lanceiros que tinha posição aproximada à Bocaiuva antes deste montar pequeno cavalo tordilho no referido lugar e de onde pude observar todos os movimentos do glorioso jornalista e chefe político.

Posso assegurar que esse viva não foi correspondido pela oficialidade, que nem pode ouvi-lo.

Admitida porém, a hipótese que Bocaiuva conseguisse transmitir o seu entusiasmo à oficialidade em forma, como explicar o silêncio que guardaram as praças deixando de acompanhar os seus oficiais?

Não, o informante, na melhor das hipóteses, foi mal informado.

Os vivas únicos à República, dados por militares na formatura, foram levantados por Mena Barreto e Saturnino N. Cardoso no auge do entusiasmo; o primeiro, dirigindo-se a indivíduos que atulhavam as sacadas do edifício onde se achava o Governo, convidava-os em altas vozes a vivarem a República. Nessa ocasião, não podendo Mena Barreto dominar a emoção de contentamento pelo triunfo alcançado, foi acometido de

uma síncope e caiu sendo prontamente transferido para a Escola Normal por mim e o Dr. Júlio Adolfo da Fontoura Guedes, que ali o medicou, auxiliado por outro colega civil cujo nome não recordo.

O viva de Saturnino Cardoso, nessa mesma ocasião, foi que determinou a estranheza demonstrada por Deodoro.

Manda a verdade repetir aqui que eram pouco numerosos, insignificantes mesmo, os agrupamentos de populares em torno de Bocaiuva, Aristides Lobo e Sampaio Ferraz, na praça da Aclamação.

Quanto ao que ocorreu com o general Almeida Barreto, que comandava a brigada mista de 1.096 homens postada em linha entre a estação da Estrada de Ferro Pedro II e o edifício do Quartel-General, convém explicar a situação difícil em que ele se achou no comando desta força, de que foi empossado pelo Governo à última hora e o *porque* da dificuldade, que muitos ignoram e outros a têm ocultado.

Tendo Barreto recebido reiteradas ordens de Deodoro para mudar a posição da brigada do seu comando, colocando-a junto à ala esquerda da Polícia da Província do Rio, que sob o comando do major Deschamps, confundia-se com a 2ª brigada, sem entretanto inspirar confiança, fora finalmente chamado aquele general que, insistindo para conservar a mesma posição, alegara estar assim mais aproximado das forças do Governo, afim de melhor observar qualquer movimento.

Exaltara-se então Deodoro, mostrando estranhar a desculpa de Barreto com esta interrogação em tom elevado, e revelando surpresa: *observar o movimento de costas?!*

Em seguida, explodiu Deodoro, deixando ver franca desconfiança ao dirigir-se a Barreto pela última vez, nestes termos e com energia:

*Traga a força ou retire-se! Vamos!*

Retira-se Barreto, silencioso e cabisbaixo, ao passo do seu pequeno cavalo zaino e acompanhado do cabo de ordens, dando lugar a esta manifestação de Benjamin Constant, que presente se achava:

“Este homem... Este homem...”

Nova explosão de Deodoro, agora mais violenta e significativa!

Rendendo preito à verdade, cumpre-me agora explicar o fato:

Almeida Barreto tentara remover a brigada, de acordo com Deodoro, mas encontrara resistência da parte do capitão-tenente Quintino, que lhe respondera, dizendo só cumprir ordens das autoridades da Marinha.

Este oficial havia pouco que assistira ao incidente contra o seu Ministro, já então impossibilitado de penetrar no Quartel-General pelos ferimentos que o postraram, e provavelmente condoera-se da sorte do seu chefe e daí a sua cólera.

O general Barreto, posto que habituado a ser obedecido pelos seus inferiores, pode medir desde logo todo o perigo do momento e preferiu prudenciar, tendo em vista a maneira por que lhe fora dado aquele comando, supondo erroneamente o Governo poder contar ainda com a sua dedicação; tendo, por outro lado, contraído compromissos com os revolucionários, desde que, por meu intermédio, se propusera aliar-se a eles, acrescentando que a própria força laborara no mesmo engano do Governo.

Diante, pois, de tão embaraçosa situação ou teria de confessar a verdade do que ocorria, e, nesse caso, destituir-se do comando, o que seria vexatório para si e quiçá o

sacrifício da revolução, ou manter a posição com esperança de melhor solução, embora suportando resignado a desconfiança que tão dolorosamente o feria!

E a esse ato de acertada prudência devemos, talvez, o triunfo da revolução, cujo efetivo de forças regulava metade da brigada mista, incluindo nesta a ala esquerda da Polícia do Rio.

O triste incidente que aí fica fielmente descrito passou-se junto a mim e à frente do esquadrão do meu comando.

#### I V

No começo do capítulo XII — diz o informante:

“Afirmava este oficial (referindo-se ao alferes aluno Augusto Cincinato de Araujo) que recebera e dera entrada nos aposentos particulares do general Deodoro, na madrugada de 15 ao capitão Hermes da Fonseca, Pedro Paulino da Fonseca, general Mena Barreto, etc., etc., que conferenciaram com o velho soldado.”

Quanto ao general Mena Barreto, se, como parece, o informante refere-se ao então capitão M. Barreto, é um equívoco, que convém corrigir: Mena Barreto, durante toda a noite de 14 e madrugada de 15 não deixou o quartel do 1.º e 9.º regimentos de cavalaria.

#### V

O capítulo XIII constitui a narrativa manuscrita de Quintino Bocaiuva.

Pelo respeito que devemos à memória do ilustre propagandista e pela maior consideração que sempre mereceram as suas produções, reli com a devida atenção as suas expansões relativas a Deodoro, Benjamin Constant e Solon, no magno acontecimento que faz objeto deste trabalho, e prosseguindo no cumprimento do dever que a consciência me impõe, passo a refutar e comentar diversos trechos da interessante narrativa, sempre no propósito de servir fielmente ao historiador.

Fala Bocaiuva:

“Ainda em presença dos Srs. visconde de Ouro Preto e de outros membros do Ministério e do marquês de Paranaguá, o general Deodoro declarou ao Presidente do Conselho de Ministros que as forças não se dispersariam sem que ele, general, se entendesse com o Imperador.”

Este fato é destituído de importância por se ter verificado que Deodoro não se entendeu com o Imperador, apesar do apregoado compromisso contraído em presença de tantas entidades eminentes!

Ressalta do que acabamos de ler e, evidentemente, não escapará ao leitor atento a preocupação perseverante do ilustre chefe no propósito de obscurecer as glórias do fundador da República.

Para isso, o amestrado publicista, muito jentosamente, dá a Deodoro o papel de desorientado e até de arrependido no momento decisivo e chama a si a glória de haver vencido o heróico soldado na difícil conjuntura. É o que se evidencia de tudo quanto tem escrito Bocaiuva sobre o assunto, como o demonstrarei adiante.

Prossegue Bocaiuva:

“O general Deodoro, cuja bondade de coração e de patriotismo não pode ser posta em dúvida, apesar do compromisso tomado para fundação do novo regime, parecia mostrar-se um tanto dúbio, ou por tibieza, ou movido por algum sentimento de íntima gratidão ao velho monarca brasileiro.”

Irriquietos estavam os grandes batalhadores do estabelecimento da República.

“Constantes e entusiásticos eram cada vez mais os vivas erguidos à República e o general parecia vacilar causando com isso certa estranheza na tropa e naqueles que dedicados e convictos ali se reuniram dispostos a sacrificar a própria vida em defesa do ideal republicano.”

A atitude do General parecendo hesitar no momento decisivo sobre o fim a que se propôs chefiando o movimento revolucionário que ele próprio caracterizou desde a memorável reunião dos chefes republicanos convocada por sua autorização e meu intermédio e realizada em sua casa, quatro dias antes, tem a sua explicação natural, como vamos ver:

O momento supremo era gravíssimo e devia impressionar principalmente a ele, sobre quem pesava a mais tremenda das responsabilidades como chefe da revolução.

A transformação que se ia operar nas instituições do país por um movimento que em verdade teve tanto de precipitado quanto de audacioso, não podia deixar tranqüilo o espírito de Deodoro que, dotado de bom coração e reconhecido como era ao velho monarca, tinha forçosamente de preocupar-se com a sorte que lhe preparavam. O golpe era mortal e devia ferir fundo a alma magnânima do heróico soldado; sejamos justos.

Compreende-se, entretanto, a sofreguidão que dominou por momentos o espírito dos republicanos e sobretudo do seu chefe naquela emergência, quando se lhes afigurou possível a não realização do sonhado ideal; uma vez, porém, que se viram livres desse pesadelo pelo triunfo da revolução, é muito para lamentar que o ministro do Exterior do Governo Provisório seja o único que ainda se preocupe com o incidente.

Vê-se, portanto, que a *dubiedade e vacilação atribuídas* a Deodoro e que continua a impressionar Bocaiuva, não tem a importância que sistematicamente ele dá, *máxime* depois da revolução vitoriosa.

E para bem julgarmos do móvel que determinou Bocaiuva a tão infeliz alvitre, passemos em revista acontecimentos referentes à sua vida pública no domínio republicano e fatalmente chegaremos a esta triste conclusão: ele deve a si próprio a decadência progressiva do seu prestígio em consequência de muitos erros cometidos e, no afã de recuperar a posição perdida, procurava elevar-se, mesmo com prejuízo do Deodoro.

É mais um erro que veio agravar a sua situação no fim da vida.

A queda do seu prestígio começou pelo desastre da embaixada que o levou ao Rio da Prata afim de dar solução à questão de limites que tínhamos com a Argentina.

Depois, o país observou contristado, no decurso de cerca de 22 anos, demonstrações seguras de que ao ilustre propagandista faleciam os predicados mais necessários à boa direção dos negócios públicos.

Efetivamente, a sua ação, quer como ministro do Governo Provisório, quer como senador Federal, como presidente do seu Estado Natal, vice-presidente do Senado em exercício e, finalmente, quer como presidente do P.R.C., não correspondeu à expectati-

va de quantos desejaram julgá-lo na altura das brilhantes teorias pregadas durante a propaganda; muito ao contrário, apressou a sua decadência moral.

Em relação à última fase da sua vida pública, então, foi uma lástima...

É necessário dizer toda a verdade ao país, sem mais considerações.

Bocaiuva tornou a atividade política deixando o retiro para onde o levaram desilusões e desgostos e donde jamais devera ter saído.

Esse era o verdadeiro estado do seu espírito, posso afirmá-lo sem receio de contestação; ele próprio o revelava, em desabafos com amigos.

## V I

Comprovando o que se acaba de ler, vou reproduzir aqui duas cartas do próprio punho de Bocaiuva ao marechal Mena Barreto, precedidas de uma outra deste, oferecendo-me esses dois documentos de subido valor histórico.

Vejamos:

“Rio, 21 de outubro de 1912.

“Meu caro parente e amigo general Sebastião Banderia. — Notando o teu perseverante empenho de pugnares sempre pela verdade, quando se trata de coleccionar apontamentos necessários ao esclarecimento da História, relativamente à transformação por que passou o nosso país em 1889, e apologista sincero da elevação de teus intuitos nestes tempos de ambições descomedidas e tristes desilusões, ofereço como auxílio às tuas investigações as inclusas cartas do grande propagandista e emérito republicano Quintino Bocaiuva.

São dois documentos preciosos que, em plena República, revelam o estado lutooso da alma do grande brasileiro.

Que a Providência ilumine o espírito patriótico que te anima e consigas que os teus esforços sejam coroados do melhor êxito, é o que de coração deseja o: — Teu primo e amigo — marechal *Mena Barreto*. ”

(1ª carta). “Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1900. Prezado general e amigo — Recebi a sua carta e não necessito dizer-lhe quanto ela me foi grata. Sabe que entre todos os colaboradores da fundação republicana em nossa Pátria sempre lhe reservei na minha estima e na minha confiança um lugar especial e que o recordo também sempre com amizade e gratidão. Por muitos motivos poderosos eu já devia estar jubilado e fora da atividade política — já estava até quase na esfera da vida privada, quando fui surpreendido e forçado pelas circunstâncias a aceitar o posto de Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Desejo sinceramente que seja esse o derradeiro estádio da minha carreira política e não levanto para o outro cargo mais elevado e mais árduo nem os olhos nem a ambição, por mais que a generosidade de alguns amigos e a suspeita de outros insistam em dar-me o caráter de um Pretendente — que nunca fui nem sou. Em todo o caso, sou grato à sua confiança e prezo a sua amizade, sabendo quanto são sinceros os seus sentimentos para comigo. Ambos estamos envelhecidos e não poucos desencantos temos tido. Da minha fraca cooperação pode a República prescindir, sem prejuízo; da sua espada, porém, é que ela não pode ficar desamparada, porque ela será sempre o que foi no dia 15 de novembro de 89, quando tive a honra de achar-me ao seu lado, corren-



do o mesmo risco e assumindo a mesma responsabilidade perante a Pátria e perante a História — Seu afetuoso amigo e correligionário, *Q. Bocaiuva.*”

(2.<sup>a</sup> carta). “Petrópolis, 12-8-901. Estimado correligionário e amigo general Mena Barreto — Respondo à sua afetuosa carta, na qual senti vibrar, com a mesma antiga energia, o sentimento republicano do meu bravo e dedicado companheiro da jornada de 15 de novembro de 1889. Meu caro amigo, tudo quanto posso e tudo quanto devo dizer-lhe sem amargor mas com profunda amargura é que vejo a nossa República envolvida na caligem de uma atmosfera escura e pesada — como nos pródomos de uma tempestade! A Nação inteira parece agonizar; desapareceu de todos os espíritos a fé e a esperança — e no naufrágio das crenças parece afundarem-se igualmente com elas os caracteres e as virtudes que únicos poderiam salvar-nos.

Pela minha parte, embora ocupando (e com grande sacrifício) um posto oficial, conservo-me propositalmente fora dos conselhos e dos conciliábulos políticos. Não tenho hoje senão uma aspiração — a de enterrar-me na obscuridade do meu lar, de tal sorte que o meu nome nem possa mais ser lembrado senão no registro do obituário — quando chegue a minha hora.

Vejo como o meu amigo terá visto figurar o meu nome na lista dos *pretendentes* ao cargo de Presidente da República. Figuro, porém, a contragosto, porque sendo ainda *um homem público* estou no caso das *mulheres também públicas*, das quais todos se podem dizer donos. A verdade, porém, é que não sou nem desejo ser candidato, e que ante a hipótese de *poder ser eleito* tremo de pavor mais do que se estivesse para subir os degraus de um cadafalso. Estou velho, desalentado, desencantado — não tenho ressentimentos nem ambições ou pretensões. Como republicano e como patriota sou hoje acessível a dois únicos sentimentos — o da tristeza e da vergonha.

Como creio em Deus, para ele apelo porque só dele espero a salvação da Pátria e da República.

Aperta-lhe a mão o velho correligionário e amigo. — *Quintino Bocaiuva.*”

Eis aí a confirmação cabal do que afirmei!

É a própria vítima que não podendo sopitar a paixão que o atormenta, vem confessá-la em documento escrito ao correligionário e amigo como lenitivo a sua dor!

Ao leitor os merecidos comentários.

## VII

Candidato novamente à senatória pelo seu Estado, Bocaiuva sofreu tremenda derrota; não obstante, a Nação assistiu envergonhada ao seu reconhecimento!...

Prontamente tomava assento numa cadeira que a própria consciência reconhecia pertencer ao seu competidor!

A esse ato de humilhação revoltante não se fizeram esperar as conseqüências mais tristes.

Assistimos penalizados ao fato do eminente propagandista escravizar-se, gostosamente, ao que parece, aos menores caprichos do mais funesto dos políticos da República, e nessa posição infeliz prestar-se a cooperar eficazmente para a obra destruidora da ruína da Pátria!

Do exposto conclui-se que a situação nada invejável a que o Patriarca se submeteu satisfeito desde a sua volta à atividade obedeceu infalivelmente a grande interesse e esse não podia deixar de ser o objeto de suas cogitações desde a proclamação da República, o mesmo ainda que em momento de desânimo o afastara da política, ralado de desgostos — a Presidência da República.

Para ver realizada a suprema aspiração ele mostrava-se disposto a não medir dificuldades, pondo de parte toda a sorte de considerações.

Nessa disposição de espírito, não existindo mais o fundador da República, nem o seu grande auxiliar Benjamin Constant, surge a público a surpreendente novidade de pertencer a Bocaiuva e não a Deodoro a maior glória conquistada a 15 de novembro, e para facilitar o triunfo da ousada propaganda chegou-se até a afirmar que Deodoro dera vivas ao Imperador quando saia triunfante da Secretaria da Guerra!!!...

## VIII

Quando em outubro de 1898 tive de contestar a *Suetônio* que pelo *Jornal do Comércio* escrevera a biografia de Bocaiuva em extenso artigo, deixando ver a habilidade do seu autor, no qual artigo atribuía-se ao biografado influência decisiva na proclamação da República, lamentando eu, na redação do *Jornal*, que o autor do exímio trabalho ocultasse o seu nome sob o pseudônimo de *Suetônio*, foi com grande surpresa que adquiri ali a certeza, por informação segura, quem era *Suetônio*, quem escrevera o artigo, e o que é mais para admirar, que ele fora feito por apontamentos fornecidos pelo próprio Bocaiuva e ainda revisto por ele, antes de publicado!

Nessa época já contávamos nove anos de República e o glorioso propagandista, posto que de resignação aparente já lhe amarguravam a alma as preterições que sofria na sua mais alta aspiração.

La começar o 3.<sup>o</sup> período presidencial, que seria exercido ainda por um republicano histórico e de serviços reais, é verdade, mas ficava assim em plano inferior o chefe supremo da propaganda...

Compreende-se que o seu amor próprio deverá sofrer em conseqüência e que tais sofrimentos foram se agravando mais e mais diante do esquecimento cruel a que parecia condenado: os novos candidatos foram se sucedendo na presidência até o 6.<sup>o</sup> quadriênio...

Havemos, porém, de convir que nenhuma dessas preterições teria sofrido o ilustre chefe, se efetivamente se devesse a proclamação da República à *sua influência decisiva*.

## IX

É tempo de tornarmos à narrativa de Bocaiuva:

“Entre todos quantos tomaram parte na revolução de 15 de novembro nenhum foi mais abnegado do que o general Solon:<sup>10</sup> nenhum exerceu mais decisiva influência na proclamação da República do que ele.”

O modo sentencioso por que o ilustre chefe classifica a conduta de Solon em relação aos demais companheiros militares que tomaram parte na revolução, não admite objeções.

Senhor, porém, dos fatos e compenetrado da imparcialidade que devo e posso observar sem consideração de qualquer ordem, sou obrigado a divergir da sua opinião, sentindo sobremodo que o restabelecimento da verdade tenha forçosamente de diminuir o brilho exagerado com que foi adornado o papel, aliás importante, que coube ao malgrado companheiro de jornada.

Não podem os revolucionários reconhecer a autoridade que se arroga o ilustre chefe para aquilatar com justiça da conduta dos oficiais da 2ª brigada que tomaram a iniciativa do movimento e o impulsionaram por inspiração própria e antes mesmo de poderem contar com o concurso de Solon e do próprio chefe propagandista.

Portanto, o maior abnegado e de influência decisiva maior dentre todos quanto tomaram parte na revolução que nos deu a República não foi nem podia ser conhecido de Bocaiuva. A revolução nasceu e desenvolveu-se nos quartéis, e ali não penetrou o ilustre chefe, nem ninguém por ele.

Já disse em 1898 pelo *Jornal do Comércio* e repito agora: não foi sem dificuldade que, auxiliado por Benjamin Constant, conseguimos convencer o general Deodoro, a 11 de novembro, em sua residência, da conveniência de entrarmos em combinação com os chefes republicanos, e desse fato foi testemunha presencial o seu sobrinho capitão Hermes R. da Fonseca.

A repulsa francamente manifestada por Deodoro, a princípio, não querendo admitir *paisanos* (como dizia) no movimento, não deve causar estranheza a quem conhecia o seu espírito militar, até então devotado exclusivamente à sua classe.

Retomando, porém, o assunto em questão, passo a apontar fatos em apoio da contestação que merece o juízo de Bocaiuva quanto a Solon, lamentando não ter tido ocasião de fazê-lo em vida deste saudoso amigo.

Solon, podendo tomar parte no início do movimento, esquivou-se de fazê-lo, apesar de solicitado; por isso, a oficialidade que visitou incorporada o general Deodoro na noite de 17 de outubro de 1889, não pode contar com ele. O mesmo se deu na manifestação que a oficialidade levou a B. Constant, no dia 26 de outubro, na Escola de Guerra, quando discursaram Mena Barreto, Saturnino Cardoso e Tasso Fragoso a propósito da brilhante atitude de Benjamin em discurso que proferiu na Escola Militar da Praia Vermelha, em presença do ministro da Guerra e dos oficiais chilenos, que nos visitavam, sendo ainda nessa ocasião que Euclides Cunha, que era aluno, quebrou a arma que empunhava, achando-se em forma, por não poder dominar a cólera que o revoltava contra o Governo.

Outro fato:

Tendo Solon entregue a B. Constant, por incumbência dos revolucionários da 2ª brigada, o *pacto de sangue* que eles haviam subscrito na reunião que fizeram à noite de 11 de novembro, na rua de S. Cristóvão, negou apesar disso a sua assinatura a tão valioso documento.

O malgrado amigo, pelo seu modo de agir, fugindo à responsabilidade de atos que o pudessem comprometer durante a conspiração, não conseguiu jamais impor-se à

confiança dos seus companheiros e comandados. É uma verdade que nos entristecia de-veras. E para que não se me possa averbar de suspeito assim me externando, reproduzo aqui um documento significativo, redigido e assinado por Solon, cópia fiel do original em arquivo no 1.º regimento de cavalaria: é o ofício n.º 756, de 29 de outubro de 1889, dirigido ao comando da 2.ª brigada:

“Com a tranquilidade de espírito que caracteriza as ações nobres e justas passo, em satisfação ao convite de V. Exa., a prestar as informações relativas ao fato de terem os oficiais deste regimento ido à Escola Superior de Guerra cumprimentar o Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Segundo V. Exa. o sabe, este ilustre preceptor da mocidade acadêmica desde o tempo em que cursou a Escola em que hoje é lente, sempre gozou da estima daqueles que nessa época se encarregaram de iluminar-lhe o espírito, de todos os seus colegas e daqueles que tinham ocasião de tratar consigo, pela sua amenidade de trato, severidade de caráter e manifestação do futuro daquele cérebro que hoje orgulha todos os brasileiros.

Depois de formado naquela Escola, seu nome tem sido acatado não só pelos seus companheiros de armas, mas também pelos poderes públicos e até por Sua Majestade Imperador, que lhe dispensa grande consideração, aliás bastante justa, porquanto tem ele consagrado grande parte de sua vida à educação moral e intelectual de grande número de oficiais do Exército, que são hoje o ornamento da classe.

Julgo-me bastante autorizado, pela conversação que tive com alguns oficiais que tomaram parte em tal manifestação, a declarar que o seu único fim foi de, em caráter puramente particular, cumprimentarem aquele vulto proeminente do nosso Exército, sendo o motor desse movimento de oficiais, tanto deste regimento como de outros corpos, a gratidão que por todos os respeitos lhe devem, talvez exaltada pela imponência de sua abalizada palavra numa saudação aos oficiais chilenos na festa em homenagem aos mesmos realizada na Escola Militar da Corte.

Cumpre-me, entretanto, corrigir a notícia que deu o caráter de incorporação dos oficiais que foram à aludida manifestação, pois que foram eles se reunir na Escola Superior de Guerra, aguardando o termo da preleção que, na aula, tão dignamente regida, fazia aquele ilustre mestre.

É o que posso informar a V. Exa., não sendo mais minucioso por não ter sido feita tal manifestação em hora que eu me achasse no quartel, pois que, a convite de V. Exa., tinha ido assistir a uma missa na igreja do Carmo e depois ao cumprimento à Família Imperial. — *Frederico Solon de Sampaio Ribeiro*, major comandante interino.”

A ilusória informação que se acaba de ler desagradou e mereceu justas censuras dos oficiais. A manifestação a B. Constant foi um ato público e todos os oradores, inclusive o homenageado, deixaram clara a animosidade que se levantava contra o Governo, sendo, portanto, inexato que *alguns oficiais* o tivessem autorizado a dar semelhante informação.

Solon finaliza dizendo não poder ser mais minucioso porque a manifestação realizara-se na sua ausência, quando se achava, a convite da autoridade, na igreja do Carmo assistindo a uma missa e depois ao cumprimento à Família Imperial.

Esta confissão espontânea acentua o modo de ser do então comandante interino do 1.º regimento de cavalaria e justifica a nossa apreciação a seu respeito.

Convém acrescentar que a missa a que Solon alude, para a qual não conseguiu levar os seus oficiais, fora mandada rezar pela Família Imperial em sufrágio da alma de D. Luís, o Rei de Portugal.

Era corrente entre os conspiradores que Solon só se aliou aos companheiros depois de adiantados os trabalhos, quando mesmo já seria difícil retrocederem.

Entretanto, os serviços por ele prestados mais tarde, aliás valiosos, jamais foram desconhecidos. Foi o único oficial superior arregimentado que tomou parte ativa no movimento.

Com respeito à excepcional abnegação, apontarei fatos em contrário.

Para julgar melhor do que Bocaiuva o meu saudoso parente e amigo, é bastante ponderar que as nossas relações datavam de 1863, quando começamos a servir juntos, e mais se estreitaram na campanha do Paraguai, servindo ainda juntos, e sempre na melhor harmonia.

Bem compreendo o desgasto em que vou incorrer e as desafeições que me virão em consequência. Paciência. Colecionando apontamentos para a História, não faço distinção entre amigos e desafetos; assim tenho sido e continuarei assim em perfeita harmonia com a minha consciência, a despeito de tudo.

Vejamos, porém, os fatos.

Proclamada a República, vimos o major Solon elevar-se vertiginosamente. Foi logo promovido a tenente-coronel, obtendo uma antigüidade que o colocou acima do então tenente-coronel João da Silva Barbosa; governou, pouco depois, o Estado de Mato Grosso; fez-se Deputado Federal pelo mesmo Estado e alcançou o primeiro posto de general do Exército apenas decorridos dois anos, quatro meses e vinte e dois dias desde 15 de novembro!

Singular abnegação!...

O fato em que Bocaiuva baseia a sua opinião parece ter sido mal compreendido, porque na verdade não tem fundamento, como o demonstrarei ao enfrentá-lo.

Fazendo o melhor conceito do critério e severidade que outrora presidiam aos atos do ilustre chefe, eu teria tomado as suas apreciações generosas sobre o saudoso general Solon como um ato de gentileza própria do seu cavalheirismo e fina educação, ao dirigir-se à respeitável viúva de Solon, em carta, se este documento tivesse vindo à luz, contra a sua expectativa.

É pois infundado o juízo externado sobre Solon, não só em relação à sua maior abnegação, como à maior influência na proclamação da República, sobre cujos conceitos mais adiante reforçarei os meus argumentos.

Todavia, não é lícito ocultar que deve-se a Solon a precipitação do movimento que explodiu nos quartéis da 2.ª brigada a 14 de novembro, em consequência do estratagemas que ele usou, talvez como um balão de ensaio, e que na verdade não passou de uma balela, conforme se verificou mais tarde, mas que felizmente produziu o melhor resultado.

Reproduzirei o episódio como ele se passou:

O grito de alarma fora levado aos quartéis, ao anoitecer, pelos alferes Joaquim Inácio B. Cardoso e Manoel Joaquim Machado, a mandado de Solon, que encontrando-se à rua do Imperador, proximidades dos corpos da 2ª brigada, afirmou-lhes que a *Policia e a Guarda Negra* iriam atacar os quartéis; que voltassem ao quartel a providenciar para que o 1.º e 9.º regimentos de cavalaria estivessem prontos à primeira voz e fizessem avisar com urgência os oficiais.

Convém notar que Solon partiu incontinentemente para a cidade, antes de conhecer o efeito da bomba explosiva que ele mandara jogar no paiol, e só mais tarde, em adiantada hora da noite e quando já era conhecida de todos a sublevação da brigada, foi que ele reapareceu procurando o comandante do 1.º regimento, tenente-coronel João Batista da Silva Teles, sendo seguido de perto dos oficiais que ansiavam por notícias de Deodoro e do que ocorria na cidade.

Dirigindo-se ao comandante Teles na sua sala de visitas, Solon pede-lhe uma conferência reservada, e ao começá-la foi inopinadamente interrompido por manifesto descontentamento dos oficiais que pelo órgão de Mena Barreto e outros protestavam contra a estranha reserva naquele momento.

Contou-nos então qualquer coisa de somenos importância, não conseguindo porém tranquilizar de todo os companheiros, em cujo espírito despertava amiudadas desconfianças pelos mistérios que envolviam os seus atos.

Em seguida ausenta-se novamente Solon, para só tornar ao quartel pelo amanhecer de 15, sendo para notar que já era positivamente de revolta a situação dos corpos da 2ª brigada, portanto na expectativa de uma ação repressora por parte do Governo durante a agitada noite de 14.

## X

Continua Bocaiuva:

O que o então major Solon disse no exaltamento do seu entusiasmo ao marechal Deodoro, quando este voltou a colocar-se à frente das tropas, depois de haver intimado a demissão do Ministério Imperial, foi que não embainhava a sua espada antes de proclamada a República.

É provável terem sido mal compreendidas por Bocaiuva as palavras de Solon a Deodoro. Solon, conhecedor dos preceitos da disciplina militar, não seria capaz de dirigir-se desse modo ao seu general, mesmo no *exaltamento do seu entusiasmo*, porque tais palavras envolviam censura e imposição, que Deodoro absolutamente não toleraria, nem ousaria fazê-lo, em qualquer situação, o Major Solon.

Só se concebe a hipótese admitindo-se que Deodoro houvesse roto o compromisso contraído poucos dias antes e decidia-se a sacrificar os seus amigos.

Neste caso, porém, faltaria fatalmente ao major Solon autoridade e força para subordinar à sua exigência o general de maior prestígio dessa época, único capaz de tamanha audácia, qual a de surpreender a Nação, inclusive a maioria dos republicanos, com a transformação realizada a 15 de novembro!

Sejamos justos: Deodoro jamais faltou aos seus camaradas com a lealdade e franqueza — qualidades predominantes do seu caráter; nem Solon se aventuraria a provocar um conflito em momento tão crítico.

Conclui-se, portanto, que Bocaiuva ainda desta vez foi vítima de equívoco pelo menos.

“Como eu estava a seu lado, acrescenta Bocaiuva, e me recordo do incidente (referindo-se ainda a Solon e ao mesmo assunto), não duvido descobrir-me a mim próprio confessando que *fui o instigador desse movimento* (o grifo é meu) por circunstâncias que alguns conhecem, mas que eu peço licença de guardar em reserva.”

A singular revelação de Bocaiuva, dizendo-se o instigador do movimento que Solon executou e fazendo reserva quanto às circunstâncias que o levaram a esse ato, talvez por irreflexão, despertam suspeitas que seria bem melhor evitar depois de precedentes comprometedores dos seus escrúpulos.

“Devo, porém, declarar (prosseguindo) que essa instigação da minha parte não procedeu de desconfiança que pudesse mariar a lealdade do bravo e ínclito soldado, cujo nobre e patriótico espírito, *a cuja gloriosa espada e ânimo resolutos, devemos, nós os republicanos, o êxito da revolução e a proclamação da República.*” (O grifo é meu.)

A explicação que se acaba de ler, sobretudo na parte em que o ilustre chefe confessa deverem os republicanos à gloriosa espada de Deodoro e ao seu ânimo resolutos o êxito da revolução e a proclamação da República, está em flagrante contradição com outros conceitos externados por Bocaiuva, parecendo ceder agora à voz da consciência pugnando pela verdade histórica.

Uma tal confissão, sendo sincera, dispensaria mais comentários a respeito desse assunto e estaria de perfeito acordo com o que ele mesmo fizera oito dias antes de proclamada a República, na reunião memorável realizada na residência de Benjamin Constant, respondendo a Mena Barreto quando este lhe dizia que o Exército ia fazer a República e o concitava a auxiliá-lo, presentes Benjamin e Solon: *E se o Exército não a fizer, iremos ao terceiro, quarto e quinto reinados.*

## X I

Prosegue Bocaiuva:

“Quanto à recusa do Ministério da Guerra por Solon, quem a recebeu fui eu próprio.”

Em seguida refere ocorrências diversas havidas nas vésperas da revolução, dentre as quais destacarei estas:

“Confabulávamos os três (Bocaiuva, Benjamin e Solon) sobre o movimento projetado e sobre a conveniência de fixar o dia do pronunciamento por nos parecer a mim e ao major Solon que a demora nos poderia ser fatal”. (Bocaiuva.)

Merece detida atenção o receio de fracasso que mostra Solon.

Não tendo Bocaiuva e Solon concordado com Benjamin Constant quanto ao dia do movimento, que este marcara para 17, diz Bocaiuva que fora deliberado, entre Solon e ele, que, apesar do recado de Benjamin e da prostração do marechal Deodoro,

por enfermo, o movimento se efetuaria no dia seguinte (15) ficando o major Solon incumbido de determiná-lo.

“Ao meu ilustre amigo Dr. Benjamin Constant, de gloriosa e saudosa memória, mandei então dizer que era tarde, que a revolução teria lugar no dia seguinte, fosse qual fosse o resultado.” (Bocaiuva.)

Vejamos porque e em que condições Solon recusou a pasta da Guerra:

Diz Bocaiuva que recebera carta branca de Benjamin para organizar o governo revolucionário com os amigos que ele escolhesse. Nesse propósito conversara com Solon, indicando-lhe os nomes dos republicanos que ia propor, dizendo-lhe nessa ocasião que não podendo o marechal Deodoro, por enfermo, exercer o Ministério da Guerra, ficava sendo Chefe do Governo, sem pasta, e que então bem podia ele major Solon ficar com o Ministério da Guerra, e acrescentou Bocaiuva: “Foi então que dirigindo-se Solon a mim familiarmente e sorrindo, me disse: *Meu caro, não sabemos ainda o que dará tudo isto; o meu lugar é na fileira para sustentar a República, se ela for ameaçada.*” (O grifo é meu.)

Comentemos o fato a que se deve atribuir a apreciação de Bocaiuva destacando Solon dos demais companheiros, por abnegado.

O convite de Bocaiuva a Solon para ministro da Guerra, antes da revolução, cuja sorte os impressionava tanto, não devia agradar; aproximava-se o momento crítico e a aventura era muitíssimo perigosa, sobretudo para quem se habituara a agir com as maiores cautelas e astúcia, de modo a não afrontar responsabilidades.

Assim explicam a esquivaça de Solon quantos o conheciam melhor que Bocaiuva.

É claro, portanto, que Solon recusando ser ministro naquela ocasião, foi simplesmente cauteloso.

O próprio Solon corrobora o que venho de afirmar pelas alegações de que se serviu, dizendo: “não sabemos ainda o que dará tudo isto; o meu lugar é na fileira para sustentar a República, se ela for ameaçada!”

Começa deixando transpirar a dúvida e receio que tanto o preocupavam pelo desfecho da revolução — e isto constitui o único motivo verdadeiro da sua recusa — e termina procurando encobrir suspeitas que pudessem despertar a sua primeira alegação, propondo-se a uma bravata evidentemente ridícula, qual a de sustentar uma República que não existia!

Não! o ilustre chefe Bocaiuva interpretou mal o ato do saudoso amigo. Não se é abnegado sem fatos que o comprovem: quando porém estes provam justamente o contrário, como neste caso, segundo a demonstração que já dei enumerando as vantagens tantas que Solon alcançou no pequeno período de dois anos, 4 meses e 22 dias, desde o advento da República, não é injusto portanto duvidar do critério de quem aventurou um tal juízo.

## XII



de novembro para o movimento, nem que houvesse sido deliberado por Bocaiuva e Solon que seria o dia 15, *fosse qual fosse o resultado*, como o afirma o ilustre chefe.

A revolução dá parabéns à sua sorte por lhe haverem ocultado, talvez propositalmente, a estranha deliberação, pois seria naturalmente contraproducente o resultado obtido, uma vez conhecida pela brigada a ousadia de pretenderem jogar com os seus destinos entidades em quem ela jamais reconheceu autoridade para tanto, apesar da muita consideração que lhe mereciam.

O fato referido, por si só, deixa ver o erro em que laboravam esses dois aliados, procurando iludir-se reciprocamente.

Ainda com relação a Solon, não há negar, deve-se o triunfo da revolução, entre outros motivos poderosos, à precipitação do movimento realizado. Vejo, porém, com estranheza, da narrativa de Bocaiuva, que ele ignorava o motivo que alarmou o espírito de Solon e determinou a explosão, com surpresa de muitos: foi indubitavelmente a denúncia, de que teve pronto conhecimento Solon, dada reservadamente pelo tenente Martiniano José Alves Ferreira, e de que já tratei pelo *Jornal do Comércio* de 28 de julho último, a qual descobria o ato do ajudante-general, propondo ao Governo, como medida urgente, a transferência de dois oficiais da 2ª brigada, que lhe pareciam os principais agitadores, sendo um o capitão Mena Barreto.

Posso assegurar ao ilustre propagandista que o outro oficial não era o major Solon, como é fácil de verificar, no arquivo do Quartel General daquela época. Esta circunstância não é para desprezar, pela luz que projeta sobre a personalidade de Solon, em discussão; sendo oportuno lembrar o que já deixei registrado: “Solon despertava amiudadas desconfianças no espírito dos companheiros, pelos mistérios que envolviam os seus atos”.

Tais precedentes autorizam a presunção de que tivesse havido proposto por parte de Solon, em deixar de dar ciência ao seu aliado do episódio alarmante, afim de, por egoísmo, lhe ocultar a importância.

Não era, pois, sem justa razão o receio de fracassar a revolução que tanto impressionava Solon e Bocaiuva, depois do dia 11 de novembro.

### XIII

O capítulo XIV, até o XVII inclusive reproduz três artigos que escrevi no *Jornal do Comércio*, em outubro de 1898, sob a epígrafe “Quintino Bocaiuva”, e que tirados em folhetos pelo mesmo *Jornal*, circulam sob o título “Quinze de Novembro – Constatção a Suetônio”.

Mantenho tudo quanto contém essa publicação, por exprimir a verdade.

### XIV

No capítulo XIX diz o Sr. coronel José Bevilaqua em carta, referindo o que ocorreu com o então major Lobo Botelho:

“Este oficial teve um desmaio ao entrar no Campo de Sant’Anna, caindo do cavalo foi carregado para fora”, etc., etc.

Retifiquemos os enganos, já que se trata de apurar a verdade dos acontecimentos em discussão.

O major Lobo Botelho não foi acometido de desmaio ao entrar no Campo de Sant’Anna; não caiu do cavalo, nem foi carregado.

O que ocorreu foi o que já relatei nesta publicação e reproduzirei aqui, por me parecer necessário:

Na ocasião em que a 2ª brigada tomava posição em linha no prolongamento do gradil, frente para o Quartel-General, Lobo Botelho colocara o seu regimento em posição diametralmente oposta, junto ao referido edifício, e logo chamada a sua atenção para a inconveniência que acabava de cometer, deixou o comando, a arbítrio próprio, pretextando doença, e retirou-se num tálburi, se bem me recordo.

Acrescenta o Dr. Bevilaqua:

“Na publicação a que respondo vem citada uma informação do Sr. general reformado Sebastião Bandeira, então tenente, em que esta reunião dos civis é *convictamente apresentada à História como resposta à denúncia que ele recebera* de ter sido planejada pelo Governo a remoção do então capitão Mena Barreto para fora desta guarnição...”

A estranheza do Sr. Bevilaqua, acompanhada de malfazejas reticências, obriga-me a relatar fielmente todo o ocorrido, tornando público fatos que eu preferiria continuassem ocultos, por me dizerem respeito.

Vejamos.

Seriam aproximadamente 10:30 horas da manhã do dia 11 de novembro de 1889 (o dia rico de episódios interessantes) quando, encontrando-me na cidade com o então tenente Martiniano José Alves Ferreira, do estado-maior de 2ª classe, empregado do Quartel-General do Exército, informou-me reservadamente que fora proposta pelo ajudante-general ao Governo a transferência para Mato Grosso dos dois oficiais que ele general julgava os principais agitadores da 2ª brigada, sendo um o capitão Mena Barreto.

Não podendo duvidar do risco a que se expunha a revolução uma vez realizada a medida proposta, apressei-me a dar conhecimento dela a alguns companheiros devotados à causa dentre os quais o major Solon, capitão Mena Barreto e o alferes Joaquim Inácio.

Tornando logo a cidade, dirigi-me à residência de Benjamin Constant, a quem in-teirei da novidade. Em seguida expus com a máxima franqueza a má impressão que me absorvia e declarei que o único meio de evitarmos o desastre, que fatalmente acarretaria a retirada desses dois oficiais no momento, era precipitar a revolução; mas para isso convinha houvesse antes reunião dos chefes republicanos em casa do general Deodoro.

Nessa ocasião Benjamin estranhou que eu pretendesse essa reunião antes de consultar o general.

Insisti mais duas vezes por essa necessidade urgentíssima e, deixando patente o estado aflitivo do meu espírito pela gravidade da situação, lembrei a boa disposição do general, sempre pronto em nos acompanhar, e só então consegui o seu assentimento, como aliás era de esperar daquela alma generosa.

Consultando o relógio em seguida, disse-me Benjamin: ‘Pois bem, é meio-dia, tenho que ir à Gávea; só às 2 horas poderei estar na casa do general’.

Acertei meu relógio pelo dele e despedimo-nos.

À hora aprazada, entrando em casa do general e já encontrando ali Benjamin, duvidei do meu relógio e, consultando-o acudiu ele dizendo: Está certo, eu é que me adiantei”.

Depois que saudei o general e o seu sobrinho, capitão Hermes R. da Fonseca, que presente se achava, Benjamin dirigiu-se a Deodoro e contou que eu fora comunicar-lhe o receio de fracassar o movimento em consequência das projetadas transferências, e bem assim lembrar a necessidade de reunirmos os chefes republicanos.

Nessa ocasião Deodoro o interrompe perguntando: *E o que temos nós com paisanos?!*

Graças à natural docilidade do general conseguimos persuadi-lo da vantagem da intervenção desse elemento para dar feição mais ampla ao movimento, afim de não parecer que se tratava simplesmente de uma revolta de quartéis.

Novamente dirigindo-se ao general, perguntou Benjamin se concordava que a reunião tivesse lugar em sua casa, ao que respondeu Deodoro: que ali ou em outro qualquer lugar.

Pedindo licença, eu disse ao general que, contando previamente com a sua aprovação, eu já havia prevenido a alguns desses chefes com quem estivera, que a reunião seria na sua casa. Prontamente Deodoro pôs em evidência o ânimo resoluto de que era dotado, manifestando-se de acordo, e acrescentou que naquele dia sairia pela primeira vez, depois do seu regresso de Mato Grosso, para dar um abraço em Rui Barbosa pela sua atitude no *Diário de Notícias*, em favor de nossa causa.

Interrompendo-me, declaro, que a narrativa que se acaba de ler não é transferida para aqui de memória simplesmente, mas extraída de apontamentos escritos sobre a impressão dos acontecimentos poucos dias após a proclamação da República.

Feita esta declaração, torno ao assunto.

Tratei então de outras providências de caráter urgente e grande proveito para a revolução, com aplausos de Deodoro e Benjamin, mas que, por não aproveitarem ao caso em questão, deixo de as mencionar aqui.

Despedimo-nos em seguida do general e seu sobrinho; e, ao chegarmos à porta da rua, Benjamin encarregou-me de convidar Quintino Bocaiuva e Aristides Lobo, e ajuntou: fica para mim o Rui Barbosa, porque ele não sendo ainda republicano, convém falar-lhe em pessoa; terei também de ir ao Vandenkolk e Lorena. E partimos.

Vê portanto, o eminente Sr. coronel Dr. José Bevilaqua, que era perfeitamente fundamentada a informação prestada pelo general reformado Sebastião Bandeira, quando afirmou categoricamente, em proveito da História, que a reunião dos civis, a 11 de novembro, na residência do general Deodoro, realizou-se de fato, em virtude da denúncia do tenente Martiniano Ferreira e com o deliberado propósito de precipitar a revolução.

Esta é a verdade que a História terá que registrar, a despeito das dúvidas e objeções infundadas.

## X V

Ainda no mesmo capítulo XIX li a narrativa do ardoroso republicano Dr. Sampaio Ferraz, o primeiro Chefe de Polícia que serviu eficaz e brilhantemente à República logo após a sua proclamação, e deparei com pequenos enganos, que convém corrigir.

Diz ele:

“O general Almeida Barreto saiu com a sua divisão de infantaria e se postou primeiramente em linha triangular com as forças de Deodoro, estendendo-as desde a frente da estação da Estrada de Ferro até a pequena rua a esquerda.

Deodoro não conveio com aquela posição do seu bravo companheiro de campanha do Paraguai, e, enérgico e decidido como costumava ser nos seus atos mais insignificantes, chamou logo um oficial, a quem ordenou que fosse dizer a Barreto para mudar de posição. Este, ou por não compreender o recado, ou porque achasse o terreno exíguo ao lado de Deodoro, articulou baixo algumas palavras de desacordo.

Foi então que Deodoro, em frase impulsiva e vigorosa, ordenou de novo ou viesse Almeida Barreto para o seu flanco esquerdo, ou o teria, em caso de desobediência, como adversário da revolução.

Foi belo de ver-se!!

Imediatamente o general Barreto bradava as vozes de comando e em um minuto estava estendida a sua divisão inteira no flanco esquerdo do 1º e 9º regimentos de cavalaria.

Pouco depois ocorria a trágica chegada do bravo almirante barão de Ladário.”

Explicarei a ocorrência.

A força que Almeida Barreto comandava não constituia uma divisão de infantaria, mas uma brigada mista.

A verdadeira causa do desacordo dado entre Deodoro e Barreto, a propósito da posição que este ocupava com as suas forças, já tive ocasião de explicar precisa e detalhadamente.

Essa dificuldade não cessou tão prontamente, como diz o Dr. Sampaio Ferraz, e era para desejar.

O incidente com o barão de Ladário teve lugar no momento em que as forças revolucionárias de Deodoro chegavam à praça da Aclamação, antes mesmo delas tomarem posição em linha: não podia, portanto, ter esta ocorrência sido posterior à que se deu com Almeida Barreto.

Quis a Providência que a coluna revolucionária chegasse a tempo de evitar a entrada do destemido Ministro da Marinha no edifício do Quartel-General, onde o Governo se fazia forte. Mais um minuto de atraso e a sorte da revolução ficaria dependente de combate desigual a que a obrigaria evidentemente a iniciativa do valente marinheiro.

A este fato, a precipitação do movimento operado, e, sobretudo, a presença de Deodoro pondo-se à frente das tropas revolucionárias no momento decisivo, devemos indubitavelmente o triunfo da memorável jornada de 15 de novembro.

Termo aqui a tão delicada quão espinhosa tarefa que me impus em proveito da verdade histórica.

Sinto-me tranqüilo pela isenção de ânimo que pude observar na contestação e apreciação dos acontecimentos por que passou a nossa Pátria durante a fase de agitação revolucionária até a vitória da grande causa da democracia!

Ao meu ilustre amigo coronel Ernesto Sena agradeço penhorado a oportunidade que me proporcionou de concorrer, na medida das minhas forças, para elucidar fatos relativos ao magno acontecimento histórico, de onde destaca-se imponente a figura do heróico Deodoro, o fundador da República dos Estados Unidos do Brasil.

15 de novembro de 1912. — *Sebastião Bandeira*.

Ilustre amigo coronel Ernesto Sena:

Afetuosas saudações.

Li o longo artigo publicano no *Jornal do Comércio* de 15 do corrente, assinado pelo general Sebastião Bandeira, um dos ardorosos próceres do temerário feito de 15 de novembro de 1889.

Logo no começo deste artigo contesta o ilustre general parte do que escrevestes no capítulo VIII do vosso criterioso trabalho, dado à publicidade há meses no referido *Jornal*, chegando mesmo a considerar “pura fantasia” o que se contém em alguns tópicos do aludido capítulo.

Comentando-os, diz o general Sebastião Bandeira: “O próprio cadete Abreu não seria capaz de julgar tão mal do comandante do 2.<sup>o</sup> esquadrão, a quem, além disso, cabia grande responsabilidade no movimento que se operava na 2.<sup>a</sup> brigada, desde o seu início.”

Chamando assim — nominalmente — à fala, há de permitir o meu bom amigo coronel Sena que por minha vez concorra com o meu modesto contingente para o restabelecimento da verdade, relatando o que sei sobre os acontecimentos da noite de 14 e manhã de 15 de novembro de 1889, no quartel do 1.<sup>o</sup> regimento, testemunha ocular que fui.

Deveras constringe-me tratar de assunto que me diz respeito; mas se o faço é na exclusiva preocupação de “retificar enganos”, já que se trata de “apurar a verdade dos acontecimentos em discussão”, na frase do próprio general Bandeira o que farei com a franqueza que me caracteriza e a máxima isenção.

Com o sargento Américo Cabral nenhum incidente ocorreu antes do comparecimento, nos esquadrões, do tenente-coronel comandante. Foi somente depois das ordens dadas pessoalmente por esse saudoso chefe às praças, por ocasião de sua vista, que esse inferior, seu protegido e empregado na secretaria do regimento, procurou cumpri-las, sargenteante que era do 2.<sup>o</sup> esquadrão.

Imediatamente depois dessa visita, pretendeu ele debandá-lo, de cujo intento desistiu, sem que para isso usasse eu de outros meios que não os suasórios.

Confiante nas promessas do sargento Cabral, retirei-me para o 4.<sup>o</sup> esquadrão a que pertencia, e ali ministrava instrução de tiro a algumas praças que ignoravam o manejo da clavina, quando fui avisado do que ocorria com o referido sargento.

Sem perda de tempo, me dirigi para o local indicado — pátio interno do quartel — onde se achava o sargento Cabral cercado de um grupo de oficiais, lembrando-me, dentre estes, dois capitães Mena Barreto, Godolphim e alferes Joaquim Inácio. Pedi então ao bravo e destemido capitão Mena Barreto, incontestavelmente o nosso chefe naquele momento, a liberdade de meu parente sargento Américo Cabral, por cujo procedimento futuro, em relação à nossa causa, prometi responsabilizar-me.

Lembro-me perfeitamente que esse nosso querido chefe, pousando as mãos sobre os meus ombros, disse: — “Aí o tem em liberdade; mas V. mesmo é quem o terá de fuzilar, se mais uma vez vier ele a recalcitrar.” Nesse momento foi-me entregue pelo alferes Joaquim Inácio um revólver competentemente municiado.

Retirei-me em companhia do sargento Cabral, e ao chegarmos à porta do 2.º esquadrão, disse-lhe: — Desde que V. não está de acordo conosco e sim com o nosso comandante, melhor será que vá para junto dele, pois, como vê, estamos dispostos a tudo. Aceitou Cabral o meu conselho, retirando-se para a residência do comandante, de onde só voltou na manhã de 15, para tomar parte na formatura do regimento.

Em seguida, entrei no 2.º esquadrão, concitei as praças à formatura, no que fui obedecido, permanecendo ali até as 2 horas da madrugada, mais ou menos, hora em que, por determinação do nosso bravo chefe, capitão Mena Barreto, todos os esquadrões do 1.º e 9.º debandaram para descanso.

No aludido capítulo VIII, somente em parte contestado pelo general Sebastião Bandeira, escrevestes, em referência aos oficiais que compareceram ao quartel na noite do levante, o seguinte: — “Esses oficiais, à proporção que chegavam, iam se reunindo na casa da ordem do 1.º regimento, sendo que o capitão Mena Barreto, logo após o ter se fardado, percorreu todos os esquadrões do 9.º e em seguida os do 1.º regimento, concitando-os a unidos defenderem os interesses do Exército, conspurcados pelo Governo Monárquico, terminando sempre por erguer vivas ao general Deodoro, ao Exército e à Armada.”

Realmente, tendo-se produzido o levante pelo modo por que o descrevestes no já citado capítulo VIII, os esquadrões, quer do 1.º, quer do 9.º regimentos, permaneceram formados, até depois de uma hora da madrugada, sempre sob a imediata direção dos respectivos sargenteantes. Os seus oficiais, quer comandantes, quer subalternos, só ali compareciam esporadicamente, sendo que o 3.º esquadrão, sargenteado pelo ex-aluno da Escola Militar, 1.º sargento Arnaldo Pinheiro de Sousa, nem mesmo a honra teve da visita do comandante João Teles, como tiveram os demais.

Por mera distração, aliás natural naquele difícil momento, ou por conhecer de sobra o ardor republicano do destemido ex-aluno Arnaldo, deixou o tenente-coronel comandante de visitar, como acima digo, o 3.º esquadrão. Chegando, porém, à Secretaria, determinou que viesse à sua presença aquele sargento.

— “Diga ao Sr. comandante que a distância que nos separa é a mesma”.

Foi esta a resposta do ardoroso republicano 1.º sargento Arnaldo, incidente este, como vê o meu ilustre amigo, muito mais grave do que o ocorrido no 2.º esquadrão.

E não consta que o destemido comandante tomasse qualquer providência contra aquele seu subordinado, não obstante a sua reconhecida energia e coragem cívica.

O ilustre ex-comandante interino do 2<sup>o</sup> esquadrão não tem por que mostrar-se, hoje, melindrado com o incidente ocorrido na noite de 14, incidente que, garanto, foi então levado ao seu conhecimento e que — afirmo — teve, como era natural em tal emergência, o seu formal e incondicional apoio.

Se exautoração houve, portanto, à alguma autoridade naquela memorável noite, essa foi indubitavelmente a do digno comandante João Teles.

Todos sabem que o comandante João Teles só aderiu ao movimento revolucionário, quando nada mais pôde fazer contra o mesmo.

Di-lo o próprio general Sebastião Bandeira no Capítulo II do seu longo e apreciado trabalho: “O comandante Silva Teles, enérgico e destemido, agiu como pôde contra o movimento, já procurando anular todo o trabalho feito, *com ameaças contra os oficiais e promessas a favor dos sargentos*, (\*) já tentando sufocar a última hora, depois de conferenciar com o ajudante-general, já transmitindo ao general Deodoro o convite daquela autoridade para uma conferência no Quartel-General a horas adiantadas da noite de 14, já sendo surpreendido por Mena Barreto em conferência reservada nessa mesma noite com o tenente-coronel Costa Guimarães, oficial de gabinete do Ministério da Guerra, já declarando aos oficiais repetidas vezes que era solidário com eles *uma vez que se tratava somente de mudança de ministério*, (\*) já, finalmente, deixando de voltar ao comando da 2<sup>a</sup> brigada na manhã de 15, quando, de ordem do general Deodoro, fora comunicar ao ajudante-general que estava ali com a 2<sup>a</sup> brigada, pronto para a conferência solicitada.”

O sargento Américo Cabral cumprindo, pois, a ordem do seu comandante, debandando a força sob sua direção, *nenhuma falta cometeu digna de repressão*; ao contrário, revelou-se soldado obediente e fiel servidor das instituições juradas.

Sobre a formatura dos regimentos, feita sem toques pela madrugada, escreve ainda o ilustre general Bandeira: “A formatura dos referidos corpos teve lugar cerca das 6 horas da manhã, em seguida à chegada de Benjamin Constant e de ordem do tenente-coronel Teles, pessoalmente dada ao abaixo assinado, nestes termos: *Tenente, Tatão, mande fazer os toques de formatura e divida as forças*.”

Posso, entretanto, garantir-vos, sem receio de contestação, que os fatos se passaram tal qual os descrevestes no aludido capítulo VIII, sem que com isso pretenda negar haver o tenente *Tatão* recebido, na manhã de 15, ordens diretas do comando para mandar fazer esses toques.

O comandante João Teles, que só voltou ao recinto do quartel para assumir o comando das forças na manhã de 15, antes disso, fazendo crer ignorar o que se passava, como procedeu durante toda a noite de 14, determinou, de fato, que se fizessem os toques para a formatura, não obstante estarem já os regimentos formados, faltando apenas dividir as forças e tomarem os officias conta das suas respectivas unidades.

É de estranhar, entretanto, que o tenente *Tatão*, tão cioso de sua autoridade, se esquecesse naquele momento, mero comandante interino de esquadrão que era, de

---

(\*) O grifo é meu.

que, cumprindo essa ordem, exautorava assim aos seus dignos camaradas e superiores, capitães Florambel e Godolphim, respectivamente fiscal e ajudante do 1.º regimento, *parecendo mesmo difícil de compreender-se que esses oficiais se submetessem à anulação de sua autoridade*, enérgicos e altivos como sempre se revelaram.

É que naquela noite, naquela manhã naquela hora, ninguém jamais se sentiu exautorado por qualquer incidente dessa natureza, uma vez que viesse em proveito da causa que defendíamos.

E a prova disso é que o próprio major Solon, sentindo-se em posição esquerda na referida noite de 14, diante da incontestável autoridade do valoroso capitão Mena Barreto — alma daquele levante no quartel — comandante e superior hierárquico que era deste, preferiu retirar-se, como o fez, para só voltar quando a sua autoridade pudesse ser exercida com maior desassombro.

Para corroborar o que afirmei, relativamente ao incidente ocorrido no 2.º esquadrão, me permitireis transcrever aqui as seguintes cartas, que muita luz trarão ao assunto:

Sr. capitão Raimundo de Abreu.

“Tenho presente vossa carta de 30 de abril último, a qual passo a responder:

Como capitão ajudante do 1.º regimento de cavalaria, do qual fostes cadete-sargento, quando os oficiais, auxiliados pelos inferiores desta corporação, iniciaram os primeiros passos no sentido de proclamar-se a República, notei sempre que vos salientastes, dando a vossa opinião em planos combinados, mostrando-vos arodoroso em lances patrióticos, quer na representação de vossos companheiros, como na pessoal, buscando, no desempenho de árduas comissões comprovardes a altruística idéia de levar-se avante a implantação do regime republicano em nossa Pátria.

Na noite em que nos reunimos na residência do tenente Aníbal Carodos, rua S. Cristóvão, onde assinamos o pacto de sangue, ali vos achastes como representante dos aludidos inferiores de nosso regimento.

Em todos os momentos críticos em que nos achamos na tarde e na noite de 14, até que a 15 pela manhã seguimos para o Campo da Aclamação, sempre tive o ilustre companheiro ao lado, cumprindo com interesse e atividade as ordens superiores.

Quando um dos esquadrões do regimento, insuflado por alguém, não quis obedecer a ordem de formatura, fostes o primeiro que tomastes o alvitre de fazê-la cumprir, empregando a violência e a energia necessárias no momento, o que tudo foi por mim e Mena Barreto observado.

Finalmente: declaro que o vosso amor à República, valor e atividade consagrados em pról de sua proclamação, muito contribuíram para o triunfo alcançado pela força republicana, constituída pela 2.ª brigada, ao mando do inolvidável marechal Deodoro da Fonseca. Vosso companheiro e amigo, general *Manoel Joaquim Godolphim*.

Porto Alegre, 7 de junho de 1904.

---

Rio, 16 de abril de 1904.

Ilustre camarada capitão Raimundo de Abreu.



Atendendo ao apelo incerto na carta retro, escrevo o que a vosso respeito sei relativamente à proclamação da República:

Sei que quando éramos alunos da Escola Militar vivíeis a pregar a democracia;

Sei que, depois de haverdes concluído o curso de armas, permanecestes como praça de pré por espaço de 8 anos (!), tempo que empregastes na propaganda de idéias libertadoras; trabalho este que vos tornou vítima de preterições por parte de um sem número de praças modernas e despidas de habilitações científicas;

Sei que, em 1889, fostes incluído no 1<sup>o</sup> regimento de cavalaria (onde eu servia) e vínheis enxotado de Porto Alegre pela política dominante, que, via num cadete ativo, inteligente e convicto, a intuição de que carecia o soldado brasileiro para se resolver a auxiliar o povo de seu país na grande conquista da liberdade;

Sei que, ventilada a idéia de proclamar-se a República, fostes a mais esforçada dentre as demais praças de pré do 1<sup>o</sup> regimento, estabelecendo com rara habilidade e discreção disciplinar, o contato imprescindível nesse momento, entre oficiais e praças daquele regimento;

Sei que, pela grande dedicação à causa que defendíamos, conseguistes arrancar, à disciplina ferrenha, um documento que vos tornou delegado dos inferiores do aludido regimento; e, ainda, que neste caráter assinastes o inolvidável pacto de sangue, que, julgo, sintetiza todo esse movimento evolutivo da nossa sociedade de então;

Sei que, na noite de 14 de novembro de 1889, fostes diversas vezes chamado por nós (oficiais) com o fim de receberdes instruções, que deviam ser habilmente ministradas ao pessoal de pré.

Sei que, quando nessa noite, um dos esquadrões mostrou-se túbio, a vossa energia fê-lo voltar-se aos interesses pátrios, impedindo simultaneamente que um dos nossos camaradas ofendesse fisicamente o inferior desse esquadrão, que, sem o ardor das grandes convicções, se deixara arrastar pelo temor que lhe causaram ameaças a que me não devo referir neste momento;

Sei que marchastes com a 2<sup>a</sup> brigada na manhã de 15 de novembro, e que, na praça da República, vos conservastes na altura de um verdadeiro republicano; quer levantando o ânimo às praças aturdidas pela perspectiva de um grande feito, quer desempenhando delicadas comissões que vos foram confiadas.

Lamento que a ação destruidora do tempo prive de outros fatos a minha reminiscência; entretanto, sem outro móvel que a sinceridade, afirmo convictamente que vos tenho em conta dos que mais fizeram pela implantação da República, atendendo, sobre tudo, a vossa humilde condição de praça de pré.

Saudações. Camarada, etc. — *major Gasparino de C. C. Leão.*

---

Não posso também deixar sem o meu despretençioso reparo o fato do “Viva a República”, dado pelo inolvidável e eminente mestre, o saudoso propagandista do atual regime, Quintino Bocaiuva.

Diz o mesmo general:

“Não é exato que tivesse sido correspondido pela oficialidade das forças revolu-

cionárias já em posição na praça da Aclamação, o viva a República que o informante diz ter sido levantando por Quintino Bocaiuva a 15 de novembro, junto ao edifício da Câmara Municipal.”

“Posso assegurar que esse viva não foi correspondido pela oficialidade, que nem pôde ouvi-lo.”

“Admitida, porém, a hipótese que Bocaiuva conseguisse transmitir o seu entusiasmo à oficialidade em forma, como explicar o silêncio que guardaram as praças, deixando de acompanhar os seus oficiais?”

É bem possível que tal viva não tivesse sido correspondido por toda a oficialidade das forças revolucionárias e muito mais natural ainda foi o silêncio guardado pelas praças, que de certo não conheciam o emérito jornalista, porquanto, (por que não dizê-lo) elas ali se achavam, com honrosas exceções, na convicção ainda de que teriam de bater-se contra as Guardas Nacional e Negra e Polícia, conforme lhes havíamos afirmado na noite anterior, tudo de acordo com a ardilosa “balela” de que usou o major Solon e que, na própria frase do ilustre general Bandeira, tão bons resultados produziu, e não para proclamarem a República.

Seja como for, porém, a verdade é que, ao aproximar-se o eminente jornalista da Escola Superior de Guerra, comandada pelo capitão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, dali partiram vivas à sua pessoa, sendo que lembro-me de o ter feito o 1.º tenente José da Silva Braga, ao que correspondeu o saudoso propagandista com vivas à República, que, por sua vez, foram delirantemente correspondidos pelos alunos daquela Escola e demais oficiais ali presentes.

E vem a propósito dizer aqui, que foi já montado em seu cavalo, tordilho ou baio, magro ou gordo, grande ou pequeno, que ali compareceu na manhã de 15 de novembro de 1889 o emérito e saudoso jornalista, conforme a descrição que do fato já fizestes no vosso criterioso trabalho, e não a pé, segundo declaração do general Serzedelo Corrêa, publicada em alguns jornais desta Capital, após o seu pranteado e infausto passamento.

Sem mais, queira aceitar os protestos de alta consideração e estima do velho amigo de sempre, Major *Raimundo de Abreu*.

25 de novembro de 1912.

Meu caro coronel Ernesto Sena:

Insistindo no empenho de prestar o meu concurso à patriótica tarefa que empreendeste em bem da História, com a publicação que consta do *Jornal do Comércio* desde 23 de agosto do ano próximo passado até 23 de agosto do ano que corre, sob a epígrafe: Deodoro — Para a História — cabe-me a satisfação de oferecer mais um documento que, pela sua alta relevância, terá que ser acolhido proveitosamente pelo futuro historiador. É a inclusa carta do marechal Mena Barreto, a mim dirigida, a propósito da que vos escrevi em data de 25 de outubro último e teve a luz da publicidade no *Jor-*

*nal do Comércio* de 15 de novembro próximo passado, sob o título: Deodoro – Subsídios para a História.

E porque não seja mais lícito desconhecer-se o brilho que distinguiu a figura de Mena Barreto, dentre os companheiros que mais se esforçaram pela vitória de 15 de novembro, já por ter sido sua a iniciativa do movimento e já pela inexcusável atividade, devotamento e audácia que manifestou, é força reconhecer nesse documento espontâneo e de inegável importância histórica a sinceridade dos conceitos emitidos.

Apreciemo-no:

– “Ilustre amigo general Sebastião Bandeira:

Só agora, convalescendo de uma grave enfermidade, que me prostou por mais de vinte dias, deixando-me em estado de grande fraqueza e abatimento, me foi possível ler e apreciar devidamente o vosso proibido trabalho, publicado no *Jornal do Comércio* de 15 do corrente, com relação ao movimento militar que se operou naquela gloriosa data, dando como resultado o estabelecimento do regime republicano em o nosso país e abrindo para nós as portas do progresso e da liberdade, à nossa grande Pátria.

Juntos colaboramos para o feliz e glorioso êxito daquele movimento desde a memorável data de 12 de outubro de 89 em que pela primeira vez tive a honra de ser recebido pelo grande Brasileiro que se chamou Manoel Deodoro da Fonseca, em sua residência, no campo de Sant’Anna, hoje praça da República, e com quem em larga conferência tratei sobre diversos assuntos que se prendiam à política nacional e à situação do nosso Exército e que se encaminhavam para uma completa dissolução, e na qual depois de ouvi-la atentamente pelo Grande Brasileiro, a narração por mim feita sobre o estado do nosso Exército e o sequestro das nossas liberdades políticas pelos poderes públicos da Nação, disse-me S. Exa., com aquela energia e *aplomb* que lhe eram peculiares: “Estou doente; sigo para Caxambú; arregimentem-se, porque oportunamente estarei à frente dos nossos camaradas e ajustarei contas com o Governo”.

Nas condições precárias em que se achava o Exército, uma resolução de tal ordem por parte do general, então de maior prestígio nas fileiras, era natural que a força armada se reunisse e se erguesse em torno do grande chefe, que se resolvera, impellido pelo espírito de classe e patriotismo, a sacrificar as prerrogativas inerentes à sua alta patente em defesa de sua classe e das liberdades públicas da sua Pátria.

Pois bem; depois de uma segunda conferência com o mesmo general, realizada no dia 16 do mesmo mês, que durou das nove às doze horas da noite e na qual tomastes parte ativa desde o começo até o fim, tiveram início os preparativos para o movimento assentado e que foram desenvolvidos com atividade e competência pelos capitães Trajano de Meneses Cardoso, José Pedro de Oliveira Galvão, Manoel Joaquim Godolphim, Francisco Xavier Batista, Manoel Joaquim Pereira, Bento Tomás Gonçalves, Carlos Olímpio Ferraz; tenentes Saturnino Cardoso, Aníbal Cardoso e o esforçado e diligente alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso e mais alguns, cujos nomes me escapam neste momento, seguidos também pelos majores Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, Marciano de Magalhães; capitães Vicente do Espírito Santo, Antonio Carlos Fernandes, Marques Porto, Floriano Florambel e os alferes Pedro Nolasco Alves Ferreira, Manoel Joaquim Machado, Tasso Fragoso, Alfredo Bevilaqua, Alfredo Madureira, Alexandre Zacarias de Assunção, Napoleão Felipe Aché, e 1<sup>o</sup> tenente Jorge dos Santos Rosa, 2<sup>o</sup>

dito Lauro Müller e alferes Eduardo José Barbosa Junior, trabalho que se estendeu por toda a 2ª brigada, com raras exceções as Escolas de Guerra e Militar e outros corpos das guarnições, e que alarmando o Governo, o levou a providenciar no sentido de fazer abortar o projetado movimento.

Vosso companheiro, nessa tão gloriosa quão audaciosa jornada desde os seus primeiros passos até 15 de novembro de 89, no momento em que as baterias do 2º regimento de artilharia de campanha, assentadas em frente ao Quartel-General, saudaram o triunfo da revolução com 21 tiros; sinto-me, portanto, habilitado a julgar do vosso importante trabalho, que, pela sinceridade, franqueza e precisão com que foi escrito, bem merece ser acolhido por aqueles que emprenderem a patriótica obra de escrever a vida de um povo livre.

Dirigindo-vos esta, não tenho outro intuito senão enviar os meus aplausos ao ilustre colega, pelo modo despretensioso e espírito honesto, que por mais de uma vez tem procurado restabelecer a verdade, até hoje alterada por aqueles que, não conhecendo *de visu* o desenrolar dos acontecimentos, tomaram a si a ingrata tarefa de oferecer ao historiador imparcial subsídios que não são verdadeiros. Vosso trabalho, pois, é digno dos louvores de todos que conosco colaboraram nas providências e tomaram armas em defesa das nossas liberdades, implantando em nosso país o regime democrático e a cuja frente a Nação inteira viu a figura homérica de Manoel Deodoro da Fonseca, o verdadeiro proclamador da República dos Estados Unidos do Brasil.

Dizer-se o contrário é desvirtuar a história, é mentir-se às gerações vindouras.

Terminando, tem a satisfação de vos enviar um amistoso abraço o vosso colega e amigo admirador, *Antônio Adolfo da F. Mena Barreto*.

Rio, 30 de novembro de 1912.

---

Conscientiosamente compenetrado da delicadeza do assunto em questão, tenho podido observar religiosa imparcialidade, descrevendo os acontecimentos ou reparando erros cometidos por outrem.

Nestas condições, vendo-me aplaudido pelo mais competente dos companheiros da memorável jornada de 89, aproveito a boa oportunidade para declarar terminantemente, como o faço, que mantenho, sem a mínima alteração, por exprimir a verdade, tudo quanto contém as sete colunas do *Jornal do Comércio* de 15 de novembro próximo passado, por mim subscrito.

Muito grato pelo fidalgo acolhimento aos meus despretensiosos esclarecimentos, reitero os protestos do meu subido apreço e distinta consideração, por ser — Atento admirador e amigo obrigado, *Sebastião Bandeira*.

Rio, 20 de dezembro de 1912.

---

Ilustre amigo coronel Ernesto Sena — Começo fazendo sinceros votos pelo completo restabelecimento de sua preciosa saúde.

Só hoje recebi a sua prezada carta do 12 do corrente, que me apresso em responder.

A que escrevi sobre os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, por ter sido chamado nominalmente à fala pelo ilustre general Bandeira, foi publicada no *Jornal do Comércio* de 3 de dezembro último, a qual junto envio devidamente corrigida.

Até a presente data esse ilustre general não me deu a honra de formal contradita, o que, aliás, era de esperar, porque contra fatos não há argumentos.

É verdade que li no *Jornal* de 3 de janeiro último, sob o título “Reminiscências”, e mais tarde, em 2 do corrente, reeditada no mesmo *Jornal*, então com o sugestivo título do vosso apreciado trabalho sobre esses acontecimentos, carta escrita pelo eminente marechal Mena Barreto, na qual envia ao ilustre general Sebastião Bandeira os seus aplausos *pelo modo despretenso e espírito honesto, que por mais de uma vez tem procurado restabelecer a verdade, até hoje alterada por aqueles que, não conhecendo de “visu” o desenrolar dos acontecimentos, tomaram a si a ingrata tarefa de oferecer ao historiador imparcial subsídios que não são verdadeiros.*

Bem vê, porém, o meu nobre amigo que essa *tirada* não se pode entender com o humilde signatário destas linhas, que, além de ter sido testemunha ocular desses acontecimentos, neles tomou parte ativa na altura de suas forças, mera praça de pré que era então.

Demais, a carta do ilustre marechal a que me venho referindo, traz a data de 30 de novembro último, tendo a que escrevi sido publicada quatro dias depois, no *Jornal* de 3 de dezembro, a que já aludi.

Além disso, o próprio marechal Mena Barreto, ainda não há muitos dias, em ligeira palestra sobre o assunto, declarou-me peremptoriamente não ter lido essa minha carta — ao que pedi que o fizesse, visto tratar-se do *restabelecimento da verdade, para bem servir a História...*

Verdade é que sei de fonte segura, que o ilustre general Bandeira nada escreve sobre esses acontecimentos, sem prévio acordo com o valoroso marechal Mena Barreto. No caso vertente, porém, não é de acreditar que o destemido marechal, que tão entusiasticamente se referiu sempre, no convívio de seus camaradas e amigos, aos incontados serviços naquela época prestados por alguns cadetes e inferiores do 1.º e 9.º de cavalaria, consinta — hoje — que se ocultem ou se neguem tais serviços, como se pretende fazer agora — pois é o que nitidamente se infere da sentenciosa declaração contida na última carta do general Bandeira, reeditada no *Jornal do Comércio* de 2 do corrente, e que assim reza: *Conscienciosamente compenetrou-se da delicadeza do assunto em questão, tenho podido observar religiosa imparcialidade, descrevendo os acontecimentos ou reparando erros cometidos por outrem.*

*Nestas condições, vendo-lhe aplaudido pelo mais competente dos companheiros da memorável jornada de 89, aproveito a boa oportunidade para declarar terminantemente, como o faço, que mantenho, sem a mínima alteração, por exprimir a verdade, tudo quanto contém as sete colunas do Jornal do Comércio de 15 de novembro próximo passado, por mim subscrito.*

“A história — diz o ilustrado acadêmico Dr. Afrânio Peixoto — seria toda uma negra e torpe injustiça se a fizessem somente os contemporâneos. Além da parcialidade

que os obriga a repuxar o critério vacilante, para uma outra banda, além da infidelidade forçada do testemunho, pois que a mesma ação impressiona diversamente a cada assistente, há no instante de um acontecimento, um defeito de ótica social que só a distância, e o tempo, permite corrigir, dando a perspectiva exata, ou menos imperfeita para a observação. Resultam, por isso, erros consideráveis, de muitos séculos, e de quase toda a gente, porque os processos sem revisão, e julgados por contemporâneos, formam a história oficial de nossos dias. E quando, de raro em raro, um espírito sem preconceitos procura examinar alguns desses juízos errados, para melhor justiça, os enganados até aí, nos enganamos ainda, desacreditando o justiceiro de paradoxal.”

E realmente assim é.

Aqui, porém, não se trata simplesmente de uma ação que pudesse ter impressionado diversamente a certo número de indivíduos que a houvesse assistido e desse modo sujeita a defeito de ótica social; mas sim de fatos ocorridos com determinadas pessoas, algumas das quais — felizmente — como acontece com o signatário destas linhas, ainda existem.

Não será, certamente, com simples negativas desacompanhadas de provas, que se destruirá a verdade desses fatos. Lógico seria, portanto, que o ilustre general Bandeira, *ao menos pelo desinteressado amor que tem sempre revelado pela verdade histórica dos acontecimentos em discussão*, se desse ao pequenino trabalho de refutá-lo, apontando onde se acham os erros, ou a inverdade dessas afirmativas.

Não o fazendo, como o não o fez, há de permitir o ilustre general — a despeito da sua sentenciosa declaração — que, por minha vez, confirme tudo quanto aduzi na minha carta de 25 de novembro último. E o faço citando aqui os nomes dos valorosos companheiros do inesquecível feito de 15 de novembro de 1889 — generais Henrique de Amorim Bezerra, José da Silva Braga, coronéis Clodoaldo da Fonseca, Joaquim Inácio Batista Cardoso, Dr. João Batista de Sampaio Ferraz, José Bevilaqua, comandante tabelião Cruz, tenentes-coronéis Afonso Barrouin, Eduardo José Barbosa Junior, Manoel Joaquim Machado, e capitão João Cristino Ferreira de Carvalho para cujo valioso *verdictum* desassombadamente apelo, certo de que, testemunhas presenciais que foram desses acontecimentos, saberão dar a Cesar o que é de Cesar.

Queira o meu ilustre e caro amigo aceitar mais uma vez os protestos de alta consideração e estima de quem é seu admirador e amigo agredido, major *Raimundo de Abreu*.

Rio, 15 de fevereiro de 1913.

---

O coronel Joaquim Inácio Batista Cardoso, comandante do 1.º regimento de cavalaria, dirigiu-nos a seguinte carta:

“Ernesto Sena — Saudações - Li os apontamentos que, sobre o movimento revolucionário que nos deu a República, no glorioso 15 de novembro de 1889, tens feito inserir no *Jornal do Comércio* e devo dizer-te que constituem eles um grande subsídio para a história da transformação política naquele dia operada, para felicidade de nosso querido Brasil.

Nesses apontamentos justiça é feita aos patriotas que dirigiram o movimento e cujos nomes, graças ao teu ingente trabalho, todo o país hoje conhece.

Abraça-te o correligionário e amigo, *Joaquim Inácio*.

14-3-913.

---

“Caro o bom amigo coronel Sena – Aí vai o retrato que tão carinhosamente me pedes para ter a honra de ocupar um lugar no teu livro “Deodoro”. É o único que tenho. Não de 1889, mas 1890.

Bem parecido é o tenente Machado de 90 com o alferes aluno de 89.

Estou certo que o teu livro vem prestar um serviço ao Exército de outrora, mostrando que um punhado de heróis, operários da grande obra de 89, não constituiu uma massa inerte, nas mãos dos propagandistas civis do regime atual mas elemento conveniente do bem feito a sua Pátria.

O nosso nunca bastante admirado, patricio, senador Rui Barbosa, há dias, em uma “interview” concedida ao *Imparcial*, foi de atroz injustiça para com o Exército, atribuindo-lhe iniciativa somente nas coisas más, deixando-lhe o papel de mero instrumento na realização dos grandes ideais, elucidadas em 13 de Maio de 88 e 15 de Novembro de 89.

No meio militar como no meio civil houve sempre duas classes; uma, a dos que marcharam na frente, outra, a dos que tinham lugar na retaguarda.

Com Quintino e Silva Jardim, com Gama e Patrocínio sempre marchou uma plêiade militar, que trabalhava em conjunto, sob a direção desses chefes, plêiade esta que surgiu em 88 e 89, dando seguimento aos acontecimentos memoráveis dessas duas datas, únicas a que faço referência, pois só entrei para o exército em 1883.

O nosso eminente mestre claudicou: se ele quizesse bem apreciar os acontecimentos, havia de ver que muito mais do que em 88 e em 89 foi o Exército influenciado pelo elemento civil em 1893, quando se levantou em parte contra Floriano e em revoltas posteriores contra os chefes de Estado.

Estou me embrenhando em assuntos dos quais ando arredio. Devo fazer alto.

Dispõe sempre do a n<sup>o</sup> obr<sup>o</sup> – *Manoel Joaquim Machado*, coronel do Exército.

19-3-903.

Entre os documentos que nos foram generosamente cedidos pelo major Raimundo de Abreu, dos quais extraímos grande cópia de preciosas revelações, especialmente sobre os acontecimentos ocorridos na memorável noite de 14 de Novembro de 1889, no quartel do 1<sup>o</sup> regimento de cavalaria, encontra-se o original da carta que ao Sr. major Raimundo de Abreu foi dirigida pelo então Capitão Manoel Joaquim Machado, cuja publicidade julgamos oportuna, à vista do que contém de interessante.

Eis a carta:

“Rio, 8 de Junho de 1904 – Sr. capitão Raimundo de Abreu – Respondendo à carta retro, sinto um duplo prazer: recordar acontecimentos de uma data memorável de nossa história pátria e por em relevo os valiosos serviços prestados à causa republicana por um dedicado companheiro, que dos seus pares salientava-se, não só pelas suas

ardorosas convicções, como pelo critério com que sabia ser, dentre eles, o primeiro, posição distinta que lhe adviera de uma feliz inspiração de seus camaradas.

É-me sobremodo agradável afirmar que, quando em companhia dos — então — major Solon, capitão Mena Barreto, tenente Bandeira, alferes Gasparino e Joaquim Inácio, confabulamos sobre os meios a nosso alcance para podermos dispor, no momento necessário, do 1º regimento de cavalaria, nos ocorreu de pronto o nome do cadete sargento Raimundo de Abreu, cujos antecedentes faziam despertar merecida confiança para a temerosa empresa que então tínhamos em vista.

De feito, foi logo confiada a Abreu a missão de agitar os espíritos dos inferiores do citado regimento, transmitir-lhes instruções da revolução latente, de modo a não faltar essa importante cooperação.

E tão bem se houve o cadete Abreu, que logo obteve a adesão da quase totalidade de seus companheiros, e deles recebeu a melindrosa comissão de concertar com os conspiradores tudo que fosse preciso para triunfo da proclamação da República; e, nesse caráter, assinou com os oficiais do 1º regimento, um compromisso de honra, que já entrou para o domínio histórico, sob o expressivo nome de “pacto de sangue”.

São bem de salientar os importantíssimos serviços prestados pelo signatário da carta a que respondo, na memorável noite de 14 de Novembro de 1889, quando eu e o alferes Joaquim Inácio recebemos do major Solon instruções para o alarma da Revolta no quartel do 1º Regimento.

Foi então que mandamos chamar o cadete Abreu, afim de que — entendendo-se com os demais inferiores — formasse o regimento e distribuisse com as praças a munição precisa, de modo que quando se recolhessem ao quartel os oficiais ausentes, já encontrassem esse trabalho preliminar inteiramente feito; e tão correta e dedicadamente desempenhou essa incumbência o citado cadete Abreu, que se viu na contingência de impor-se, à viva força, a um dos inferiores, que, não solidário com a revolução, tentara debandar o esquadrão de que era sargenteante.

A energia e bravura de Abreu são de subido valor, pois grandes dificuldades poderiam advir à revolução — da rebeldia desse núcleo de forças naquele crítico momento.

Do que fez e do entusiástico patriotismo do cadete sargento Raimundo de Abreu, no dia 15 e dias subseqüentes, dirão com maior autoridade outros próceres da República.

Se algum mérito tiver o meu testemunho “de visu”, pode o meu camarada dele dispor como julgar conveniente.

Com alta estima, camarada e crº. — *Manoel Joaquim Machado, capitão.*

---

O importante documento que abaixo transcrevemos não foi entregue ao Governo Provisório, nem dado até hoje à luz da publicidade, por entenderem os oficiais do Exército nele referidos que tal pedido coletivo constituía um ato de indisciplina.

Por pedido porém, que fizemos ao Sr. marechal Mena Barreto, conseguimos copiar do próprio original, com certa relutância do Sr. general Sebastião Bandeira que o tinha no seu valioso arquivo.



“Ao cidadão general Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. – Os abaixo assinados, em plena consciência, reconhecendo o grande serviço que prestaram os cidadãos capitão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto; tenente Sebastião Bandeira e alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso; e até, como se costuma dizer, mola real da propaganda dos cadetes, inferiores e praças dos 1.º e 9.º regimento de cavalaria para o fim realizado no dia 15 de Novembro, os mesmos assinados vêm respeitosa e implorar ao governo justiceiro a promoção do posto imediato, por merecimento, a tão distintos cidadãos. Quartel em São Cristóvão, 30 de Novembro de 1889.

(Assinados) 2.º cadete, 1.º sargento *João Batista Xavier* (9.º regimento), 1.º sargento *Alfredo de Melo Guimarães* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Horácio Soares de Oliveira* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Domingos Querino Ferreira* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Diogo de Oliveira Pinto Homero* (9.º regimento), 2.º sargento *Francisco Freire de Melo* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Pio Pereira de Paula Dias* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Apolinário Pereira Marinho* (9.º regimento), 2.º cadete *Manoel Pedreira Franco* (9.º regimento), 2.º cadete *Antônio Cordovil de Siqueira Melo Junior* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Francisco Conrado do Couto* (9.º regimento), 2.º cadete, 1.º sargento *Antônio Julio de Andrade* (9.º regimento), 2.º cadete forriell *Francisco de Siqueira Meneses* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *João Augusto Fernandes Adão* (9.º regimento), forriell *Pedro Rodrigues Monteiro* (9.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Primo Pereira de Paulo Dias* (9.º regimento), soldado particular *Firmino Portugal* (9.º regimento), 2.º sargento *Manoel Virgílio de Abreu Coelho* (9.º regimento), *Agostinho Gomes de Lima* (9.º regimento), *José Maria de Oliveira* (9.º regimento), cadete sargento *João Cristino Ferreira de Carvalho* (1.º regimento), cadete sargento *Francisco Celso Cavalcanti Pontes* (1.º regimento), *José Honorato da Silva e Sousa* (9.º regimento), particular 2.º sargento *Américo Cabral*, 2.º sargento *Francisco Cândido de Brito Maciel*, *Celso Freire*, 2.º sargento, 2.º cadete (1.º regimento), *Humbelino Pereira da Silva*, 2.º cadete, 2.º sargento (1.º regimento), 1.º cadete *Luiz Pereira Pinto* (1.º regimento), 1.º cadete *Virgínio Mariano de Campos* (1.º regimento), 2.º cadete, 2.º sargento *Raimundo Gonçalves de Abreu Filho*, 2.º cadete, 1.º sargento *Paulo Rocha*, 2.º cadete sargento ajudante *Agrícola Bethlem*.”

---

Do Sr. Coronel José Bevilaqua recebemos a seguinte carta:

### I

“Só agora venho desempenhar-me da promessa que lhe fiz para acrescentar notas aos seus *Apontamentos para a História*. Esperei em vão até hoje que fosse publicado na íntegra o discurso do Sr. senador Rui Barbosa, para responder ao testemunho nominal com que figuro nessa oração. Para não prolongar indefinidamente a falta em que estou para com o ilustre amigo, terei de basear-me na publicação feita pelo *Jornal do Comércio* em 21 e 22 de novembro de 1912. S. Exa. fez um detalhado panegírico de seus bri-

lhantes feitos antes de entrar para o Governo Provisório e no seio deste; narra, ilustrando com fatos e ascendente que exerceu sobre o honrado chefe deste Governo Provisório no seio deste; cita por vezes o Dr. Benjamin Constant, e, relativamente ao incidente do decreto bancário, figura o meu nome entre as suas testemunhas.

É verdade que conheço bem a quase totalidade das ocorrências citadas do primeiro período republicano. S. Exa. enumera grande cópia de fatos para explicar a origem do ascendente que conquistou e o modo pelo qual o utilizou, tocando por vezes *nas influências* que atuavam sobre o espírito do marechal Deodoro. É pena que não entrasse em maiores detalhes. E então as *intrigas* a que rapidamente alude S. Exa. lançariam mais luz sobre alguns episódios, explicando-os por outra forma.

Certos interesses contrariados e outros satisfeitos desvendariam a ação de *influências* reais e perniciosíssimas ao velho marechal e à República.

Ninguém tinha antes sobre ele maior ascendência do que o Dr. Benjamin, como prova a sua frase em plena reunião dos membros do Governo: “Propostas do Benjamin não se discutem”. E anteriormente à sua anuência para que fosse o Dr. Benjamin o chefe do Governo, aceitando por fim as ponderações deste para que o próprio Deodoro coubesse a chefia.

Mais tarde, Deodoro queria promover a marechal de campo, na vaga do general Âncora, falecido na Europa pouco tempo depois da célebre aclamação que o Dr. Benjamin recusou formalmente, incontinenti, e submeteu-se a aceitá-la como verdadeiro sacrifício de dedicação ao marechal e também ao seu colega da Marinha.

O Dr. Benjamin, sabendo do propósito do marechal pelo então major Hermes da Fonseca, seu sobrinho, pediu-lhe que, pelos motivos que expôs, fosse quanto antes demovê-lo de seu amistoso intento. E, pouco depois, lembrando ainda novos argumentos, me encarregou de ir imediatamente reforçar sua formal escusa e sinceros agradecimentos junto ao marechal.

Desempenhando a honrosa incumbência, encontrei o bravo marechal inflexível, já tendo recebido a comunicação do atual marechal Presidente da República. Insistindo na argumentação pela qual o seu desejo de ser agradável ao Dr. Benjamin só poderia ser satisfeito desistindo de promovê-lo, o marechal Deodoro declarou finalmente: “Diga ao Benjamin que eu cedo porque não quero de modo algum contrariá-lo. Não é pelas razões apresentadas, porque você sabe perfeitamente que as promoções de general são de livre escolha do chefe do Governo, atendendo exclusivamente ao merecimento e, portanto, todos os brigadeiros ficariam satisfeitos, porque eles têm consciência e não de reconhecer que todos reunidos não podem competir com o Benjamin. Eu explico porque não quero contrariar ao Benjamin: Antes de 15 de novembro eu estimava e admirava ao Benjamin e depois de 15 de novembro fiquei estimando e admirando-o ainda mais e passei a respeitá-lo como se fosse um irmão mais velho”. Vencida esta parte, apresentei o nome do herói do Forte de Coimbra para a promoção, conforme as instruções que levava. O marechal concordou imediatamente com esse tributo de reparação da República. Ia jantar. Agradei a honra do gentil convite, pela pressa de levar a resposta. Já na escada, sou chamado pelo marechal, que diz sorrindo: “Veja onde estava o Benjamin com a cabeça, que ia me induzindo, e também ele, a promovermos a marechal de campo um brigadeiro reformado! O Portocarrero foi reformado não há muito

tempo!” Então, acompanhei-o ao salão de jantar, colocando uma cadeira no canto da mesa ao seu lado, para completar a incumbência de indicar a reversão e a promoção do general José Clarindo, caso não fosse aceito o primeiro.

Aí passou-se uma longa cena dolorosa, de que ainda há testemunhas vivas, confirmando que o Sr. Rui Barbosa bem poderia ter aplicado parte de sua influência, do seu valimento em abrandar o coração da esposa do marechal Deodoro, muito incomparavelmente diferente dessa digna e bondosa matrona, que há pouco tempo enlutou o lar do sobrinho, acompanhado sinceramente por todos quantos a conheceram, porque podem testemunhar, e a sociedade toda o sente, que a sua ação era toda benéfica; extremamente delicada e simples, sem ambições, fora das intrigas e dos interesses subalternos, alheia aos ódios gratuitos e vingativos, livre das torturas da avareza, etc., etc.

Contra o Dr. Benjamin as intrigas começaram logo depois de 15 de Novembro, por causa da nefasta promoção de serviços relevantes de 7 de janeiro. E é interessante consignar como, segundo confessa, indo o Dr. Rui Barbosa à presença do marechal Deodoro pela primeira vez em 11 de novembro de 1889, *pela mão do Dr. Benjamin*, já em 17 de janeiro de 1890, pouco depois de ser intermediário da célebre carta decisiva do Dr. Joaquim Murтинho, sobre essa promoção, S. Exa. exercia tão grande ascendente do ânimo do marechal.

É que os *aproveitadores* do 15 de novembro já tinham resolvido basear o seu *desinteresse* na inversão da ordem natural entre os seus dois principais fatores, minando-lhes a confiança e a amizade recíprocas... Uma prova incontestável: Na primeira festa que o marechal deu no Itamaraty, o Dr. Benjamin fez questão do comparecimento de sua digna esposa e das filhas solteiras. Por justo motivo só foi acompanhado destas. D. Marianinha, manifestando-se muito penhorada pela presença das duas moças, prendeu-as em seus braços e começou a passear mostrando-lhes o palácio, que viam pela primeira vez. E pouco depois disse-lhes: “Vocês estão vendo como isto é bonito; pois tudo isto em breve é para vocês. Seu pai é muito ambicioso e tem bastante razão para isso, porque tem filhas...” É fácil de compreender como ficaram as moças com a edificante delicadeza, não tardando a pretextarem um motivo para retirada.

Não vale a pena alongar com outras citações. O Sr. Rui Barbosa mesmo declara ter procurado obstar a ordem da classificação dos sucessores do Chefe do Governo, reconhecendo assim a preterição injusta do Dr. Benjamin, colocando em segundo lugar.

Não tendo lido na ocasião o manifesto a que S. Exa. se refere, aproveito agora a oportunidade para confirmar a citação de S. Exa. nos termos em que ouvi do Dr. Benjamin mais de uma vez. Ele se manifestara bastante contrariado e apreensivo pelo ato com que o ministro da Fazenda, obtendo singularmente a assinatura do marechal, surpreendeu bruscamente a todos os seus colegas do Governo Provisório na manhã de 17 de janeiro. Acompanhei-o na madrugada desse dia, com o Dr. Ramiro Barcelos, ao Hotel Vista Alegre, e deste à Imprensa Nacional, afim de ver se seria possível adiar a publicação do decreto. Infelizmente era muito tarde, mais de duas horas, já não havia mais um chefe com quem se pudesse entender e as provas já haviam sido remetidas para os jornais. Depois o Dr. Benjamin teve uma conferência com S. Exa. e, dada a sua insistência e desinteligência, sobretudo, com o Dr. Demétrio Ribeiro, após essa tentativa conciliatória houve a interferência do Dr. Aristides Lobo, por este narrada no *O*

*Tempo*, pela qual os Drs. Rui e Demétrio deixariam juntos o Governo; e, por último, foi combinada a reunião solene de 30 de janeiro. Foi depois dela que o Dr. Benjamin disse: As objeções do Demétrio pareceram fracas e pálidas diante da argumentação fluente e persuasiva do Rui. Chegou-se, finalmente, a um acordo e, já agora, eu não entendo de finanças, prefiro errar com o Rui.”

A frase não tinha, portanto, a latitude da forma que vem no *Jornal do Comércio* citado.

Há também ali outras passagens que merecem reparo por envolverem evidente equívoco de interpretação. Por exemplo, diz S. Exa. em resumo: O Dr. Benjamin o procurara no dia 11, conversaram longamente, manifestando ele interesse em conhecer sua opinião sobre o curso que as circunstâncias impunham diante da crise. Escrevera S. Exa. no *Diário de Notícias* o artigo “*Crime contra a Pátria*” (sic), da leitura da qual me declarou o Dr. Benjamin Constant que lhe resultara no espírito a convicção de já não ser mais possível evitar o movimento para as instituições republicanas.

Há forçosamente um lapso. Esta conferência foi a 11. Já na véspera ou na tarde desse dia o Dr. Benjamin tinha tido com o Marechal Deodoro a célebre conferência, que reproduzi, detalhadamente, na *Gazeta de Notícias* de 17 de julho de 1890, na qual o Dr. Benjamin completou ao marechal a convicção de que não havia para a crise outra solução senão a República e demais o movimento já estava preparado nesse sentido. Depois desta conferência foi que ele convidou aos ilustres chefes civis para a reunião que se realizou à noite na casa do marechal e da qual conheço todos os detalhes.

S. Exa. há de recordar-se de que, feitas as apresentações pelo Dr. Benjamin, o marechal conservou-se calado por muito tempo, deixando a todos em torturante constrangimento. Veio despertá-lo dessa profunda concentração a voz do criado anunciando estar pronto o chá. E o marechal que era franco e cavalheiro, não se lembrando da presença dos convidados, respondeu: — Diga que não quero chá.

Então o Dr. Benjamin rompeu o silêncio e, em frases eloquentes e inflamadas, figurando novamente a situação, recordou-lhe o objetivo da presença daqueles chefes civis ali reunidos a seu convite e, autorizado pelo marechal, que então voltou a si, manifestou-se francamente pela República como única solução.

Nestas condições, o que o Dr. Benjamin poderia ter dito é que esse artigo daquela brilhantíssima série demolidora *mais lhe teria arraigado a convicção* etc. Não constitui nem podia constituir a origem da resolução da transformação política. Uma interpelação já narrada do Dr. Jaques Ourique ao então major Marciano, feita na véspera, no Clube Militar, confirma esta asseveração, além de muitos outros fatos.

Outro fato de que S. Exa. se há de lembrar demonstra que não era ainda bastante firme o terreno nas proximidades da lei bancária; pouco depois talvez, em dia que não posso precisar, o Sr. Rui Barbosa também foi ao Dr. Benjamin pela mão do Dr. Inocêncio Serzedelo.

O Dr. Benjamin seguia pela rua do Núncio para o Itamarati, levando-me em sua companhia, quando no cruzamento da rua de S. Pedro apareceu aquele ilustre camarada e amigo, dizendo:

— “Doutor, ia agora mesmo à sua casa para desempenhar uma incumbência urgente do Dr. Rui Barbosa. Ele pediu para falar-lhe e obter sua intervenção a fim de

obstar a reprodução de um fato altamente lastimável quando vai ao palácio.

Por diversas vezes o Almirante Wandenkolk e aqueles rapazes lhe têm dirigido chufas pesadas à sua passagem.

O Dr. Rui diz que tem se esforçado por conter-se, fazendo ouvido de mercador, mas esses ditérios grosseiros e agressivos vão num *crescendo* tal, que ele receia o momento de uma agressão corporal e isto o obrigaria a defender-se com uma arma, porquanto, sendo fisicamente fraco, não poderia medir-se com o gigante que é o Almirante Wandenkolk.

Ora, isso seria uma vergonha inqualificável e poderia até ter conseqüências funestas para a própria República na quadra atual.

Dali lembrar-se de seu prestígio e espírito conciliador, no sentido de fazer cessarem tais desatinos.”

O Dr. Benjamin mostrou-se bastante surpreso e contrariado, prometendo agir no mesmo dia.

E cessaram por completo tais agressões.

É agora oportuno refutar com veemência uma versão perversa e falsa, cuja origem ignoro: Li-a pela primeira vez há tempos na *A Notícia*, num escrito do Sr. Medeiros e Albuquerque e ultimamente reproduzida no discurso em que o Sr. Deputado Flores da Cunha fez a defesa do honrado ministro Dr. Rivadávia Corrêa, no louvável intuito de explicar os recursos honestos com que estava ele construindo prédios.

Repliquei imediatamente em carta também publicada na *A Notícia* ao Sr. Medeiros e Albuquerque e tendo passado o momento, aguardava oportunidade para fazê-lo ao Sr. Dr. Flores da Cunha.

O que me consta é que o Dr. Rui Barbosa, respondendo às invectivas que lhe fizera na Câmara o Sr. Zama, ou talvez nesse manifesto de 1892, se referira à facilidade com que os homens públicos, no nosso país, são acusados em sua honra, e citou o fato de que o próprio Dr. Benjamin, reconhecidamente um protótipo de pureza e de virtudes, tivera necessidade de exibir os cadernos de assentos de suas modestas despesas para defender-se de acusações indignas...

Não é exato. Nunca, absolutamente nunca, tal se deu, porque nem a digna viúva do Dr. Benjamin, ninguém da família, nem seus amigos, têm notícia de semelhante fato. Não consta mesmo que os seus mais rancorosos inimigos, clericais ou políticos, únicos que poderia ter criado pelos interesses contrariados, jamais lhe irrogassem a negra injustiça de negar os excepcionais atributos morais e as nobilíssimas qualidades privadas do preclaro brasileiro, fundador da República proclamada por Deodoro.

Se é certo que tantos homens públicos ilustres foram na realidade vítimas da calúnia, qual a vantagem de inventarem mais esta?

Seria bastante agradável para mim se pudesse confirmar todas as asseverações de distintos companheiros da jornada de 15 de novembro, empenhados em fornecer elementos para o futuro historiador. Alguns desses camaradas, com grande aqodamento,

entregaram-se à tarefa de fazer a história para evitarem a deturpação dos fatos, segundo diziam, justificando-se.

Mas estes estavam ainda muito recentes, as paixões ainda incandescentes para que a necessária calma e isenção de ânimo pudessem presidir o árduo intento.

E, demais, encaravam os acontecimentos muito terra a terra, olhando em torno de um círculo muito limitado, dentro do qual eles próprios tinham agido. É por ter sido realmente sua ação bastante eficaz, graças ao ardor e desassombro com que se empenharam na sacrosanta causa, isolados como se achavam na sua campanha histórica, chegaram ao ponto de ir desconhecendo outros companheiros da cruzada e, finalmente, pela sua narrativa, foram insensivelmente se apresentando como os verdadeiros chefes do movimento, deixando até aos verdadeiros chefes uma ação subalterna.

E, assim, é natural que muitas vezes cometam involuntariamente confusões e atropelos em detrimento da verdade que, precisamente de boa fé, queriam salvaguardar.

O coeficiente pessoal de cada um pesa também bastante para que um trabalho desta natureza possa sair desde logo escorrido do primeiro jato. Não me proponho, portanto, a acompanhar, par e passo, as narrativas do ilustre general reformado Sebastião Bandeira, publicadas no *Jornal do Comércio* de 15 de novembro último. Talvez mesmo não viesse mais perturbá-lo em suas gratas incubações se, além de ali ser citado e contestado, não houvesse a reiteração feita pelo mesmo camarada no *Jornal* de 2 de fevereiro do corrente ano, sob mesma epígrafe — Deodoro — e corroborado pelo meu prezado e velho amigo marechal Mena Barreto, cujo valor na gloriosa jornada sempre tenho reconhecido com satisfação e justiça.

Mas este ilustre paladino do 15 de Novembro também tem passado pelo fenômeno acima citado da auto-ilusão.

Ninguém de boa fé poderá desconhecer sua envergadura combatente e menos ainda o valor e a eficiência de sua ação naquele acontecimento. O historiador, porém, dos seus próprios escritos, e no mais que já está arquivado em livros e na imprensa da época, encontrará os elementos para a discriminação dos feitos e graduação das principais personalidades preponderantes da transformação política.

E não pequeno e glorioso será o seu quinhão.

Acentuarei, todavia, a declaração de V. Exa. na carta de 20 de dezembro último ao general Bandeira: “Em 12 de outubro de 89 foi que tive a honra de ser recebido pela *primeira vez* pelo Grande Brasileiro Marechal Deodoro”.

No entanto, há pouco tempo, numa agradável palestra que tivemos, presentes o ilustre General Marques Porto e outros dignos camaradas, eu disse: “Não há dúvida, marechal, que o 15 de Novembro foi o desdobramento final da questão militar...”

Ao que S. Exa. retorquiu: “Qual o que! A questão militar não teve influência nenhuma, e já nem existia mais. A história de 15 de Novembro está errada, mas a verdade há de surgir um dia. O 15 de Novembro foi feito por uma meia dúzia, o mais é cnversa. Olha, o Benjamin estava até com acanhamento de falar ao Deodoro, porque o general estava doente e o Benjamin não tinha quase relações com ele.

Fui eu que levei o Benjamin ao Deodoro...”

Protestei imediatamente, fazendo ver o engano em que S. Exa. laborava.

Tal é o estudo psicológico deste bravo camarada.

No entanto já é da história o papel proeminente do Dr. Benjamin na organização do movimento. A ele foram dirigidas a maioria, ou quase totalidade, dos pactos de sangue, sendo naturalmente constituído o *pivô* da concentração em vista do estado de saúde do marechal Deodoro.

Este era de fato o general mais popular e então de maior prestígio no Exército e o Dr. Benjamin por sua vez era o ídolo da mocidade, principalmente da militar, tendo espalhados por todos os corpos e por toda parte antigos discípulos, para os quais o seu nome aureolado representava um oráculo sagrado.

Não fossem estes dois vultos, então irmanados, e o 15 de Novembro provavelmente não teria passado de uma sedição de quartéis, determinando, quando muito, a queda do Ministério ou talvez da situação dominante.

E nem maior era a aspiração de alguns que mais tarde se apresentaram como os inspiradores e incutidores da solução republicana ao marechal Deodoro.

No dia da posse presidencial do marechal Hermes houve até um que devia ter-lhe provocado um sorriso enfatiado, quando apresentou-o pelo *Jornal do Comércio* como o centro de todo o movimento, o caboclo a quem o marechal delegara todo os poderes e ao qual mandava apresentarem-se os camaradas que o procuravam em alvoroço para confabularem! A verdade é que o então capitão Hermes era muito estimado por todos os camaradas que o conheciam e teve uma parte muito ativa e valiosa no trabalho preparatório do 15 de Novembro, mas certamente com surpresa e enfado só teve conhecimento do papel que lhe foi atribuído pelo Sr. Jacques Ourique no dia da sua posse da cadeira presidencial e por essa revelação tantos anos incubada.

A mesma impressão lhe terá causado o testemunho invocado pelo Sr. general reformado Sebastião Bandeira para a conferência de 11 de novembro, em que o Dr. Benjamin ultimou a convicção ao marechal Deodoro de ser a República a única solução da crise, convidando depois os chefes civis para uma conferência.

Na citada carta que publiquei na *Gazeta de Notícias*, e que seria oportuno reedita, demonstrei que a conferência foi exclusivamente entre os dois.

Há, portanto, equívoco na afirmativa reiterada do Sr. general Bandeira, salvo se faz agora confusão com alguma outra conferência havida.

E assim deve ser porque em sua publicação para a História o intrépido general reformado diz: “Não foi sem dificuldade que, *auxiliado* (os grifos são meus) por Benjamin Constant, *conseguimos* convencer o general Deodoro, a 11 de novembro, em sua residência, da conveniência de entrarmos em combinação com os chefes republicanos e desse fato foi testemunha o seu sobrinho Hermes R. da Fonseca”.

Ainda noutro tópico diz o então tenente Tatão Bandeira: “... a memorável reunião dos chefes republicanos convocada por sua autorização e *meu intermédio* e realizada na sua casa quatro dias antes...” Provavelmente escapou-lhe dizer: e também em *sua presença*.

Isto parece com as *ordens* que S. Exa. diz ter dado ao major Raimundo Abreu, então cadete de cavalaria, para ir ao encontro do major Marciano Botelho de Magalhães, que conduzia a Escola Militar para o Campo de Sant’Anna. O major Abreu já restabeleceu a verdade, contestando tais ordens.

Não alongarei esta respingando outras asserções, ao terminar, não posso deixar de estranhar a acrimônia com que são tratados os dois saudosos e prestimosos republicanos Quintino Bocaiuva e general Solon.

Na diatribe contra o primeiro lê-se: “A revolução nasceu e desenvolveu-se nos quartéis e ali não penetrou o ilustre chefe nem ninguém por ele”.

É o que eu disse. A história do Sr. general Sebastião Bandeira não foi além do círculo acanhado em que se achou metido, só vendo o que lhe estava ao alcance da mão. O grande propagandista não foi realmente apresentar-se ao tenente Tatão Bandeira nem pedir-lhe ordens, mas pergunte ao Dr. João Batista da Mota, então oficial aluno da Escola Superior de Guerra, se é ou não verdade o seguinte:

Quintino Bocaiuva, impressionado com o discurso do Dr. Benjamin na Escola Militar, na festa dos chilenos, mandou uma carta de saudações ao Dr. Benjamin e ao mesmo tempo *pediu-lhe uma conferência*.

Esta carta foi entregue pelo tenente Batista da Mota, ao Dr. Benjamin na Escola Superior de Guerra, precisamente no dia 26 de outubro, em que ele recebeu ali a manifestação da oficialidade da 2ª brigada.

Muitos vimos essa missiva e o mesmo colega foi portador da resposta.

O verdadeiro historiador dará o devido valor ao papel que o seu parente general Tatão Bandeira atribui ao valoroso general Solon.

Não compreendo tanta grosseria.

Posso, entretanto, assegurar que entre os colegas da Escola Superior de Guerra muito diverso era o conceito em que era tido o major Solon, elevado e digno. Se ele teve a fraqueza de pugnar pela lastimável promoção de serviços relevantes, de 7 de janeiro, não cabe ao seu atual acusador inclemente o direito de atirar-lhe a pedra porque incorreu na mesma falta.

E demais, no Almanaque da Guerra, o que consta é que Solon, praça de 1857, foi promovido a alferes em 1860, a tenente em 1869, *por bravura*; a capitão em novembro do mesmo ano, também *por bravura*; a major em 1881, por merecimento; a tenente-coronel em 21 de novembro de 1889, por merecimento, com antigüidade de 3 de novembro de 1887, e a coronel em 31 de janeiro de 1890, também por merecimento.

Não consta, portanto, que fosse promovido por serviços relevantes, o que não sei explicar.

Confronte agora o Sr. general Bandeira a carreira militar desse honrado camarada com a sua e faça justiça a Solon, que estava em igualdade de condições consigo em matéria de estudos.

Pelo Almanaque, S. Bandeira, praça de 1859, foi promovido a alferes graduado em 2 de agosto de 1871 com antigüidade de 6 de outubro de 1870, a alferes efetivo em 13 de março de 1872, a tenente em maio de 1881 – a capitão em 7 de janeiro de 1890 por serviços relevantes, a major por merecimento em 17 de março do mesmo ano. Como se explica tanto despeito pelas promoções de Solon?

A diferença de praça de ambos é apenas de 2 anos. Solon teve duas promoções por bravura nos 5 anos de Paraguai e Bandeira teve a infelicidade de atravessar os mesmos 5 anos como praça de pré.



É de Solon a culpa? Muito mais tarde S. Bandeira era tenente-coronel do Exército e tenente-coronel da Polícia desta Capital. Foi promovido a coronel de Exército (posto que não existia e ainda não existe na Polícia). O coronel S. Bandeira queria conservar-se mesmo assim na Polícia.

Esquisito gosto. O então general Hermes da Fonseca, comandante da brigada, não se conforma com esta dedicação estupenda à Polícia e o coronel Bandeira deixa o posto de tenente-coronel de Polícia, brigando com o comandante, como lembra nesta publicação que tenho me referido.

Ainda seria culpa do falecido general Solon?

É bem provável que o futuro historiador folheie também um volume de história do Dr. Carvalho, escrita por inspiração especialmente dos ilustres camaradas alferes Joaquim Inácio, tenente Tatão Bandeira e capitão Mena Barreto. Aí ele encontrará o major Solon como tendo ou não colaborado em certos feitos de 15 de Novembro, conforme o nome deste bravo companheiro esteja ou não *coberto com uma tira de papel pregada com goma arábica*.

Teve mais sorte o velho general Almeida Barreto por ter “contraído compromisso com os revolucionários desde que por *meu* (dele Bandeira) *intermédio* se propuzera a aliar-se a eles...”

Ainda em relação ao mesmo general, cuja conduta não havia sido compreendida, o Sr. general Bandeira atribui ao Dr. Benjamin Constant a frase dúbida... “Este homem... Este homem...”

Há forçosamente engano, porquanto é certo que o Dr. Benjamin entendera-se antes com o general Almeida Barreto e por isto este saudoso general lhe ficara muito grato e afeiçoado, dando uma prova bastante expressiva por ocasião das intrigas sobre aquela decantada promoção de serviços relevantes.

O general Almeida Barreto procurou o Dr. Benjamin ainda no Instituto dos Cegos, precisamente no dia em que a sua família fora ver a casa em Santa Tereza, onde ele faleceu, e comunicou-lhe o movimento de reação que se operava no seio de certa parte da oficialidade, indo até ao ponto de pretenderem depô-lo por causa da resistência do Dr. Benjamin a tal promoção, terminando por declarar-lhe: Você está com a boa causa e eu estou às suas ordens em todo o terreno. Não fui o único a assistir a essa conferência, que só começou depois do Dr. Benjamin declarar que podia falar entre os presentes, pois o general disse que queria tratar de um assunto importante e reservado.

O Sr. general Bandeira deve lembrar-se de tudo o que houve e seguiu-se a esta informação do general Almeida Barreto: A reunião dos comandantes de corpos, o discurso do Dr. Benjamin a eles, a resposta que trouxeram e até o tratamento severo que teve para com um deles, cujo nome não declino por ter resgatado mais tarde, já general, de uma maneira bastante honrosa e digna, numa pendência com o saudoso irmão do Dr. Benjamin, a sua fraqueza de outrora. Seguiram-se as medidas justas e até algumas resolvidas pelos governantes do Império para a legislatura interrompida pela República, como a reforma compulsória e aumento de soldo, beneficiando a todo o Exército e não somente aos que tiveram a felicidade de achar-se aqui e tomarem parte no movimento.

Tudo debalde. As ambições de um pequeno grupo e as intrigas e interesses que o Sr. visconde de Ouro Preto, preso no Quartel do 2.<sup>o</sup> regimento, me prognosticara, fizeram a sua ingrata sapa, até que surgiu a aludida carta do Dr. Murtinho por intermédio do Sr. Dr. Rui Barbosa e o Dr. Benjamin teve de ceder, assinando conscientemente, como dizia, a sua sentença de morte, porque só restava retirar-se para ser constituído à força das circunstâncias, quer quizesse ou não, o ponto de concentração e de reação dos descontentamentos que despontavam. E se assim fosse, qual teria sido a sorte da República?

Maio de 913. — *José Bevilacqua.*

---

O intemerato republicano Plácido de Abreu, mais tarde preso, e que, segundo afirmam, fora fuzilado no túnel de Copacabana, por ocasião da revolta de setembro de 93, publicou pouco depois da proclamação um pequeno trabalho sob o título “Apostamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil”; dele extraímos as seguintes e interessantíssimas notas:

“Claro está que o Governo não tinha confiança alguma no elemento militar e tratava de prevenir-se para opor-lhe a resistência da Guarda Nacional.

Esta desconfiança do Governo para com o Exército tinha algum fundamento, porque, desde há muito, se notava neste uma certa tendência para se emancipar do dever doloroso de defender caprichos governamentais, confundidos com os sacrosantos deveres da defesa da Pátria.

Além disso, em todas as épocas da propaganda, o Exército tomou parte ativa nos trabalhos dos propagandistas.

Em 1870, por ocasião de ser lançado o célebre manifesto, o capitão Dr. Luís Vieira Ferreira, militar ilustre, firmou a sua responsabilidade naquele documento histórico, auxiliando também a redação do jornal *República*.

Em 1880, por ocasião do imposto do vintém, além de muitos oficiais do Exército, e nomeadamente do 1.<sup>o</sup> 7.<sup>o</sup> e 10.<sup>o</sup> batalhões, que estavam de perfeito acordo com os promotores do movimento, prestaram relevantes serviços os capitães Francisco Félix de Araújo, Cândido Leopoldo Esteves, alferes Eduardo Augusto da Silva e o cadete Lourival, que dando informações exatas sobre a fortaleza da Conceição e do armamento que ali se achava em depósito, comprometeu-se a demorar o reforço pedido para aquela praça, para dar tempo a que os republicanos se apoderassem das armas.

Em 1883, Solon e muitos dos seus dignos companheiros procuraram combinar com Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, e outros chefes republicanos um plano que tivesse por fim a proclamação da República.

Durante a propaganda abolicionista muitos militares, e principalmente a mocidade acadêmica, aliaram-se aos republicanos para trabalharem em benefício da Pátria, sendo muitos deles sacrificados pelos governos que sustentavam a nefanda escravidão.

Na jornada do Cubatão já o Exército estava senhor absoluto de sua consciência, negando-se ao papel degradante de *perdigreiro* de negros fugidos.

Ora, os militares que entraram nestas lutas abolicionistas habituaram-se, ou melhor ainda, familiarizaram-se com os princípios democráticos, de forma que, resolvida aquela questão, não podiam ficar inertes, porque à sua frente estendia-se outro caminho por onde era preciso enveredar para conquistarem a Pátria Livre.

Então da Escola Militar e da Superior de Guerra, onde o espírito culto de Benjamin Constant havia trabalhado sem cessar, foi saindo para as fileiras do Exército, a mocidade pujante, levando as lições patrióticas daquele ilustre mestre.

Para provar que naquelas escolas de guerra desenvolvia-se profundamente a propaganda republicana, é bastante lembrar que em todos os conflitos que resultaram das conferências feitas pelos propagandistas das idéias democráticas, tomaram parte ativa os acadêmicos militares, como aconteceu nas conferências de Silva Jardim, no teatro Lucinda e na Sociedade Francesa de Ginástica; e com Lopes Trovão; na conferência de 14 de julho, no Congresso Brasileiro; nesse mesmo dia, no ataque da *Guarda Negra*, à rua do Ouvidor.

Além disso, Severiano da Fonseca, Deodoro, Madureira, Pelotas, Frias Vilar, e outros oficiais superiores que sempre estiveram prontos para sacrificarem-se pela Pátria, não se vergavam facilmente aos caprichos individuais de um ministro ou do rei, advindo daí, nos últimos tempos do Império, as perseguições, injustiças e desgostos por que passavam alguns daqueles ilustres militares, o que deu em resultado a sua atitude em frente aos ministérios Cotegipe, João Alfredo e, por fim, visconde de Ouro Preto.

O Clube Militar foi o cadinho onde se fundiu a autonomia do Exército.

Os atos violentos do governo da monarquia eram ali discutidos por oficiais briosos, que, a pouco e pouco, foram incutindo no espírito dos seus camaradas a necessidade que havia de pôr-se um paradeiro aos desmandos do poder.

Já os ânimos dos militares se achavam seriamente exaltados pelas perseguições movidas pelos governos contra distintos camaradas, quando foi convocada a reunião de 9 de novembro, afim de tratar-se de assunto importante em relação à classe.

No dia 8 houve acordo entre Benjamin Constant, Jacques Ourique e outros oficiais para que na sessão do dia 9 fosse aceita a proposta que devia apresentar Jacques Ourique, afim de que se dessem amplos poderes a uma comissão de três membros, com faculdade de dirigir livremente a questão, depois de mais uma enérgica tentativa junto ao Governo, marcando-se a esta comissão o prazo fatal de 24 horas para levar a termo a sua missão e dar conta do resultado ao Clube.

Efetuada a anunciada sessão, na noite de 9, e ‘‘presentes cento e cinquenta e três oficiais das diversas armas, propôs o Dr. Benjamin Constant que, em vez de ser nomeada uma comissão de três membros, lhe fossem entregues os poderes que a ela se pretendia conceder e lhe dessem o prazo de oito dias para apresentar o resultado dos trabalhos que ia empreender.

‘‘Com o fim de evitar discussões importunas em assembléia tão numerosa, tanto mais quando achavam-se os ânimos dos jovens oficiais que a constituíam exacerbados em alto grau pelos últimos atos do Governo, e sabíamos estar debaixo de constante vigilância dos agentes de polícia, propôs (artigo do tenente-coronel Jacques Ourique, de onde tiramos estes apontamentos) imediatamente: que, dando prova de completa confiança na palavra que o Dr. Benjamin Constant acabara de empenhar espontaneamente,

e como justa manifestação a seu elevado caráter e a sua reconhecida dedicação à classe a que pertence, se lhe desse o mandato sem discussão.”

Esta moção foi acolhida com entusiasmo e Jacques Ourique propondo-a teve por fim deixar aos chefes o direito de trabalharem com a reserva necessária.

Depois de Benjamin Constant haver agradecido à assembléia aquela prova de confiança, levantou-se a sessão.

“Desde essa noite, diz Jacques Ourique, começou o digno oficial a desempenhar a delicada missão que lhe fôra confiada.

“Com a convicção de que nada alcançaria por meios brandos e suasórios junto ao orgulho e pertinaz obstinação do chefe do gabinete, resolveu recorrer à reação armada.

“Para isso começou por entender-se no dia 10 com o general Deodoro, que, apesar de estar enfermo, acompanhava de perto a questão, empenhando nela todo o seu amor e toda a sua dedicação à classe militar.

“De acordo com o marechal, o Dr. Benjamin Constant entendeu-se com alguns comandantes de corpos, chefes da armada e de estabelecimentos militares e oficiais do Exército, principalmente com os mais ativos da 2ª brigada.

Pelos seguintes trechos de um artigo do capitão Jerônimo Teixeira França conhecer-se-á a marcha regular da revolução:

“No mesmo dia em que o Governo deu o baile oficial na Ilha Fiscal e em que o Clube Militar convocou uma sessão republicana, que foi a 9 de novembro, já o 22º batalhão preparava-se para partir no dia seguinte, pois havia recebido anteriormente ordem para embarcar no dia 10 para o norte.

“No dia 9, porém, alguns oficiais do 22º, como o capitão Tomé Cordeiro, o tenente Pedro Carolino e outros, procuraram reunir no quartel do seu batalhão alguns oficiais dos outros corpos desta guarnição, com o fim de tentar um acordo no sentido de uma recusa e oposição formal ao embarque do 22º e do rompimento consequente com o Governo.

“À hora marcada compareci a essa reunião; mas, antes de chegar-se a um acordo qualquer, o comandante daquele batalhão, o Sr. coronel Carlos Magno da Silva, declarou que havia estado com o general Deodoro, e que este lhe havia dito que embarcasse, porque as coisas ainda não estavam preparadas para aquela recusa e que nada se podia fazer naquela ocasião.

“Em vista de tal declaração retiraram-se entristecidos os poucos oficiais que, ali se achavam, apesar dos protestos enérgicos que ao comandante dirigiu o brioso e distinto capitão Tomé Cordeiro.

“No dia seguinte, 10 de novembro, embarcou o 22º com destino ao norte do Império.

“No mesmo dia em que embarcou o 22º mandou o major Solon que o tenente Sebastião Bandeira fosse em seu nome à casa do Dr. Benjamin Constant propor uma conferência entre os chefes republicanos Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk e outros, em presença do Sr. general Deodoro, para resolver-se definitivamente acerca do movimento revolucionário.

“O general resolveu que essa conferência dar-se-ia à noite em sua casa como aconteceu.

“No dia seguinte 11 de novembro o Dr. Benjamin Constant foi à residência do major Solon e, depois de detida prática, resolveram conferenciar no dia seguinte (12) com Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo e outros.

“Como, porém, os asseclas do Governo houvessem estabelecido uma espionagem contínua nos arredores da casa de Benjamin Constant e do Major Solon, ficou resolvido que essa conferência teria lugar na residência do major Dr. Espírito Santo, à rua do Pau Ferro nº 40.

“À hora marcada ali compareceram o Dr. Espírito Santo, Dr. Benjamin, Quintino Bocaiuva e Solon. Depois de tratarem de diversos pontos relativos ao movimento revolucionário, reconheceram todos a necessidade de levá-lo a efeito com a maior brevidade possível e decidiram reunir-se em conferência na mesma casa às 11 horas do dia 14.

“Depois da sessão republicana no Clube Militar tornou-se patente, unificada, a vontade da classe e ao mesmo tempo personificada na individualidade do Dr. Benjamin Constant.

“Pelos oficiais da Escola Militar que assistiram a essa sessão, uma boa parte dos alunos ficou logo ciente do que lá ficou resolvido; e assim é que desde que conheceram a vontade ardente e a resolução suprema do seu venerando mestre, redobram de fervor pela propaganda revolucionária e de entusiasmo pela reação a mão armada.

A 10 de novembro os alferes alunos Olavo Corrêa e Alberto Cardoso de Aguiar, da Escola Superior de Guerra, tendo ido à Escola da Praia Vermelha, encarregaram o cadete aluno Floriano Vieira de Campos de observar a atitude da administração da Escola e indicaram-lhe como um bom companheiro e guia o alferes Augusto Fabrício Ferreira de Matos, subalterno da sua própria companhia.

“A convite do cadete Floriano começou um grupo de alunos a vigiar as arrecadações desde o dia 10 de novembro, e a nelas penetrar com chaves falsas, a horas mortas da noite, com o fim de conhecer a munição de guerra ali existente.

“Dias antes, o Governo que estava preparando a Guarda Nacional, e que com ela contava para, na abdicação do Imperador, estabelecer o terceiro reinado, no dia 2 de dezembro, mandara buscar na Escola Militar grande número de cinturões dos alunos, que, indignados, ao saberem que esses objetos seus iam ser distribuídos pela Guarda Nacional, que todos supunham contrária ao Exército, começaram a arrancar das chapas dos seus cinturões os castelos, que eram e são o distintivo exclusivo da escola.

“O mesmo grupo de alunos já mencionado introduzia-se ocultamente na arrecadação da infantaria e fechado por dentro a horas convenientes, preparava com as correias velhas de cinturões já inservíveis, novos cinturões de infantaria para substituir os que lhe haviam sido tirados, de modo que não faltassem aos alunos no caso de uma emergência qualquer.

“Estabeleceram também uma ronda ou guarda vigilante, que durante a noite observava incessantemente o pátio interior da escola, os seus arredores e o baluarte da 2ª parte posterior, que dá para o mar.

“Este grupo acompanha-se dos seguintes cadetes: Flaviano Vieira de Campos, Alexandre Argolo Mendes, Gustavo Schmith, Nicolau Antônio da Silva, Heráclio Ferreira

Lima, Espírito Santo Cardozo, Vicente de Azevedo, Bernardo Padilha, Horácio de Almeida, Ciríaco Pereira, Luís Mariano de Campos e Aristides Ferreira Bandeira.

“Além do que acima relato, devo dizer ainda que esses alunos induziram quase a totalidade dos outros a não saírem da escola em passeios para a cidade, afim de se acharem na escola, e estarem prontos para marchar a qualquer hora.

“À uma hora da tarde, mais ou menos, do dia 11, apareceram na escola Olavo Correia e Alberto de Aguiar, com o fim de angariar assinaturas dos oficiais e cadetes que não haviam assinado a mensagem da escola ao Dr. Benjamin e que o quisessem acompanhar em todo o terreno contra o Governo.

“Eis a cópia fiel do documento que de lá trouxeram esses dois oficiais:

“Relação dos Srs. oficiais e praças de pré aquarteladas na Praia Vermelha, que acompanham ao Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tenente-coronel do Estado-Maior de 1ª classe, em todo o terreno, até mesmo o da resistência.

“Alferes aluno Cromâncio de Brito Bastos, 2º tenente Manoel Pantoja Rodrigues, alferes Marcos Curius Mariano de Campos, alferes Augusto Fabrício Ferreira de Matos, alferes aluno João Carlos Pereira Ibiapina, alferes Crispino Guedes Ferreira, alferes Antônio Teles da Silveira, Bernardo de Araujo Padilha, Agostinho de Sousa Neves Junior, Fernando de Souza Melo, Francisco de Paula, Pedro de Alcântara, Alarico de Araujo e Silva, Fernando Gomes Ferraz, Ticiano Corregio Daemon, Eduino Carpenter, José Francisco Neto, Norberto Augusto Vilas Boas, Alfredo Julio de Moraes Carneiro, João Carlos do Couto Seabra, Ciríaco Lopes Pereira, Francisco Antônio de Arruda Pinto, Emílio Bittencourt da Silva Sarmento, Horácio Lopes de Almeida, João Cândido da Silva Murici, Jonatas Gonçalves Barbosa, Floriano Vieira de Campos, Gustavo Schimith, Arnulfo Cesimbra, Antônio José Julio, Alexandre de Argolo Mendes, Heráclio H. Fernandes Lima, Nicolau Antônio da Silva, Erasmo de Lima, Luiz Bartolomeu de Sousa e Silva, Elpídio Cirilo Lima.

“Posso afiançar que se esta relação não está assinada por muito maior número de alunos, é porque guardou-se muito sigilo nisso. Eu também lá estava trabalhando nesse mesmo dia e sou testemunha ocular do que acabo de asseverar.”

Então, de acordo com o marechal Deodoro, continua Jacques Ourique, resolveu o Dr. Benjamin Constant executar o movimento revolucionário na tarde de 16, quando os ministros se achassem em conferência com o Imperador.

Por sua parte o marechal Deodoro, no dia 13, mandou chamar o ajudante-general do Exército, marechal de Campo Floriano Peixoto, e confiou à sua lealdade a posição em que se achava o Exército.

Tendo ponderado o general Floriano Peixoto que a seu ver os atos do Governo não autorizavam ainda a semelhante extremo; que talvez fosse preferível fazer última tentativa junto ao Governo, o marechal Deodoro declarou categoricamente ao seu velho amigo que o movimento era irrevogável e que ele já se achava à frente de seus companheiros.

“Por seu lado, o Dr. Benjamin Constant continuava seus trabalhos, no intuito de reunir os elementos de que carecia a revolução, em conferências celebradas em vários pontos da cidade com oficiais dedicados e dispostos, quando se soube, ao anoitecer do dia 14, que, o gabinete, prevenido, se reunia no Arsenal de Marinha e depois do Quartel-General.

Era preciso agir enérgica e rapidamente.

“Com efeito, deram-se imediatamente ordens, no sentido de fazer o movimento nessa mesma noite, antes que o Governo pudesse organizar resistência.

“Como corresse o boato da prisão do general Deodoro e do Dr. Benjamin Constant (dizem pessoas insuspeitas que fora o major Solon que dera curso a esta notícia, com o fim de indignar mais o Exército contra o Governo, e determiná-lo a romper as hostilidades) (\*), da ordem do embarque e partida do 7<sup>o</sup> batalhão de infantaria e 9<sup>o</sup> regimento de cavalaria, mandou-se imediatamente um carro buscar o general, que à tarde se tinha retirado, por conselho de seu médico, para a casa de seu irmão Dr. João Severiano, no Andaraí, afim de repousar e experimentar a mudança de ares.

“Depois de sua volta, às 11 horas da noite, começou-se a tratar do movimento em sua casa do Campo da Aclamação, onde, com o Dr. Benjamin Constant, se achavam vários oficiais do Exército e da Armada, sendo a cada momento chamados outros.

O entusiasmo e a dedicação dos oficiais eram inexcedíveis.

“O general, impertubável e atento, examinava os meios de ação e dava ordens.

“Discutia com o capitão Espírito Santo um plano de ataque apresentado por esse oficial, quando sobreveio-lhe um fortíssimo acesso da enfermidade que sofria, vendo-se forçado a recolher-se ao leito em um estado grave de prostração.

“Por essa razão o Dr. Benjamin Constant deu ordem em contrário, aprazando o movimento para o dia 15 ou 16, à tarde, segundo aconselhassem as circunstâncias e o estado do general.

“Nesse interim, um distinto oficial propositalmente levou à 2<sup>a</sup> brigada aqueles rumores como fatos indiscutíveis.

“Ante tão grave notícia, os oficiais apressaram-se em organizar os elementos materiais, e às 4 horas da manhã, pouco mais ou menos, achavam-se preparados para partir, tendo expedido emissários às casas do general Deodoro e do Dr. Benjamin Constant.

Estes chefes, apenas prevenidos, saíram em carro para S. Cristóvão, onde o segundo deles encontrou a força. O general Deodoro encorporou-se a ela em caminho.

Publicamos as seguintes notas de pessoa competente:

“A legenda que se vai formando em torno do nome de Deodoro é uma aurora que a História jamais erra em seus julgamentos;

A seguinte frase é muito dele, pois que a empregava mui comumente: “*Não argumento com palavras, venham os fatos*”.

São de fatos e não de palavras que se vai formando a legenda em torno do seu nome honrado.

Já é da História, não que ele nos dissesse, mas sim porque os fatos estão confirmando, que ele pelo muito amor à sua classe sacrificou todos os seus interesses, repelindo com altivez e raro despreendimento todas as honrarias com que já lhe acenavam os últimos governos da monarquia.

---

(\*) Nota do autor.

Que foi ele quem iniciou a nova era, prova-o o fato da defesa que espontaneamente tomou de um seu camarada e comandado ofendido.

Quando em fins de setembro de 1887 os então capitães Abreu e Lima, Castelo, Vespasiano Gonçalves foram em comissão, por parte da guarnição de Porto Alegre, ao palácio do Governo, pedir licença a Deodoro para tratar de interesses da classe ameaçados com o aviso que mandara repreender o tenente-coronel Madureira, bem como tratar da defesa desse oficial, Deodoro recebeu-os com a seguinte frase: "*Já estou nas avançadas tiroteando com o Governo*" e, em seguida, deu a ler a esses a minuta do luminoso ofício que em data de 3 do mesmo dirigira ao ajudante-general, visconde da Gávea.

Foi pois, não há dúvida, esse seu nobre proceder que produziu a explosão da classe militar: a *Questão militar*, que ao chegar ao seu auge, o visconde de Pelotas, sem rebuços, disse a Serzedelo Correia: "*Sem ele, Deodoro, nada poderemos resolver*".

Já é da História que por ocasião da propaganda abolicionista, na qualidade de membro da Confederação e presidente do Clube Militar, prestou o general tão bons e leais serviços à abolição, que ao falecer e pouco antes de baixar a sepultura, João Clapp pregou-lhe ao ombro o emblema que os beneméritos usaram nos tempos em que era combatida a escravidão.

Já é da História que por amor à Pátria sacrificou à grande amizade e dedicação que votara a D. Pedro II, apresentando-se quase que moribundo à frente das tropas libertadoras na manhã de 15 de novembro de 1889 e depondo a monarquia.

Na véspera desse dia, ao cair da tarde, Benjamin Constant disse a Francisco Glicério: "*A república está perdida, a revolução está comprometida*", e alegando o estado de enfermidade do marechal Deodoro, que não deixava nenhuma esperança de vida, acrescentando mais: *que a vida do marechal Deodoro era condição do sucesso revolucionário para o triunfo final da República*".

É fato já comprovado que em fins de outubro, quando se tramara, entre militares, a deposição ministerial, Solon e Mena Barreto, após conferências que tiveram com Deodoro, e de certificarem-se de que este em últimos extremos estava disposto a optar pela Pátria, foram de tudo dar conhecimento a Quintino Bocaiuva e Aristides Lobo, os quais por sua vez apressaram-se em pedir uma conferência a Benjamin Constant.

É fato também que a 7 de novembro Deodoro, de acordo com Benjamin, resolvera convocar uma sessão do Clube Militar para a noite de 9, antecedendo-a de uma reunião secreta para que fossem combinadas algumas medidas de precaução, bem como no melhor meio de encerrar-se a sessão em dado momento.

É fato que ao cair da tarde de 11 Deodoro reuniu em sua casa os seguintes chefes republicanos, civis e militares, Quintino, Glicério, Rui Barbosa, Benjamin Constant e Solon, dando àqueles plenos poderes para organizar o ministério.

É fato também que a 15 de novembro Deodoro, tendo sempre a seu lado, entre outros, o chefe do partido republicano (que por sinal *já trazia no bolso a lista dos ministros*), fez abrir o portão principal do Quartel-General, passou em revista as tropas com que o Governo supunha ainda contar, faz com que estas se reunam às suas; em seguida sobe à Secretaria da Guerra, demite o ministério, fazendo a ameaça de deportação a alguns ministros, e após tudo, tendo sempre a seu lado aquele chefe republicano,



Benjamin Constant, Serzedelo Corrêa, Pedro Paulino, Lauro Müller, Carlos Brasil, Peña, todos a cavalo, e a pé Aristides Lobo, José do Patrocínio e outros, entre explosões de delírio e entusiasmo e de vivas à República, manda que a artilharia salve com 21 tiros o renascimento da Pátria!

Após a proclamação da República Benjamin Constant disse a Júlio de Castilhos: “Se Deodoro não tivesse saído à rua no seu cavalo de guerra a República não se teria feito”.

Finalmente é Rui Barbosa que assim se pronunciou: “descobri de relance o íntimo do herói, a sua magnânima personalidade, feita de denodo e clemência.

Nunca mais vi desdizer do tipo excelso e bom, que ali se me representou o fundador da República, o único digno de tal nome, a despeito dos fabricantes de lendas”.

São de fatos e não de palavras a justa legenda que se vai formando em torno do nome do valoroso Deodoro.

Com um distinto e respeitado oficial do Exército entretive a seguinte conversação:

Você que acompanhou o general Deodoro durante todo o tempo em que ele esteve no Rio Grande do Sul, como presidente e comandante das armas, em Mato Grosso, como comandante das forças expedicionárias, e aqui na Capital durante a conspiração que antecedeu a 15 de novembro, pode com vantagem esclarecer alguns pontos da vida política do general, ainda um tanto confusa.

Há um ponto da questão militar que ainda, a meu ver, não está claro: é a que diz respeito ao início da questão que, segundo uns, foi ato espontâneo de Deodoro, e, segundo outros, foi de Madureira.

Não há dúvida que Madureira, como Cunha Matos, sentindo-se ofendido com as acusações que lhe foram feitas da tribuna do Senado, recorreu também à imprensa, fazendo publicar na *A Federação*, de Porto Alegre, de 16 de agosto, um artigo que só em fins desse mês devia ter chegado e ser transcrito nas folhas desta Capital.

A semelhança do que se dera na Corte, no Rio Grande do Sul o artigo de Madureira, bem como as notícias da repreensão do Cunha Matos, eram apenas comentadas em rodas militares, sem nenhuma manifestação pública.

A 2 de setembro, já à noite, Deodoro recebeu um telegrama do ajudante-general, visconde da Gávea, em que lhe perguntava se tinha dado licença a Madureira para publicar na *A Federação* o artigo de 16 de agosto. Na manhã de 3 desse mês Deodoro respondeu a esse telegrama nos seguintes termos: *T. Coronel Madureira não teve licença para publicar o artigo de 16 de agosto. Em ofício desta data tratarei da questão.* Nesse ofício, cujos termos já devem ser muito conhecidos, porquanto já tenho dado dele algumas cópias da minuta que possuo, Deodoro, depois de ter citado todos os decretos e avisos até então em vigor, terminou, dizendo que *Madureira estava no seu direito de se defender pela imprensa das acusações que lhe foram feitas pelo senador Franco de Sá, e que a seu ver nenhuma falta cometera.*

Nessa ocasião as guarnições da província já tinham se manifestado?

Não, a guarnição de Porto Alegre foi a primeira a se manifestar, mas isso em fins de setembro, a 27, se não me engano, data em que uma comissão de oficiais constituiu-se, entre outros, dos então capitães Abreu e Lima, Vespasiano Gonçalves e Sousa Cas-

telo, foi ter com Deodoro afim de pedir ao mesmo licença para tratar dos interesses da classe, muito prejudicada com o espírito do último aviso, bem como da defesa de Maturéia.

Deodoro recebeu a comissão com as seguintes palavras — *Já estou nas avançadas tiroteando com o governo*, em seguida deu a ler a estes a minuta do ofício que em data de 2 de setembro dirigira ao ajudante-general.

Um dos primeiros atos dessa comissão, logo após a primeira reunião ostensiva de todos os militares dessa guarnição, a 1 de outubro, foi passar a Quintino Bocaiuva o seguinte telegrama:

Quintino Bocaiuva, Corte.

Militares guarnição agradecem imprensa *defesa* que tem tomado *nostros direitos* ofendidos.

Interprete nosso reconhecimento.

Porto Alegre, 1 de outubro de 1886 — *A Comissão*.

Outro ponto é o que diz respeito à conspiração que, dizem alguns, já havia em favor da República no seio das forças expedicionárias.

Conspiração propriamente não houve, propaganda republicana feita por alguns, com geral adesão, e com o fito de obter de Deodoro qualquer manifestação, foi o que houve.

Recordo-me que a pretexto de se festejar os aniversários natalícios e a data de 13 de maio, reuniões houve nas casas do hoje general Correia Lage, Dr. Siqueira Cavalcanti e outros, em que esse mesmo doutor, que exercia o cargo de auditor de guerra, tenentes Febrônio de Brito, Eduardo A. da Silva e outros, em presença de Deodoro, pronunciaram discursos em que claramente manifestaram suas idéias políticas republicanas; este último, por ocasião de uma manifestação que a 13 de maio fizeram a Deodoro, terminou o seu discurso com as seguintes palavras — *Que não só o Exército mas também, o país, tinham sua atenção fixa sobre ele, pois viam na sua pessoa o salvador da dignidade do Exército, bem como salvador da Pátria*.

Deodoro respondeu com palavras repassadas de patriotismo e terminou dizendo: — *Que nada o detinha, e que aqueles que o julgavam preso enganvam-se; estava preso em teias de aranha, que sem esforço delas se libertaria*.

Na própria residência de Deodoro, por ocasião das refeições, que o mesmo fazia em companhia de todos os oficiais de seu estado-maior, o assunto da conversação como que obrigado era o — *Da conveniência que, segundo alguns, já havia de proclamar-se o mais breve possível a República*.

Sem nunca manifestar desgosto ou contrariedade, via-se que, ao contrário disso, ele apreciava essas conversas, que eram quase sempre provocadas pelo Dr. Alberto F. de Medeiros, tenentes Gasparino C. Leão, Gavião P. Pinto, Vila Fortes, Gentil, dois seus parentes e outros.

Certa manhã de julho, bem me recordo, Deodoro resolutamente perguntou-nos — *Qual o homem que vocês indicam para Presidente da República?*

O seu amigo Benjamin Constant, disse um seu parente; em seguida todos os presentes — V. Exa., e por que não?

— É o que lhes parece — foi a resposta com que ele selou a conversação desse dia. Pelo que acaba de relatar-me, vê-se que Deodoro já de há muito que se preocupava com a sorte da nossa Pátria.

Da leitura dessa carta, que pode, se quizer, transcrevê-la, por ele dirigida a 1 de outubro de 1888 a um seu parente no Rio Grande do Sul, vê-se claramente que já nessa época não lhe era indiferente a República; a seu ver faltavam homens republicanos, capazes, pois que até então ele só conhecia, pessoalmente, um chefe republicano em que muito confiava, era o Dr. Julio de Castilho.

Eis a carta: — *Não te metas em questão republicana, porquanto República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa; os brasileiros nunca se prepararam para isso, porque sempre lhes faltará educação e respeito para isso.*

*Nem todos são homens da têmpera do grade Júlio Castilho, a quem darás lembranças e apresentarás meus respeitos.*

Há uma outra manifestação, e esta pública, por ele feita, em que viu-se perfeitamente qual a orientação política que então tinha: refiro-me ao *interview* que o mesmo tivera com um dos redatores do jornal *Diário de Santos*, ao regressar de Mato Grosso, *interview* que foi transcrito no *O País* de 19 de setembro de 1889.

Nessa ocasião Deodoro, após mostrar-se muito preocupado com as últimas eleições, terminou dizendo ao seu interlocutor — *Há três republicanos em quem votaria de bom grado, três moços distintos da província do Rio Grande do Sul, Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Júlio de Castilho.*

É certo, como afirmou o Sr. visconde de Ouro Preto em seu manifesto, que Deodoro ao regressar de Mato Grosso viera com todas as vantagens e regalias do seu alto posto de comandante das forças de mar e terra?

Não só a mim como a todos, estou certo, que serviram nessas forças surpreendeu bastante esta e outras declarações feitas pelo ex-presidente do conselho de ministros, que deveria estar melhor informado. Admirou-me que o visconde, em novembro de 1889, ainda ignorasse que Deodoro antes de embarcar para a Corte tivesse dissolvido as forças de seu comando e entregue todos os comandos, inclusive o das armas, ao coronel Cunha Matos, e embarcado como simples general em trânsito. O que mais me surpreendeu foi ter o visconde também afirmado que Deodoro não entregara o relatório dessa comissão quando é certo que ele remetia mensalmente, como poderá ver das minutas que aqui tenho dos *relatórios parciais* que remeteu, sendo que o último entregue tem a data de 28 de setembro.

O que me diz você da conspiração que antecedeu a 15 de novembro que, segundo uns, foi surpresa para muitos a proclamação da República nesse dia?

São muitos ainda os que estão nessa suposição e isso se explica pela falta da verdade inteira e sobretudo a maneira apaixonada com que alguns escritores, logo após a proclamação da República, referiram-se a esse assunto.

Como dizer a verdade, quando desde logo se tornava preciso ocultar e escurecer certos fatos para dar ganho de causa a uns com prejuízo de outros?

Como certificar-se da verdade, se aqueles que naquela época já historiavam esse grande fato, e, em poucos dias após já mudavam de opiniões, já alteravam suas narrativas, tudo levado por paixões inconfessáveis.

Há, por exemplo, um ponto da história que, por conveniência de alguns, se procura olvidar: é o que diz respeito à recomendação que Deodoro e Benjamin faziam aos seus mais íntimos para que guardassem toda reserva (quanto à feição política da conspiração) aos companheiros que não comungassem das mesmas idéias.

Mas o fato de procurar-se também ocultar que até mesmo oficiais da segunda brigada marcharam para o campo da Aclamação, na suposição de que iam depor o ministério, é uma prova que aquelas recomendações foram cumpridas fielmente.

Muito poucos foram os militares e civis que tiveram conhecimento exato do fim principal da revolução projetada, ao passo que quase todos tinham conhecimento (por estarem envolvidos) da revolução militar; daí essa discordância de opiniões e de afirmativas feitas também por aqueles que se supõem muito enfronhados daquelas ocorrências.

Eu tenho visto até negar-se a participação dos chefes republicanos civis de S. Paulo e Minas, quando isso é o que há de mais verdadeiro. Para aqueles que tomaram parte na conspiração e que como eu tomam a si o trabalho de colecionar tudo quanto se tem escrito a esse respeito e após, confrontando as revelações e opiniões de uns e de outros, precisando datas, e se tanto preciso, horas, de certo chegará à seguinte conclusão, quanto ao início da revolução política republicana de 15 de novembro.

Que é certo que, logo após à chegada de Deodoro de Mato Grosso, houve uma conspiração puramente militar, e que devido ao estado de saúde deste até fins de outubro nada se tinha então resolvido.

Que em fins de outubro Solon e Mena Barreto, já de acordo com alguns republicanos civis, procuraram aproveitar-se do estado de exaltação dos militares e dos elementos de revolta, para fazerem uma revolução política e consequente mudança de instituições. Que, assim combinados, procuraram sondar o ânimo de Deodoro, indo eles afinal, após algumas conferências que tiveram com este, certificar-se de que o mesmo estava disposto, em último extremo, a optar pela República.

Eis o início da conspiração de 15 de novembro:

E que me diz você da questão, há pouco discutida pela imprensa, sobre a casa de Deodoro?

Estranhei que houvesse quem pusesse dúvida em ter Deodoro, na manhã de 15, saído de sua casa do Campo da Aclamação n.º 99, só porque tivesse ele passado o dia anterior em casa do seu irmão Dr. João Severiano, na Rua Barão de Mesquita n.º 4, Andaraí.

O que se passou de verdade foi o seguinte: Na manhã de 14 sua irmã Amélia foi convidá-lo para passar o dia em casa daquele seu irmão, a fim de mudar de ares; Deodoro anuiu ao convite e para aí seguiu em companhia de sua esposa, e como tivesse passado bem o dia, *sem dispnéias*, aconselharam, e insistiram mesmo, para que ele passasse a noite. Já resolvido a aí pernoitar, sua esposa, em companhia de um seu sobrinho, que fora também até lá pelas 3 horas da tarde levar um recado de Benjamin para Deodoro, regressou à casa afim de arrumar alguns medicamentos, bem como dar ordens sobre o arranjo da casa.

Às 6 horas da tarde, quando a esposa de Deodoro já se preparava para voltar à casa de seu cunhado, notou que parara um tálburi à porta de casa, dele apeando-se

Benjamin Constant, que entrara perguntando por Deodoro, e se este se demorava muito a regressar; com surpresa notou aquela que, após Benjamin, entraram outros e mais outros e entre estes últimos o seu sobrinho Percílio, que, após conferenciar com Benjamin, resolveu-se de tudo dar conhecimento à sua tia. Esta desde logo encarregou-o de tomar um carro e ir buscar Deodoro. Isso passou-se já pelas 7:30 horas da noite, e às 9:30 Deodoro, acompanhado de Percílio, chegou à sua casa e desde logo entrou a conferenciar com os presentes.

Às 12 horas, mais ou menos, teve ele uma síncope cardíaca e recolheu-se a seus cômodos, o que não o impediu de ainda conferenciar com o general Almeida Barreto e com o seu irmão Pedro Paulino, que foi quem pelas 2 horas da madrugada lhe deu notícias exatas do que se passara em S. Cristóvão; nessa ocasião Deodoro encarregando a esse seu irmão e ao então capitão Hermes de prevenirem aos camaradas da 2ª brigada que se conservassem em seus postos que pela manhã ele iria ao encontro deles.

De fato, ao amanhecer de 15, quando o cunhado do Dr. Benjamin Constant fora em nome deste preveni-lo de que a brigada estava a sua espera, ele que pouco antes já tinha recebido igual aviso do tenente Peña, auxiliado por sua esposa já se vestia e arrumava os arreios do cavalo de sua montada em um saco; e por intermédio de seu primo, alferes aluno Augusto Cincinato de Araujo, que lhe fizera companhia à noite, mandou vir um carro, e em companhia desse mesmo seu parente partiu para S. Cristóvão, tomando o caminho mais curto, da Vila Guarani.

Há um outro ponto que também ainda não é claro, é o que diz respeito à hora precisamente em que a segunda brigada se revoltou.

Tem toda razão de ser essa sua pergunta; quase todos os historiadores afirmam que os corpos da 2ª brigada se revoltaram depois das 8 horas da noite, quando a verdade inteira é que uma das baterias do 2º regimento de artilharia, ao cair da tarde de 14, já se tinha revoltado e achava-se pronta à primeira ordem de Deodoro e Benjamin Constant.

O Sr. major Tomás Cavalcanti, que se achava de serviço de estado-maior nesse dia melhor que eu vos poderá informar.

O que vos posso afirmar com segurança é que esse regimento foi o primeiro a pegar em armas.”

#### COMANDANTES DAS FORÇAS QUE FORMARAM POR ORDEM DO GOVERNO NO 15 DE NOVEMBRO DE 1889

Corpo de Polícia — coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, que depois passou o comando ao major Oliveira Valadão.

Cavalaria de Polícia — major Cícero de Brito Galvão, tenente do Exército.

Corpo de Bombeiros — tenente-coronel João Soares Neiva.

1º batalhão de infantaria — tenente-coronel Manoel Rodrigues Bragança.

7º batalhão de infantaria — tenente-coronel João Batista do Rego Barros Cavalcante de Albuquerque.

10º batalhão de infantaria — coronel Ouriques Jacques.

24º batalhão de infantaria — tenente-coronel Sebastião Raimundo Ewerton.

Imperiais Marinheiros — capitão-tenente Quintino Francisco da Costa.

Batalhão Naval – capitão de fragata Gaspar da Silva Rodrigues.

Companhia de metralhadoras – 1.º tenente João da Silva Retumba.

Corpo de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, sob o comando do coronel Deschamps.

Comandante do 1.º batalhão de artilharia – Fortaleza de Santa Cruz – coronel Antônio José Maria Pego Junior.

Diretor do Arsenal de Guerra – tenente-coronel Firmino Pires Ferreira.

A fortaleza de Conceição era a sede da fábrica de armas e estava subordinada ao comando geral de artilharia, cujo chefe era o Conde D’Eu.

A fortaleza de S. João era a sede do Depósito de Aprendizes Artilheiros e tinha um pequeno destacamento do 1.º batalhão de artilharia.

As forças reunidas pelo Governo compunham-se de dois mil homens, mais ou menos.

# Notas

---

- <sup>1</sup> Este oficial general, cujas relações com o marechal Deodoro estavam estremecidas mandara oferecer-lhe os seus serviços para a sublevação. Eis como ele próprio descreveu o seu procedimento no discurso que proferiu em resposta a uma manifestação de vários oficiais, que o foram felicitar por aquele motivo (*Jornal do Comércio* de 30 de novembro):

“Diante do insidioso procedimento do Governo deposto, meus senhores, eu não podia conservar-me inerte, quando se tratava de erguer os brios e a dignidade do Exército: como declarei a diversos companheiros, entre os quais aprez-me lembrar o major Inocêncio Serzedelo Corrêa e capitão de cavalaria José Pedro de Oliveira Galvão, *resolvi oferecer o meu fraco apoio* aos beneméritos camaradas Deodoro e Benjamin Constant e coadjuvá-los no dia glorioso da reivindicação dos nossos direitos, no momento solene em que tivéssemos de exigir do traidor a reparação dos nossos brios ofendidos. Eis porque às 11 horas da noite do dia 14 respondi ao major Serzedelo que me fôra procurar: *contem comigo; tomarei a posição mesmo a mais perigosa*. Marchei à frente de 1.096 praças, *prontas a combater* e, de acordo com o meu *formal compromisso*, recebi os meus velhos companheiros *no campo em que se devia dar o ataque, não como inimigos cuja marcha eu devesse deter*, mas amigos cujo coração pulsava ao calor de um sentimento generoso em defesa de uma causa justa, e a cujo lado eu me devia achar para exigir desagravo dos traidores da nação. Ao general Deodoro, em lugar de uma espada fratricida estendi-lhe a minha mão de amigo e de velho companheiro.”
- <sup>2</sup> Dentre os vitimados de 10 de abril pelo *Governo da Legalidade* coube a este oficial o pior quinhão: fora desfeitoado grosseiramente à frente da tropa, preso e reformado administrativamente e desterrado para S. Joaquim no alto Amazonas, de onde escapou milagrosamente a uma febre mau caráter.
- <sup>3</sup> É o mesmo que pertencendo ao 8º regimento de cavalaria em Curitiba, capitulou com toda a guarnição do Paraná em fevereiro de 1894 e, poucos meses passados foi atrozmente fuzilado com o major Colonia pelo *Governo da Legalidade*, a cujo serviço continuava.
- <sup>4</sup> Este jovem oficial digno discípulo de Benjamin Constant tendo sido vítima de cruéis perseguições do *Governo da Legalidade* durante a revolta por parecer suspeito, como genro que era de um coronel revoltoso, sucumbiu em consequência de enfermidade adquirida pelos maus tratos que lhe deram nas prisões.
- <sup>5</sup> Faleceu em 1897 como general reformado e senador pelo Rio Grande do Norte. Foi mais uma vítima do *Governo da Legalidade* por ter sido sempre seu adversário no Congresso posto que dos mais moderados como se vê dos *Anais*, jamais dera uma nota em contrário. Fora não obstante no período da revolta preso e confundido com os galés da Casa de Correção, apesar de suas imunidades e privilégios.

- <sup>6</sup> Foi o único oficial superior arregimentado que tomou parte ativa no movimento impulsionando-o de acordo com seus companheiros por isso recomendado ocupou logo posição distinta tendo sido Governador nomeado para Mato Grosso, Deputado eleito pelo mesmo Estado e elevado ao posto de general, quando apenas decorridos dois anos, quatro meses e 22 dias desde 15 de novembro.  
Contudo isso não escapou também às violências do *Governo da Legalidade* que o fez recolher preso por tempo indeterminado, por simples suspeita, à Escola Militar da Praia Vermelha e depois à Fortaleza da Conceição, isto logo que arreventou a revolta da esquadra.
- <sup>7</sup> O Governo ignorando que este general já estivesse ligado à conspiração, havia poucos dias, não se preocupou com a desconsideração que lhe tinha infligido pouco antes, demitindo-o, sem a menor explicação, do comando de uma brigada em satisfação a ódios políticos.
- <sup>8</sup> Na publicação a que respondo vem citada uma informação do Sr. general reformado Sebastião Bandeira, então tenente, em que esta reunião dos civis é convictamente *apresentada à história como resposta à denúncia que ele recebera* de ter sido planejado pelo Governo a remoção do então capitão Mena Barreto para fora desta guarnição...  
A citada narrativa na *Gazeta*, desta reunião, foi motivada por uma célebre história para os plantios, estampada no *Jornal do Comércio* pelo Sr. general reformado Jacques Ouriques.
- <sup>9</sup> Major Solon, capitães Mena Barreto e Hermes da Fonseca, tenentes Sebastião Bandeira e Clodoaldo da Fonseca, alferes Joaquim Inácio, alferes alunos Manoel Joaquim Machado, Batista da Mota, Lauro Müller e Aníbal Cardoso, além de outros.
- <sup>10</sup> Esta apreciação é feita em carta dirigida à Exma. viúva de Solon, em data de 31 de julho de 1892.



Composto e Impreso



EDITORIAL GRAFICA SPA

00100 - ROMA - VIA F.lli. FRATELLI 100 - TEL. 06/47811111



A Coleção Temas Brasileiros inclui os seguintes títulos:

1. **Sistema Sesmarial no Brasil**  
Costa Porto
2. **Visão da Crise**  
Gileno de Carli
3. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**  
David Gueiros Vieira
4. **A Construção da Ordem — A Elite Imperial no Brasil**  
José Murilo de Carvalho
5. **História dos Partidos Políticos no Brasil**  
Vamireh Chacon
6. **Carlos Chagas: Coletânea de Trabalhos Científicos**  
Carlos Chagas
7. **Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**  
Golbery do Couto e Silva
8. **Oito Anos de Parlamento**  
Afonso Celso
9. **Catálogo do Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco**  
Nadir Duarte Ferreira
10. **Catálogo da Exposição de História do Brasil**
11. **Guia de Pesquisa de Joaquim Nabuco em Washington**
12. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**  
Simon Schwartzman
13. **História Monetária do Brasil**  
Manuel Peláez e Wilson Suzigam
14. **Revolução de 30 — V. I e II**  
Vários Autores
15. **Sua Majestade o Presidente do Brasil**  
Ernest Hambloch
16. **Índices do Almanaque Garnier e da Gazeta Literária**
17. **Minha Vida Diplomática**  
Heitor Lyra
18. **Deodoro — Subsídios para a História**  
Ernesto Senna
19. **A Guerra do Paraguai**  
Senna Madureira
20. **Fidalgos e Filantropos**  
R. J. R. Russell-Wood

Destinada a divulgar obras centradas na discussão dos grandes problemas nacionais a *Coleção Temas Brasileiros* é o resultado das preocupações da Universidade de Brasília com a compreensão da realidade brasileira, notadamente quando relacionada com a vida institucional do país. Acolhendo trabalhos acadêmicos de alta qualificação, a coleção incluirá também a tradução de livros de autores estrangeiros sobre o Brasil, sempre que possam representar significativa contribuição para o esclarecimento de questões relevantes relacionadas com a evolução nacional. Contribuirá, da mesma forma, para a reedição de estudos históricos, políticos, econômicos, sociais e jurídicos, imprescindíveis para o conhecimento do Brasil, desde que, por sua raridade, sejam obras de difícil alcance para os interessados e os estudantes em geral.